

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA - PPGSCA

CLAUDEMILSON NONATO SANTOS DE OLIVEIRA

A KIPÁ E O COCAR: A rede intercomunitária judaica na estruturação urbana de Itacoatiara

MANAUS

2019

CLAUDEMILSON NONATO SANTOS DE OLIVEIRA

A KIPÁ E O COCAR: A rede intercomunitária judaica na estruturação urbana de Itacoatiara

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas-UFAM como exigência para obtenção do título de Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia.

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ ALDEMIR DE OLIVEIRA

MANAUS

2019

Ficha Catalográfica elaborada por  
Nábia de Souza Santeiro - CRB 11/783

O48i

Oliveira, Claudemilson Nonato Santos de

A KIPÁ E O COCAR: A rede intercomunitária judaica na estruturação urbana de Itacoatiara./

Claudemilson Nonato Santos de Oliveira. – Manaus: UFAM, 2019.  
2013f; il.color; 30 cm

Orientador: Professor Doutor José Aldemir de Oliveira  
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia.) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Judeu. 2. Amazônia. 3. Modernidade. I. Oliveira, Claudemilson Nonato Santos de. II A KIPÁ E O COCAR: A rede intercomunitária judaica na estruturação urbana de Itacoatiara.

CDD 981

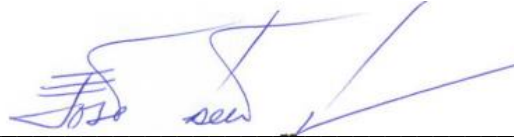
CLAUDEMILSON NONATO SANTOS DE OLIVEIRA

A KIPÁ E O COCAR: A rede intercomunitária judaica na estruturação urbana de Itacoatiara

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas-UFAM como exigência para obtenção do título de Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovado em 26 de novembro de 2019.

## BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Aldemir De Oliveira (Presidente)  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM

- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iraildes Caldas Torres  
Parecer: ( APROVADO ) Assinatura: Iraildes Caldas Torres
- Prof. Dr. Walmir Albuquerque Barbosa  
Parecer: ( APROVADO ) Assinatura: Walmir Albuquerque
- Prof. Dr. Isaque dos Santos Sousa  
Parecer: ( APROVADO ) Assinatura: Isaque
- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renilda Aparecida Costa  
Parecer: ( APROVADO ) Assinatura: Renilda Aparecida Costa
- Prof. Dr. Davi Avelino Leal  
Parecer: ( APROVADO ) Assinatura: Davi Avelino Leal

## **Dedicatória**

Para minha mãe Claudeth, grande incentivadora de nossa formação. A Daniele Miranda Batista esposa e companheira em todos os momentos. A Edmilson, Santiago, Honorina, Mário, Almira, Claudenilsa, Lúcio, Taissa, Sara, Caio e Maria dedico este trabalho como símbolo de minha gratidão.

## AGRADECIMENTOS

A construção de uma obra, por mais pessoal que seja, é partilhada por profissionais e amigos. Nestas circunstâncias, não poderia deixar de registrar meus sinceros agradecimentos àqueles que colaboraram para mais esta etapa de minha trajetória profissional.

A Deus, pela sua Onisciência.

Ao Prof.º Dr. José Aldemir de Oliveira, orientador e amigo, que sempre acreditou e confiou neste trabalho, dispensando-me sempre a crítica necessária para o aperfeiçoamento e o incentivo para não desistir diante dos desafios.

Aos amigos Profa. Msc. Henriqueta Barbosa Spíndola e Profa Msc. Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro, ao Promotor Público Francisco Gomes da Silva, dos quais pude desfrutar, em mais de 31 anos, de seus ensinamentos, contribuições e incentivos, que serviram de base para nossa caminhada.

Aos Professores do PPGSCA, pela oportunidade do aprendizado, igualmente aos colegas de turma, pelas reflexões e críticas, tão importantes em mais esta etapa de minha formação intelectual e de cidadão.

À banca de qualificação, sobretudo as sugestões do Prof. Dr. Walmir de Albuquerque Barbosa, Profa. Dra. Tatiane Schor e Prof. Dr. Davi Avelino Leal, que em muito contribuíram para a finalização da tese.

Às bibliotecárias do Museu Amazônico e à secretaria do PPGSCA, pela atenção e profissionalismo.

À Secretaria de Estado da Educação e Desporto-SEDUC, especialmente a Coordenadoria de Educação de Itacoatiara na pessoa do Coordenador Prof. Msc. Reinaldo dos Santos Souza.

Aos amigos e companheiros de Itacoatiara e Manaus, especialmente, Anne Gimol Benzecry Benchimol, Frank Queiros Chaves e Renato Farias por disponibilizar documentos que em muito contribuíram para este momento.

## RESUMO

A pesquisa aborda a relação entre a imigração de judeus sefaradita marroquino para a Amazônia e a inserção destes ao contexto social, político e econômico às pequenas cidades da região. Neste caso, o estudo analisa o papel da rede intercomunitária judaica na formação e emergência de lideranças capazes de atuar em diferentes campos do conhecimento, mas sobretudo na esfera política. Nas malhas de interconexão dessa rede, transitaram conhecimento, benemerência, inovação, finança e notícia que se difundiam do mundo para a Amazônia, possibilitando forjar no imigrante judeu postura laica na construção de seus processos identitários. Neste estudo, utilizou-se como fonte de evidências dados documentais, assegurando os três princípios orientadores da coleta de dados empíricos: multiplicidade de fontes, criação de banco de dados e manutenção da cadeia de evidências. Demonstrar uma cidade que está passando pelo processo de transformação urbana, nas primeiras décadas do século XX é o objetivo deste trabalho que centra análise em Itacoatiara, no período de crise da borracha, sobretudo na década de 1920 ao demonstrar o processo de modernização urbana empreendido pelo prefeito Isaac José Pérez, caracterizado e delimitado ao espaço do Centro Antigo. Desta forma, concluiu-se que sem dúvida a economia da borracha representou o período de prosperidade para Itacoatiara. Em grande parte, a dependência de único recurso econômico foi o fator determinante para a crise da economia extrativista que ocorreu após 1910. Porém, as trocas simbólicas que poderiam resultar dessa interação são pautadas por desigualdades econômica e análoga à espacialização entre centro e margem, ou se desejarmos, do capitalismo na matriz e aquele na periferia. Diante de tudo isso, é possível compreender que a modernização do tecido urbano do Centro não foi suficiente para fazer com que Itacoatiara como um todo adentrasse na modernidade, como desejavam os seus intendentess, superintendentes, coronéis e prefeitos.

**Palavras-chave:** Sociedade e Cultura na Amazônia, Imigração Marroquina, Judeus na Amazônia.



## ABSTRACT

The research addresses the relationship between the immigration of Moroccan Sephardic Jews to the Amazon and their insertion into the social, political and economic context of small towns in the region. In this case, the study analyzes the role of the Jewish intercommunity network in the formation and emergence of leaders capable of acting in different fields of knowledge but especially in the political sphere. In the interconnection networks of this network, knowledge, benevolence, innovation, finance and news flowed from the world to the Amazon, enabling the Jewish immigrant to lay secular posture in the construction of his identity processes. In this study, documentary data was used as evidence source, ensuring the three guiding principles of empirical data collection: multiplicity of sources, database creation and maintenance of the evidence chain. Demonstrating a city that is undergoing the process of urban transformation in the first decades of the twentieth century is the objective of this work that focuses analysis in Itacoatiara, during the rubber crisis, especially in the 1920s by demonstrating the process of urban modernization undertaken by the Mayor Isaac José Pérez, characterized and delimited to the space of the Old Center. Thus, it was concluded that undoubtedly the rubber economy represented the period of prosperity for Itacoatiara. Largely, dependence on a single economic resource was the determining factor for the crisis of the extractive economy that occurred after 1910. However, the symbolic exchanges that could result from this interaction are marked by economic inequalities and analogous to the spatialization between center and margin, or if we wish, of capitalism in the matrix and that in the periphery. Given all this, it is possible to understand that the modernization of the urban fabric of the Center was not enough to get Itacoatiara into modernity, as its intendants, superintendents, colonels and mayors wanted. The modernization of the urban fabric of the Center was not enough to get Itacoatiara as a whole into modernity, as its intendants, overseers, colonels and mayors wanted.

**Keywords:** Society and Culture in the Amazon, Moroccan Immigration, Jews in the Amazon.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Isaac Israel Benchimol e a Avó no Marrocos.....</b>	<b>22</b>
<b>Figura 2 – Plano da Fortaleza de Mazagão.....</b>	<b>23</b>
<b>Figura 3 – Mapa da Vila de Serpa –1864.....</b>	<b>38</b>
<b>Figura 4 – Galeota subindo o Amazonas (1847).....</b>	<b>42</b>
<b>Figura 5 – Barco da Cia. de Navegação e Comércio do Amazonas (s/d).....</b>	<b>45</b>
<b>Figura 6 – Fala à Assembleia Legislativa Provincial (1857).....</b>	<b>46</b>
<b>Figura 7 – Colônia Agroindustrial Itacoatiara (serraria).....</b>	<b>47</b>
<b>Figura 8 – Planta pertencente à Companhia de Navegação do Amazonas na Vila de Serpa (1864).....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 9 – Iconografia da Vila de Serpa (1862).....</b>	<b>52</b>
<b>Figura 10 – Jason Williams Stone (s/d).....</b>	<b>53</b>
<b>Figura 11 – Fazenda Terra Preta (Stone a direita).....</b>	<b>55</b>
<b>Figura 12 – Ponte sobre o Lago do Jauary.....</b>	<b>57</b>
<b>Figura 13 – Nota do falecimento de Jason Wiliam Stone em 1913.....</b>	<b>58</b>
<b>Figura 14 – Alunos da Aliança Israelita Universal-AIU no Tânger em 1919.....</b>	<b>62</b>
<b>Figura 15 – Esther Ezagui com Augusto e José Ambrózio Ezagui (1920).....</b>	<b>64</b>
<b>Figura 16 – Anúncio do consultório e do casamento de José Benedito Cohen com Simy Alves em Itacoatiara (1921).....</b>	<b>68</b>
<b>Figura 17 – Jornal Sionista A Columna (Rio de Janeiro, 1916).....</b>	<b>71</b>
<b>Figura 18 – Vista do interior da Casa Moysés 1910 (Moysés Ezagui a esquerda).....</b>	<b>73</b>
<b>Figura 19 – Vista frontal da Casa Moysés (1920).....</b>	<b>77</b>
<b>Figura 20 – Leon Isaac Pérez e José Isaac Pérez (Rio de Janeiro, 1920).....</b>	<b>78</b>
<b>Figura 21 – Casa aviadora Moysés Ezagui &amp; Irmãos (1920).....</b>	<b>86</b>
<b>Figura 22 – Casa aviadora francesa Denis Crouan &amp; Cia. de Itacoatiara (1910).....</b>	<b>86</b>
<b>Figura 23 – Vista externa e interna do Café Internacional em Itacoatiara, situado na Praça 14 de Maio de Ferreira &amp; Martins (1910).....</b>	<b>92</b>
<b>Figura 24 – Jornal Arauto (1909).....</b>	<b>93</b>
<b>Figura 25 – Canto das Novidades de Oscar Ramos &amp; Cia., rua da Rampa em Itacoatiara (1910).....</b>	<b>94</b>
<b>Figura 26 – Expedição de Carlos Chagas retratando a moradia do seringueiro (1912)..</b>	<b>96</b>
<b>Figura 27 – Plantação de Seringueiras em Sungai Buaya Estate, Malásia.....(1912)..</b>	<b>99</b>

<b>Figura 28 – Falência de Marcos Ezagui &amp; Cia., e Ohana Benchaya &amp; Cia. (1913).....</b>	<b>100</b>
<b>Figura 29 – Coronel Miguel Francisco da Cruz Junior (s/d).....</b>	<b>106</b>
<b>Figura 30 – Coronel Joaquim Francisco de Queiróz (1916).....</b>	<b>108</b>
<b>Figura 31 – Superintendente Coronel João Pereira Barbosa (1908-1910).....</b>	<b>116</b>
<b>Figura 32 – Jornal Arauto noticiando a viagem de Pe. Florêncio para Manaus (1907)</b>	<b>117</b>
<b>Figura 33 – Ford T ou <i>Lizzie</i> do comerciante A. P. Adegas (1920).....</b>	<b>125</b>
<b>Figura 34 – Poste de iluminação pública a lampião na rua Quintino Bocaiuva (1910).</b>	<b>126</b>
<b>Figura 35 – Casa de Antônio de Araújo Costa no Centro, considerada padrão de época (1917).....</b>	<b>128</b>
<b>Figura 36 – Casas de madeira e palha na rua Sacará (periferia 1927).....</b>	<b>128</b>
<b>Figura 37 – Nomes da alta sociedade Itacotiarense (1926).....</b>	<b>130</b>
<b>Figura 38 – Mercado Municipal de Itacoatiara (1928).....</b>	<b>137</b>
<b>Figura 39 – Matadouro Municipal de Itacoatiara (1927).....</b>	<b>139</b>
<b>Figura 40 – David José Pérez: Professor do Colégio D. Pedro II (1949).....</b>	<b>143</b>
<b>Figura 41 – Ata da Intendência Municipal de Itacoatiara redigida na Sessão de 30 de abril de 1924 .....</b>	<b>145</b>
<b>Figura 42 – Gabinete Isaac José Pérez (1928).....</b>	<b>147</b>
<b>Figura 43 – Declividade da rua da rampa atual Quintino Bocaiuva (1910).....</b>	<b>149</b>
<b>Figura 44 – Primeira Usina Elétrica de Itacoatiara (1928).....</b>	<b>151</b>
<b>Figura 45 – Aterro com carroças da rua Quintino Bocaiuva e construção do muro de arrimo (1929).....</b>	<b>155</b>
<b>Figura 46 – <i>The waterfront of Itacoatiara, an Amazon river town, Brazil</i>, (1930).....</b>	<b>155</b>
<b>Figura 47 – Canteiro Central da Avenida Conselheiro Ruy Barbosa (1928).....</b>	<b>157</b>
<b>Figura 48 – Planta urbana de Itacoatiara com as principais ruas e avenidas (1930).....</b>	<b>158</b>
<b>Figura 49 – Fila de carroças no porto (1930).....</b>	<b>160</b>
<b>Figura 50 – Posto de Profilaxia Rural Álvaro Ozório (1929).....</b>	<b>162</b>
<b>Figura 51 – Plano de expansão urbana do bairro Centro para Colônia, Jauary e Iracy.....</b>	<b>169</b>
<b>Figura 52 – Trabalho de paisagismo e arborização da Praça 13 de maio (1928).....</b>	<b>173</b>
<b>Figura 53 – Praça 13 de maio (atual Praça da Matriz 1950).....</b>	<b>174</b>
<b>Figura 54 – Fotografia aérea de Itacoatiara (1950).....</b>	<b>174</b>
<b>Figura 55 – Coleta de água na bica do bairro da Colônia (1940).....</b>	<b>178</b>
<b>Figura 56 – Casa de palha na periferia de Itacoatiara (1930).....</b>	<b>178</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Quadro 1 - Entrada estrangeira no quadriênio 1908 – 1911.....</b>	<b>33</b>
<b>Quadro 2 - População da Vila de Serpa.....</b>	<b>38</b>
<b>Quadro 3 – Postos Itinerantes do Estado do Amazonas (1923).....</b>	<b>164</b>

## LISTA DE SIGLAS

ACA	Associação Comercial do Amazonas
ACI	Associação Comercial de Itacoatiara
AIU	Aliança Israelita Universal
AMI	Associação de Marchantes de Itacoatiara
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CNCA	Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas
CSIB	Congresso Sionista Brasileiro
DGSP	Diretoria Geral de Saúde Pública
EFMI	Estrada de Ferro Manaus Itacoatiara
MMI	Mercado Municipal de Itacoatiara
MPM	Matadouro Público Municipal
PLA	Partido Libertador do Amazonas
PRC	Partido Republicano Conservador
PRD	Partido Republicano Democrático
PRF	Partido Republicano Federal
SECIGH	Sociedade Exército de Israel - <i>Hebra Guemiluth Hassadim</i>
SEMEIP	Serviço Municipal de Estatística da Indústria Pecuária

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – OS JUDEUS NA AMAZÔNIA</b> .....	15
1.1 Introdução .....	15
1.2 Os motivos da imigração .....	21
1.3 Chegada na Amazônia .....	28
1.4 O ciclo da borracha e a consolidação da imigração judaica .....	31
1.5 Antecedentes da imigração judaica: a Colônia do Barão de Mauá .....	36
1.6 A imigração espontânea: Jason Wilians Stone e o Jauary .....	50
<b>CAPÍTULO 2 – ITACOATIARA: ERETZ SION</b> .....	60
2.1 A caboclicização do judeu sefardita marroquino.....	60
2.2 A comunidade sefaradita marroquina. ....	80
<b>CAPÍTULO 3 – URBANIZAÇÃO TARDIA NA PERIFERIA DO MUNDO: ITACOATIARA NA DÉCADA DE 1920.</b> .....	102
3.1. A formação do poder municipal local e o contexto nacional. ....	104
3.2 O mito do progresso na definição do espaço urbano. ....	119
3.3 O Plano de modernização de Isaac José Péres.....	141
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	180
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	185
<b>ANEXOS</b> .....	212

## CAPÍTULO 1 – OS JUDEUS NA AMAZÔNIA

### 1.1 Introdução

Demonstrar uma cidade que está passando pelo processo de transformação urbana, nas primeiras décadas do século XX, é o objetivo deste trabalho. Todavia, não buscamos unicamente retratar as obras, como alinhamento das ruas, os prédios públicos, o embelezamento das praças e as normatizações e posturas sobre as habitações insalubres, ou asseio público, regras para o trânsito de carroceiros e animais em via pública entre outras, mas também captar o ideal de cidade moderna. O planejamento urbano que ocorreu em Itacoatiara no início do século XX não deixa de ser expressivo, em termos gerais inspirava-se no que fora feito nas grandes capitais brasileiras, em outra escala. Relativamente pequena, em relação a centros como, Belém e Manaus, mas no imaginário local, principalmente os segmentos dominantes, a cidade despontava como uma urbe em franco progresso, expressado entre outros fatores pelo adensamento populacional.

O aumento populacional carreado pela imigração, e o urbanismo dele decorrente, expressa-se em diferentes fases: 1) Com a instalação do núcleo agroindustrial da Colônia Itacoatiara inaugurado em 1854; 2) Criação da Alfândega (1872) no bojo da inserção da cidade ao circuito global de comércio; 3) A elevação da vila de Serpa à categoria cidade de Itacoatiara em 1874; 4) A imigração nacional e estrangeira carreada pelo crescimento econômico da borracha. Estes e outros acontecimentos de menor importância destacaram-se como marcos do desenvolvimento desse importante núcleo urbano do interior amazonense. Assim, compulsando a literatura sobre Itacoatiara e o contexto da Primeira República, percebe-se que para o final do século XIX havia um importante recorte na história da cidade que se tornou digno de estudos, expoente espacial das contradições da vida moderna, em que o cotidiano popular, a exclusão de muitos, o privilegiamento de poucos, as tensões sociais e as estratégias de sobrevivência foram mais latentes, onde os ideais de progresso, vigilância, controle, imposição de usos, costumes e convenções ganharam mais força. A cidade onde se centra essa pesquisa é a Itacoatiara do período de declínio da borracha, esfera de convivência social. Banhada pela prosperidade proveniente da extração e comercialização da goma elástica, e de demais produtos extrativistas, em que se chocaram as particularidades cotidianas da existência em sociedade, principalmente com a diversidade populacional do período nem sempre atendida pelo poder público.

Partindo do pressuposto de que as relações sociais se dão em determinada espacialidade e de que, se torna fundamental uma análise prévia sobre certas particularidades urbanísticas e espaciais da cidade, sustentamos que no processo de remodelamento estava implícito os desígnios do capital internacional, acionado pelos mecanismos econômico e político local. Assim, percebeu-se absorções, rejeições, adaptações e interpretações próprias das autoridades locais sobre urbanidades de cidades estrangeiras, que serviram de referenciais para Itacoatiara no seu aformoseamento, na incorporação dos ideais de modernidade, progresso e civilidade, como também na relação vista como tensão entre autoridades e segmentos sociais locais. Convém ainda perceber a Itacoatiara da borracha como uma cidade que desenvolveu uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, vendo-a como representação e produtora de tensões entre o novo e o velho, o moderno e o arcaico, o belo e o feio, a expressão estética das elites representada pelos comerciantes e coronéis e a desqualificada simplicidade das construções populares.

Esta elite liderada por coronéis, fazendeiros e profissionais liberais com grande representação política no estado do Amazonas, está conectada ao governo estadual e dele dependerá de forma direta para manter maiorias eleitorais e assim estender o seu círculo de influência. Para a compreensão dessas teias crescentes de poder no espaço amazônico os jornais fornecem importantes indícios e fatos da vida real e, além disso, se apresentam como um instrumento de propaganda e como porta-vozes dos grupos de poder instaladas na intendência, superintendência e mais tarde prefeitura municipal. Ao mesmo tempo em que podem ser compreendidos como uma extensão do poder político também servem como importante retrato da construção das municipalidades amazônicas, posto que os municípios sempre possuíam a sua disposição máquinas de tipos que imprimiam jornais e atos administrativos. Através de mecanismos variados - coação, assédio moral, exoneração, perseguição, transferência de local de trabalho entre outros - ancorados na sua ação pessoal, o coronel mantinha um delicado equilíbrio de poderes, sustentados por meio de sua capacidade de capturar votos nos processos eleitorais. Assim, o processo eleitoral é a encenação que assegura ao coronel a sua situação de proeminência local.

Como sustenta Vitor Nunes Leal (2012), a força eleitoral do coronel é o que lhe garante prestígio político, resumindo em sua pessoa importantes instituições sociais: exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, as vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Sobre o processo eleitoral na Amazônia da República Velha, Iraildes Caldas Torres (2009), reforça os



desdobramentos desse temário, afirmando que envolvia também o voto de defunto e o voto de cabresto, células preenchidas e entregues ao eleitor para votar, reabilitação dos mortos nas urnas, sumiço de urnas, de atas de eleição, elementos característicos do coronelismo amazônico. A capacidade pessoal de arregimentar apoios, manter maiorias eleitorais e pacificar a vila ou cidade se soma ao seu papel de agente econômico, dado sua posse de seringais ou atuação como aviador e regatão ligado a troca de mercadorias por meio dos vapores, como também, ligado ao comércio extrativista e aos serviços característicos das cidades como demonstrado no trabalho pioneiro de Walmir de Albuquerque Barbosa (1980). Além disso, estudos como os de Davi Avelino Leal (2007, 2013), sobre a atuação destas forças na Amazônia, permitem compreender a ligação dos coronéis com as atividades de exploração e violência empreendidas contra trabalhadores rurais nos seringais, bem como, a conexão entre atividades políticas e as jornalísticas nas cidades, como característica metodológica de manutenção do poder. A partir desta noção geral sobre o papel do coronel na vida social rural e na remodelação urbana das cidades da Amazônia, este trabalho pretende identificar como essas forças políticas foram utilizadas na estruturação urbana de Itacoatiara.

A construção desse imaginário urbano para a cidade de Itacoatiara foi idealizada dentro de um novo estágio civilizatório, que parecesse, nem que fosse de modo caricato, com as maiores cidades da Amazônia como Manaus e Belém, mas especificamente com Paris, onde se atingisse verdadeira revolução de práticas e costumes, que envolvesse valores morais e sociais fundamentais para os indivíduos. Tratava-se, portanto, como afirma Daou (2004), das condições reais e imaginárias da *Belle-Èpoque*, ligando a Amazônia aos eixos da mundialização da cultura francesa como representação do padrão burguês e civilizado de identidades e de práticas culturais. Esses imaginários de sociabilidade e modernização urbana européia foram eleitos por boa parte da elite itacoatiarense como modelo ideal a ser seguido, influenciando o tardio automorfoseamento da cidade.

Metodologicamente neste estudo, utilizou-se como fonte de evidências dados documentais, assegurando os três princípios orientadores da coleta de dados empíricos: multiplicidade de fontes, criação de banco de dados e manutenção da cadeia de evidências. Estes princípios foram materializados por meio dos seguintes procedimentos: revisão bibliográfica sobre a temática proposta, buscando dialogar com outros estudos afins, como nos casos de Liberman (1989), Silva (1997, 1998), Benchimol (1994a, 1998, 1999), Bermeguy (1998), Vidal (2008), Falbel (2005), Oliveira (1994) entre outros, priorizando os relacionados à imigração judaica na Amazônia; o papel da rede intercomunitária judaica atuando na formação de lideranças políticas na região; aspectos da modernização da cidade de Itacoatiara

e relação com o urbanismo ocorrido nas pequenas cidades; assim como, levantamento de dados primários por meio de obras raras, leis, decretos, resoluções, atas, ofícios, cartas, jornais, álbuns, fotografias, postais, compulsados fisicamente ou no formato virtual em diferentes acervos público e privado de Itacoatiara: Arquivo Público Municipal, Cúria Prelática, Cartório de Ofícios, Fórum Municipal, Câmara Municipal, Biblioteca Pública Municipal; Manaus: Biblioteca Pública do Amazonas, IGHA, Museu Amazônico, Assembleia Legislativa do Amazonas, Sinagoga *Beit Yacob-Rebi Meyr*; Belém: Arquivo Público do Pará, Sinagogas *Shaar haShamain* e *Essel Avraham*, Centro Israelita do Pará; Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Museu Judaico, Sinagoga *Kehilat Yaacov* (acervos virtuais), São Paulo: Museu Judaico, Sinagoga *Beit Menachem* (acervos virtuais), Jerusalém: *Central Archeives for the History of the Jewish People* - pasta David José Pérez- (acervo virtual); entre outras cidades.

A partir do cruzamento de documentos primário e secundário impressos em relatórios públicos de caráter municipal e estadual foi possível identificar não só as transformações ocorridas no espaço urbano de Itacoatiara, como também, o papel de atores políticos envolvidos no jogo eleitoral e a competição estabelecida entre esses atores pelo controle do poder municipal, ante os processos eleitorais que se davam no município e seu real significado para os diversos setores da população reveladas nas práticas administrativas destes. Outro ponto de destaque, foi a relação estabelecida pelos dirigentes locais com as instâncias político-administrativas superiores, notadamente as de âmbito estadual, cuja atuação se fez ora apoiando determinada liderança, ora articulando o protagonismo de grupos que se oporam às velhas lideranças municipais.

Por outro lado, a partir da Primeira República a região do Médio Amazonas já havia se incorporado há décadas aos circuitos econômicos mais dinâmicos do país e do exterior, por meio da economia da borracha, o que lhe conferia estruturas sociais razoavelmente complexas e características políticas relativamente distanciadas do estrito domínio coronelista, visto ser esse um fenômeno de raízes rurais. Acrescente-se ainda que o declínio da atividade extrativista ocorrida na Amazônia pós 1910, e a decorrente estagnação econômica, também teve impacto sobre a vida política local, já que resultou no afastamento de parcelas expressivas das antigas elites políticas locais representado pelos fazendeiros João Pereira Barbosa e Joaquim Francisco de Queiroz e sua consequente substituição nos postos de comando do município por elementos de menor tradição política como o judeu Isaac José Pérez, ligado à rede comercial, atividade prioritariamente urbana.

Ao mapear sumariamente as conexões da rede de contato da comunidade judaica na região, identificamos diferentes atores e instituições pelas quais transitaram informações,

ideologias, teorias, finanças, agrupamentos, tendências, partidarismos, códigos sociais, tradição, memória, comunicação, publicações, entre outros, que serviram de base e deram sustentação para a emergência de líderes em diferentes campos do conhecimento como por exemplo David José Pérez principal nome do Sionismo brasileiro ou José Benedito Cohen nome símbolo da literatura na Amazônia. Essa rede social tecida pelos judeus na Amazônia, se configura de modo dinâmico, isto é, de acordo com o interesse, a necessidade, as motivações e a posição social, cultural e econômica de cada indivíduo, e os canais de contato adquirem sentido e são tecidos por meio das relações entre as malhas e suas interconexões. Portanto, nosso objeto de análise, qual seja, a atuação da rede intercomunitária na estruturação urbana de Itacoatiara, envolve maior ênfase no exame do processo imigratório, e como agrupamentos judeus espalhados por diferentes cidades, e vilas da região projetaram canais de comunicação que fizeram circular ideias que se difundiram da Europa, naquele contexto, para diferentes partes do mundo.

A comunidade judaica de Itacoatiara se formou como veremos, contando com o esforço agregador e a capacidade mobilizadora de seus partícipes, a qual se tornou modelo e referência para outras cidades. Esse protagonismo, se deve à educação, trabalho, organização social por meio da Sociedade Exército da Caridade de Israel - SECIGH, do fervor religioso na Sinagoga domiciliar de Ester Ezagui, fatores que possibilitaram a ascensão socioeconômica de muitos membros e permitiram que estes aproveitassem as oportunidades oferecidas pela economia e política local. Nesse particular a emergência da figura de Isaac José Pérez e sua atuação no comércio local e depois na política como reformador urbano, e normatizador das condutas sociais, contou com apoio articulado por seus pares em diferentes cidades da Amazônia e do país.

Este trabalho está seccionado em capítulos interdependentes para melhor disposição didática. No primeiro capítulo, apresenta a periodização da *aliá* –diáspora- dos judeus marroquinos para a Amazônia ao longo dos séculos XIX e início do XX. A partir dessa perspectiva, nossa proposta consiste em discorrer pelas tramas tecidas pelo processo imigratório, situando suas relações, aproximações, e/ou conjunções, no espaço/tempo. Convém lembrar que o objeto de estudo forja sua própria periodização, neste sentido, Nachman Falbel (1984), valendo-se de marcos do estudo da história tradicional divide cronologicamente a imigração de judeus para o Brasil em três grandes períodos: Período Colonial (1500-1808), Período Imperial (1808-1889) e Período Republicano (1889 - tempo atual), os quais por sua vez, apresentam subdivisões. Seguindo essa linha cronológica, e para fins de análise interessamos apenas o segundo e parte do terceiro período, delimitado por Falbel (1984), que enfoca a

imigração judaica contemporânea. Além disso, apresenta-se também os principais aspectos que motivaram a imigração tendo por base os estudos de Wiznitzer (1960), Moreira (1972), Bentes (1989), Benchimol (1998), Araújo (1998), Vidal (2008) e Tavin (2016). A partir dessa perspectiva, o presente estudo insere-se no período da borracha, evidenciando as especificidades da imigração sob a ótica dos seguintes autores: Blay (1997), Sorj (1997), Santos (1980), Bermeguy (1998), Benchimol (1998) e Liberman (1998).

O segundo capítulo, apresenta a chegada dos pioneiros da imigração judaica, e a organização e atuação da comunidade sefaradita marroquina em Itacoatiara. Foca na trajetória de Isaac José Pérez e na comunidade da qual fez parte, bem como, a ligação destes com a rede de familiares, amigos, e dirigentes do movimento Sionista<sup>1</sup> em diferentes cidades da Amazônia. Por meio do estreitamento desses laços sociais e do contato entre membros interfamiliares, é possível revelar a formação de densa rede comunitária formada por pessoas e instituições no Brasil e até no exterior, na qual transitam informações, que visavam ao apoio mútuo, em vista de auxiliar e propagar ideias, religiosidade, tradições, sociabilidade, benemerência e recursos materiais. As malhas dessa rede são reveladas pelos trabalhos de autores como: Liberman (1989), Silva (1998), Benchimol (1998), Falbel (2005), Scheinbein (2009), Heller (2010). No terceiro capítulo, é abordado as motivações econômicas que provocaram a efêmera modernidade no espaço da cidade. Análisa o papel dos agentes políticos, como intendentes e superintendentes, bem como suas atuações e tratativas ante o eleitorado e os desdobramentos caracterizado no apoio ou não do poder público estadual. Detêm-se na análise da administração de Isaac José Pérez, e no plano de estruturação urbana e modernidade que empreendeu visando aparelhar a cidade com obras públicas aspiradas na teoria “Cidade Jardim” bem como, no fato de tentar normatizar a vida da população. O contexto desse cenário de política modernizadora é posto em relevo pelos autores: Oliveira (1994), Alencar (1995), Mesquita (1997), Silva (1998).

---

<sup>1</sup> O termo sionismo é derivado de Monte Sion, situado na cidade de Jerusalém. Segundo a tradição religiosa Sion é parte sul de uma colina onde Salomão, filho de David, construiu o primeiro templo judaico por volta de 970 a. C. Assim, do ponto de vista conceitual, de acordo com Ilan Greilsammer (2005), professor da Universidade Bar-Ilan, de Tel-aviv, a palavra sionismo refere-se tanto uma ideologia quanto um movimento político nascido na Europa no último quartel do século XIX. A reconstituição de uma nação judaica formando um corpo político para a criação de um Estado soberano na terra de Israel constitui o objetivo fundamental desta doutrina e deste movimento de retorno a *Eretz Israel* – a Terra Prometida (GRESILSAMMER, 2005).

## 1.2 Os motivos da imigração

Pode-se afirmar que a imigração judaica para a Amazônia tem seu primeiro capítulo passado na Espanha. Com a união entre as coroas de Portugal e Espanha uma cruel e massiva perseguição foi desencadeada. Após a expulsão dos judeus da Península Ibérica, nos anos de 1492 e 1496, muitos destes buscaram abrigo do outro lado de Gibraltar, em países como Marrocos, Argélia e Tunísia, e lá reconstituíram suas comunidades. A emancipação dos judeus em Portugal ocorreu pela legislação pombalina na segunda metade do século XVIII, com abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, isto é, a extinção da pureza de sangue, instrumento indispensável para acabar com a discriminação e o fim efetivo das perseguições antijudaicas dos tribunais do Santo Ofício (Wiznitzer, 1960).

Até o início da imigração judaica para a Amazônia, em 1810, os judeus permaneceram quase trezentos anos inseridos na sociedade marroquina, e lentamente se adaptaram à nova fase da vida nessa parte do mundo árabe, não a ponto de assimilar totalmente aos costumes locais, pois eles levaram consigo os costumes da Espanha e procuravam diferenciar-se dos judeus *toshabim* que já se encontravam no Marrocos, que eram, portanto, bastante "arabeizados" como afirma Benchimol (1998):

Os expulsos (*Megorashim*) logo se adaptam às condições de vida no Marrocos, organizam-se e prosperam. [...] Em Fez pouco tempo depois de seu estabelecimento no *melah* (gueto), os castelhanos não se entendem com os judeus autóctones (*Toshabim*). Os dois grupos discordam quanto a certas interpretações religiosas, litúrgicas e outras. Essa cisão conduziu à separação entre os dois clãs. Os *Megorashim* manifestavam antipatia pelos *Toshabim*, em que viam gente sem cultura enquanto que os *Toshabim* consideravam os judeus espanhóis pretensiosos e os ridicularizavam pelos seus costumes importados da Espanha (AYON, Richard. 1996 *Apud*, BENCHIMOL, 1998, p. 32).

Mesmo com diferenças internas, a maioria dos judeus vivia excluída e marginalizada, em condições muito pobres residindo em guetos. Somente alguns eram negociantes nas cidades portuárias do Marrocos, e, muitos desses, eram representantes dos interesses coloniais, da Inglaterra, Espanha e França, que dividiam o território Marroquino. No começo do século XIX Portugal rompia seus acordos com a França de Napoleão, para aliar-se a Inglaterra, que despontava em sua Revolução Industrial e via nas colônias portuguesas mercados consumidores de seus produtos manufaturados. Dessa forma, a família real portuguesa refugia-se de Napoleão no Brasil, em 1808 e dois anos depois, em 1810, são abertas para os ingleses as fronteiras comerciais, por meio do Tratado de Aliança e Amizade, além da extinção do Tribunal do Santo Ofício e, permissão para liberdade de culto, em 1821, para

atender aos soldados ingleses de credo protestante residentes em diferentes regiões do Império (BENTES, 1989).

**Figura 01 - Isaac Israel Benchimol e a Avó no Marrocos.**



Fonte: ARCE, Belisário. 2018, p. 16.

Nesse sentido, é importante situar-mos o interesse do judeu marroquina em imigrar para a região Amazônica. Um episódio que poderia ter gerado algum interesse, foi a refundação da cidade de Nova Mazagão, nas cercanias de Belém em 1769<sup>2</sup> estudada exaustivamente por Vidal (2008). A antiga fortaleza de Mazagão, assumia um papel estratégico no controle e defesa do território marroquino, adequando-se às necessidades conforme a evolução das estratégias militares e da arte da guerra. A cidade crescia conforme os interesses lusitanos, sendo marcada pela existência de base militar. Entretanto, esta condição favorável não conseguia esconder o principal inimigo: os mouros que, pelos constantes ataques, forçava o êxodo da região. Além disso, o confronto com os mouros se intensificou, ameaçando os moradores da região que reivindicavam constantemente ao monarca mais recursos para a garantia da sobrevivência e mais equipamentos militares para se defenderem.

Em face das condições do momento, Sebastião José de Carvalho e Melo analisou a conjuntura geopolítica do Império português, levando em consideração que, Mazagão se tornara um fardo para a coroa portuguesa, por esse motivo, autorizou a retirada de todos os moradores. A decisão do governo português de mudar a cidade de Mazagão para a América Portuguesa foi

---

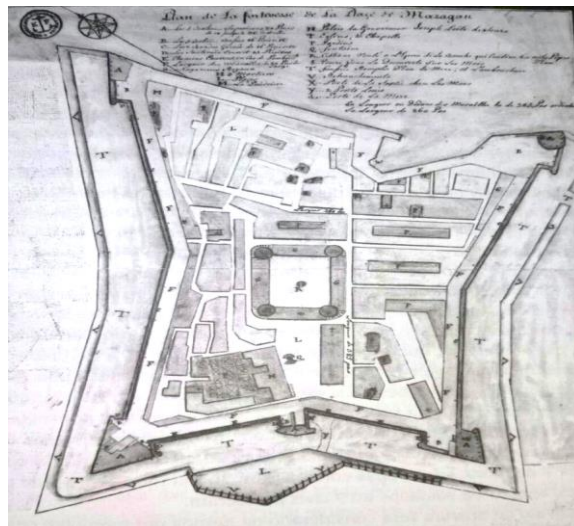
<sup>2</sup> VIDAL, Laurent. *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783)*. São Paulo: Martins Fortes, 2008.

meticulosamente articulada. O projeto era transferir a cidadela para um lugar onde os habitantes tivessem melhores condições de sobrevivência, não deixando de servir aos interesses da monarquia lusitana (VIDAL, 2008). A criação de Nova Mazagão na Amazônia foi assim tratada por Baena (1969):

Chegam ao Pará, os habitantes da praça de Mazagão, retirados de lá, em 1769, por ordem régia, depois de fazerem soltar a fortificação ao tempo de abandonar a praça ao rei do Marrocos, que a cercava; e mandando povoar essa Capitania, formando no Amazonas uma nova vila com a mesma denominação da praça abandonada a fim de ajudarem a defesa de Macapá, quando for preciso [...] por sugestão de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (BAENA, 1969, p.184).

Eidorf Moreira (1972), como estudioso da região afirma que os colonos mazaganenses eram cristãos-novos. Porém, fato não comprovado documentalmennte, embora se saiba<sup>3</sup> que a antiga cidade de Mazagão no Marrocos, ao menos em seus primórdios, já detinha uma pequena comunidade judaica, além de cristãos-novos e velhos que sobreviveu até o século XX, com estreito relacionamento social e político com a população marroquina.

**Figura 2 - Plano da Fortaleza de Mazagão**



Fonte: VIDAL, Laurent. 2008, p. 48.

Segundo informa Laurent Vidal (2005), a história de Mazagão começa há mais de três séculos do outro lado do oceano Atlântico, quando, em 1769, a Coroa portuguesa resolve,

<sup>3</sup> TAVIN, José Alberto Rodrigues da Silva. *Negociação de Identidades – o jogo dos afetos*. Lisboa: Open Edition Book, 2016.

sob a pressão dos Mouros, retirar-se da costa marroquina. Toma-se então a decisão de mandar as 436 famílias da fortaleza de Mazagão para a Amazônia, que estava sendo colonizada. Entre 1770 e 1776, após demoradas etapas em Lisboa e em Belém do Pará em que se perde quase um quarto do contingente inicial, 313 destas famílias, com os escravos recebidos na capital do Grão-Pará no lugar de soldados, chegam ao lugar onde esperam fundar a Mazagão americana. O propósito desse deslocamento de população é, portanto, ocupar uma região ainda virgem da presença portuguesa, seja com o descimento de índios, seja com a transplantação de colonos. O local escolhido reflete esses dois aspectos da colonização: a construção da vila é planejada onde já havia um aldeamento indígena. Aliás, o arquiteto Domingos Sambucetti desenha a planta do Mazagão depois de fazer um mapa topográfico e um levantamento do povoado de Santa Anna. Substituindo habitantes indígenas por soldados portugueses, a coroa entende, de forma patente, consolidar a sua posição frente à cobiça territorial de outras potências.

Para Araújo (1998), os recém-chegados instalam-se num povoado cuja edificação estava relativamente bem adiantada, graças à mobilização de uma mão-de-obra indígena. Raramente na região, a fundação de um núcleo urbano testemunhou tão claramente uma vontade política e Mazagão apresenta no começo da sua existência amazônica todos os atributos de uma vila colonial: convento, quartel, igreja, intendência. A vila Nova de Mazagão foi criada oficialmente em 23 de janeiro de 1770 tendo como característica os traços de uma cidade colonial. As cartas régias eram os instrumentos que autorizavam a fundação das vilas, definindo os modos de construir e edificar. As ordenações Filipinas já previam regras de marcação de ruas e praças definindo um ordenamento do espaço. Conforme observa Manuel Teixeira e Margarida Valla (1999), a fundação de vilas e cidades fazia parte do processo de colonização, pois o processo urbanizador era um componente fundamental do projeto de ocupação efetiva do território, que os conflitos com outras potências colonizadoras exigiam. A fundação de vila implicava tomar posse do território, era o estabelecimento da soberania sobre um território.

Ainda para Araújo (1998), vila Nova de Mazagão estabelecia um novo jogo social desde o momento inicial da sua construção. Os recursos financeiros da Coroa, acrescidos da mão de obra indígena, facilitavam a edificação do novo povoado. Antes de lançar a base da ocupação, como já indicado, o engenheiro Domingos Sambucetti visitou o local e fez um mapa topográfico da região e do povoado de Santa Anna. O objetivo principal era verificar as condições de salubridade local. O engenheiro genovês já conhecia a região amazônica, onde vivia desde 1760. No decorrer dos anos participara de obras importantes como a fortificação de Macapá, Belém, Santarém, Almeirim e Gurupá.



O genovês visitou o local a fim de elaborar um mapa topográfico das margens do rio Mutuacá e definir um plano urbano para Mazagão. A antiga povoação de base indígena de Santa Anna foi desconsiderada, optando-se pela nova área. Pela tradição, a engenharia militar tinha predileção pelo funcionalismo e pelos aspectos construtivos, com base na geometria. Como destaca Renata Malcher Araújo (1998), a ciência geométrica foi a base mais constante da preparação acadêmica dos engenheiros portugueses e o ponto fulcral para o desenvolvimento das investigações formais que fizeram, tanto nos seus trabalhos urbanísticos, como nos arquitectónicos.

A escolha do local levou em consideração as necessidades dos colonos transplantados, como também a possibilidade de descimento dos índios. Para a Coroa portuguesa era importante ocupar a região de forma estratégica, a fim de evitar a cobiça de outras nações europeias na região. Neste sentido, a vila foi concebida a partir de um plano regular: praça central com uma igreja e casa da câmara, a partir da qual a vila ganharia conformações nos lotes concedidos às famílias. A praça, como um espaço fechado, orientava a organização do espaço urbano, funcionando como elemento estruturador. A base de ocupação era plana, servida pelas águas do rio Mutuacá. A praça nas cidades constituídas pelos portugueses era fundamental, pois representava o espaço de ajuntamento civil, onde as principais cenas da vida política e religiosa aconteciam (OMEGNA, 1971).

Segundo Teixeira (2001), a ordenação da cidade atendia ao interesse de controle do espaço e favorecia a circulação pela vila. As habitações possuíam de 4 a 6 cômodos, sendo distribuídas conforme a dimensão das famílias. O princípio da regularidade predominou no planejamento da cidade para a implantação dos edifícios institucionais. O projeto previa adaptação à morfologia do território, respeitando as formas geométricas para obter maior regularidade. O projeto estava em consonância com a idéia de cidade que reunia aspectos sociais e políticos. Para o século XVIII, uma sociedade perfeita e organizada tinha necessariamente de se expressar através de uma realidade urbana estruturada segundo princípios racionais e traduzida num plano regular. Além disso, o ponto topograficamente dominante do território era ocupado para defesa, podendo contar com a praça. Ao longo do rio se apresentavam as ruas que marcavam a via estruturante da cidade, condicionada pelo relevo e pelos pontos de abastecimento de água.

Contando com o apoio de uma centena de braços indígena e de outros tantos trabalhadores, o desmatamento para o assentamento e expansão da vila proseguiu com a mão-de-obra local. O perfil destes homens é difícil de ser estabelecido. Laurent Vidal afirma que eram homens sem rosto (VIDAL, 2007). Entretanto, o certo é que estes construtores passaram

pelas maiores dificuldades. A floresta fechada impunha um trabalho árduo e penoso que se tornava mais fatigante com a ausência de uma alimentação adequada, feita à base de farinha de peixe. Tal condição afugentou do trabalho muitos indígenas, que saíam em busca de refúgio nas matas ou em outras povoações. A falta de braços especializados era preocupante, na medida em que comprometia o andamento das obras, apesar da coroa fornecer os instrumentos necessários para os carpinteiros e pedreiros preparem o material a ser utilizado nas construções:

Os carpinteiros preparavam a madeira em bruto cortada pelos serradores fazendo com ela asnas, ripas e tábuas com que depois armavam a estrutura das paredes. As fundações eram sumárias: os barrotes em que se apoiariam as grades de ripas mergulhavam no terreno apenas até meio metro. As portas e janelas eram construídas com tábuas. Uma vez montada aquela estrutura, entravam em acção os pedreiros, que a enchiam com taipa (barro amassado com palha ou ervas secas). Depois de seca a taipa aplicavam o reboco exterior. Por fim, os serralheiros montavam as fechaduras (VIDAL, 2007, p. 154)

As técnicas de construção incorporaram algumas práticas indígenas. Os primeiros telhados foram feitos de palmeira ubim entrelaçada, enquanto os primeiros fornos para o fabrico de telhas não estavam prontos. Além disso, os construtores preferiam fazer as amarrações com fibras vegetais ao invés de utilizarem pregos. A cidade planejada por Domingos Sambucetti ganhou as feições tropicais da Amazônia (VIDAL, 2007). Ante essa adaptabilidade, Sérgio Buarque de Holanda questiona em sua obra *Raízes do Brasil (1987)*, se as vilas e cidades foram planejadas ou espontâneas e se elas poderiam ser analisadas a partir da sua regularidade ou não. Para ele, as cidades que surgiram semeadas pelo litoral não obedeceram a nenhuma regularidade, pois foram marcadas pela espontaneidade de seus primeiros moradores e administradores.

A questão lançada por esse historiador tornou-se alvo de diferentes estudos. O modelo de cidade introduzido na América pelos portugueses fundiu em parte elementos vindos da Idade Média e do Renascimento. Conforme analisou Paulo Ferreira Santos na obra *Formação das Cidades no Brasil Colonial (2008)*, as cidades possuíam uma unidade e coerência orgânica que não excluía uma espontaneidade. A ocupação do espaço fez parte de um processo que por vezes nascia de forma natural e paulatinamente conquista uma regularidade, assumindo uma configuração urbanística mais elaborada. Desde o século XVII, Portugal já adotava modelos de traçado urbano regular para o planejamento e implantação de novas povoações na América.

No caso de Mazagão, a vila nascia a partir de um projeto urbano regular, intencional e estratégico. A nova cidade deveria compor uma sociedade ideal. O projeto concebido para

Mazagão, além de criar uma forma, organizava o espaço em função da circunstância. Não se pode ignorar o drama vivido por mais de trezentas famílias forçadas a partirem para uma terra estranha, aguardando a construção de uma cidade que dependia dos recursos do governo. O núcleo urbano que se formava fazia parte dos pontos estratégicos de ocupação no processo de povoamento da região, enquanto movimento que visava a assegurar o domínio do território. Além disso, havia o interesse de se aproveitar as potencialidades da Amazônia, pouco exploradas até aquele momento. A vila era mais do que uma promessa de uma vida melhor, ela de fato se constituía como um novo momento para a exploração colonial.

A transposição do Oceano Atlântico rumo à selva amazônica, de famílias de diferentes origens, iria impor as marcas culturais adquiridas no decorrer da existência delas nas costas africanas. Eram homens e mulheres portadores de uma identidade narrativa transferida para as terras coloniais, constituindo a base da identidade social de cada um deles. A vila Nova de Mazagão era, na verdade, uma afirmação da autoridade portuguesa no território a exigir de seus habitantes a defesa do local. Talvez residisse nesse aspecto o legado deixado pelos ancestrais das famílias que se deslocaram para a Amazônia. A história de Mazagão se fez sobre a necessidade de defesa do território e da fortificação do espaço. Entre essas famílias não há referência a cristãos-novos no grupo, o que se justifica pela proibição de Pombal à diferenciação entre cristãos velhos e novos dificultando a identificação da origem étnico-religiosa destes imigrantes.<sup>4</sup> No entanto, é sabido que a presença de população judaica no Marrocos abrangia toda sua extensão territorial. Na documentação inquisitorial, conforme mostra Tavin (2016) havia referência aos judeus em Mazagão:

Juan do Prado, anteriormente Frayme, apresentou-se perante a Inquisição de Lisboa em 4 de setembro de 1635, como catecúmeno. Era natural de **Marráquexe** e viera há cerca de um mês a Mazagão, em companhia do rabi Moisés Palache, secretário do rei de Marrocos. Em **Mazagão**, receando o procedimento de Moisés, seu amo, por haver derramado certa quantidade de vinho, refugiou-se numa igreja, asseverando que queria ser cristão. De facto, Moisés era sobrinho do famoso Samuel Palache, continuando o papel desta família como interlocutora dos interesses dos xarifes de **Marrocos** na Europa. Tratava-se de um homem poderoso, nascido em Amesterdão, que a partir de 1618 que se instalou na corte de Marráquexe, como tradutor e intérprete de sucessivos xarifes, e que ofereceu os seus serviços para participar no plano espanhol de ocupação de Salé e Fedala. Além disso, a documentação holandesa mostra que continuou empenhado num negócio também tradicional entre os membros da sua família – o das pedras preciosas – e a documentação inglesa revela que visitou as cortes da maioria dos príncipes cristãos, assumindo a tradução espanhola da ratificação do tratado de 1638, entre Carlos I da Inglaterra e o xarife Muhammad al-Shaik al-Sajir. Desagradar a este homem, sendo seu servidor, devia acarretar receios desesperados. E isso explica a decisão tão drástica por parte de Frayme. Foi então

---

<sup>4</sup> ARAUJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. São Paulo: FAUP, 1998.

encaminhado para Lisboa, com o objetivo de ser instruído para receber o batismo. Mas com o auxílio de um cavaleiro mazaganense que andava na capital, conseguiu chegar à Mesa do Santo Ofício para declarar que, afinal, não queria ser cristão, mas perseverar na '**Crença de Moisés**' e voltar para a sua terra, onde continuaria a viver com sua esposa e filhos. Logo a Inquisição instruiu o familiar que o acompanhava para não o deixar comunicar com pessoas de nação até ter ocasião para retornar à sua terra, **assinando o judeu em hebraico todo este termo**. Esta incursão precária de Frayme no mundo cristão revela, de fato, que a escolha diametral de mudança de destino, por parte de muitos judeus, teve como base acontecimentos bastante precários de ordem material, estando longe de uma verdadeira motivação religiosa. E se no caso de Frayme houve um rápido voltar de face, isso não aconteceu com a maior parte dos outros judeus, conforme pode ser atestado pela documentação inquisitorial (TAVIN, 2016 p. 353-354, grifos nosso).

Tavin (2016), elucida alguns pontos da presença de judeus em Mazagão. Primeiramente confirma a existência de judeus, muito antes da transferência desta cidade para a Amazônia. E neste caso, em funções da administração pública como as de *xerife*, que investidos de poder serviam na manutenção burocrática do *status quo* colonial, como por exemplo na tradução de documentos oficiais exigidos nas tratativas diplomáticas, e em demais atividades do cotidiano burocrático. E de outra, corrobora para o conhecimento dos procedimentos inquisitoriais postos em prática também na referida Fortaleza. No lastro desta descoberta, podemos confirmar que havia certo estreitamento nas relações sociais entre judeus e a população marroquina. Quando da transferência da fortificação para a Amazônia no século XVIII, o elemento hebraico já se fazia presente. Assim os primeiros judeus marroquinos que vieram para a Amazônia descendiam de judeus portugueses. No rastro destes, vieram, os descendentes de judeus espanhóis em busca de prosperidade. Os primeiros, eventualmente como cristãos-novos, estabeleceram-se adquirindo terras consolidando o modo de vida. Os segundos, já como judeus, queriam prosperar através do comércio extrativista, e isso, se aplica a praticamente todos que entraram por Belém e especializaram-se por diversas cidades do interior da Amazônia como veremos a seguir.

### 1.3 Chegada na Amazônia

A primeira leva de judeus marroquinos chegou à Amazônia antes do ciclo da borracha, no chamado período das drogas do sertão. De acordo com Liberman, (1989):

É sabido que, desde a época colonial, cristãos-novos, judaizantes ou não, já se encontravam na região, e supõe-se que estes judeus tenham mantido contato com seus correligionários do Marrocos, através do comércio de produtos silvestres, levando até lá o conhecimento da Amazônia e suas riquezas (LIBERMAN, 1989 p.08).

Os judeus comerciantes, representando os interesses ingleses, estabeleceram-se numa extensa rede comercial e ao mesmo tempo reforçada pelo componente étnico, que no seu auge, estendeu-se da cidade portuária de Belém, na foz do rio Amazonas se estendendo para o Oeste até na distante Iquitos, na Amazônia Peruana. A extensão da área e o difícil acesso para os fornecedores de mercadoria, exigia certo grau de confiabilidade nos distribuidores. Essa relação era fundamental para os jovens recém-chegados, assim como para as casas aviadoras, que necessitavam ampliar seu alcance comercial, para os mais diversos pontos de comercialização com à população ribeirinha, como se observado no comentário de Sarges (2000):

O aviamento, sistema de crédito existente na região desde os tempos coloniais, é uma espécie de crédito sem dinheiro, o qual caracterizou-se pela troca que se faziam entre as casas aviadoras, responsáveis pelo abastecimento dos seringais, e as casas exportadoras. Na Amazônia, a expressão aviar significou fornecer mercadorias a crédito. Com o tempo as casas aviadoras foram se especializando e no apogeu da economia, representavam verdadeiras potências financeiras, muitas delas reproduzindo o interesse do capital estrangeiro (SARGES, 2000 p. 51).

Com o crescente desenvolvimento proporcionado pela borracha, inúmeros jovens de origem judaico-marroquina imigraram para o Pará, recrutados pelos comerciantes judeus donos de casas aviadoras estabelecidas na capital, que custeavam as passagens, e, assim, os recebiam de modo confiável. Quando chegavam à Belém, permaneciam na capital, ou nas cidades mais desenvolvidas da Província, trabalhando como vendedores ambulantes de pequenas miudezas, ou eram encaminhados para o interior da Amazônia, onde a maioria ocuparia a função de negociar produtos manufaturados recebidos na capital, por produtos nativos como: cacau, castanha, jarina, e pluma de animais silvestres. (HELLER, 2010).

Para a comercialização desses produtos, cada comerciante fixava-se em pequena morada ou algum ponto estratégico de rio tributário, onde os ribeirinhos viessem lhe fazer as entregas, ou o judeu percorreria os furos e igarapés a bordo de uma pequena embarcação carregada de miudezas e utilidades que pudessem ser trocadas pelos produtos nativos. Esse tipo de prática conhecido como regatear, é o equivalente a expressão mascatear, mais corriqueira no Nordeste e Sul, onde esse tipo de atividade comercial era exercido por mascates, a maioria de origem árabe, que transportavam seus produtos em lombos de mulas pelas localidades mais ermas. Na Amazônia a palavra regatão tanto serve para designar o mascate, um vendedor ambulante, como também a embarcação que serve de loja flutuante para estes comerciantes (BARBOSA, 1980).

A maioria dos regatões era de origem judaica, e somente no final do século XIX é que os árabes ingressaram nesse tipo de negócio, que também foi uma atividade exercida por muitos imigrantes portugueses. Pelo fato de os judeus terem precedido os árabes, e sírios-libaneses nesse tipo de comércio, os sírios-libaneses que chegaram à Amazônia no final do século XIX eram erroneamente denominados de judeus pela população. Entretanto, quando a incorporação da figura do judeu ao léxico, devem ser destacadas as palavras judiar, judiação, e judiaria, cabendo o registro que no Amazonas a palavra judeu serve para denominar os sírios (SANTOS, 2002).

O regatão era visto com certa desconfiança, tanto pelas classes dominantes como pela população local, já que desabilitava a cadeia comercial entre os donos de seringais e os coletores, que em vez de trocar seus produtos no armazém do seringal, o faziam por meio do regatão. Devemos ressaltar que essa quebra na corrente comercial pela mediação do regatão quase nunca retirava o seringueiro da situação de endividamento em que ele na maioria das vezes se encontrava. Ao contrário, o endividamento somente mudaria do coronel para o regatão, ajudando a consolidar a imagem de indivíduo aproveitador, sempre disposto a tirar vantagem da situação que os seringueiros, em sua maior parte nordestinos, encontravam-se. Conforme Bermeguy (1998), muitos familiares de judeus omitiram o ofício de regatão exercido por seus ancestrais, temendo a associação desta atividade a desonestidade e uso de má fé para com os outros:

Durante entrevistas com famílias judaicas quando se questionava a respeito das várias experiências de trabalho pelas quais haviam passado os primeiros imigrantes, os entrevistados negavam as associações com o trabalho de regatão. Contudo, observando mais atentamente, é possível que o significado da negação a esse tipo de trabalho passe pelo que representava ser um comerciante regatão (BERMEGUY, 1998, p.159).

Mas para muitas pessoas entrevistadas no trabalho de Bermeguy (1998), a imagem construída do antepassado regatão era a de um vencedor, homem destemido, que enfrentava o monopólio do coronel de barranco, que viajava sozinho vencendo as saudades da família que ficara no Marrocos, ou em alguma humilde palafita, à beira de algum lago ou igarapé, o responsável pela verdadeira expansão comercial da região. Ainda de acordo com Bermeguy (1998), um exemplo bastante emblemático é o do Senhor Fortunato Chocrón, da cidade de Óbidos, no oeste do Pará, que conta com entusiasmo e admiração a história do pai, Abraham Chocrón, que deixou o Marrocos com treze anos de idade, como usualmente acontecia, e veio

para o município de Parintins, no Estado do Amazonas, ajudar um tio que vendia peixe salgado no Lago Limão.

Fortunato narrou exultante o espanto do pai com a quantidade de água da região, já que provinha de uma área desértica. Contou das adversidades de um jovem que morou seis meses debaixo do trapiche municipal, pois mandava as economias para a mãe e irmãos que ficaram em Tânger, não tendo sequer condições de alugar um quarto, e com o auxílio de Simão Benjô, um judeu rico, dono de uma grande casa aviadora de Belém, tornou-se um dos homens mais ricos da cidade de Óbidos<sup>5</sup>. Porém, tais memórias, na maioria das vezes, contrastam com o conceito que a população local possuía, e até hoje ainda mantém, quando se refere o papel dos regatões (BERMEGUY, 1998).

Com o passar dos anos, essa imigração perde a característica de seu contingente ser homens solteiros, e passa a se caracterizar como familiar. Muitos destes que já haviam superado a fase de chegada, conseguindo se posicionar como pequenos proprietários ou comerciantes se transformaram em empregadores, fato que possibilitava também mandar buscar parentela no Marrocos, ou então o restante da família, ou uma mulher para poder escapar do casamento exogâmico, e não se inserir de vez à cultura local.

#### **1.4 O ciclo da borracha e a consolidação da imigração judaica**

Com o aumento das demandas comerciais extrativistas, a Amazônia necessitou importar trabalhadores, principalmente para a extração de borracha. Esse problema foi contornado com a absorção de contingente de população nordestina, fugidos das grandes secas que assolaram a região. Ao mesmo tempo uma expressiva massa de imigrantes europeus também foi recrutada. A instalação de tecnologias como o serviço postal, ferroviários, iluminação a gás e outros benefícios trazidos com a modernização exigiam trabalhadores especializados. Para isso os governantes locais incentivaram o processo de imigração. No entanto, as políticas de imigração promovidas pelo governo possuíam, quase sempre, caráter subjacente, a tentativa de um branqueamento da população, e, com isso, a eliminação do traço mestiço da população, ao tempo em que possibilita a inserção dos judeus, sem grandes resistências da sociedade local, como se pode inferir na citação seguinte:

---

<sup>5</sup> Estes dados correspondem às anotações de conversas informais. A veracidade dos fatos reproduzidos pode ser confirmada no trabalho de Bernerguy (1998), para quem o interlocutor também concedeu entrevistas com as mesmas informações.

A explicação básica para a falta de anti-semitismo no Brasil pode ser procurada na particular ideologia brasileira do branqueamento. Nesta ideologia, o branco é o ideal a ser alcançado, de forma que outras raças, particularmente a negra, poderão melhorar, via miscigenação, até alcançar o branqueamento. Assim, na medida em que os judeus são aceitos como parte da raça branca – o que só foi questionado por alguns intelectuais brasileiros associados à ideologia fascista nas décadas de 20 e 30 – eles passam a ser parte da solução e não de um problema. Neste caso, embora a sociedade brasileira seja racista, anti-negra, esse racismo não atingiria, outras etnias como os judeus (SORJ, 1997, p.10).

Embora se deva fazer restrições ao texto acima especialmente pelo uso do termo raça ao invés de etnia, conforme aponta Manuela Carneiro da Cunha (1987), recorre-se ao mesmo para reforçar uma das pistas da não existência do anti-semitismo na Amazônia. Porém, os processos de imigração estrangeira para a Amazônia fracassaram, em grande parte. Os empreendimentos imigratórios que tiveram maior sucesso foram, sem dúvida, os processos de imigração espontânea, enquanto a maioria dos processos induzidos não obteve êxito. O primeiro processo de imigração induzida a fracassar foi o da Companhia do Comércio do Amazonas, de propriedade do Barão de Mauá; em troca de licença de navegar no Rio Amazonas a Companhia introduziu, em 1854, cerca de 1.061 imigrantes portugueses e, posteriormente cerca de 30 chineses, que não levaram muito tempo para abandonar as colônias agrícolas e estabelecer-se nas grandes cidades, o que não era a intenção do governo. Os fatores do fracasso foram (1) a baixa qualidade do imigrante estrangeiro, em razão da completa falta de seleção, (2) a errônea localização das colônias, sob o ponto de vista econômico e (3) e inépcia administrativa dos órgãos oficiais encarregados por esses empreendimentos (SANTOS, 1980).

O mesmo fracasso foi registrado também, em relação às colônias de belgas, americanos, espanhóis, franceses e alemães. Mas, a causa principal do insucesso das colônias estrangeiras na região amazônica, foi porque a política imigratória do Império privilegiou investir na cultura cafeeira, que estava em plena expansão no Sudeste do país. Embora os judeus não obedecessem aos critérios de imigrantes ideais estabelecidos pelas autoridades, pois não eram cristãos e tão pouco agrícolas, como as primeiras levadas de alemães e italianos que povoaram o Sul do Brasil, e, portanto, não eram desejáveis, mas tolerados.

[..] Os interesses do governo na imigração, voltavam-se para o continente europeu e para homens que pudessem dedicar-se preferencialmente à agricultura. A indústria e o comércio (legalizado de grande porte) apareciam como uma das últimas alternativas que deveriam envolver os imigrantes. Os **árabes e judeus** não desempenhavam dentro deste quadro papéis econômicos aceitáveis, eram, ao contrário, identificados como ociosos e vadios, pois colocavam-se em um quadro de atividade econômica desvalorizado economicamente (BERMEGUY, 1998, p.88).



Todavia os judeus, mesmo com todas as objeções, e dificuldades de adaptação, vieram em grande quantidade com suas famílias para a região Norte, ocupando toda a calha do rio Amazonas. A riqueza do ciclo da borracha fez com que as redes comerciais, primeiramente estabelecidas para distribuição dos produtos ingleses em troca de produtos regionais, se estendessem cada vez mais para a obtenção do látex. Durante esse período a imigração judaica duplicou. Do ano de 1810 até 1850, fase dos pioneiros, cerca de trezentas famílias judaicas se instalaram. No período seguinte, 1850 – 1910, o período da borracha propriamente dito, chegaram a setecentos o número de famílias que buscaram na Amazônia uma nova “terra de promessa” (BENCHIMOL, 1998). No início do século XX, continuaram chegando judeus à região, no bojo do aumento da imigração estrangeira, como consta no quadro abaixo<sup>6</sup>.

**Quadro 1 - Entrada estrangeira no quadriênio 1908 – 1911**

Nacionalidade	Imigrantes	%
Portugueses	9.008	46,3
Espanhóis	2.809	14,4
Ingleses	1.294	6,6
Turco-árabes	974	5,0
Franceses e Alemães	907	4,7
Italianos	830	4,3
Norte-americanos	564	2,9
Outros	3.081	15,8
Total	19.467	100,0

Fonte: BENCHIMOL, Samuel. 1998, p. 68

<sup>6</sup> IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1 ano (1908 – 1912), Typographia Estatística, Rio, 1916, tabela sobre Movimento Imigratório Internacional. In Santos, 1980 p.88.

De acordo com Liberman (1998), nesses dados a imigração judaica estava inserida dentre as nacionalidades das potências que dividiam o Marrocos. É sabido que judeus abastados deixaram o Marrocos com passaporte estrangeiro, principalmente inglês, sem mencionarmos o francês e o espanhol. Este fato, traria como consequências a dificuldade de se estimar o número real dos judeus que chegaram ao Brasil, uma vez que aqui eram registrados com estes passaportes. Embora a imigração judaica não esteja citada numericamente no quadro acima, Santos (1980), faz referências específicas a estes e à contribuição das imigrações espontâneas para o desenvolvimento da região, mas notemos que a análise do autor é uma análise econômica, ficando as discussões étnicas relegadas a um segundo plano.

[...] Quantitativamente, a maior contribuição dos estrangeiros foi de natureza espontânea, e não dirigida. Interessaria determinar a quantidade dessa contribuição, tanto no domínio econômico, quanto no domínio técnico, profissional e cultural [...] Basta por enquanto, sublinhar – não digo balancear, o que exigiria um julgamento mais geral - a obra dos ingleses no aparelhamento da região quanto a infraestrutura de portos, energia, telefonia, telegrafia, saneamento básico, etc.; a de alemães, americanos, franceses e ainda ingleses, no setor da comercialização e do crédito; a dos **hebraicos**, inclusive **judeus-espanhóis** e norte africanos, que remonta a meados do século XIX, nas práticas de escritório e de contabilidade comercial, a dos sírio-libaneses no comércio de regatão; a dos portugueses no comércio varejista e também no atacado (SANTOS, 1980, p.97).

No início do século XX, com a derrocada do comércio da borracha também cessaram fluxos migratórios para a região, embora encontremos judeus marroquinos que chegaram na Amazônia após esse período. A partir de 1910 começou a existir um intercâmbio entre a região e o Marrocos, mas o fluxo migratório tinha de fato findado com a falência econômica. Neste caso, não estamos tratando de cristãos novos, muito comuns no período colonial, mas de uma prática judaica estabelecida e organizada, não camuflada. Outro ponto característico do judaísmo na Amazônia é a origem comum do grupo, ou seja, a maioria é proveniente do Marrocos, diferenciando-se do resto do Brasil que recebeu imigrantes judeus de diversas procedências, inclusive do Marrocos e outros países árabes. Embora existam registros concretos da presença de judeus de outras procedências que não o Marrocos, estabelecidos em diversas cidades do interior da Amazônia, estes nunca foram numerosos o suficiente para organizar sinagogas, ou qualquer outra organização comunitária de caráter étnico diferenciado do que já fora estabelecido pelos judeus marroquinos. Segundo Benchimol, (1998):

[...] mais de 100 famílias judias *ashkenazitas* chegaram a Amazônia, inclusive durante a I e II Grande Guerra Mundial. É preciso lembrar, todavia, que os judeus *ashkenazitas* estavam presentes na região desde o fim do século, pois o estatuto da Junta Governativa da Congregação Hebraica do Pará, de 1902, já nos fala no artigo II que

sua duração será perpétua, enquanto houver nessa cidade os hebreus de rito ortodoxo português ou alemão (BENCHIMOL, 1998 p.73).

Para Heller (2010), a preservação da identidade dos judeus marroquinos nas vilas e pequenas cidades era representado por aquele judaísmo domiciliar, no qual residências eram convertidas em sinagogas para as festas que congregavam judeus espalhados pelos mais distantes interiores da Amazônia afim de celebrar festas como *Rosh há Shaná e Yom Kipur*<sup>7</sup>, de significativa memória dos descendentes dos imigrantes que por ventura permaneceram nestas cidades, ou ainda na memória da população local. Algumas cidades interioranas como Itacoatiara, no Amazonas, e Cametá, no Pará, chegaram até mesmo a possuir prédios específicos para os serviços religiosos, que só não eram sinagogas perfeitas pela ausência de *mikves*<sup>8</sup>, mas contavam com *rolos de torah*<sup>9</sup>, e um *minyan* – o quórum mínimo de dez homens para a realização dos serviços religiosos.

Porém, na maioria dos sítios, seringais, vilas e pequenas cidades interioranas o judaísmo era celebrado nos lares, onde muitos preceitos da religião eram mantidos e transmitidos para filhos e netos, mas que, de uma forma ou de outra, também sofriam alterações, devido às influências regionais, o distanciamento das cidades e a falta de um judaísmo mais centralizado e institucionalizado como o existente nas capitais. Além disso, pela importância da produção extrativista a partir da segunda metade do século XIX, as cidades interioranas do Amazonas nesse período, constituíram-se como pólo de atração de pessoas das mais diversas nacionalidades: ingleses, alemães, portugueses, espanhóis, árabes, italianos, franceses que se deslocam para a Amazônia, bem como migrantes de outras regiões do País. A própria cobiça pelos produtos extrativistas provocara inúmeras disputas diplomáticas, sobressaindo as estratégias geopolítica sobre a abertura do rio Amazonas em voga naquele contexto entre o Brasil e os EUA (LUZ, 1965). Tal fator impôs nova política imigratória, obrigando o Brasil a estabelecer colônias de povoamento/agroindustriais em algumas cidades como é o caso de Itacoatiara.

---

<sup>7</sup> *Rosh Há Shaná*: Celebração do ano novo judaico. *Yom Kipur*: Dia do perdão, realizado uma semana depois do ano novo judaico, onde os judeus jejuam e se penitenciam pelas faltas cometidas no ano que se encerrou. Estas cerimônias tinham muita importância para os judeus do interior da Amazônia, que percorriam longas distâncias de barco ou de canoa para reunir-se em alguma residência que fosse servir de sinagoga um exemplo bastante ilustrativo está no texto de Eva Blay: *Judeus na Amazônia*, In Sorj, (1997).

<sup>8</sup> *Mikve*: uma espécie de poço existente nas sinagogas, que armazena água da chuva, onde o indivíduo é mergulhado em rituais de purificação.

<sup>9</sup> *Rolos de Torah*: Os cinco livros do antigo testamento em forma de pergaminhos escritos em hebraico. Guardados na sinagoga em um pequeno armário (*Echal*) posicionado em direção a Jerusalém.

### 1.5 Antecedentes da imigração judaica: a Colônia do Barão de Mauá

A supremacia de Manaus sobre as demais vilas da Capitania, a partir de 1833, foi determinante também para que Serpa voltasse à condição de freguesia. Reis, A. C. F. (1999) menciona que, por erro involuntário, o nome de Serpa foi omitido no documento da divisão das Comarcas e Termos da Capitania, fato que obrigou o presidente do Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, a encaminhar uma retificação com o seguinte teor:

Como por esquecimento não se mencionasse a villa de **Serpa** na divisão judiciária, que há pouco procedeu-se em consequência do Código do Processo; tem o Governo em Conselho, em sessão extraordinária de 8 deste mez, resolvido que, perdendo ella o predicamento de villa, e sendo considerada como **Freguesia**, com a mesma denominação que tem, fique compreendida no Termo dessa Villa de Manáos, visto ser o que lhe fica mais próximo: o que participo a V. M. e para sua intelligencia, e ter a devida execução. Deus guarde a V. M. Palácio do Governo do Pará, 12 de outubro de 1833. José Joaquim Machado d'Oliveira P. Snrs, Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da Villa de Manáos (REIS, A. C. F., 1999, p. 65).

Essa medida governamental reteve de certa forma o dinamismo econômico da vila, pois sem a mesma distinção política de outrora, muitos benefícios advindos dessa condição não poderiam alavancar o comércio, assim como de receber melhor infraestrutura para acomodar as repartições públicas que deveriam ser erguidas sob o ofício de administrá-la, ou mesmo melhoramentos urbanos, como arruamentos, calçamentos, iluminação e obras afins que pudessem garantir melhor receptividade e qualidade de vida para a população. No entanto, o estabelecimento da freguesia estimulou a fixação de habitantes, e os “caminhos” abertos na mata que partiam da Rua das Gaivotas e da Rua da Estrela provocaram uma lenta expansão da vila, que aos poucos foi sendo consolidada.

O precário arruamento abarcava áreas de vegetação natural, possibilitando à população ir construindo, no prolongamento da freguesia, chácaras, sítios ou roçados que eram absorvidos pelo movimento de expansão. A primeira rua fisicamente aberta foi a das Gaivotas, pois margeava o rio Amazonas. Para Silva (1997), no espaço compreendido pela vila até 1850, que representa atualmente parte do Centro Antigo, havia a Câmara que também servia de Cadeia Pública, a Igreja Matriz, o Cemitério anexo à Matriz, o Quartel da Guarda Nacional, a Rampa do Porto e o Pelourinho. Em 1851, foi criada a Coletoria Provincial e a Agência Postal, devido principalmente a intensificação do movimento fluvial como meio do governo melhor arrecadar tributos e coibir o contrabando e, em 1853, houve a criação de uma escola de primeiras letras. Os limites da Freguesia ficavam restritos, ao Norte, o cemitério; a Leste, o lago do Jauary; ao Sul, à rua das Gaivotas; e a Oeste, à travessa dos Martins. As denominações dos

logradouros<sup>10</sup> públicos representavam o momento pelo qual a vila passava: eram ligadas a um fato do cotidiano, franja de prolongamento da vila, história do lugar ou do Império, curiosidade e credices populares, entre outros. A freguesia daquele tempo não se definia eminentemente urbana ou rural. Permeavam, então, elementos da tradição rural e a própria sobrevivência da população pobre estava ligada à preservação de práticas campestres.

O assentamento humano continha população diminuta, circunscrita ao tabuleiro terciário sobre o qual nasceu, espremida entre o rio e a floresta – assim era Serpa do século 18 e início do 19. A facilidade locacional e o porto reforçaram a tendência do comércio fluvial, pois como palco de interligação entre a Província, o Império e os países limítrofes pelo Madeira, serviu, desde a sua gênese de base logística para o fluxo do transporte fluvial, conectividade entre as cidades e vilas do vale, bem como de entreposto para a estocagem e comercialização de produtos extrativistas.

Em vista disso, e aliada à sua crescente função comercial, atraiu homens livres, imigrantes, aventureiros e população circunvizinha dos lugares próximos a ela. Com o crescimento da Freguesia, dado ao custo da moradia na área mais valorizada, a população de menos recursos ocupava os caminhos e estradas, ou seja, morava na periferia, por isso as moradias possuíam um caráter de diversidade no padrão das construções, destinadas aos vários estratos e tipos sociais. Os estabelecimentos comerciais<sup>11</sup> chamados de “casas de negócio”, localizavam-se principalmente nas ruas da “beira do rio” – Gaivota e Marinha – e os trabalhadores realizavam seu ofício nos espaços públicos, ou faziam da rua seu local de trabalho, disputando este espaço com outros tipos humanos, estabelecendo territórios e áreas de circulação, atuando na definição dos espaços em que poderiam operar, na medida em que se intensificava o contato cotidiano com os espaços da Freguesia.

---

<sup>10</sup> Não havia nomenclatura oficial nos logradouros, nem placas de numeração nas casas até 1859, quando se adotou, com ligeiras alterações, os nomes que tradicionalmente eram usados pela população (SILVA, 1997).

<sup>11</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1980, p. 210.

**Figura 3 – Mapa da Vila de Serpa (1864)**

Fonte: REIS, Francisco Parahybuna dos. 1864.  
 >[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=34654](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=34654). Acesso em 22/02/2019.

Essa configuração inicial da freguesia estabelece a relação entre a Igreja, o poder político e o militar, os quais são marcas visíveis que amarraram a organização do espaço territorial, capazes de explicar a conformação da fisionomia que aos poucos ia aparecendo. A segregação do espaço já se insinuava na aproximação das casas melhores ao espaço selecionado pela administração. Por isso é possível compreender por que ao longo das ruas principais estão as habitações melhores, que são normalmente casa de pequenos comerciantes, oficiais, ou repartições públicas. Na periferia das ruas laterais e nas extremidades das principais, vão estendendo-se as habitações mais simples da população indígena ou mestiça. O nucleamento primitivo assumia as condições comuns de estruturação do espaço urbano – rua principal em divisor de águas – e naquelas relacionadas ao papel de posse/defesa territorial e comércio. Assim, construía-se tanto no sentido longitudinal como nas transversais. Essas características do processo histórico de formação da Freguesia, como fronteira de domínio luso, e da atividade econômica que sustentou esse processo – exploração da mão-de-obra indígena – explicam os desníveis com relação à densidade demográfica em centros administrativos do porte de Serpa como mostra o quadro 2.

**Quadro 2 – População da Vila de Serpa**

Ano	1774	1840	1856	1859	1868	1873
Freguesia/ Vila de Serpa	366	1.017	2.587	1.120	4.627	2.650

Fonte: Mattos, 1869; Sampaio, 1985; Silva, 1997.

A tabela acima reflete a dinâmica populacional por que passou o assentamento humano de Serpa, retratando as várias fases socioeconômicas que acompanharam o seu crescimento. Assim, a primeira inicia-se com a fundação do aldeamento missionário no Madeira<sup>12</sup>, obra do jesuíta suíço Jódoco Perez<sup>13</sup>, que inaugurou o aldeamento entre os dias 07 e 08 de setembro de 1683<sup>14</sup> (BITTENCOURT, 1985; SILVA, 2017). Este fato expressa o controle defensivo do território, exercido por Portugal, para a futura valorização econômica das terras conquistadas. O segundo, com a transferência para o Amazonas a partir de 1759, por meio da ação mercantil monopolista da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, criada pelo Marquês de Pombal, medida que visava a introdução da agricultura comercial, por intermédio do trabalho escravo e do colono, e a transformação de aldeias em vilas. O terceiro, de 1778 até 1850, com a extinção da companhia pombalina e a estagnação econômica da região e da vida urbana. Contudo, ante a esses fatos históricos, a própria expansão da Freguesia refletiu as mudanças<sup>15</sup> econômicas e políticas externas a ela, ocorridas em meados do século 19, que resultaram em significativas transformações do seu espaço. Como exemplo, a Lei n. 74, de 10 de dezembro de 1857, restituindo à Freguesia a titulação de Vila, o que certamente, com a distinção política que teve a partir desse momento, possibilitou a institucionalização de normas

---

<sup>12</sup> LOUREIRO, Antonio José Souto. *Amazônia – 10.000 anos*. Manaus: Metro Cúbico, 1982, p. 122.

<sup>13</sup> O padre Jódoco Perez ou Jodocus Perret nasceu em 20 de fevereiro de 1633 em Friburgo, na Suíça. Filho de Jost Perret e de Elisabeth Lenzburger Perret, estudou no colégio dos jesuítas de sua terra natal entre 1644/1653. Ingressou na Companhia de Jesus na cidade de Landsberg em 15 de outubro de 1655. Fez o curso de Filosofia em Ingolstadt no período de 1658/1661, foi ordenado padre em Eichstatt aos 19 de junho de 1666, pelo bispo Ludwing Wilhelm Benz. Docente de lógica no Colégio de Munique em 1667/1668 e de Filosofia na Universidade de Dillingen de 1669 até 1671. Em seguida, foi enviado para Galiza e de lá para Lisboa, de onde foi transferido para o Brasil. De Salvador veio em 1678 para o Maranhão e em seguida se desloca para o Grão-Pará. Entre 1678 e 1681 pregou a fé cristã em inúmeras aldeias, e foi incansável percorrendo centenas de quilômetros em barcos ou a pé pela floresta e rios da Amazônia. Em 1679 propôs a fundação em Belém de um seminário para meninos indígenas, a fim de criar um noviciado próprio da Missão, independente do Brasil e de Portugal. De 1682 a 1683 foi reitor do Colégio de Santo Alexandre, em Belém e em setembro do ano de 1683 funda o aldeamento de Serpa no rio Maturá. Expulso da região amazônica em 1684, e no barco em que ele e os demais religiosos iam sendo deportados, foi atacado e torturado por piratas estrangeiros. Chega a Lisboa em 17 de janeiro de 1685, a fim de expor e expulsão dos jesuítas. Retorna a Amazônia, e entre 1690 e até 1697 continuou como docente do Colégio Santo Alexandre. Aposentado por idade em 1697, a partir desse momento passou a confessor no mesmo Colégio. Em 1698, por haver protestado contra a prisão do bispo do Maranhão e Grão-Pará, Dom Timóteo do Sacramento, sob ordem do ouvidor-geral Mateus Dias da Costa, sofreu ameaça por processo de inconfidência. Porém, graças à intervenção do então padre superior José Ferreira, Jódoco Perez foi poupado desse constrangimento. Faleceu em 22 de maio de 1707 em Belém (LEITE, 1943; BERREDO, 1989; BETTENDORFF, 1990; AZEVEDO, 2008).

<sup>14</sup> Em 1683 o padre Jódoco Perez, depois de uma viagem de mais de 1.500 km subindo o Amazonas, em serviço de catequese, ingressa no Madeira e, próximo à foz do rio Iruri, realiza o primeiro contato com membros da etnia desse mesmo nome (SILVA, 2017). Afluente da margem direita do médio Madeira, o Iruri, depois denominado Maturá, é um rio pouco extenso e de águas negras, cuja foz mede 80 metros de largura ao tempo do inverno. Fica a jusante do rio Manicoré, entre os rios Atininga, à esquerda, e Mariepáua, à direita (BITTENCOURT, 1985).

<sup>15</sup> Entre essas mudanças podemos destacar: o movimento revolucionário da Cabanagem em 1835, a criação da Província do Amazonas em 1850, a exploração extensiva dos seringais em 1850, a introdução da navegação a vapor em 1853, (CORRÊA, 1987; OLIVEIRA, A. E., 1988; OLIVEIRA, J. A., 1995).

jurídicas que foram importantes para o assentamento urbano, tendo em vista ser formalizado com a nova prerrogativa administrativa, sua autonomia política e territorial.

Contudo, dos acontecimentos históricos destacados, podemos dizer que o mais significativo para a espacialização da vila de Serpa foi à introdução da navegação a vapor, a partir de 1853, que resultou em uma importante ação governamental do Império Brasileiro para o crescimento espacial. É importante antever que, por meio da análise desse empreendimento estatal, é possível compreender, de modo mais abalizado, os fatores determinantes e condicionantes do crescimento da vila, bem como determinar em qual proporção física e humana este fato projetou o movimento da expansão, forjando o espaço pretérito na sua função primordial do ponto onde se concentram os destinos de um pequeno lugar na Amazônia, cujas várias camadas sociais são representantes de uma época numa sucessão de tempos.

Para que os investimentos na estruturação da navegação a vapor se efetivasse pelo Império Brasileiro, foi necessário, que anos antes (1850) as teorias sobre o determinismo geográfico e idéias racistas que representavam o momento vivido por parte da sociedade norte-americana à época fizessem aparecer no cenário geopolítico latino-americano um plano para ocupar a Amazônia, a ponto de a transformar em um novo Texas. No entanto, para entender esse quadro de pressões e disputa diplomática nas Américas é necessário apresentar o seu arcabouço geopolítico e histórico (LUZ, 1965).

Primeiramente em 1823, o Presidente dos Estados Unidos da América, James Monroe, formulou a doutrina que tem o seu nome: a Doutrina *Monroe*, pela qual declarou que ficavam vedados empreendimentos coloniais nas Américas. A “América para os americanos” era o lema de sua doutrina, que pretendia afastar do continente americano os impérios coloniais europeus. Além disso, a partir de 1830, os Estados Unidos da América voltaram-se para a anexação de territórios pertencentes ao México, pelos quais foram à guerra. Vitoriosos, promoveram a anexação do Texas em 1845, da Califórnia e do Novo México em 1847. O acréscimo territorial possibilitado com a guerra influenciou a sociedade norte-americana a ponto de surgir, em 1850, a “Doutrina do Destino Manifesto”. Sua concepção era no sentido de que os Estados Unidos tinham um destino manifesto, o de dominar o México, o Caribe e a Amazônia. Ou seja, a América do Sul não passava de uma península do território americano. Essa doutrina vinha ao encontro do ideal dos estados do Sul, cujos desentendimentos e animosidades com os estados do Norte já começavam a se manifestar (Guerra da Secessão).



Segundo Luz (1965), influenciando fortemente essa iniciativa do Destino Manifesto<sup>16</sup> sobre a Amazônia a partir de 1850, estava alguém aparentemente desprovido de meios para uma agressão à soberania nacional. Entretanto, a persuasão ideológica, o irreversível fim da escravidão, a proximidade da Guerra da Secessão e a estratégia geopolítica dos EUA para a América Latina, possibilitaram a emergência de uma figura controversa, ardilosa, e, suficientemente capaz, de, com sua oratória persuasiva, cauterizar a mente da imprensa, população e principalmente do governo americano.

A *práxis* da doutrina do Destino Manifesto sobre a Amazônia, teve na figura do tenente da Marinha dos Estados Unidos da América, Matthew Fontaine Maury<sup>17</sup> chefe do Serviço Hidrológico Americano seu apóstolo incansável, a ponto de promover conferências percorrendo vários estados americanos com o fito de influenciar a sociedade, a diplomacia e os governos americano e sul-americanos com relação à navegação no Vale do Amazonas, além disso, organizou duas expedições de exploração – William Lewis Herndon<sup>18</sup> e Lardner Gibbon - ao rio Amazonas, sem o consentimento do governo brasileiro, surgindo dessa campanha uma crise diplomática entre os EUA e o Império Brasileiro (LUZ, 1965).

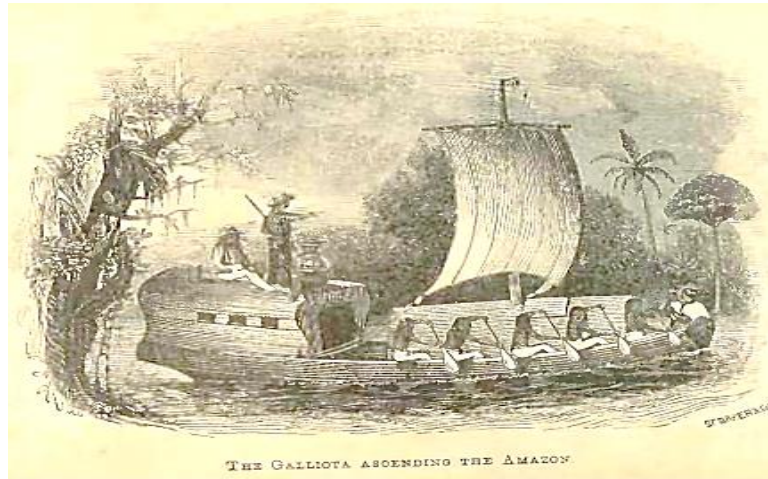
---

<sup>16</sup> Destino Manifesto foi uma expressão cunhada pelo jornalista John Louis O'Sullivan, em 1845, quando os americanos estavam ocupando o Oeste. Nesse período muitos americanos começaram a acreditar que a virtude dos Estados Unidos era o resultado de seu experimento especial com a liberdade e a democracia (PONKO, 1974)

<sup>17</sup> Maury endossa e incorpora a ideologia do novo colonialismo e, ao mesmo tempo, será o porta-voz dos interesses do sul dos EUA, região que, em meados do século XIX, entrava na grave crise que conduziria ao aniquilamento da sua sociedade monocultora e escravocrata. Filho do Estado da Virgínia, descendente, pelo lado paterno, de hugenotes franceses e, pelo materno, de ingleses e holandeses, Maury era um misto de cientista, visionário e homem de negócios. Em suas idéias, preocupava-se com o problema dos negros americanos, tendo em vista a proximidade da abolição da escravatura. Convencido da superioridade do branco, só admitia o negro na condição de escravo e nunca na condição de igualdade com os brancos. Os princípios do determinismo geográfico e as doutrinas do “Destino Manifesto” da predestinação divina foram invocados por Maury para explicar e legitimar o destino da Amazônia como uma região a ser povoada por negros escravos norteamericanos. Como tenente da marinha dos EUA e chefe do Serviço Hidrológico Americano, estudou as cartas dos ventos e correntes marinhas, concluindo que, graças às correntes marítimas, uma tora de madeira flutuando no Amazonas seria arrastada para o Caribe, passaria pela foz do Mississipi, atravessaria o estreito da Flórida para alcançar o *Gulf-Stream*. Estas circunstâncias e a distância relativamente curta que separa a foz do Amazonas do estreito da Flórida levaram-no a considerar a Bacia Amazônica como parte integrante de toda a zona do Caribe e do Golfo do México que, por outro lado, considerava todo esse território pertencente aos EUA. O grande desígnio do tenente Maury era livrar os EUA do elemento negro que ameaçava sua pureza racial, utilizando-o para colonizar e povoar a Amazônia e salvar o instituto da escravidão, deslocando para o grande vale os sulistas com seus escravos. Diante dessa necessidade, convinha, portanto, aos americanos ser os primeiros a conseguir a concessão da navegação no Amazonas e estabelecer sua influência, a fim de anglo-saxonizar a Amazônia brasileira. Maury morreu no México implantando colônias de povoamento para confederados sulistas após a Guerra da Secessão (LUZ, 1968, p. 58-63).

<sup>18</sup> HERDON, William Lewis; GIBBON Lardner. *Exploration of the Valley of the Amazon*. Robert Armstrong Public Printer: Washington, 1854.

**Figura 4 - Galeota subindo o Amazonas (1847)**



Fonte: EDWARDS, Willians Herndon. 1847, p. 227.

Essa disputa diplomática segue, ante a negativa do governo brasileiro em autorizar a expedição, mesmo assim, em 1851, o Capitão William Lewis Herndon<sup>19</sup> recebeu ordens do Congresso Americano para explorar o rio Amazonas a partir dos Andes. Herndon havia sido indicado por seu cunhado, e então comandante e cientista responsável pelo *United States Naval Observatory* da marinha Matthew Fontaine Maury<sup>20</sup>. Ambos eram sulistas e preocupados com a tensão crescente entre Norte e Sul que crescia nos Estados Unidos, decidiram procurar por locais onde fosse possível manter a escravidão intacta. Especialmente Maury supunha que a região do Amazonas poderia se transformar numa grande zona produtora de algodão, salvando a atividade econômica que, na época, corria riscos nos Estados Unidos (PONKO, 1974).

Junqueira (2007), revela que os verdadeiros propósitos da viagem não foram revelados quando o governo norte-americano pediu permissão ao Império brasileiro para realizar uma expedição de reconhecimento pelo Amazonas. O Congresso dos Estados Unidos aprovou a viagem com objetivos de acrescentar dados ao parco conhecimento que os norte-americanos tinham sobre a região, além disso, confirmar a navegabilidade de alguns dos afluentes do rio Amazonas e identificar as possibilidades de incrementar alguma atividade de agricultura ou outros campos do comércio. Herndon, que estava ancorado no Chile, servindo na esquadra do Pacífico, passou a reunir informações sobre os países andinos, uma vez que a viagem deveria ser realizada a partir do Peru, para em seguida alcançar a parte navegável do

<sup>19</sup> PONKO, Vincent. Herndon-Gibbon expedition to the region of Amazon (1851-1852). *Ships, seas and scientists. U. S. naval exploration and discovery in the nineteenth century*. Annapolis: Naval Institute Press, 1974.

<sup>20</sup> MAURY, Matthew Fontaine. *The Amazon and the Atlantic slapes of South America*. Washington: Franck Taylor, 1853.

Amazonas. Em 1851, o oficial Lardner Gibbon<sup>21</sup> chegou à Lima com detalhadas instruções para a viagem, além de orientação para a coleta de plantas e animais que deveriam ser levados aos Estados Unidos. No percurso de Lima a Belém, a expedição passou por Borba, Manaus, Parintins entre outras. Na chegada a Serpa os exploradores advertem:

The village of **Serpa**, where we arrived in the afternoon, is situated on the left bank of the Amazon, thirty miles below the mouth of the Madeira. It is a collection of mud-hovels of about two hundred souls built upon a considerable eminence, broken and green with grass, that juts out into the river. There is a point of land just above Serpa, on the opposite side, which, throwing the current off, directs it upon the **Serpa** point, and makes a strong eddy current for half a mile above the town close in shore (HERDON, William Lewis; GIBBON Lardner, 1854, p 293, grifos nosso).

A vila de **Serpa**, onde chegamos à tarde, está situada na margem esquerda da Amazônia, trinta milhas abaixo da foz da Madeira. É uma coleção de casebres de lama de cerca de duzentas almas, construídas sobre uma eminência considerável, quebrada e verde com grama, que se projeta para o rio. Há um ponto de terra logo acima de Serpa, no lado oposto, que, jogando a corrente fora, o direciona para o ponto **Serpa** e produz uma forte corrente de redemoinho por 800 metros acima da cidade próxima à costa (HERDON, William Lewis GIBBON Lardner, 1854, p 293, grifos nosso).

A exploração dos rios sempre foi a maneira mais viável de se atingir o interior de países considerados desconhecidos ou que fornecessem possibilidades de exploração comercial. Assim sendo, podemos notar que na primeira metade do século XIX, ainda que a marinha de guerra dos Estados Unidos tivesse interesses no Pacífico, a instituição voltou-se de maneira surpreendente para a ainda “desconhecida” Amazônia. Esta era a região que procurou reconhecer e estabelecer profícuos contatos com as elites políticas e científicas locais, além de mapear pontos de conexão entre vilas e cidades, com a intenção de desenvolver o comércio norte-americano.

Herndon desceu o Amazonas realizando o trajeto por barco, mulas e a pé. A região do Amazonas fora considerada por demais isolada e selvagem para que se pudessem erguer ali sociedades nos aristocráticos moldes sulistas norte-americanos. Embora Herndon e Gibbon (1854), não tenham sido bem-sucedidos na intenção de localizar locais para transferir os senhores e escravos sulistas<sup>22</sup>, eles supriram o governo dos Estados Unidos com um número

<sup>21</sup> O relato de Herndon foi contemplado com várias edições e circulou amplamente nos Estados Unidos. Ainda hoje, além de amplamente citado em trabalhos de etnologia e história natural, é visto como uma grande aventura norte-americana do período. Conferir HERNDON, William Lewis. *Exploration of the valley of Amazon, 1851-1852*. Nova York: Grove Press, 2000.

<sup>22</sup> Após a abolição da escravidão nos Estados Unidos, em 1862, e a partir de um acordo com o Imperador do Brasil, Dom Pedro II, alguns sulistas migraram para o Brasil. A maioria se dirigiram para São Paulo, o lugar escolhido para a fundação de duas cidades por imigrantes norte-americanos, descontentes com a situação após a Guerra Civil (1861-1865). Tais cidades receberam os nomes de Americana e Santa Bárbara do Oeste. Ver COSTA, Ana Maria Oliveira. *O destino (não) manifesto*. São Paulo: União Cultural Brasil-Estados Unidos, 1995.

considerável de informações que foram utilizadas durante todo o século XIX e que justificaram plenamente os esforços de pressão diplomáticos sobre o Império do Brasil, no sentido de abertura do Rio Amazonas.

De acordo com Nogueira (1999), o Império vedava o ingresso de navios de bandeira do exterior que adentrassem em águas nacionais. Essa preocupação, em boa parte, era em decorrência da grande extensão territorial da Amazônia, baixo quadro demográfico e mesmo o desconhecimento dominial representado pelo litígio de tratados de limites, entre a Coroa Portuguesa e nações européias, especialmente Espanha. Essa medida do governo brasileiro não teve ressonância em vários países limítrofes, entre os quais Bolívia, Equador, Peru, Guiana e Venezuela, que juntos investiram pressão sobre o Brasil ao facultarem a livre navegação em seus rios tributários do Amazonas.

Diante disso, Pennington (2009) afiança que, com a promulgação do Decreto n. 1.037, de agosto de 1852, pelo Conselho Presidencial do Pará, foi concedido ao Sr. Irineu Evangelista de Souza – Barão de Mauá – o privilégio de instituir no interior da Amazônia, a navegação a vapor, uma vez que se limitava à costa brasileira, até Belém. A concessão dava-lhe o privilégio exclusivo da exploração da navegação do rio Amazonas por 30 anos, além disso, uma subvenção anual, com a contrapartida de estabelecer linhas regulares entre: a) Belém/Manaus; b) Manaus/Tabatinga (fronteira com o Peru, a ser futuramente prolongado até Iquitos); c) de Belém a Cametá, no rio Tocantins. Ademais, por obrigação contratual compromete-se a estabelecer durante os primeiros anos, seis centros de colonização na Amazônia, com seiscentos colonos europeus cada um (LOUREIRO, 1978). O início regular da navegação a vapor no interior do Amazonas foi estabelecido em janeiro de 1853, quando o Barão de Mauá criou a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas – C.N.C.A. E o próprio Mauá assim se referiu a este fato, em sua “Exposição aos Credores”, *apud* Lima (1976):

Neste inventário imperfeito de alguns serviços prestados ao meu país, a que as circunstâncias em que me vejo colocado me obrigam, considero um dos maiores a realização da navegação a vapor no vale do Amazonas, no tempo em que ninguém acreditava nela. Quando os poderes públicos decretaram primitivamente as concessões, tratava-se de uma experiência que podia falhar, os resultados podiam não corresponder às previsões. Os fatos vieram dar razão à política previdente e atilada que semeou para colher, pois a colheita apareceu, e o vale do Amazonas que, embora represente a mais vasta circunscrição do território pátrio, contém uma população tão insignificante, não obstante, já retribuiu aos cofres públicos, em grossa torrente, e com enorme lucro, os adiantamentos que para tão importante mister fora sabidamente decretados, sem falar no bem-estar social, e grandioso incremento da riqueza pública e particular que esse fato determinou (LIMA, 1976, p. 25).

Santos, R. (1980) reafirma que a Cia. do Amazonas, no contrato com o governo imperial, comprometia-se a instalar na Amazônia colônias de povoamento a partir de 1854. Como meio de ressarcir-se dessa exigência, a Cia. receberia subvenções, favores e privilégios da navegação. Com esse intuito, introduziu 1.061 portugueses no mesmo ano (1854) e depois, 30 chineses. Fundou dois assentamentos humanos na Província do Amazonas, as colônias Mauá e Itacoatiara, uma nas Lages, a 9 milhas a jusante de Manaus, e a segunda na vila de Serpa. A colonização tivera, com efeito, um objetivo não propriamente econômico, mas político, embora um financista como Mauá procurasse, naturalmente, ter sempre em vista as finalidades econômicas. A fraca densidade demográfica da região não a capacitava para um ativo comércio. Contudo, esperava-se poder desenvolver essa capacidade comercial graças à colonização. Teria, esta assim, uma dupla finalidade: a da segurança nacional, mediante o deslocamento de população para o vale que, por isso mesmo, atraía a cobiça internacional, e a econômica, alimentando, neste caso, um comércio que, por falta de produtores e consumidores, estaria fadado a não se desenvolver.

**Figura 05 - Barco da Cia de Navegação e Comércio da Amazônia (s/d)**



Fonte: Acervo Aleksander Allen Nina Palitot, Porto Velho (s/d).

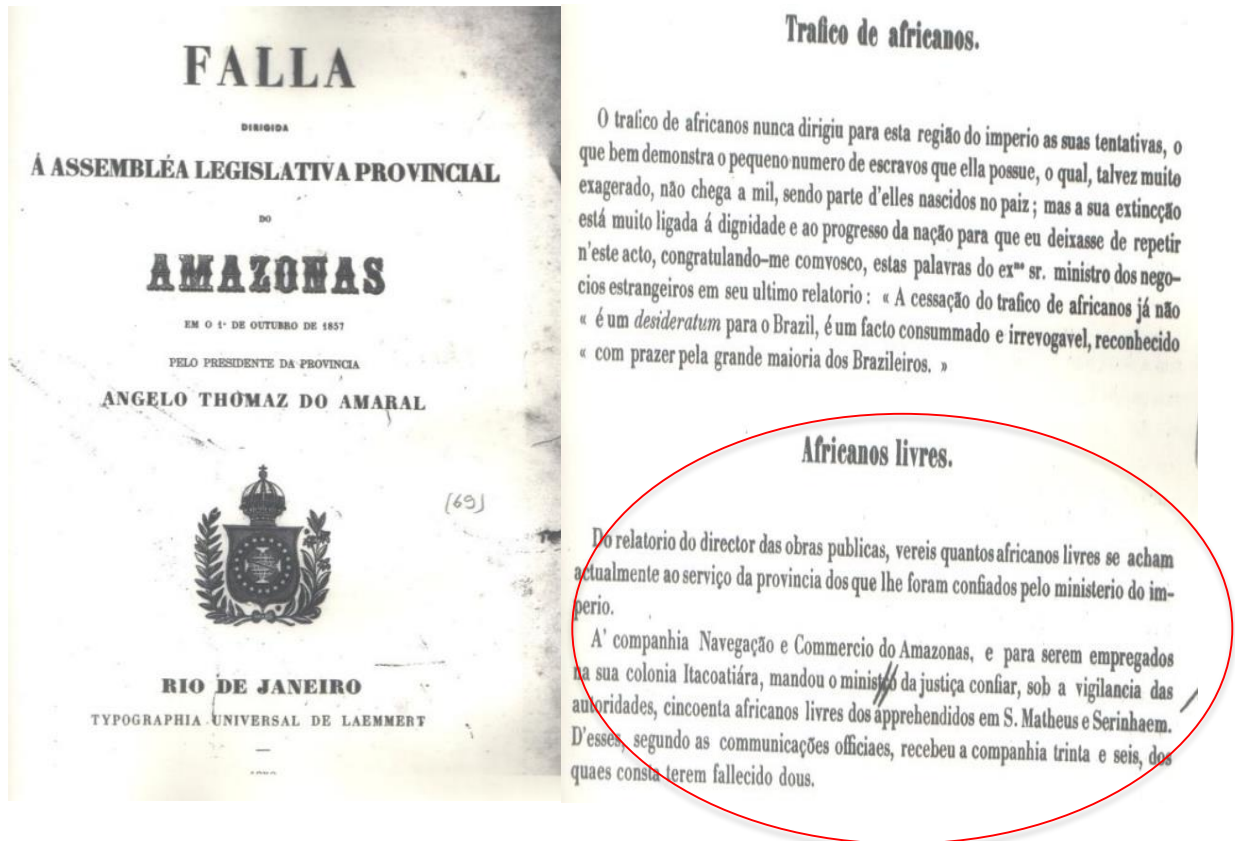
Pelo relatório do 1.º vice-presidente da Província do Amazonas, Manoel Gomes Corrêa de Miranda, de 1857<sup>23</sup> tem-se, em linhas gerais, a configuração espacial e a infraestrutura da Colônia Industrial Itacoatiara, relatadas a este pelo seu diretor, o francês Le Gendre Decluy. As construções eram de nove casas, três telheiros, uma estrebaria, uma serraria, uma olaria e um estaleiro. Mantinham terreno anexo para agricultura<sup>24</sup> extensiva, criação de

<sup>23</sup> Na Exposição feita pelo Presidente do Conselho da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Pena, de 11 de março de 1855, consta o Decreto n. 1.410, de 8 de julho de 1854, que autoriza a demarcação das terras da Cia. Portanto, as atividades da Colônia Itacoatiara iniciaram nesse ano (1854).

<sup>24</sup> Cacau, café, algodão, mandioca, manga, milho e feijão (MIRANDA, M. G. C., 1857), (LOUREIRO, 1989).

animais, cuja mão-de-obra era representada por trabalhadores colonos em número de oitenta, sendo vinte e três chineses, vinte e um portugueses e trinta e quatro africanos livres.<sup>25</sup>

**Figura 6 – Fala à Assembleia Legislativa Provincial (1857).**



Fonte: AMAZONAS. Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em o 1.º de Outubro de 1857, pelo Presidente da Província Ângelo Thomaz do Amaral, Rio de Janeiro, Typ. Universal Laemmert, 1858, p. 41- 42.

Esses fatos são confirmados em nova Exposição do Presidente da Província do Amazonas (1857), Ângelo Tomás do Amaral do Partido Conservador, que cita que foram confiados à Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas na vila de Serpa, pelo Ministério do Império, trinta e seis africanos livres dos cinquenta apreendidos em São Matheus e Serinhaém dos quais dois foram a óbito. Portanto os afro-descendentes da Colônia Industrial de Itacoatiara, chegaram em 1857, e no mesmo ano sete destes foram batizados pelo Pe. Francisco de Paula Cavalcante Albuquerque na Igreja de Nossa senhora do Rosário (CÚRIA,

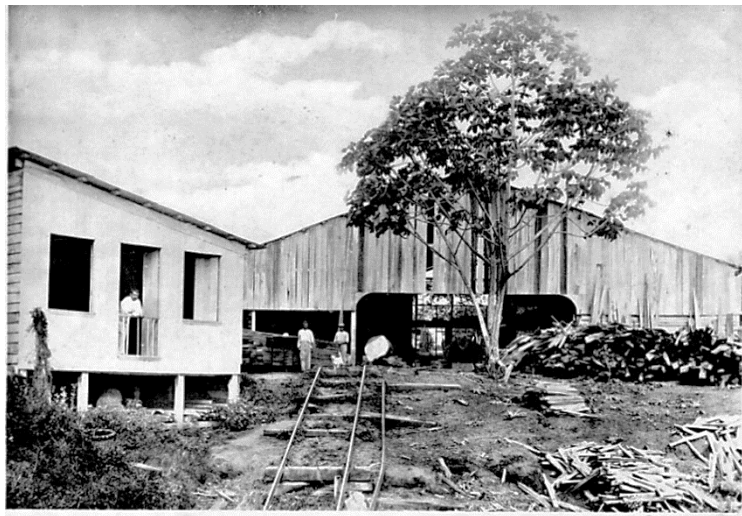
<sup>25</sup> Os afro-descendentes da Colônia Agro-Industrial Itacoatiara vivem hoje no Quilombo de Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa (Diário Oficial da União n. 239, de 10 de dezembro de 2014). Os africanos a que se referia o vice-presidente eram os africanos livres. Na primeira metade do século XIX os africanos resgatados nos navios acusados de tráfico – da Inglaterra, Espanha, Portugal e Países Baixos – passaram a ter o status de “livre”, devendo os governos locais supervisioná-los como “criados ou trabalhadores livres” antes que fossem emancipados (MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres*. 2017, p.33-34).



1857). Dos 34 africanos livres da Colônia Itacoatiara sabemos pela documentação eclesiástica os nomes de apenas 07: Paulo, Bernardo, Estevão, Rodolpho, Jeremias, Filizardo e Augusto. Todos apenas com o primeiro nome, sem referência de sobrenome.

De acordo com Guizelin (2013), os africanos livres fizeram parte de uma carga maior de 209 africanos apreendidos num palhaborde em 11 de outubro de 1855 na cidade pernambucana de Serinhaém sob cooperação internacional entre governo brasileiro e os governos britânico, português e estadunidense. Dos que vieram para Serpa, a grande maioria era homem, entre os 21 e 48 anos, servindo nos ofícios de pedreiro, capina e servente, as duas únicas mulheres eram lavadeiras. O comportamento deles era classificado como “mau” ou “péssimo”, além de serem considerados como “turbulentos e dados ao vício de embriaguez”. Eles foram confiados à Cia. de Navegação a fim de servirem na Colônia Itacoatiara para cumprir seu tempo de serviço enquanto aguardavam sua emancipação (BRITO, 2018, p, 122).

**Figura 7 - Colônia Agroindustrial Itacoatiara (serraria)**



Fonte: BITTENCOURT, Antônio Clemente Ribeiro.1910, p. 334.

Na administração da Cia., mantinha-se um diretor, um médico, um escrivão, um escriturário, um engenheiro e dois administradores (um da olaria e outro da serraria). Para Loureiro (1989), um dos objetivos das colônias era o abastecimento de produtos de primeira necessidade onde foram implantadas, motivo pelo qual as construíram próximas de vilas e cidades. Esperava-se também desses empreendimentos um repovoamento da área com elementos brancos, amarelos e negros. No seu início, a Colônia Itacoatiara não apresentou grande desenvolvimento produtivo, porém, em 1859<sup>26</sup> Avé-Lallemant (1980) que conviveu

<sup>26</sup> Dando cumprimento à Lei n. 78, de 02.01.1858, combinada com a Lei n. 92, de 06.10.1859, o Vice-Presidente da Província do Amazonas, Manoel Gomes Corrêa de Miranda, baixou a Portaria n. 152, a qual homologou o

com os trabalhadores, registrou vinte casas, ou seja, o dobro de moradias das erguidas inicialmente:

[...] E quando o sol, que se punha na longínqua margem do nordeste irradiou seus últimos raios pudemos avistar **Serpa**. Era noite fechada, quando alcançamos a chamada **Colônia**, um quarto de horas mais acima de Serpa, no Amazonas [...] fiquei deveras contente, quando saltei de minha canoa para terra. Na **Colônia** já estava tudo quieto. O dietro do instituto (Colônia) fora para Serpa. Mandeí um negro lá, e, meia hora depois, era recebido e hospedado o mais amavelmente possível pelo Sr. **Moritz Becher**. As 06 horas da manhã seguinte fui despertado pelo toque duma campainha. A vida da **Colônia** começara. [...] O fabrico de tijolos e telhas, a serragem de tábuas e barrotes deviam ser sobretudo o primeiro trabalho o primeiro dever. E em parte alguma se poderia localizar melhor instalações para o preparo desse material indispensável, do que em **Serpa** a antiga **Itacoatiara**. [...] Além disso, Serpa é porto de escala dos vapores, o entreposto natural para o grande rio, para **Borba** e **Crato** (Manicoré) e até para além das últimas cachoeiras. [...] (Para a construção da Colônia) Desbravaram-se uma grande área de floresta [...] depois erigiram, com largos espaços intermediários medidos a trena [...] Havia também vastos edifícios destinados a administração, para a instalação duma serraria a vapor e máquinas a vapor para moldar a prensar tijolos e telhas, toda espécie de artigo de barro [...] E quatro partes do mundo concorreram também com o seu contingente para animar o pequeno mundo de **Serpa**. Engenheiros **ingleses e norte-americanos**, alguns inspetores **alemães** de armezéns, 26 trabalhadores **chineses**, um magote de **negros**, muitos índios e índias (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 205-206-207. Grifos nosso).

A heterogênea Colônia Agroindustrial Itacoatiara implantada na vila de Serpa, surpreendeu Avé-Lallemant (1980), pelo modo de trabalho, infraestrutura, como também por representar um “pequeno mundo” em alusão ao contingente humano de três continentes muito distintos. O crescimento espacial da Colônia pôde ser descrito anos mais tarde quando, Silva (1997) salienta que o número de casas se eleva em 1865 para 36, afirmando ainda que, a pedido de Gustavo Adolpho Bloem, a Câmara de Serpa aprovou que o limite entre a vila e a Colônia consistia em uma cerca de madeira, que, percorrendo em linha reta até a beira do rio, terminava junto a um portão. Este limite fora construído para que se distinguíssem as terras que pertenciam à vila e as sob responsabilidade da Cia., sendo este um dos primeiros documentos que delimita o perímetro urbano.

A rápida dinamização desse empreendimento, com a ampla subvenção do Império, direcionou sua progressão horizontal, ocorrendo esta espacialização por meio do progresso advindo da produção industrial da olaria, oficina de reparos dos navios, serraria, e da atividade agrícola combinada com a criação de animais. O recorte espacial abrangia os terrenos da hoje rua Moreira César, próxima à Igreja do Divino Espírito Santo, estendendo-se até às margens do

---

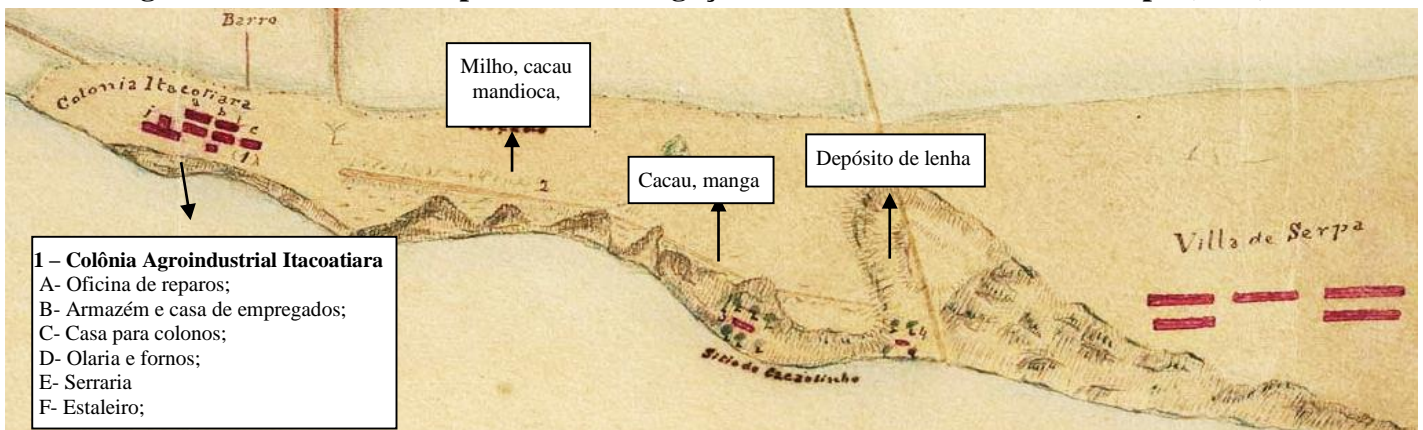
limite territorial da Vila. Em parte, essas divisões comprometiam o aumento populacional, ora aumentando, ora diminuindo o contingente humano, pois boa parte da população de uma determinada vila poderia ser transferida para uma outra vila vizinha, por intermédio de leis de repartimento de terras.



Lago de Serpa (SPINDOLA, 2001). De certa forma, o advento econômico possibilitado pelas indústrias da Cia. foi o primeiro surto de crescimento econômico-espacial que a vila sofreu desde que foi elevada a esta condição. A mobilidade humana entre a vila e a colônia se fazia por precário caminho construído para dar passagem aos trabalhadores e moradores que transitavam entre ambos os segmentos espaciais.

Quando a população percorria em direção à vila, dizia-se: vou lá pra vila, no sentido contrário: “vou pra Colônia”. Conquanto sendo periferia da vila, o *boom* econômico vivido pelas atividades industriais da Cia., mesmo diante de sua efemeridade, possibilitou um rápido crescimento espacial, a princípio, no sentido Oeste-Leste, absorvendo áreas de densas florestas em direção progressiva à vila. O redirecionamento do sentido desse crescimento só ocorre quando o *rush* da borracha propiciou um movimento de progresso nunca visto pela vila, sendo a supremacia de crescimento urbano da vila sobre a Colônia, sido consolidado pelo assentamento de pequenas casas de moradores ao longo do precário caminho de acesso que, com o tempo, transformou-se na atual rua Álvaro Botelho de Castro e França. O avanço desse crescimento ocorreu até a vila absorver por completo a estrutura urbana da antiga Colônia. Nota-se, a partir desse pressuposto, que o crescimento horizontal se inicia, a princípio, com a espacialização da Cia., quando esta agrega casas de trabalhadores e amplia suas instalações, possibilitando um breve adensamento humano, cuja expansão ora espraiava-se sobre a vila. E com o passar do tempo, se dá a inversão da progressão urbana, quando a vila se sobrepõe às estruturas da Cia. Com a junção dos dois segmentos espaciais, qual seja, a Colônia Itacoatiara que deu origem ao bairro da Colônia e o Centro Antigo, tem-se a configuração inicial daquilo que viria a ser o fundamento primário da cidade de Itacoatiara.

**Figura 8 - Planta da Companhia de Navegação do Amazonas na Vila de Serpa (1864)**



Fonte: REIS, Francisco Parahybuna dos. 1864. >[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=34654](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=34654). Acesso em 22/02/2019.

O bairro da Colônia, como ficou popularizado desde então, é fruto de uma iniciativa do Império Brasileiro de resguardar-se do interesse internacional sobre a Amazônia, cujo pretexto, do ponto de vista interno, era mostrar ao mundo que o Brasil, inspirado nos pensamentos então dominantes, era um país liberal, ao facultar a livre navegação no Norte. Na verdade, a emergência desse empreendimento teve cunho político/econômico, uma vez que visava poder atender melhor a crescente demanda mundial da goma elástica e, assim, ajudar a recompor, em curto prazo, as finanças nacionais severamente abaladas com a Guerra do Paraguai. Além disso, o Brasil, àquela época, exigia no Sul um direito à navegação na Bacia do Prata, portanto, em território estrangeiro e, desta forma, não podia continuar fechando a Bacia Amazônica. A presença física desse núcleo de povoamento em Serpa também era uma primeira tentativa de dar suporte ao crescimento demográfico na região. Esse afluxo humano, ainda que explicado pela vinculação ao binômio extrativismo e comércio, no contexto da Amazônia, incorpora, mesmo que momentaneamente, na segunda metade do século XIX, uma miscigenação que marcará definitivamente os grupos humanos que compõem a sua atual população.

### **1.6 A imigração espontânea: Jason Wilians Stone e o Jauary**

Paulatinamente, graças à navegação a vapor e a procura por borracha, os imigrantes começaram a chegar dos mais diversos lugares. Com esses adventos a vila encontra, assim, a oportunidade de concentrar ainda mais os recursos financeiros, sociais e políticos que consolidaram seu crescimento. Na medida em que se intensificavam as atividades econômicas, provindo das casas de negócios, assim como das indústrias da Colônia, lavradores, novos comerciantes, aventureiros, estrangeiros e população circunvizinha, eram encorajados a fixar residência. Todo esse processo de expansão, que gerou um aumento demográfico, deve ser entendido dentro de uma visão mais ampla como a dependência da economia local ao capitalismo monopolista internacional que estava em desenvolvimento na segunda metade do século XIX, com sua política de dominação das fontes de matéria-prima, mercado e lugares.

Com o financiamento de propaganda e de intermediários, o capital externo atraiu para a vila uma relativa leva de imigrantes nordestinos e, também, de estrangeiros. Oliveira, A. E. (1988) distingue três tipos de imigração para a Amazônia nesse período: a dirigida, no sentido de estimular e orientar a vinda para a Região tanto de brasileiros quanto de estrangeiros para a colonização agrícola. Como exemplo, Santos, R. (1980) cita a Colônia Bom Gosto, em

Santarém, com colonos confederados, após a Guerra da Secessão, quando ainda acesa a questão diplomática entre os EUA e o Brasil sobre a migração de sulistas norte-americanos:

O major Langsford Warson Hastings foi quem promoveu a corrente migratória para a Amazônia, que não ultrapassou, porém, de 160 a 200 imigrantes. Foram assentados a alguns quilômetros da cidade de Santarém, constituindo a Colônia Bom Gosto implantada entre 1866 e 1867 (SANTOS, R., 1980, p. 89-90).

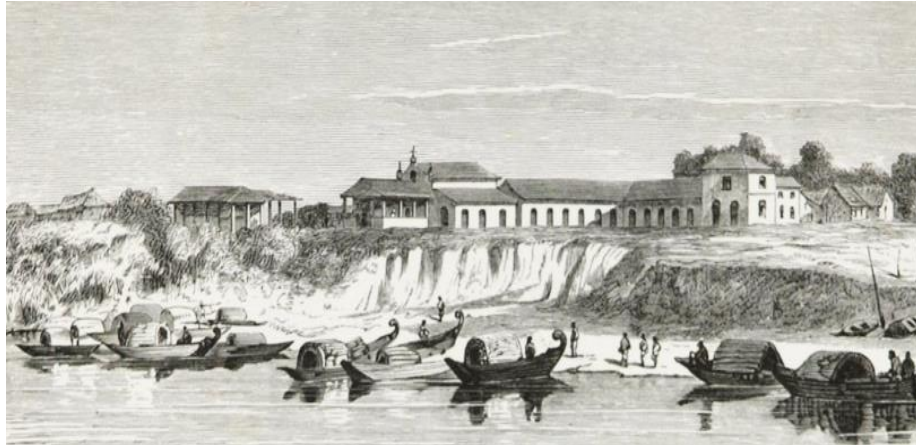
A induzida, realizada por intermediários em geral sem escrúpulos que, por meio de mentiras e promessas jamais cumpridas, aliciaram trabalhadores, especialmente no Nordeste. E por último a emigração *espontânea* de estrangeiros, cujos protagonistas se dirigiram para trabalhos em atividades que iam da extração do látex nos seringais aos serviços ligados aos setores bancário, de transporte, comércio e outros. A imigração aparentemente espontânea, de vários grupos, entre eles judeus sefaradita, sírios, libaneses, norte-americanos, portugueses, entre outros, além de firmas inglesas, empresas alemãs, portuguesas, francesas e norte-americanas, foi importante para o povoamento da região. Aliás, apesar das tentativas oficiais dirigidas no sentido de trazer para a Amazônia imigrantes estrangeiros que pudessem colaborar para ocupar e colonizar, tanto com relação ao desenvolvimento agrícola da área quanto durante a fase de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, a maior influência econômica efetiva, na realidade, foi dos que chegaram sem ajuda dos cofres públicos, dirigindo-se, como já referido, para empreendimentos comerciais, bancários, de transporte e serviços públicos em geral.

Do ponto de vista da espacialização da vila de Serpa, a imigração contribuiu para a fixação de estrangeiros<sup>27</sup> que aos poucos começaram a residir na franja de expansão, erguendo casas de moradia, engenho de cana para destilação de bebida, fazendas para criação de gado, chácaras, sítios, ampliando o espaço e consolidando os modos de vida que se diversificavam. A economia dinamizava-se cada vez mais, mobilizando mão-de-obra para a borracha e para toda a gama de atividades provenientes da extração de produtos da floresta.

---

<sup>27</sup> Em 1856, o inglês Robert Mac-Culloch instala fábrica de aguardente no Paraná da Eva (SILVA, 1997). E, de acordo com o Relatório do Presidente Adolpho de Barros Cavalcante (1864), no subúrbio da vila, um grupo de bolivianos instala moradia e planta 18.000 mudas de algodão.

**Figura 9 - Iconografia da Vila de Serpa (1862)**



Fonte: BIARD, François Auguste. 1862, p. 565.

O espaço da vila restringia-se ao Centro Antigo e, para o Oeste, à Colônia, ainda um pouco distante. A expansão da área central e a concentração nesse espaço de atividades comerciais e de lazer se intensificaram na década de 1870-80. O crescimento da vila e a diversificação das atividades comerciais<sup>28</sup> ajudaram na valorização do espaço da área central, influenciando na mudança do padrão étnico com conseqüente depopulação indígena e negra, e um rebranquiamento desse espaço por população estrangeira. O crescimento espacial manifesto, entre outros fatores, pela ampliação de casas de moradia, comércio, pequenas indústrias, chácaras e sítios, foi acompanhado pelas tentativas da administração da Câmara de ir adequando a legislação<sup>29</sup> municipal às novas exigências da modernidade que se instituía. Para tal, criam-se instrumentos institucionais de controle que pudessem manter toda a classe menos favorecida numa espécie de vigilância consentida, adequada aos limites do espaço urbano e coerente aos objetivos culturais e civilizadores, entre eles o Código de Posturas.

O Código de Posturas de 1858 foi importante em um duplo sentido: o de organização da feição da vila e o de normatização dos comportamentos sociais. Era, por conseguinte, instrumento utilizado pelos administradores com o objetivo de organizar o espaço urbano, a circulação, o comércio e estabelecia as exigências espaciais e arquitetônicas das construções, além de normatizar uma série de comportamentos sociais. Possuía um esquema

<sup>28</sup> Para Bates (1979), a elite comercial era gente de posse, pois existia proprietário de navios mercantes, de escravos e de grandes plantações de cacau e fumo.

<sup>29</sup> O primeiro Código de Posturas é do ano de 1858, sofreu alteração dez anos depois (1868), sendo ampliado em quatro artigos, nos quais constava que só era permitido acender fogos de artifício na retaguarda da Igreja da Matriz, de forma a não ocorrer incêndios nos prédios cobertos de palha; quem os acendesse em frente ao templo ou quem os utilizassem à noite, sem licença prévia, seria punido com a pena de três dias de prisão ou seis mil réis de multa. A abertura de padarias ficava condicionada ao pagamento prévio de uma taxa no valor de dez mil réis, punido o infrator com multa de seis mil réis, dobrado o valor na reincidência (SILVA, 1997).

padronizado, visto que alguns de seus mecanismos eram exatamente iguais em todas as demais vilas e cidades onde foram implantados (AGUIAR, 2003). Em suma, os referidos códigos, por meio de seus dispositivos legais, contribuíam para o sepultamento de hábitos e saberes locais, desconsiderando as espacialidades pretéritas e as relações socioespaciais preexistentes, além da ordenação do espaço urbano. Entretanto, o disciplinamento de seu uso permitia a regulação do modo de vida, no sentido de pressionar as classes menos favorecidas a adequar-se ao novo modelo de vivência europeizado que emergia.

A partir dessa fundamentação legislativa dos códigos de postura, criavam-se as bases para o acolhimento da crescente valorização econômica dos produtos extrativistas, tendo em vista a consolidação da infraestrutura existente pela legislação local que permitia a organização social e econômica da população, concomitante com os fatores de proximidade na comunicação fluvial com as Províncias do Centro-Oeste, países limítrofes e especialmente com Manaus, a capital da Província. A partir dessas características de cunho locacional e legal, criaram-se os condicionantes para uma crescente atração populacional, especificamente a emigração espontânea estrangeira.

Nesse sentido, Hanson (1944) *apud* Luz (1968) salienta o périplo de um grupo de faiscadores de ouro pelo mundo, destacando em particular a figura de Jason Williams Stone. Impulsionado pela “febre” do ouro, ainda moço migrou para a Califórnia, chegando tarde demais para participar com vantagens das descobertas auríferas. Rumou para a Austrália sem ter melhor sorte. Ainda na Austrália, rumores de fabulosas descobertas auríferas no Alto Amazonas espalhadas por autoridades, para se livrarem dos mineiros e indigentes que perturbavam o país, fez com que Stone se dirigisse ao Peru, chegando a Iquitos. Em 1866, desceu o Amazonas e estabeleceu-se na vila de Serpa, onde passou a residir definitivamente. Em Serpa ele recobrou a razão e decidiu estabelecer-se para desenvolver a terra, essa atitude parecia mais proveitosa do que correr constantemente atrás de uma riqueza rápida (LUZ, 1968).

**Figura 10 - Jason Williams Stone (s/d)**



Fonte: Acervo Francisco Gomes da Silva. Itacoatiara, (s.d)

Por sua vez, a chegada de Stone<sup>30</sup> e a compra por este de um terreno a Leste da vila, no qual fundou a fazenda denominada Terra Preta, pode ser considerado o segundo movimento de crescimento espacial, pois a emergência desse empreendimento e seu pronto crescimento econômico na periferia geraram uma relativa mobilidade humana entre a vila e essa propriedade que aos poucos foi passando por uma mutação espacial, permitindo um ganho de área habitada, adensando a conformação espacial da vila. Todavia, para a consolidação da expansão dessa área, empunha-se um limite natural para essa espacialização, qual seja o lago do Jauary<sup>31</sup>.

O espaço urbano se expandiu, tendo o lago, em um dado momento, como obstáculo e, em outro, como possibilidade. Aos poucos a vila vai se derramando sobre a floresta ao longo da margem esquerda do rio Amazonas e em direção Leste. A imagem que emerge é um confronto entre a expansão da vila, que se espraia, até o declive abrupto do terreno quaternário que drena para o lago do Jauary. E, do outro lado da margem, acima dessa descontinuidade geológica, o soerguimento da camada de terreno terciário sobre o qual se assenta a fazenda de Stone. A Terra Preta se tornou porto de embarque e desembarque de madeira, produtos extrativistas e, sobretudo da borracha que ganhava projeção entre os produtos da floresta. A fácil comunicação com a riqueza extrativista produzida pelo rio Madeira possibilitou o dinamismo desse empreendimento.

Segundo Leal (2007), a Comarca do rio Madeira era formada basicamente por três freguesias a saber, Borba, Manicoré e Humatá, além de inúmeras localidades menores. E todas essas áreas eram grandes produtoras de boracha. No relatório de 1861, elaborado pelo engenheiro Silva Coutinho, este confirma a riqueza extrativista e a navegabilidade: “os seringais abundam as ilhas do rio Madeira” [...] “os melhores seringais que tem a Província do Amazonas são o do rio Madeira” (COUTINHO, 1986, p. 39-59). Além dessa facilidade locacional de acesso às riquezas do Madeira, a fazenda Terra Preta também possuía plantações de fumo, laranja, criação de animais, uma serraria e constituiu firma societária sob a razão social de Stone & Hermida Cia., que tinha entre seus bens um barco a vapor de pequena lotação, denominado Madeira, utilizado pelo estabelecimento comercial para o transporte de passageiros e da borracha que começava a ganhar importância econômica (JOBIM, 1948; LOUREIRO, 1985).

---

<sup>30</sup> Antes da chegada de Stone, já residia na vila o norte-americano Eduard James Schimth, que trabalhava na Colônia Itacoatiara (SILVA, 1997).

<sup>31</sup> Como de costume em épocas de cheia, parte da população da vila afluía para as suas margens, a fim de acompanhar competições aquáticas, que reunia várias agremiações esportivas de regatas. O nome do lago provém da palmeira Jauaryzeiro, e o seu fruto – o Jauary - serve de alimentação para a ictiofauna (SPÍNDOLA, 2001).

**Figura 11 - Fazenda Terra Preta (Stone a direita)**



Fonte: BITTENCOURT, Antônio Clemente Ribeiro.1910, p. 336.

Para Spíndola (2001), a área compreendida pela fazenda é a primeira a passar por modificações do ambiente natural, onde se iniciou o embrião do bairro do Jauary. Para o poder público, o projeto urbanístico de expansão da vila permitia não só modificações nos igarapés que drenavam para o lago como também retificações no relevo. Assim, o deslocamento da área urbana para o novo espaço que aparecia, era impedido pelos igarapés e fontes d'água que alimentavam o lago, separando essa área do núcleo urbano, tornando-se obstáculo ao crescimento e ao acesso às novas áreas a serem ocupadas pela população.

A descaracterização dos aspectos físicos foi significativa desde o início (1870) dos aterros<sup>32</sup> e a abertura das ruas Luzardo Ferreira de Melo, Adamastor de Figueiredo e Barão do Rio Branco empurraram o deslocamento da cidade para Leste. As novas espacialidades da vila são desenhadas sem considerar a importância do lago e dos igarapés para a população local. Por exemplo, o costume de construir cacimbas, para utilização da água para beber ou lavar roupa, sofreu um duro golpe, pois as lavadeiras que as utilizavam foram empurradas para longe de suas moradias, tendo de percorrer longas caminhadas com roupas na cabeça para poder trabalhar, tomar banho ou trazer água para o consumo doméstico.

---

<sup>32</sup> Feito a machado e enxada, o aterro dos igarapés que drenavam para o lago foi executado pelo empreiteiro José Pinto de França (1870). Com a abertura de novas ruas, foram se instalando pequenas casas e roçados. Os pioneiros na colonização do bairro do Jauary foram: Joaquim Gonçalves de Andrade, Luiz Fernando do Nascimento, Domingos Lopes Barroso, João Antônio Rosa, Manoel Borba, Ana Raimunda da Conceição, Talisman Figueiredo de Vasconcelos, João Crisóstomo de Castro (SILVA, 1997).

Portanto, os aterros dos igarapés aparecem como solução para transpor as barreiras naturais que dificultavam a expansão de novos espaços que se construía. Por sua vez, os espaços considerados como vazios, sem donos, devolutos, na prática, reforçavam a desconsideração e o desprezo com a população que vivia na franja de expansão da vila. A segregação do espaço e sua lógica de produção excluía os negros, os índios e os caboclos.

No entanto, o desenvolvimento dominante desse momento derrubava a floresta, aterrava os igarapés, construía pontes, retificava o relevo, era o que havia de conhecimento tecnológico para efetuar as transformações exigidas. Assim, a vida cotidiana era negligenciada e a natureza passava a ser vista como fonte de lucro e recurso, ou seja, a função era a de produzir riqueza. Nessa perspectiva, a função dos igarapés e lagos também seria outra, e gradativamente passariam do natural ao espaço antropizado, os lugares para onde seriam despejados os dejetos. Silva (1997) salienta que os igarapés, que eram vida, passaram a ser sinônimo de morte, e a derrubada da vegetação de mata ciliar, causadora de males<sup>33</sup>.

Com a movimentação de terras na vila e com o desaterro de ruas, os problemas de salubridade foram agravados pela formação de grandes áreas alagadas e prejudicadas pela estagnação. As retificações do relevo no entorno do lago e dos igarapés causaram degradação ambiental, levando à destruição dos ecossistemas, poluindo águas, destruindo a paisagem e o patrimônio natural, tornando-se um problema de saúde pública, uma vez que esses igarapés eram utilizados para coleta de água para o abastecimento nas residências, banho e lavagem de roupa. Causaram, por conseguinte, entre outros danos, a proliferação de doenças, justificativa utilizada nos discursos oficiais para o aterro definitivo dos igarapés que drenavam para o Juary.

Para Oliveira, J. A.; e Valle, A. S. (2003), a relação homem-natureza tem produzido sistemas de objetos cada vez mais artificiais e estranhos ao lugar e aos habitantes; isso indica que o valor vem de sua maior ou menor artificialidade e funcionalidade para as ações de caráter efetivamente econômico, em detrimento do homem. As pontes são objetos artificiais, são criações do homem e os igarapés são as criações de natureza orgânica (SANTOS, M., 1999). Sendo assim, as pontes aparecem em determinado momento como solução para as dificuldades de acessibilidade às áreas que tinham os igarapés como limites naturais para o avanço da ocupação do Juary.

---

<sup>33</sup> Em 1871 ocorreu um grande surto de febre amarela em Serpa (SILVA, 1997).



**Figura 12 - Ponte sobre o Lago do Jauary**



Fonte: ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz, 1ª Viagem etnográfica*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 1976 (paletó branco e chapéu o prefeito Isaac José Pérez, Itacoatiara 22/07/1927).

São as pontes e não os igarapés que vão predominar na paisagem urbana. A construção de uma ponte sobre o lago do Jauary passou a ser uma exigência para a ligação da vila com a fazenda Terra Preta, a qual fora construída e anos depois doada pela firma, Stone & Hermidas Cia., para a municipalidade. Entre as atividades dessa Cia., estava a comercialização de produtos extrativistas, sobretudo os oriundos da região do rio Madeira e região (PENNINGTON, 2009). A ponte havia sido transferida para municipalidade, com o dever de que a Câmara tivesse zelo com este equipamento público como podemos aferir na citação a seguir:

Ilustríssimo senhor Presidente e mais membros deste município. **Stone & Hermidas Cia**, tendo de Vossas Senhorias a concessão do terreno necessário para a estrada que comunica esta cidade com as propriedades sitas além do lago do Jauary, e tendo já concluído a dita estrada, bem assim, a **ponte que atravessa o igarapé**, vem por este meio oferecer ao município esta sua obra, retirando todo o direito de propriedade que na mesma estrada e ponte tem, com a única condição de que a Ilustríssima Câmara se obrigue as limpezas e reparações da obra feita, até ao portão da “**Terra Preta**”, ficando por este meio o município no direito de aumentar este trabalho começando, conforme as urgências públicas. Pedem, pois, que esta resolução seja lançada por termo na ata de suas sessões, no caso de aceitarem os ilustres membros o oferecimento (cf. Ata e respectivo termo de doação de 13.01.1876, *apud* SILVA, 1997, p. 159).

Com a degradação e aterros dos igarapés, a vila perdeu espaços saudáveis que eram utilizados pela população. Excluía-se esses recursos ambientais que diferenciavam a paisagem urbana e que lhe conferiam fisionomia autêntica, com características próprias, pois o relevo desenhado pela rede hidrográfica tinha um significado, formado pelo conjunto de colinas

que moldavam o sítio urbano. As razões que levaram aos aterros dos igarapés e lagos da área, onde atualmente se encontra o bairro do Jauary, estão relacionados à ocupação e ao crescimento da vila, em que eles se tornaram indesejáveis. Os igarapés e o lago que cortavam essa área passaram a ser vistos como obstáculos a serem transpostos, pois dificultavam a circulação de pedestres e a interligação entre os núcleos de população. Assim, nos projetos de expansão urbana era necessário estabelecer uma imagem que não mais associasse com a aldeia. Em nome do progresso, da modernidade e da funcionalidade, aterraram-se os igarapés e com eles os costumes da população, pois os igarapés faziam parte da vida e do cotidiano do povo. Além disso, destaca-se que eles tinham um papel importante no abastecimento de água indispensável para os usos domésticos e sanitários. As novas condições de vida urbana, pensadas pela classe dirigente, excluem das vistas públicas a presença das lavadeiras, que exerciam sua atividade às margens dos igarapés, como também os banhos diários, lavagem de animais e construções de cacimbas que, aos poucos, iam desaparecendo do cenário da cidade.

**Figura 13 - Nota do falecimento de Jason Wiliam Stone em 1913**

**O CONSERVADOR**

<p style="text-align: center;"><b>Necrologia</b></p> <p>Em Manaus falleceu o sr. José Alves que por algum tempo residiu nesta cidade. Ha poucos mezes viuvo, o extinto deixa dois filhos menores. Sentimentamos a familia do extinto:</p> <p>Levado por um acto de desespero suicidou se com um tiro de rifle na manhã de 14 do corrente o conhecidissimo</p>	<p>industrial e grande capitalista <u>Jason Wiliam Stone</u> residente em sua fazenda nas proximidades desta cidade.</p> <p>O extinto era maior de 80 annos, viuvo e deixa seis filhos maiores aos quaes lega um nome honradissimo.</p> <p>O enterramento do illustre morto teve lugar no dia seguinte ás 7 horas da manhã com grande acompanhamento.</p> <p>O commercio e sociedades musicas cerraram suas portas em signal de pezar.</p> <p>A familia do extinto enviamos os nossos mais sinceros pezares por tão luctuoso acontecimento.</p>
---	---

Fonte: Jornal *O Conservador* de 19 de janeiro de 1913. Itacoatiara –anno II – número 13 p. 02. (grafia de época).

Portanto, a lógica do crescimento econômico facilitou a acessibilidade aos empreendimentos realizados por Stone<sup>34</sup> nessa área, provocando o avanço urbano até haver a

<sup>34</sup> Em vida, Stone possuía estatura alta, olhos azuis, cavalhaque e comumente andava a cavalo. Eram seus filhos: Luiz, Alfredo, Guilherme, Zury, José, Fidélia e Josephina, todos filhos legítimos de único casamento. O enterro de Stone ocorreu na manhã do dia 15.01.1913. Existem duas versões sobre a morte desse imigrante norte-americano, que desde 1866 havia elegido Itacoatiara como lugar ideal para viver. A primeira, segundo relato da senhora Cacilda de Magalhães Ventosa, informa que certo dia às 16:00hs, estando trabalhando com outras pessoas no campo próximo a beira do rio Amazonas, escorregou e caiu barranco abaixo, resultando daí uma grande fratura exposta em uma de suas pernas. Recolhido para sua residência ficou prostrado há alguns meses, e vendo demorar-se seu restabelecimento, entrou numa grave crise depressiva e, tendo se recolhida no quarto em casa, resolveu tirar a própria vida suicidando-se com um rifle. O projétil arrebatou-lhe a cabeça que teve morte instantânea. A segunda versão dá conta de que devido à sua longa atividade agropastoril, amealhou recurso financeiro considerável, o qual mandava depositar periodicamente na agência do *London Bank* em Manaus. Nesse tempo residia em Londres um

interligação definitiva entre a fazenda Terra Preta, que é a origem do bairro do Jaury e a Vila que já havia se consolidado com o Centro e a Colônia. Portanto a dinâmica econômica, especialmente do período áureo da borracha, provocou um processo de expansão que dilatou a área urbana várias vezes, fazendo com que Serpa saísse dos seus limites do final do período colonial, até ser elevada à categoria de cidade, como observaremos a seguir ao tratarmos da vida comunitária dos judeus marroquinos bem como, das atividades comerciais de Isaac José Pérez.

---

sobrinho de Williams Stone, espécie de procurador tratando dos negócios. O tabaco, manufaturado na Fazenda Terra Preta era exportado para Londres e o dinheiro da trasação comercial era depositado diretamente na Matriz do *London Bank*, com a obrigação de ser, posteriormente transferido para a agência de Manaus. Certo dia indo Stone à negócios a Capital passou neste banco para examinar os depósitos de sua conta corrente. Para sua surpresa fora informado que havia uma quantia irrisória. Deu-se por convencido de que seu procurador londrino lhe teria enganado. Stone desesperou-se e cometeu suicídio, detonando o rifle nas condições acima citadas. A segunda versão foi contada em vida pelo Senhor Miguel Américo Menezes. Miguel como tantos outros trabalhou com Stone na Terra Preta, lugar em que muitos anos mais tarde -1980- assentou-se a fábrica de laminados de compensado Gethal Amazonas S/A (SILVA, 1998. p. 134-135).

## **CAPÍTULO 2 – ITACOATIARA: ERETZ SION**

Neste capítulo consideramos importante discorrer sobre tramas tecidas pelo processo migratório, pois a imigração marcadamente possui íntima relação com as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na Amazônia cujo período que nos impõe fundamento, situa-se entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Sendo assim, faz-se necessário estabelecer relações entre imigração, desenvolvimento e estruturação da cidade de Itacoatiara, visando delimitar o tema, cuja abordagem se fará no presente capítulo, focando cronologicamente na vida do comerciante judeu Isaac José Pérez e da comunidade judaica na qual atuou, inclusive, deixando marcas, quer na paisagem urbana propriamente dita, quer no patrimônio histórico imaterial.

### **2.1 A cabocização do judeu sefardita marroquino.**

A formação da identidade cabocla tem lugar no interior de processos definidos mais pelas externalidades - econômicas e globais - do que pelas especificidades culturais locais (ADAMS et al, 2006). Foi a partir de todo esse processo de criação da identidade do não-branco, que o caboclo amazônico foi forjado, e até hoje é utilizado como uma categoria de classificação social. O caboclo seria o fruto da mestiçagem entre o branco e o índio, uma raça impura e degenerada. Ser um processo de comparação entre os elementos internos e as externalidades é justamente o que cria identidades, pois o sujeito se socializa a partir de elementos externos. Os caboclos não são índios, mas também não o deixam de ser, e não são considerados negros, e muito menos de origem européia. Têm por muitos autores sua historicidade negada por uma visão funcionalista de sua cultura, ou até mesmo por um reducionismo ecológico cultural de seu modo de vida. E, assim, o caboclo representa um projeto incompleto de criação de uma cultura que rompeu com seus antecedentes europeus, africanos e indígenas” (ADAMS et al, 2006).

Para Lima (1999), caboclo, é um termo que foi criado pela elite, para designar aqueles que não pertenciam ao seu grupo. Foi antes de tudo a generalização da população em sua maioria pobre, habitante do interior e que tinha, como atividade principal, a agricultura entendida a partir da perspectiva da agricultura ocidental moderna guardadas aqui as devidas particularidades da agricultura familiar da Amazônia que é altamente diversa, e abarca também atividades como caça, pesca, extrativismo e tantas outras. O caboclo é uma categoria de classificação social empregada por estranhos, com base no reconhecimento de que a população

rural amazônica compartilha um conjunto de atributos comuns. Por ser tomado como identidade ligado ao termo povo, o caboclo simboliza um modo de ser, no caso, o que seria um modo de viver próprio da Amazônia. Asseguramos que a caboclicização do judeu sefardita marroquino foi processo sociocultural que forjou no imigrante o elo antropológico necessário ao contexto das especificidades da região.

Quanto aos imigrantes judeus podemos afirmar em acordo com Falbel (1984), que duas grandes personalidades dignas de menção emergiram no cenário da vida *Sefarad*<sup>35</sup> em Itacoatiara no início do século XX – Isaac José Perez e David José Pérez<sup>36</sup> - estes, irmãos descendentes de pais de origem marroquino. O primeiro nasceu em 20 de março de 1876 e o segundo em 01 de março 1883, ambos na cidade de Breves-PA, cujos pais Joseph Pérez e Cota Mhaudy Pérez eram originários da cidade de Tânger no Marrocos, os quais vieram para a Amazônia em busca de melhores condições de vida. Isaac Pérez irmão mais velho concluiu estudo primário em Breves e após morte de sua mãe em 12 de outubro de 1893 retornou com o pai para Tânger, com o intuito de continuar os estudos na Aliança Israelita Universal-AIU<sup>37</sup>.

Esta instituição foi de fundamental importância e muito contribuiu para a educação de Isaac no Marrocos, pois teve como objetivo em seus princípios didáticos, solidarizar com os judeus desassistidos, trabalhar por sua emancipação e progresso moral, oferecendo ajuda e assistência às vítimas de antissemitismo, encorajando a sociedade sefardita para publicação de livros que promovessem esses objetivos. Sua ação se fazia nos níveis diplomáticos, assistência a emigrantes, na educação, visando, sobretudo os judeus orientais vítimas de perseguições. A rede de escolas da AIU fornecia formação em vários níveis de ensino: línguas francês, espanhol, inglês e hebraico, além disso, oferecia a seus estudantes as disciplinas: ciências, história, geografia, ofícios e profissões. As mulheres aprendiam a costurar, confeccionar trabalhos manuais, música, além das matérias citadas (FALBEL, 2005).

Segundo Scheinbein (2009) as escolas da AIU foram fundadas em Tetuan no ano de 1862, e em Tânger em 1869, seguidas de mais cinco em diferentes cidades do Marrocos: Rabat, Casablanca, Mogador, Fez e Marrakech. As de Tetuan e Tânger desempenharam papel

<sup>35</sup> Termo da língua hebraica que significa Espanha (BARTEL, 2012).

<sup>36</sup> Sobre a família Pérez extraiu-se informações de uma carta de Yosef Halevi a Baruch Schulman, In: FABEL, Nachman. *Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 175-187.

<sup>37</sup> A Aliança Universal Israelita (IAU) é uma escola internacional judaica, estabelecida em diferentes países. Foi fundada em 1860 em Paris, depois da repercussão de vários casos de perseguição e extermínio de judeus no Norte da África e Oriente Médio. A Aliança, cumpre então duas funções principais: interceder com as autoridades políticas em todo o mundo em benefício dos judeus perseguidos e desenvolver uma rede escolar que vise modernizar os judeus especialmente na África e Oriente Médio, a fim de permitir a sua emancipação social e profissional. A primeira escola da Aliança foi inaugurada em Tetuan, em 23 de dezembro de 1862 e em 1869 no Tânger, no Norte do Marrocos (RODRIGUES, 2003)

importante na educação e no nível cultural dos judeus, tirando-os da pobreza e da ignorância, estimulando-os a emigrar para outros países com melhores oportunidades de trabalho e prosperidade. Esta instituição ajudou, portanto, na preparação intelectual e moral dos futuros médicos, advogados, administradores, professores, empresários e líderes políticos judeus da Amazônia. O progresso dos estudos de Isaac deveu-se ao fato de ter parentes em Tânger. Assim sendo, contou com este apoio, para sua permanência e ajuda material até a conclusão do curso na AIU. Um dos grandes professores desse período foi o rabino Mossé Taruel destacado hebraísta e profundo conhecedor das tradições religiosas judaicas. Embora não fosse rigoroso quanto à observância dos dogmas da religião, Isaac seguiu na vida como um abnegado cumpridor dos preceitos da lei mosaica, mantendo durante sua vivência em diversas cidades, papel de destaque como benemérito e assistencialista no seio de comunidades judaicas na Amazônia.

**Figura 14 – Alunos da Aliança Israelita Universal-AIU no Tânger em 1919**



Fonte: Geo-museu da vida judaica do Norte da África e Oriente Médio (DIARNA). Acesso em 07-07-2017 > <http://archive.diarna.org/site/detail/public/351/->.

Falbel (2005), nos informa que, após concluir os estudos na AIU, Isaac Pérez retornou a Amazônia em 1898. Nesse tempo, já com escolaridade mediana, fixa residência na cidade de Cametá-Pa, situada na margem esquerda no baixo Tocantins para se dedicar ao comércio extrativista. Esta cidade ribeirinha teve sua história econômica ligada a demanda por produtos extrativistas em sua região circundante. Ao perceber as oportunidades advindas da exploração de produtos da floresta e tendo conhecimento técnico em contabilidade, logo iniciou suas atividades no ramo comercial. Com esse intuito, tornou-se sócio-proprietário da firma Azancot & Pérez. Entretanto essa atividade lhe causou alguns dissabores tendo em vista que, em uma das correspondências datada de 12 de setembro de 1900, queixa-se ao irmão David da vida que levava no Tocantins. Fala que as condições do lugar não satisfazem a quem tem

aspirações de crescimento material. E ainda comenta que a sociedade comercial se desfez e lhe causou um prejuízo de três contos. Com a crise financeira instaurada, crê que a melhor estratégia era deixar Cameté para tentar recompor o prejuízo e ter melhor sorte em outra cidade. O missivista<sup>38</sup> conclui discorrendo sobre a alegria em estar próximo a sua família, pela qual felicita suas irmãs Mary, Esther Ezagui e o cunhado Moysés Ezagui, residentes em Itacoatiara (FALBEL, 2005).

As constantes correspondências de Isaac com a família em Itacoatiara segundo Falbel (2005), era uma forma de sondar possibilidades de trabalho futuro. Pois em Cameté a situação socioeconômica se agravou, devido a constantes distúrbios e ataques contra casas comerciais de judeus, motivado por concorrência comercial, associada à instigação antisemita, fato que abalou ainda mais a estabilidade e a confiança de todos nesta cidade. Como exemplo, citamos o depoimento de Isaac Benchaya conhecido da comunidade de Itacoatiara que em carta sem data a David Pérez, narra o ambiente vivido naquele período em Cameté: “Ah, meu amigo, não sei quanto daria hoje para estar onde tu estás e sair desta desgraçada terra, pois vivemos por trás do balcão com revólver no bolso” (FALBEL, 2005. p. 55). Portanto não lhe faltaram motivo e nem acontecimento negativo para o presentimento de que não era mais possível a continuidade dos negócios em Cameté, sobretudo, após a derrocada comercial que lhe impôs uma crise financeira, pela qual, buscava novas oportunidades de recomeço. Sendo assim, resolve transferir-se para Itacoatiara em 1900, estabelecendo-se no distrito municipal de Apipica Boa Fé no rio Autaz, região transferida para a jurisdição de Itacoatiara por meio da Lei Estadual 464 de 14 de maio de 1880 (MAIA, Alvaro Botelho. Limites Municipaes do Estado do Amazonas. Manáos, 1936, p. 45).

Segundo Falbel (2005), a aproximação familiar entre os Pérez e os Ezagui possibilitou não só trabalho a Isaac em Apipica Boa Fé, como também, a segunda união matrimonial entre ambas famílias, desta vez, entre Mary Pérez e Marcos Ezagui, ocorrido em Itacoatiara com a preseça de Isaac Pérez, David José Pérez<sup>39</sup> bem como, dos membros da comunidade sefardita marroquina local. O casamento endogâmico sempre fez parte da tradição, e provocava o incentivo a inúmeras trocas intrafamiliares: a mãe, o pai, irmãos, a parentela, os amigos de infância e as sucessivas ampliações de outros círculos de sujeitos investidos de seus sentimentos, vão moldando a imagem do próprio indivíduo/comunidade, que se constrói ao

---

<sup>38</sup> No arquivo David José Pérez, consta 18 rolos de microfilmes, que abrangem material documental de 03 de agosto de 1899 a 31 de dezembro de 1961. O acervo pode ser consultado em *Central Archives for the History of the Jewish People. Jerusalém, box 11, Inv. 5034*. >Acesso em: 14 jul. 2016.

<sup>39</sup> Em busca de aspirações mais amplas, David Pérez transfere-se para o Rio de Janeiro onde forma-se em Direito. Em 1916 funda junto com Álvaro de Castilho o jornal sionista carioca A Columna (FALBEL, 2005).

longo de muitas experiências transmitidas a sucessivas gerações. Com isso queremos afirmar que a comunidade judaica de Itacoatiara seguia os rituais da tradição, incentivados pela lei mosaica impressa na Tohá, que entre outras determinações, incentivava o casamento endogâmico, o uso da *kipá*, a circuncisão, o culto e oração domiciliar, celebração das festas ritualísticas de *Rosh Há Shaná e Yom Kipur*,<sup>40</sup> a construção de cemitérios e associações assistencialistas (BENCHIMOL, 1998).

De acordo com Heller (2010) a resposta para essa preservação de rituais religioso/comunitário dos judeus marroquinos em Itacoatiara, encontra-se na natureza particular, caracterizada pelo apego profundo a religião, que impregnava a vida de cada indivíduo do nascimento à morte. Sendo assim, podemos entender que apesar das dificuldades encontradas, algumas ponderações se fazem necessárias, por exemplo, como sobreviveram às hostilidades do clima, às dificuldades do ambiente, ao distanciamento geográfico, como puderam manter, preservar, transmitir o mesmo judaísmo trazido do lar paterno marroquino aos seus descendentes? Isso só pode ser explicado pelo fato de que eles estavam atados de alma e coração a árvore da vida, a Tohá. Diferentemente de outros imigrantes, poderiam ter assimilado e esquecido tudo, se assim o desejassem. A vivência ao longo do rio Amazonas era isolada. Quilômetros de distância separava um ribeirinho do outro. No entanto, na intimidade da família, eles mantinham a religião com todo o rigor dos seus requisitos. Não se podia tocar música, remar, fazer a barba, fumar, mascar, nem escrever no sábado. Casamentos e cerimônias fúnebres eram realizados severamente de acordo com as tradições rituais místicas.

**Figura 15 - Esthér Ezagui com Augusto e José Ambrózio Ezagui (1920)**



Fonte: FALBEL, Nachman. 2005, p. 48.

<sup>40</sup> *Ros Há Shaná*: celebração do ano novo judaico. *Yom Kipur*: dia do perdão, realizado uma semana depois do ano novo judaico, onde os judeus jejuam e se penitenciam pelas faltas cometidas no ano que se encerrou. Estas cerimônias tinham muita importância para os judeus do interior da Amazônia, que percorriam longas distâncias de barco ou de canoa para reunir em alguma residência que fosse servir de sinagoga improvisada, um exemplo bastante ilustrativo está no texto de Eva Blay, *Judeus na Amazônia*, In: Sorj, (1997).



As notas de jornais editados no início do século XX, confirmam essa perseverança dizendo que, quando os livros religiosos escasseavam, copiavam manuscritos, de modo que nada fosse esquecido ou omitido. Durante os dias sagrados reunião-se na casa da matriarca Esthér Ezagui, ainda hoje situada na Rua Adamastor de Figueiredo, que servia como pequena sinagoga improvisada, ocasião, em que aproveitavam a oportunidade para circuncidar os meninos nascidos naquele ano, ou realizar rituais e as orações próprias do judaísmo. Ficou famosa a cerimônia do *Tefilin*- preces- realizada em prol do ainda adolescente Fotunato Ezagui por seus 13 anos de idade acontecida em 1918 e que foi externada à população por meio de matéria jornalística publicada em a A Epoque ( A EPOCHA, 1918, anno II, numero 34. p. 01).

Nesse período, atuava como líder espiritual em Itacoatiara o rabino José Benedito Cohen,<sup>41</sup> que além dos trabalhos religiosos, atendia em seu consultório como dentista, alternando-se entre lecionar para um grupo de alunos em sua residência disciplinas como língua portuguesa, álgebra e geometria. O professor Cohen desdobrava-se no atendimento domiciliar, pois a concorrência entre estabelecimentos educacionais particulares era bastante acirrada. No mesmo período funcionavam as escolas: Pio X, Atheneu, Minerva e Sagado Coracao de Jesus, que praticamente dominavam a oferta de turmas de alunos em Itacoatiara. Além dessas atribuições, Cohen passou a publicar poemas, poesias e contos assinados ora como J. Benedito Cohen ou com o acrônimo JOBECO em jornais locais ou que circulavam em Belém, Manaus e Rio de Janeiro ( CORREIO DE SERPA, 1912; LIBERMAN, 1989).

David José Pérez acrescenta no jornal A Columna de 1917, que, da produção intelectual de Cohen, podemos enumerar diversas obras com destaque para a tradução do livro bíblico Cântico dos Cânticos, de Salomão, que como não poderia deixar de ser, trata-se de um dos mais antigos poemas de amor da história da humanidade, e um dos mais belos, que deu origem a uma farta linhagem, não só de traduções e adaptações, como de paráfrases e citações. Na mesma obra dos Cânticos traduzida por Cohen, ainda é possível observar uma erudita introdução atribuída ao professor David José Pérez. Outro exemplo da produção literária de

---

<sup>41</sup> Nasceu no Marrocos em 31 de dezembro de 1872 e veio ainda menino para o Pará com o pai que era rabino. Teve dois diplomas, o de Odontologia e o de Direito. Acompanhou os interesses religiosos de seu pai, aprofundando-se nos estudos das tradições hebraicas, depois da morte do pai tornou-se líder espiritual da comunidade de judeus marroquinos de Itacoatiara até 1912. Depois foi nomeado Coletor da Meza de Rendas de Parintis. Morreu em 07 janeiro de 1933 em Petrópolis, Rio de Janeiro (LIBERMAN, 1989). Produziu inúmeros poemas entre os quais: Pessach (1916); Hagar (1916); Israel (1916); Soneto (1916); Vanitas (1916), A Garça (1917); Prometeu (1917); Macacos (1917); O Furão (1917); Vampiros (1917); ( JORNAL A COLUMNA, nº. 05, ano I, 05-05-1916 a 24-09-1917). Algumas de suas obras literárias são: COHEN, José Benedito. Verdades e fantasias – contos. Typografia Brasil: Bragança, 1925; COHEN, José Benedito. DEUS, João de. *Cântico dos Cânticos*. Editora Tecnoprin Ltdat: Rio de Janeiro, s/d. ; COHEN, José Benedito. A Sulamita. Ediouro: Rio de Janeiro, 1959. ; COHEN, José Benedito. Um poeta esquecido. Imprensa: Rio de Janeiro: 1997.

Cohen, são os inúmeros poemas e poesias editados em jornais de Itacoatiara, pelos quais ficou muito conhecido pela população, entre estes jornais podemos citar: Epoque, O Conservador e Correio de Serpa como podemos aferir na citação a seguir:

#### AO REDATOR DO CORREIO DE SERPA

Bom amigo e redactor  
 Dizei-me, se vos apraz  
 Dizei-me sim por favor,  
 Que mal fez, ou que mal faz  
 Que se va pr'ahi dizendo,  
 Que se escreva, cante ou falle  
 E aos quatro ventos propale  
 Que o Leão o Reverendo

Se e por não ter diploma  
 Nem ser forte em Theologia:  
 O Julio não foi a Roma  
 E cura de freguesia;  
 Que va com os mais vivendo  
 Sem ao mundo dar apreço:  
 Que mesmo um frade em começo  
 Tem direito a – Reverendo.

Pois quem casa, quem baptisa  
 E tomo da Theologia:  
 Quem te descasa, officia,  
 Diz a missa e circumcisa,  
 Seja no dogma de Christo  
 Onde Deus – crendo ou descendo,  
 Deixara de ser com isto,  
 Padre mestre ou Reverendo.

Eu era inda estudante  
 E - por Deus nosso Senhor.  
 Eu era quasi ignorante  
 Ja me chamavam doutor.  
 O mundo assim vae querendo  
 E Deus o quer tambem, assim  
 Se eu ja sou doutor, assim  
 Elle sera – Reverendo.

Pois se o **Cohen e dentista**  
 Porque extrae dentes sem dor:  
 E vossencia jornalista,  
 Por ser deste redactor;  
 A rasão nao comprehendo  
 Porque, quem casa e baptisa  
 Descasa e ate canonisa;  
 Nao queira ser Reverendo

Deixe a modestia o Leão  
 E aceite o que lhe e devido:  
 Porque eu não serei vencido  
 Des que eu fui o sachistão:  
 Eu ca por mim não me emendo  
 Nem me parece que pecco:  
 Elle sera Reverendo  
 Enquanto eu for o ....

JOBECO

(CORREIO DE SERPA. Anno I, numero 10, 03 de maio de 1912, p. 01).

As qualidades artísticas e, sobretudo a habilidade com a escrita possibilitou a Cohen nota jornalística o enaltecendo em matéria intitulada “De Relance” publicada no Correio de Serpa em 05 de maio de 1912, na qual o autor com o pseudônimo de Joãozinho destaca o talento literário do rabino itacoatiarense assim referindo:

Bem dizem os grandes vultos literários homens que tem para alimento das suas inteligências, a lapidação completa da sciencia literal, que a critica consiste no exato e delicado discernimento entre o que é verdadeiro falso, bello e feio, bom e mal, nas palavras, nas cousas e nas pessoas, que em qualquer matéria, arte, literatura, grammatica, história, philosophia, a critica exige um raro conjunto de qualidades, espirito vivo e delicado, sentir seguro, juizo recto e uma sinceridade absoluta [...] Ora eu que tenho acompanhado a proeminencia sustentada entre os nossos bons literatos

itacoatiarenses, um que esta na arena da lucta com o seu fulgurante nome **José Benedito Cohen** (CORREIO DE SERPA. Anno 01, numero 19, 05 de maio de 1912, p. 02).

Lieberman (1989), informa ainda que a comunidade judaica de Itacoatiara possuía entre seus membros, indivíduos com formação intelectual invejável. Dentre estes, destaca a figura de Davd José Pérez e novamente cita José Benedito Cohen. Ambos trilharam com personalidade acadêmica, os meandros do mundo literário, bem como, foram pioneiros do movimento Sionista brasileiro. A autora inclusive reforça a fala sobre a produção literária de Cohen, que foi um dos nomes que tiveram papel preponderante na literatura da região Amazônica. Era possuidor de uma cultura eclética, escreveu sobre arte e música, traduzindo um artigo do alemão sobre as operetas do judeu Jacques Offenbach. Porém, como crítico social mereceu a desaprovação de muitos de seus amigos marroquinos, quando editou a obra “Atravez do Marrocos” onde retratou o atraso e a miséria em que viviam os judeus no Norte da África (A COLUMNNA, 1917). A produção literária de José Benedito Cohen foi reconhecida por seus contemporâneos e suas poesias integram a obra: *Literatura Paraense*<sup>42</sup> assim sendo comentado por Azevedo (1943):

Só um poeta autêntico que fala o português e que sente perfeitamente a alma dolorosa dos hebreus podia reproduzir o estro e o coração da raça multiseccular, dispersa no globo, porém unificada no sentir e no desejo, devorada de sede de Deus, inquebrantável na fé bendita das promessas de Adonay e Abraão, quando a tristeza do infortúnio lhe descia sobre a veneranda velhice. **Benedito Cohen** encheu os templos maçônicos do Pará e do Amazonas por onde também andou com as belezas de seu verbo empolgante (AZEVEDO, 1943. p. 135-136).

O jornal A Columnna (1917) cita a admiração reciproca de Benedito Cohen por Eustáquio de Azevedo tendo por exemplo o poema “Alma Doente”, dedicado ao amigo. Esse poema consta na Antologia da Cultura Amazônica<sup>43</sup> reunida por Carlos Rocque. Além da atividade literária, Benedito Cohen, pode ser considerado, juntamente com o Major Elieser Levy, David José Pérez e Álvaro de Castilho, como um dos ideólogos do Sionismo brasileiro. Polemizou, por suas ideias, com muitos dos judeus da Amazônia, que não compreenderam o sentido e a dimensão de seus escritos. Em artigo denominado Nossos Irmãos da Amazônia<sup>44</sup>, caracterizou Belém, como: “a mais rica, a maior e a mais organizada colônia hebraica do Brasil por sua fortuna, inteligencia e finíssima qualidade”. Identificou Itacoatiara e Parintins “como

<sup>42</sup> AZEVEDO, J. Eustáquio de. *Literatura Paraense*. Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré : Belém, 1943.

<sup>43</sup> ROCQUE, Carlos. *Antologia da Cultura Amazônica*. v. I, poesias. Amazônia Edições Culturais: Belém, 1940.

<sup>44</sup> Jornal A Columnna n. 20, ano II, 03-08-1917.

dois pedaços de Canaã- a Terra Prometida- no centro do Amazonas”, e criticou Manaus, que embora possuindo fortunas assombrosas, “não tinha até aquele momento, um cemitério e nem sinagoga” (A COLUMNA, 1917).

**Figura 16 - Anúncios do consultório e do casamento de José Benedito Cohen com Simy Alves em Itacoatiara (1921)**

**GABINETE**  
DE CLÍNICA, CIRURGIA E PRO-  
THESE DENTARIA

DO DR. **J. B. COHEN**

Cirurgião-dentista pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com 16 annos de pratica civil e hospitalar.

GABINETE à Rua General Deodoro.

ESPECIALIDADES : — Dentaduras sem chapa, pivots e encrostações a ouro.

EXTRAÇÕES com absoluta eliminação de dor.

— TRATAMENTO DA PYORRHEA ALVEOLAR

— PREÇOS MODICOS —

Trabalhos á prestações. — Attende chamados a qualquer hora

— DO DIA OU DA NOITE —

**CORREIO DE SERPA**

sob o jugo das feras humanas que exploram o rio Tapajós no territorio paraense.

— Para o lugar de conferente da Mesa de Rendas Estadocaes foi nomeado o sr. Antonio Verçosa Ferreira.

**Casamentos**

Realisou-se a 20 do corrente o consorcio do sr. J. Benedito Cohen com a senhorita Simy Alves.

Os actos civil e religioso, para o qual tivemos gentil convite, foram realisados na casa onde ora residem os recém-casados, aos quaes desejamos roda sorte de venturas.

Fonte: Jornal Correio de Serpa, Itacoatiara domingo 25 de setembro de 1921, ano X, número 16.

A crítica aguçada de Cohen, endereçada aos leitores da Amazônia, revela a falta de engajamento político das comunidades judaicas da região em prol da causa Sionista. No mesmo artigo: “Nossos Irmãos da Amazônia”, suscitou num tal Sr. A. B., uma reação negativa assim expressa: “[...] para que me serve ter pátria se ainda não veio o Messias? Eu acho que isso não é mais do que uma palhaçada [...] E quem está à testa disso? Uma porção de meninos” (A COLUMNA, n. 21/24, ano II setembro a dezembro de 1917). Essa carta desatou em Cohen uma verdadeira torrente de indignação pela omissão demonstrada por esse Senhor. No entanto sua pronta resposta segue demonstrado aos leitores, a situação nefasta que estavam vivendo os judeus do mundo naquele contexto histórico:

Não obstante bandeirolar na flâmula da hipocrisia o dístico de igualdade e da liberdade, o israelita vive sob a pressão esmagadora do antisemitismo mais torpe, da mais baixa perseguição. A própria França, berço da civilização e da liberdade, de espaço a espaço nos vem ferroteando com a manifestação do seu ódio velho e concentrado! E se não, haja vista para vergonhosa questão **Dreifus** [...]. Sabe Sr. **A. B.** o que é um judeu na Rússia? Um cão: na Alemanha? Um burro de carga: Em Marrocos, a pátria do Sr. A. B.? Sinônimo de imundice: na Romênia o judeu só tem direito ao ar que respira, não pode ocupar emprego público ou particular que não seja de subalterno e de menor ordenado, não pode estudar, não pode possuir terras, não pode ensinar. No exército apesar de serem obrigados ao serviço militar, não passam de soldados por mais atos de bravura que pratiquem. São considerados vagabundos por serem estrangeiros [...] Pois se tivéssemos uma pátria teria, fora dela um embaixador, um ministro, um cônsul, etc. [...] Teríamos tratados que nos garantissem as nossas propriedades, teríamos enfim de lançar mão e a quem recorrer, quando nos negassem o direito a justiça, como tem todos os povos desde os mais cultos aos selvagens (cf.

Carta aberta ao Sr. A. B., redigida em Óbidos, e publicada por A Columna n. 21/24, ano II, setembro a dezembro de 1917 grifos nosso).

Liberman (1989) menciona que, como forma de resolução de todas essas atrocidades cometidas contra judeus, Cohen sugeria a luta coletiva dentro do movimento sionista nacional e internacional o qual possibilitaria como desdobramento futuro a criação do estado de Israel. O conflito entre judeus contrários e favoráveis ao sionismo, durante e após a primeira Guerra Mundial, criou a arena comum de debate e interlocução, formada por diferentes setores e agrupamentos judaicos, quer em cidades como Itacoatiara, Manicoré<sup>45</sup>, ou grandes centros como Manaus e Rio de Janeiro. Nesta arena num lado eram reproduzidas visões de mundo, trazidas do velho continente, e, do outro lado criadas novas situações e configurações sociais em consonâncias com as demandas locais. Em suma, organizados em torno de diferentes ideologias esses grupos defendiam suas perspectivas ideais de judaísmo e seus respectivos projetos políticos comunitários.

Esse ativismo social-nacionalista dos judeus de Itacoatiara, para Liberman (1989), possibilitou a criação em 1901 da Sociedade Exercício de Caridade de Israel - *Hebra Guemiluth Hassadim* - SECIGH, sendo a primeira diretoria<sup>46</sup> e sua estrutura administrativa composta por 81 sócios, com suas ações dirigida por vários amigos e correligionários, que investiram recurso financeiro, para o apoio material nas atividades assistenciais que a referida SECIGH, se propunha a desenvolver. Dentre outras atribuições, ajuda material aos menos favorecidos, acolhimento e abrigo aos imigrantes, bem como, orientação e apoio profissional para inserção destes no mercado de trabalho local. A SECIGH ainda autorizaria por meio de ofício a participação de Ambrosio M. Ezagui na condição de 1º Secretário do Comitê Central organizador do 1º Congresso Sionista Israelita Brasileiro –CSIB, ocorrido no Rio de Janeiro em 1917, como demonstra a citação do Jornal A Epocha reproduzindo matéria do matutino carioca Jornal do Comércio do mesmo ano:

Os israelitas aqui domiciliado pretendem realizar brevemente nesta cidade (Rio de Janeiro), um **Congresso Nacionalista** a que deverão concorrer todos os delegados dos

<sup>45</sup> Moysés Cohen na carta redigida em Manicoré, faz doação ao movimento sionista assim se expressando: “Sabendo que V. S. é um dos maiores defensores de Israel, e coluna de ferro dessa sociedade, o que me enche de orgulho, tomo a liberdade de consignar-lhe a referida quantia de 150 francos para o Fundo Nacional Sionista Internacional (c.f. carta de Moysés Cohen para Max Nordau, Manicoré: 12/03/1901. Arquivo Sionista Central de Jerusalém ASC –A119/137. Apud: MILIGRAM, 1994 p. 623).

<sup>46</sup> A SECIGH, era composta de presidente: Isaac José Pérez, vice-presidente: Elias Alves da cidade de Rabat no Marrocos, 1º secretário: Leão Elmaleh, 2º secretário: Abraão Ezaguy, tesoureiro: Abraham Dahan, e orador oficial: José Benedito Cohen (A COLUMNNA. nº 04, ano I, 07-04-1916). Atas da SECIGH nas datas: 08.07.1900; 15.07.1900; 29.07.1900; 02.08.1900; 22.08.1900 (CENTRAL ARCHEIVES FOR THE HISTORY OF THE JEWISH PEOPLE. www. nli.org.il/>Acesso em 27.03.2016.

diversos núcleos judaicos disseminados pelo nosso paiz. Para este fim reuniram-se hontem no salão da Bibliotheca Israelita, a rua Visconde de Itauna, diversos membros da colonia israelita, que elegeram o seguinte Comité Central organizador do Congresso: Presidente, Isidoro Kolm, vice- presidente, Samuel Calper, 1º Secretário, **Ambrosio M. Ezagui**; 2º Secretario B. Snitkosky; Thesoureiro, Lasaro Duek; Vice-Thesoureiro Marcos Negri; membros do Conselho Fiscal, Moysés Mussafir, Jacob Schneider, Max Fineberg e Tulli Lener [...] A *Sociedade Guemiluth Hassadim*, de **Itacoatiara**, conferiu poderes telegraficamente, ao Sr. **Ambrosio Ezagui** para represeta-la no referido Congresso ( A EPOCHA, Itacoatiara 19 de agosto de 1917. Anno I, numero 13, p. 01. *Apud*: JORNAL DO COMMERCIO DO RIO DE JANEIRO 20 julho de 1917, grifos nosso).

Destaca-se com isso, o elevado espírito comunitário representado pela SECIGH em contribuir com a rede sionista brasileira, de modo a autorizar um de seus membros para participar do 1º Congresso Sionista Brasileiro em 1917, como também, de justiça social, que muito contribuiu, para a manutenção e o sucesso da vida comunitária, articulando e mobilizando a rede de contatos, com seus pares, sobretudo no encaminhamento para trabalho em seringais, castanhais, vilas e cidades da região (LIBERMAN, 1989). A existência dessa sociedade é a evidência concreta de que judeus chegados à Itacoatiara não ficaram desassistidos, além da maioria já possuir parentes e amigos nesta cidade, o que levou Benchimol (2005), a afirmar que a imigração judaica foi uma imigração essencialmente familiar.

A organização eficiente da comunidade criou essa instituição de assistência econômica, social e moral que, atuando como uma rede efetivamente proporcionaram contatos, oportunidades e recursos que facilitaram em muito a inserção e o estabelecimento das famílias na nova sociedade. É claro que tais serviços não estiveram disponíveis aos pioneiros, mas à medida que a comunidade crescia, esforçavam-se por acolher o imigrante com orientação, ajuda assistencial e emprego. Muitos jovens iniciaram como aprendizes, balconistas, vendedores ambulantes, contratados de firmas judias de Belém, Manaus e Itacoatiara, ou partiram para trabalhar nos rios Urubu, Madeira, Autaz região do Arary. Como podemos observar os pioneiros aproveitaram o sistema econômico vigente na época de sua chegada para amealhar recursos com o intuito de construir seus próprios negócios (BENCHIMOL, 2005).

Com a dinamização da produção extrativista, muitos judeus obtiveram sucesso em seus empreendimentos. Alguns tornaram-se proprietários de empresas comerciais, mas, outros resolveram imigrar para divesas regiões do país. E o caso de David José Pérez, pioneiro do Sionismo brasileiro e fundador do jornal carioca a Columna, que foi editado entre 1916-1917, servindo de elo para uma grande rede intercomunitária no Brasil e inúmeros países do exterior, reforçando um sentimento nacionalista pela criação do Estado de Israel (FALBEL, 2005).

Figura 17 - Jornal Sionista A Columna (Rio de Janeiro, 1916)

ANNO I RIO DE JANEIRO, 30 de Shebat de 5676  
4 de Fevereiro de 1916 NÚMERO 2

# העמוד

## A COLUMNNA

Orgão dos interesses do Povo Judeu no Brasil  
PUBLICADO POR  
DAVID J. PEREZ e ALVARO DE CASTILHO  
Publica-se 4 primeira sexta-feira de cada mez

Relação e Administração - Rua Major Fonseca n. 51, S. Christóvão

Agente Geral no Rio de Janeiro: David Hissau - 94 Avenida Rio Branco (Charutaria).  
Agente Especial: David Weinstein - 161 Rua Visconde de Italia.  
Agente Geral em S. Paulo: Alexandre Algranti - 17-19 Galeria Central.

RIO DE JANEIRO, 1.º de Shebat de 5676  
4 de Fevereiro de 1916

### ASSIGNATURAS

Para o Estrangeiro ..... \$8000 \$8000  
e o Brasil ..... \$4000 \$2500  
Número avulso ..... \$500

### Seguindo o Programma

A satisfação que demonstraram alguns dos nossos correigionarios e o entusiasmo que outros manifestaram pelo apparecimento da *A Columnna*, trouxeram-nos a convicção que a vida deste jornal não será meramente transitória mas que dias longos o esperam. Isto nos anima e alegra.

Ha entretanto a nota que o nosso fim principal não é só fazer um jornal para auferir vantagens pecuniarias. Não. O seu fim principal já ficou esboçado em *O nosso programma*. Mas para chegar a esse objectivo precisamos quanto antes de firmar uma organização sufficientemente forte, compreendendo uma serie de instituições inherentes á vida judaica.

De todos os paises do mundo onde os Israelitas são numerosos, o Brasil é talvez o unico que ainda não possui dessas instituições indispensaveis á nossa vida social e religiosa.

Sabemos de antemão que todos os nossos correigionarios sentem e pensam como nós, mas, talvez, porque não havia chegado o momento opportuno, ninguem queria tomar a responsabilidade de tão grande empreendimento.

Alguem poderá objectar-nos: — Já temos varias associações para a manutenção do Culto, e a fundação de algumas remonta a dezenas de annos. Não nos esqueçamos de vigiar o legado precioso dos nossos antepassados, mostrando assim que não perdemos os caracteristicos da nossa forte e antiga raça. Além das associações e synagogas instituidas aqui no Rio, ha muitas outras pelos Estados.

Sim, sabemos todas essas coisas e, para prova-lo, do proximo numero em diante principiamos a dar uma reseña historica do Judaismo no Brasil. Mas, e preciso vêr, que essas associações agem isoladamente, isto é, cada uma por conta propria, cuidando exclusivamente dos seus restrictos interesses, sem a preocupação dos interesses das outras, sem manterem relações entre si, o que faz estabelecer a franquça em vez da força que as devia caracterizar.

Outras pessoas poderão fazer-me ainda esta observação: — A população judaica no Brasil é muito heterogenea, isto é, os seus membros são de varias procedencias, e dahi esse exclusivismo que se nota no seo das proprias associações.

Ainda isto não é razão para deixar de organizarmos mesmo porque nos grandes centros judaicos do Occidente e dos Estados Unidos ha essa mesma heterogeneidade e elles entretanto constituem os agrupamentos mais cohesos e activos que conhecemos.

Ha, infelizmente, objecções peiores. Certo dia, um dos nossos mais respeitaveis correigionarios fazia referencias bem fríasntes a um certo grupo de de creaturas abjectas que, aproveitando a generosidade da terra americana, desalou sobre este nobre Paiz e pretende, com o seu infame proceder, envergonhar a collectividade daquelles de quem se dizem irmãos.

Eis ainda ali uma consequencia da falta de organização.

Já os estamos vendo com vontade de perguntar: — Qual é o remédio para todos esses males? Que existem, nós o sabemos. Queremos um meio de eliminá-los.

A resposta que nos occorre e que encerra os traços geraes de uma forte organização, salvo melhores opiniões, é a seguinte:

- 1.º) Aproveitar, reformando as para melhor, as associações existentes.
- 2.º) Aggrupando os Israelitas das diversas procedencias (Alemaes, Franceses, Ingleses, Russos etc.) em associações onde os usos regionaes não sirvam de estorvo ao seu desenvolvimento.
- 3.º) As associações serão constituídas conforme o seu rito (Sephardim, Ashkenazim).
- 4.º) Estabelecer um Centro Israelita no Rio de Janeiro no qual todas as Associações judaicas terão um representante e onde as causas de interesse geral

Fonte: Central Archeives for the History of the Jewish People (pasta David José Pérez).  
www.nli.org.il/>Acesso em 27 mar. 2016.

Heller (2010), confirma que o trabalho era o primeiro propósito com que tinham de se preocupar, pois depois de acolhidos e alojados, seguiam ao encontro dos seus contatos que poderiam ser familiares, amigos ou pessoas de referência. Os que estudaram na AIU, tinham o segundo grau, falavam vários idiomas, e dominavam noções de contabilidade. No início da década de 1900, Isaac Pérez, ainda jovem buscava se reinserir na vida comercial regateando em Apipica Boa Fé<sup>47</sup>, região no rio Autaz. Neste rio, existia concessão de linha de comunicação fluvial com Itacoatiara, que foi explorada pelo Coronel Joaquim Pereira Barroncas até 1906 quando foi rescindida pelo governo do Estado. Os serviços eram explorados por meio do pagamento de passagens, fretamento do transporte de correspondências, e mercadorias, concessão esta que dava suporte à população ribeirinha no que se refere ao acesso de gêneros alimentícios de primeira necessidade, que neste caso, vinha sofrendo forte concorrência por parte de indivíduos que exploravam o comércio na região como regatão (ARAUTO, domingo, 25 de novembro de 1906, Itacoatiara. Anno I, n. 09).

<sup>47</sup> Administrava o Distrito Municipal de Apipica Boa fé como subprefeito, o major Antônio Gonçalves de Carvalho. Existia também no referido Distrito uma escola municipal mantida pelo Estado, sendo conduzida pela professora, Izabel Moreira do Nascimento (ARAUTO, domingo 28 de outubro de 1906, anno I, número:05, p. 02)

E nesse caso aludindo ao trabalho de regatão, Monteiro (1967), e da opinião de que este poderia oferecer um lucro fabuloso sem grande esforço individual, e que se apresentava como uma atividade que envolvia lograr a boa-fé coletiva dado que, o seu ofício era uma perpétua vagabundagem e uma experiência prática da pulhice especulatória. Portanto, o imigrante marroquino, assim como os de outras nacionalidades, que ganhavam a sua subsistência com este trabalho, nem sempre eram bem-vistos, já que ele envolvia também um certo conflito de interesses, ainda que não se possa desconhecer, como admite o autor, o papel que estes desempenharam na socialização e acesso da população ribeirinha aos produtos de primeira necessidade.

Barbosa (1980), comenta que diferentemente do restante do país, a Amazônia sempre foi recortada por vários rios que são, em sua maioria, navegáveis o ano todo. E por isso, não é à toa que o povo amazônico construiu, em grande parte, suas relações de comunicação e transporte utilizando o rio como via, estabelecendo também o comércio e a interação social, ou seja, o cotidiano gira em torno do rio, condicionando e dirigindo a vida na Amazônia. O papel do regatão nesse caso, foi oferecer a essa geografia nômade do espaço dos seringais, o elemento econômico necessário para sua sustentação. As dificuldades de locomoção e comunicação sempre residiram no fato de com raras exceções, quase todas as cidades localizarem-se às margens do rio Amazonas e de seus tributários. Por esta razão, a navegação fluvial e o comércio de regatão muito embora tenham seus efeitos negativos de exploração econômica imposta aos ribeirinhos, tradicionalmente foram de vital importância para toda a região.

Ao retornarmos nosso olhar para Isaac Pérez, Falbel (2005), assegura que, este, seguia trabalhando pelo interior, porém, diferenciava-se dos demais regatões, pois possuía sólida instrução escolar, neste caso falava, lia e escrevia corretamente, o português, o espanhol, o inglês, e o hebraico. Por essa razão, e pelo apoio e proximidade da família, estava tendo melhores oportunidades de trabalho e prosperidade em Itacoatiara, do que em sua fracassada empreitada em Cametá. De acordo com Moreira (1989), a preferência desses imigrantes pelo interior, explica-se pelo receio de contraírem a febre amarela, que era então, no dizer de August Plane : “(...) *intraitable cerbére, gardant la porte de l’Amazonie contre les étrangers*” – doença intratável, que guardava a porta da Amazônia da entrada de estrangeiros -(PLANE, 1903, p. 207). Realmente, depois do surto epidêmico inicial, segundo informa Arthur Viana (1992) a febre amarela concentrou-se em caráter endêmico nas grandes cidades da Amazônia. Essa incidência, explica o fato de muitos preferirem o interior às capitais Belém e Manaus. Ademais, o quadro reduzido no óbituario de imigrantes marroquinos, contido nos mapas estatísticos da obra



clássica de Arthur Viana (1992), sobre epidemias, revela que essa atitude preventiva, resguardou muitos judeus de contraírem essa enfermidade.

Benchimol (1998), acrescenta que os jovens e adultos recebiam informações sobre a saúde na região, e de como deveriam se comportar nos sítios, flutuantes, batelões, casa de comércio, portos de lenha, seringais e castanhais para onde deviam se deslocar como caixeiros-viajantes, empregados das casa aviadoras. E nesse caso específico, Isaac seguia trabalhando como regatão pelos rios da região, e municípios próximos, sendo financiado pela Casa Moysés pertencente aos irmãos Moysés e Marcos Ezagui. Os investimentos da família Ezagui dinamizaram a economia local e regional, possibilitando a comunicação comercial com diferentes regiões circunvizinhas como rio Autaz, Urubu, Maués, Madeira, lago do Canaçary entre outros, por meio dos quais a produção extrativista era escoada e vendida em Itacoatiara. Boa parte desses produtos era comercializados não só com a Casa Moysés, mas também com as firmas Oscar Ramos e Cia., Semper & Cia., J. Adonias & Cia., Aquilino Barros & Cia., Andre Fernandes & Cia., J.J.A. Antunes & Cia., Harm, Andre & Cia., De Lagotellerie & Cia., entre muitas outras casas comerciais que disputavam a preferência da população, não só na compra da produção extrativista, bem como, no oferecimento de produtos importados (CORREIO DE SERPA, 14 de abril de 1912, p. 03 ).

**Figura 18 - Vista do interior da Casa Moysés - 1910 (Moysés Ezagui a esquerda)**



Fonte: BITTENCOURT, Antônio Clemente Ribeiro. 1910, p. 337.

Heller (2010) informa também que, a experiência dos judeus, como Isaac Pérez, de largar-se em viagens longínquas pelo rio Autaz e, não raro, perigosas, não era uma novidade na cultura judaica marroquina. Em especial, pode-se dizer, dos sefarditas do Magreb, para os quais

a liberdade de ir e vir era uma constante. Como exemplo, cita os mercadores judeus no Marrocos, que até fins do século XVIII, tinham por hábito levantar suas caravanas logo após as festas da Páscoa judaica, na primavera, e só voltavam às vésperas do Ano Novo, no outono. Após as festas das cabanas, que se segue ao Ano Novo e ao dia do Perdão, novamente tomavam seus camelos e seguiam viagem para só retornar às vésperas da próxima Páscoa magrebina. Assim o judeu e quase sempre, estava envolvido em viagens e com riscos de assaltos por parte de bandidos do deserto ou de sofrer acidentes.

Essa atividade nômade, pode nos levar à interpretações comparativas mais gerais, mas evidentemente, não cabe, por enquanto, discutir até que ponto essa prática mercantil de vida amazônica, pode conduzir a um processo de adaptação étnico-cultura-religiosa. Parece evidente que tal processo será, sempre, decorrente, ou de poderosas e duradouras pressões externas ao indivíduo/grupo, ou, ao contrário, por um enfraquecimento acentuado de um daqueles polos de tensão que constituem os meandros da identidade comunal. Essas são questões, que antecedem àquela mais crucial, e que podem ser tratadas a partir desta realidade prática, evidenciada pelo esforço de sobrevivência e busca de fortuna e riqueza em seu novo *habitat* amazônico.

A busca por riquezas não estava dissociada dos projetos e planos de constituição familiar. E, nesse sentido, Heller (2010), revela que, tão logo se fixavam em algum lugar, vila ou cidade e asseguram a sobrevivência econômica, apressavam-se em arranjar casamento, pois este sempre foi um dos primeiros mandamentos a ser seguido pelos homens. Neste sentido, a experiência narrada por Benchimol (1998), coletada em depoimentos de descendentes, explica que, os novos emigrantes, recém-saídos da AIU ainda no Marrocos, apressavam seus casamentos para chegar à nova terra com suas famílias já constituídas. No entanto, muitos viajavam como pioneiros da família, sozinhos, na expectativa de, depois de acomodados às novas condições, mandarem chamar suas futuras esposas ou mesmo aquelas que deixaram no país de origem. Muitas acabaram esquecidas enquanto seus maridos e prometidos morriam do outro lado do Atlântico. Entretanto, para alguns desses imigrantes, o envolvimento afetivo com a mulher nativa era mais urgente e prático, por esse motivo, lançavam-se ao concubinato com mulheres caboclas. Não foram raros os casos de encantamento do imigrante pela sensualidade cabocla, e o resultado foram as famílias mistas de judeus que adentravam pelos seringais e pelos afluentes do Amazonas, Madeira, Urubu, Autaz negociando pélas de borracha, castanha e outros produtos da floresta.

Para Godim (2007), esse envolvimento voluptuoso acentuava-se com o colorido vivo da vegetação, acima de tudo com aquela simulação do Paraíso, do Jardim do Éden, onde

a Eva cabocla de tal maneira surgia sedutora, a ponto de o próprio tempo ficar suspenso, e com ele todo o imaginário e a memória dos antepassados. Essa “desvirtuação” da moral judaica, significava que, um novo maravilhoso tomava conta de si, hipnotizando-o, como um canto de sereia ou o guiso de uma sucuri. A mesma irresistível excitação que muitos náufragos, soldados, aventureiros e toda sorte de gente vinda de Portugal, França ou Holanda, sentiram, ao deparar-se nas praias brasileiras com índias formosas e sensuais, estes mesmos imigrantes marroquinos sentiram, ao trocar o deserto pela floresta. Pressionava-os uma dualidade sentimental/moral, que cotidianamente, oscilava entre a opção representada pelos *tefilin* – preces - todas as manhãs, e o amor carnal estonteante às noites. Como exemplo desse encontro entre o deserto do Magreb e a floresta Amazônica, vale a pena lembrar a narrativa de Rubem Israel<sup>48</sup>:

O igarapé de Caburi era de águas muito claras e tinha muito peixe, sendo que uma das minhas maiores distrações era ir pescar, e pegava peixes de várias qualidades. Ao redor de nossa loja existia um cacoal que margina o igarapé. Pouco abaixo de nossa loja, existiam várias casas de moradores, todas marginando o Amazonas e, bem perto de nós, morava a família de seu Maneco. Ele era um pescador bonachão e sua única preocupação era pescar pirarucu, vendê-lo, comprar o necessário para sua casa e somente pescar de novo quando acabavam os mantimentos. Vivia quase sempre numa embriaguez inofensiva. A mulher, Nhá Tereza, passava a maior parte do tempo em casa do vizinho. Era uma cabocla forte e ainda bem bonita. Tinha uma filha, Ormindá, de 18 anos, cabocla pura, olhos grandes, boca pequena, lábios grossos, e cabelo até a cintura, muito viva e sempre censurando o pai. Era a Ormindá que quase sempre ia à loja fazer compras e sempre conversava comigo. Um dia passei-lhe as mãos pelos cabelos e lhe disse que era muito bonita. Ela retribuiu e galanteou-me, passando a mão pelo meu rosto. Esta simples carícia despertou em mim instintos desconhecidos e passei, daí em diante, a pensar nela. No dia seguinte, ela veio novamente à loja e eu não estava, perguntou por mim e lhe disseram que eu estava no igarapé pescando. Ela foi pra lá. Me viu e disse que eu era um *boboca*, não sabia pescar, tomou-me o caniço, procurou com a vista outro lugar e imediatamente pegou um belo matrinchã. O igarapé distava uns 300 metros da loja e estava encoberto pelas árvores do cacoal. Ormindá acariciou-me de novo e eu dei-lhe um beijo. Foi o rastilho que se incendiou, rolamos na relva e eu cometi o primeiro pecado e, se a esse ato se pode chamar de pecado, então eu fui um grande pecador. Ainda hoje, apesar de meus 80 anos, com saudade me lembro da Ormindá, de olhos grandes, seios duros, o corpo exalando *patchouli*, que todos os dias vinha me procurar, ora no igarapé, ora no cacoal. E após oito meses assim, chegada a hora, chorando, nos despedimos ( Memórias de Rubem Israel. manuscrito em poder da família, *Apud* : HELLER, 2010. p. 147-148).

Souza (2000) comenta, que esse encontro afetuoso e intenso, entre dois mundos tão diferentes, não raro resultou num casamento, diríamos messiânico. Isto é, quando as diferenças são, não apenas toleradas, mas exaltadas e benquistas, convivendo lado a lado como o leão e o cordeiro, no dizer profético. E, para a difícil decisão de entregar-se, ao encanto da,

---

<sup>48</sup> Rubem Israel, veio de Lisboa para morar e trabalhar, com os tios Jacques e Moacir Bentes em Parintins. Regateou por algum tempo na região da foz do rio Autaz, contexto geográfico da narrativa supracitada. Foi casado com Dona Alegria, natural de Aljaciras, cidade do Marrocos (HELLER, 2010, p. 140).

miscigenação, uma escolha equivale a abrir mão de todas as outras, a própria adaptabilidade ao espaço/tempo amazônico construiu uma solução: a família cabocla. Mesmo aqueles judeus imigrantes que trouxeram suas famílias, ou mandaram trazer suas futuras esposas do Marrocos, não raro se envolveram com caboclas pelo interior, mantendo duas ou mais famílias. Pois, se passavam meio ano viajando pelos rios da Amazônia até os confins da Bolívia e Colômbia, equanto a família permanecia em Mancapuru, Maués ou Manicoré. Nesse caso, não se pode surpreender, que constituíssem novas proles. Um procedimento que jamais seria admissível na terra de origem, ou mesmo na comunidade à qual se integrava nas pequenas cidades ribeirinhas. Mas, que na imensidão da Amazônia, era a própria essência da liberdade, espécie de caboclicização do judaísmo marroquino. Afinal, quem saberia? Quase impossível a conexão entre as partes dispersas na grande região.

Porém entendemos que aspectos desse contexto que envolve questões de gênero, carrega a miopia etnocentrista ao relegar a papel subalterno da mulher cabocla ante a exploração do dominador hebreu. Essa perspectiva contra a mulher amazônida, tendo por base as desigualdades históricas produzidas pelo patriarcado, que ampliaram-se pelas relações capitalistas de exploração sobre a região. A concepção de gênero, além de contribuir para desnaturalizar os papéis culturalmente estabelecidos e as diferenças impostas quanto à identidade subjetiva, permitiu ampliar o debate de gênero no aspecto sociocultural. Nesse caso ser mulher passou a ser identificado como construção social juntamente com as relações de poder que lhes são intrínsecas. Grande parte dos estudos a situa como decorrente de desigualdades nas relações de poder que encontra sustentação no patriarcado. Os sistemas simbólicos construídos sobre as diferenças sociais nutrem as relações sociais entre os gêneros. As representações femininas de sensibilidade, maternidade, de pertencimento ao lar e do masculino como dominador, provedor, incumbido do espaço público são reiteradas no imaginário social, e reproduzidas por variados mecanismos institucionais como: religiões, sobretudo o judaico-cristã no ocidente, as artes, as ciências, a escola, os meios de comunicação, entre outros.

Torres (2005) assevera que, nesse processo, o patriarcado ganhou corpo na medida em que opera com crenças religiosas e simbolismos envolvendo a natureza e a vida cotidiana. Do ponto de vista terminológico, gênero é o conceito crítico que substitui as noções biologizantes no âmbito do patriarcado enquanto explicativas da condição da mulher. As relações de gênero explicam de forma ampla as relações sociais envolvendo mulheres e homens, as instituições, a natureza e a vida em sociedade com todo o seu simbolismo. Nesse caso, as aventuras de judeus com mulheres caboclas pelo interior da Amazônia, reforça valores do patriarcalismo e da

dominação masculina, como o machismo, a discriminação e a violência de gênero amplamente sentidos pelas mulheres. As mulheres na Amazônia, mesmo tendo participado ativamente da história e sendo muitas vezes dela protagonista, foram dispostas a uma condição de invisibilidade social fortemente relacionada à desigualdade de gênero reproduzida no ambiente amazônico.

Benchimol (1998), atesta, que essa caracterização carnal do judeu marroquino na Amazônia, não fazia parte da personalidade de Isaac José Pérez. Nascido em Breves, portanto brasileiro, de pais imigrantes marroquino, cursou educação básica até o segundo grau na AIU no Tânger, instituição de origem francesa, recebendo assim, educação escolar formal, com base na cultura ocidental. Sua atividade comercial em Apipica Boa Fé, região de Itacoatiara, ultrapassou os limites do sucesso que a vida tentou lhe impôr. Os ganhos acumulados pelo comércio extrativista, deram-lhe condições para estabelecer-se na sede do município, tornando-se sócio dos irmãos Ezagui, em diversificadas áreas comerciais que iam de fretamento de embarcações, consignações, aviamento, à venda de produtos importados, tendo como exemplo, a pujança e a variedade de produtos exibidos na Casa Moisés. Este estabelecimento comercial, transacionava quantidade considerável de produtos extrativistas como: jarina, couros de animais silvestres, borracha, castanha, cacau, plumas de garça entre muitos outros.

**Figura 19 - Vista frontal da Casa Moisés – (1920)**



Fonte: Acervo Frank Queiroz Chaves. Itacoatiara, 1920.

Sendo assim, de acordo com Falbel (2005), com a vida profissional relativamente consolidada, Isaac Pérez viaja em 1903<sup>49</sup> para Belém, onde casa-se com Rachel Hilel Benchimol. Rachel Benchimol era descendente de uma família de judeus marroquinos que vieram de Gibraltar para se estabelecer em Cameté no ano de 1850. Residiu por algum tempo nesta cidade, e, anos mais tarde transferiu-se definitivamente para Itacoatiara, onde fixou residência, integrando-se a comunidade marroquina pré-existente, que a essa altura, de certo modo, já dominava boa parte do comércio extrativista e as atividades dele decorrente. Da união matrimonial entre Isaac Pérez e Rachel Hilel Benchimol, nasceram, os filhos Leon Isaac Pérez<sup>50</sup> e José Isaac Pérez.

**Figura 20 - Leon Isaac Pérez e José Isaac Pérez (Rio de Janeiro, 1920)**



Fonte: FALBEL, Nachman. 2005, p. 45.

O Jornal A Epocha de 14 de outubro de 1917, cita em nota social a solenidade de iniciação a vida civil do jovem Leon Perez:

No dia 11 do corrente mez, teve lugar, com raro esplendor, a confirmação do jovem **Leon Perez**, dilecto e inteligente filho do nosso ilustre amigo Sr. **Isaac José Perez** e de sua digna esposa **D. Rachel Perez**. (A solenidade), É o festejado *tefilin* (preces e orações) da lei judaica, o qual é um acto por demais tocante e muito significativo; pois marca a entrada para o culto e para a vida civil, do pequeno israelita, que completa 13 annos de idade. Apos a parte religiosa, seguiu-se um profuso ágape, durante o qual foram trocados entusiasmados brindes. Nossos parabens ao distincto Sr. Isaac Perez e a sua exma consorte ( A EPOCHA de 14 de outubro de 1917. Anno I, numero 21, p. 02).

<sup>49</sup> Nesse ano, administrava em Itacoatiara o superintendente Joaquim Alves de Lima Verde (SILVA, 1970).

<sup>50</sup> Em 1918 Leon Isaac Perez, Jaco Ezagui e Fortunato Ezagui seguiram no paquete Ceará com destino a Belém, para iniciar seus estudos secundários no colégio Progresso Pareense (A Epocha. Anno I, numero 34, 18 de janeiro de 1918, p. 01).

Heller (2010), aponta que o conagraçamento religioso associado a convivência social era a forma da comunidade projetar para a juventude a aproximação com o casamento endogâmico, essa prerrogativa, reforça a tese da família como papel de preservação da identidade judaica. Portanto, a família constituía elemento, que estava intrinsecamente associada à prática diária da religião. Quando o rigor desta prática era relaxado, a tendência era de maior adaptabilidade. Para esses judeus marroquinos que faziam da família o núcleo a partir de qual construíram sua judeidade em plena Amazônia, a identidade judaica era não apenas profundamente arraigada, como admitida com orgulho e alegria.

Eles souberam diferenciar-se muito bem, da vida em sociedade, em relação ao seu cotidiano íntimo familiar. Influenciados pela tradição dogmática da religião, e pela formação laica na AIU, os judeus na Amazônia, não hesitaram em adotar para si a máxima do cidadão de fé mosaica, que implicava em ser: “brasileiro como todos na rua ou no trabalho, e judeu praticante dentro de casa” (BENCHIMOL, 1996). Assim viveram a ambivalência cultural, pois nem sempre a *kashrut* -a dieta judaica- era praticada fora do lar. As diferenças eram, assim, dissimuladas. Procurava-se, também, estabelecer vínculos de solidariedade com a população das cidades ribeirinhas da Amazônia e, inclusive, com a igreja Católica, de forma a dissipar, na raiz, qualquer veleidade anti-semita.

Atinente a essas possibilidades de relação matrimonial, entre o caboclo e o judeu, sobressai em essência a identidade tradicional judaica na perspectiva de Benchimol (2008), sobretudo, como forma de conservação da tradição, entendida como algo estável e que estaria sendo constantemente ameaçada em decorrência de casamentos mistos. As mudanças por sua vez, são vistas como formas de distorção da tradição que está o tempo inteiro desaparecendo, como consequência das diásporas, em choque com o outro. O que talvez tenha faltado a análise de Benchimol (2008), a nosso ver, foi a sensibilidade de entender que foi por meio das mudanças e adaptações que os judeus reexistiram há mais de dois séculos de imigração na Amazônia. A abertura e flexibilização dos costumes já vinham sendo feitas desde o exílio marroquino, e diante das possibilidades de novas adaptações ao espaço/tempo amazônico, sobressairam novas perspectivas de reinventar uma tradição que está sempre em constante movimento. Nesse contexto, é importante conceituar aquilo que Rogério Haesbaert (2005), chamou de desterritorialização, termo empregado para analisar o território não como espaço neutro, mas sim enquanto *locus* de constante disputa de poder sob a perspectiva territorial, onde predomina a dominação de natureza jurídico-política. Esta concepção mais abrangente de território faz com que se promovam, ao longo do tempo, diferentes possibilidades de territorialização, conceito traduzido como um componente de poder, por meio do qual

imigrantes judeus e sociedade amazônica experimentaram e dotaram de significado seu espaço físico de convivência, qual seja, uma espaço do ponto de vista da cultura, multiterritorial.

## **2.2 A comunidade sefaradita marroquina.**

Apesar do advento da borracha ter sido preponderante para a instauração das transformações na cidade de Itacoatiara, cabe-nos também situar outros fatores que, no histórico movimento da expansão econômica, também deram relevantes contribuições ao desenvolvimento urbano, entre estes podemos destacar: a Proclamação da República, a imigração nordestina e estrangeira, a abertura dos portos e a elevação da Vila de Serpa à categoria de cidade. Todos os fatores referidos foram determinantes para a tessitura da feição de modernidade que a urbe passa a exibir doravante e, para melhor compreensão dessa importância, detalhamos fatos, personalidades, temas e conceitos de acordo com os estudos de: Jobin (1948), Silva (1997;1998), Oliveira (1994), Mesquita (1997) e Daou (2004).

Alguns estudos já existentes sobre o período da borracha amazônica e seus desdobramentos para as cidades do interior, como Itacoatiara, em caso específico, já foram observados por autores como: Silva (1998), Jobin (1948), Oliveira (2004), Ribeiro (2012) dentre outros. Estes estudos se devem, sobretudo, à expressiva quantidade de jornais e álbuns com imagens referentes àquele período, o qual reforçou o imaginário de uma cidade áurea, próspera e nostálgica ao olhar do público em geral. A riqueza promovida nesse período, acabou por atrair a atenção de imigrantes, vindos de diversas regiões do Brasil e exterior. Nesse particular, destacamos não só o trabalho de Isaac José Pérez, como notório empreendedor, como a atuação da comunidade judaica marroquina, que teve papel preponderante no projeto de acolhimento e implantação da ideia de progresso que se instituía, a partir da malha de contatos na região.

Partindo dessa premissa, situamo-nos entre 1850 a 1910, momento em que ocorre na Amazônia Brasileira o apogeu da exploração da borracha natural que coincide com a *belle époque*, caracterizado pelo crescimento econômico, avanço das técnicas no território e pelo aumento das mazelas sociais nas cidades. A expansão da exploração da borracha para o interior da Amazônia possibilitou a criação de vilas e cidades em especial na área que corresponde a antiga Província do Amazonas. Atendendo a essa expansão econômica, dá-se a elevação da vila de Serpa, transformada em cidade de Itacoatiara por meio da lei estadual nº. 283, de 25.04.1874,



de autoria do deputado provincial itacoatiarense Damaso de Souza Barriga<sup>51</sup>, conforme citação abaixo.

Lei n.º 283 de 25 de abril de 1874.

Eleva a categoria de cidade, com a denominação de **Itaquatiara** a Vila de Serpa.

Domingos Monteiro Peixoto, bacharel formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife, e Juiz de Direito, Oficial da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro de Cristo, e Presidente da Província do Amazonas.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

**Art. 1º** Fica elevada à categoria de cidade, com a denominação de **Itaquatiara**, a Vila de Serpa.

**Art. 2º** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer que a cumpram e façam cumprir inteiramente como nela se contém.

O Secretário da presidência a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio da Presidência da Província do Amazonas, em Manaus aos 25 dias do mês de abril de 1874, 53º da Independência do Império.

I.S. Domingos Monteiro Peixoto.

O 2º Oficial Antônio José Barreiros a fez.

Nesta secretaria da Presidência do Amazonas, foi a presente lei, selada e publicada, aos 25 dias do mês de abril de 1874.

O Secretário.

Teodoro Tadeu D'Assunção (Coleção de leis da Província do Amazonas, tomo XXII, parte primeira, p. 13-14, 1874, grifos nosso).

O ato jurídico-administrativo possibilitou maior distinção política e os benefícios advindos desta condição, consolidaram e ampliaram os equipamentos urbano que passou a existir na cidade a partir desse momento. Por exemplo: a inauguração da Coletoria da Mesa Rendas (1874), sob administração de Emílio R. Ribas, que teve atuação na tributação da produção extrativista exportada, e que também, dinamizou o trabalho de desembaraço aduaneiro dos materiais, máquinas e equipamentos para a construção da estrada de ferro Madeira Mamoré<sup>52</sup>. As atividades administrativas da Coletoria ajudaram a consolidar o papel de cidade portuária, tendo em vista que, o médio Amazonas, especialmente o perímetro da

<sup>51</sup> Damaso de Souza Barriga presidiu a primeira sessão ordinária de intalacão da cidade de Itacoatiara, representando o presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto. Foram empossados como vereadores: José Serudo Martins, Júlio Ferreira Capucho, Maximo Pinheiro Lopes, Raimundo Luiz da Fonseca, João Pereira de Lira e Manoel Custódio Cavalcante, sendo secretário o senhor Manoel Antonio Martins (Cf. Atas da Câmara de Serpa: 04/03/1874; 05/06/1874; 11/06/1874; 11/12/1874. LOUREIRO, 1989).

<sup>52</sup> Os materiais e equipamentos da *The Madeira and Mamoré Railway Company* de Percival Farquhar, provenientes da Europa, Estados Unidos e Sul do Brasil, eram depositados no prédio Oscar Ramos de estilo alemão localizado na rua da Rampa – atual Quintino Bocaiuva-. Essa conexão era necessária pois, a hidrografia do rio Madeira não permitir trânsito de navios de grande calado em período de seca. Por isso, os equipamentos eram estacionados em Itacoatiara, para depois seguirem nas embarcações menores até a Bolívia (BITTENCOURT, 1925; JOBIN, 1948).

confluência dos rios Madeira/Amazonas, sempre foi visto como um ponto excepcional para execução da política de ocupação e domínio da região. A estratégia da geopolítica governamental na Amazônia pretendia consolidar as possessões pela organização da vida social, em cada ponto estratégico que julgasse importante fortalecer. (BITTENCOURT, 1925; JOBIN, 1948).

Para Oliveira (2007), do ponto de vista da espacialização, Itacoatiara tornou-se um exemplar da produção externa a ela, e sua fisionomia constituía-se a partir das condições da sua espacialidade, ou seja, representava um pequeno ponto no médio Amazonas, cuja funcionalidade era servir de entreposto e estocagem de produtos extrativistas e agrícolas. Sua utilidade tornava-se múltipla ao se tornar também porto privilegiado, onde era possível observar e assegurar o controle tributário e administrativo dessa porção do território. Essa função portuária adquiria importância à proporção que as atividades de coleta de drogas iam intensificando-se. A cidade, aproveitava a valorização de sua região circundante, primeiro porque tinha supremacia nas trocas, que se faziam, sobretudo por via fluvial, e depois porque era o único entreposto para o abastecimento ou intercâmbio nessa área, em relação aos demais centros. Nesse momento começa a esboçar-se o papel que ela desempenhará em toda sua história: o de porto de exportação de produtos agroextrativista não consumíveis localmente, bem como, o de porto de importação de produtos que é incapaz de produzir mais de que necessita, seja para a própria população ou para a população circunvizinha, por isso, um porto muito ativo é a base da sua importância regional.

Sendo assim Silva (1998), salienta que, a situação geográfica favorável, associada a riqueza da borracha em sua região, proporcionou a atração de inúmeros imigrantes. Desse modo, em 1879 é criada a Colônia Pedro Borges no distrito municipal de São José do Amatory, com imigrantes nordestinos castigados pela seca, vindos especialmente do estado do Ceará. Os lotes<sup>53</sup> de terra medindo 35x75m de área, estavam localizados na parte da frente do referido distrito. As ruas receberam nomes de vultos históricos: Tenreiro Aranha, Dr. Moura Brasil, Sant'Anna Nery, Frei José das Chagas. A infraestrutura distrital contava ainda com: cabo telegráfico, grupo escolar, posto médico, usina de luz à vapor e mercado público. Essa conformação territorial, produziu novas funcionalidades no espaço que foram assim redefinidas: para cada igarapé, o surgimento de uma rua ou o alargamento de um antigo caminho. Essa forma de arruamento harmônico e uso do espaço, é imposta pelo reuso das possibilidades que a cidade passa a oferecer, na qual o tecido urbano passa a configurar-se com

---

<sup>53</sup> Os posseiros: Manoel João do Nascimento, e José Alves Braga, são remanescentes dos que chegaram em 1879, foram alguns dos contemplados com títulos definitivos (SILVA, 1998).

um novo desenho, contando com novos grupos sociais em suas mais diferentes relações, situações e conflitos.

E nesse sentido, à proporção que a borracha ganha importância, novas pessoas chegam à cidade. Silva (1998), informa que é no decorrer desse processo que Itacoatiara passa a vivenciar a ampliação e remodelação de seu espaço, assim como o aumento de sua população. Como característica, constitui-se polo de atração de pessoas das mais diversas nacionalidades: ingleses, alemães, portugueses, espanhóis, árabes, italianos, franceses que se deslocam para a cidade, assim como, migrantes de outras regiões do País. Em 1880, dá-se início a chegada de imigrantes judeus<sup>54</sup> vindos na sua maioria do Marrocos, dentre os pioneiros podemos confirmar: Dinar Ohana, Raquel Ohana, Jacob Benchimol, Moysés Ezagui, Marcos Ezagui, Esther Ezagui, Mary Ezagui, Fortunata Cohen Alves, Rica Bensemana, Moysés Azulay, Isaac Benchaya, José S. Benesvy, Fortunato Benezar, Elias Alves, Yossef Sholomo Mali, Davi Dray, Ledícia Malca, Simy Carlos Nahamias, David Carlos, Abraham Kadosh Akados, Luna Pinto, Abraham Dahan, Alegria Dahan, José Benedito Cohen, Simes Alves Cohen, Isaac Cohen, Samuel Amour, David Benayon, Raquel Hilel Benchimol, Samuel L. Benchimol, Isaac José Pérez, David Pérez, Leon Elmaleh, Isaac Drumond dentre muitos outros anônimos que não pudemos identificar na documentação compulsada. Situaram-se prioritariamente no bairro da Colônia, localizando-se na rua Moreira César no conjunto de “Casas das 18”. Salgado (2015), destaca a riqueza cultural dos imigrantes da comunidade judaica de Itacoatiara:

Na Sinagoga de Manaus encontra-se um **Sêfer Torá**<sup>55</sup> de mais de 400 anos, possivelmente, ainda do período da Inquisição em Portugal, quando alguns judeus

<sup>54</sup> O contingente populacional da comunidade judaica chegou a 300 membros (SILVA, 1998).

<sup>55</sup>Sêfer Torá do hebraico :ספר תורהLivros da Torá ou Rolos da Torá - é o nome dado aos rolos da Torá, copiados à mão e cuja composição obedece uma série de obrigações de produção. Considerado a obra mais sagrada do judaísmo, é guardada em um recinto reservado nas sinagogas conhecido como *Aron Kodesh* (AZULAY, F.1980, p. 42). Segundo o Rabino Eliahu Birnbaum (2017), o Sefêr Torá de 400 anos que descansa no *Aron haKodesh* (Arca Sagrada) da sinagoga de Manaus é para os judeus locais não apenas um tesouro histórico, mas também um tesouro sentimental. A tradição comunitária conta que o Sefêr Torá antigo tem sua origem em Portugal, depois ele acompanhou os judeus que decidiram abandonar o país, pelos maus tratos impostos pela Inquisição e por suas leis intransigentes, e decidiram viver no Marrocos no século XVII. O Sefêr então passou de Portugal para o Marrocos, do Marrocos continuou sua viagem com os judeus que buscavam uma vida nova nos rios da Amazônia brasileira, sem esquecer sua religião e cultura judaica. O Sefêr Torá honrou durante muitos anos a pequena comunidade israelita de Itacoatiara, e somente depois que essa *kehilá* -comunidade- se extinguiu completamente, em meados do século XX, foi levado o Sefêr Torá para o *Aron haKodesh* de Manaus onde descansa até hoje. Quando da visita de Eliahu Birnbaum a Sinagoga de Manaus, este solicitou para ver o Sefêr Torá e muito impressionou-o a *klaf* -pergaminho- e o formato das letras que comprovam a procedência e a odisséia desse Sefêr Torá. Após verificação com especialistas confiáveis em Israel, pode-se afirmar que o Sefêr Torá de Manaus tem a letra em formato *Sefarad* (não do norte da África, mas Espanha), e foi escrito no fim do século XVI. Há alguns anos, o Museu da Diáspora (*Beit Hatfutzot*) em Tel Aviv – Israel, pediu que a comunidade doasse o Sefêr para que fosse exposto ao grande público de visitantes deste museu. Após diversos diálogos dentro da comunidade, ficou decidido manter o Sefêr Torá em seu lugar, no *Aron haKodesh*, e não doá-lo. A decisão foi tomada pelo presidente da comunidade, Sr. Jaime Benchimol (filho do pesquisador Samuel Benchimol Z’L), que

seguiram para o Marrocos levando-o consigo, e depois [com a imigração], trouxeram-no para **Itacoatiara no Amazonas**, no início do século 20, onde havia uma próspera comunidade judaica. Com o êxodo desses judeus para a capital, o Sêfer Torá foi trazido para Manaus (SALGADO, 2015, p. 23, grifos nosso).

A supremacia religiosa e cultural da comunidade de imigrantes judeus de Itacoatiara em relação as demais cidades, pode ser observado novamente em Salgado (2015), quando a partir da entrevista de Saul Benchimol, revela os desdobramentos entre o poder público e a comunidade judaica para a construção do Cemitério Israelita de Manaus, assim referindo:

Os judeus já se reuniam [Manaus] e havia um líder um, *chazan* [espécie de rabino], um oficiante. Chamava-se Israel e vinha de Itacoatiara. Era o pai da mulher do David *Curica* Israel. Esse *chazan* não era **Cohen**, e vivia em Itacoatiara. Em Manaus não havia liderança comunitária. A liderança comunitária começou em 1926-7, quando **Isaac José Pérez** perdeu o filho. [...] Bem a comunidade tinha um terreno, onde hoje é o Hospital Getúlio Vargas, em frente ao Cemitério, aquele terreno era da comunidade judaica, naqueles idos [década de 20]. E morreu o filho de Pérez, o engenheiro – foi uma desgraça e não havia onde enterrar, a não ser no cemitério *goi*, não judaico. Então foi proposta uma troca dessa área do Cemitério São João Batista pela área que tínhamos em frente ao hospital Getúlio Vargas, que ainda é do estado até hoje. Então essa troca foi feita, e nós ficamos com aquele corredor que é o cemitério judaico de hoje (SAUL BENCHIMOL *Apud*: SALGADO, 2015, p. 41, grifos nosso).

Esse fato, em especial, revela que a mobilização comunitária ainda era incipiente em algumas cidades, diferentemente da organização comunitária do imigrante judeu marroquino estabelecido na cidade de Itacoatiara. Contrariamente à maioria dos imigrantes, enganados sob contrato, Benchimol (1994), sustenta que, os judeus vieram anônima e espontaneamente, desvinculados de qualquer programa imigratório oficial. Uma vez em Itacoatiara, integraram-se a sociedade e participaram ativamente da vida econômica. A maioria se dedicou à atividade comercial, sobretudo à exportação de borracha, cacau, castanha, raízes medicinais, guaraná, tabaco, cumaru, copaíba, couro de animais silvestres, entre outros. Além disso, importavam: tecidos, calçados, chapéus, perfumes, bebidas, leques, vidrarias, bengalas, brin, gravatas e armarinhos em geral.

Ainda para Benchimol (1994a, 1994b), e Loureiro (1994), a partir de 1890, sobressaíam e dominavam o comércio itacoatiarense os irmãos, Moysés e Marcos Ezagui, em atividades ligadas a navegação, sendo agentes do *Lloyd Brasileiro*, e proprietários das lanchas: Firmeza, Luiz Alves e Serpa, bem como, no atendimento e fornecimento de derivados de

---

respondeu ao *Beit Hatfutzot* (Museu de Tel Aviv) que este Sefêr Torá será mais um objeto sagrado entre os muitos que se encontram no museu, mas em Mananus, este Sefêr, é o “coração da comunidade judaica, ele é testemunho da longa e tortuosa história que trouxe os judeus para a Amazônia e é a origem da inspiração e do orgulho dos judeus de Manaus” (BIRNBAUM, 2017, p. 03).

petróleo da *Standard Oil Of Brazil*. Trabalhavam também, com consignação, comissões e seguro na Cia. *Loyd Atlantic*. Além disso, atuavam no comércio de aviamento e exportação de produtos extrativistas, com a maioria destes empreendimentos localizando-se no Centro. Espalharam-se com suas atividades comerciais também, para o bairro da Colônia onde eram proprietários da serraria Firmeza, Fábrica de Fundição de Metais, Fábrica de Blocos de Concreto para pavimentação e do Estaleiro para reparo de embarcações. Na família dos Ezagui, destacava-se ainda, José Augusto Ezagui proprietário da loja Nova Bom *Marchê*, atendendo a população com: tecidos, louças, e miudezas em geral. Essa pujança econômica dos judeus de Itacoatiara seria confirmada pelo deputado federal Maurício Paiva de Lacerda em discurso proferido no Congresso Nacional na então capital federal no Rio de Janeiro, no qual enaltece o sionismo brasileiro e traça um minucioso panorama histórico do povo hebreu em diferentes regiões do Brasil. Quanto ao Amazonas e mais especificamente Itacoatiara, êi-lo:

No commercio e na indústria tem tido os israelitas grande desenvolvimento naquele Estado (Amazonas), si attendermos ao diminuto numero ahi existente. Em Manaós, além de alguns comerciantes de certa importancia, há a notar a casa B. Levy & Cia., que mantem a navegação regular do rio Madeira, cujas margens são as mais povoadas de todos os afluentes do Amazonas [...]. Pouco abaixo de Manaós, em **Itacoatiara**, há uma comunidade israelita, que conta setenta almas. Os irmãos **Moysés** e **Marcos Ezagui**, ahi estabelecidos, há cerca de 30 annos, tem sido um grande elemento de progresso daquella região. Installaram serrarias a vapor, aproveitando a quantidade enorme de cedros, arrastados pela corrente do rio, utilizando com proveito da população e transformando-a em excellente industria, de que vive hoje centenas de famílias. O seu commercio (Casa Moysés e demais empreendimentos) foi de tal forma impulsionado, que fez derivar para essa cidade, outrora sem importancia, grande parte do commercio do baixo Madeira, e, com a sua navegação particular, mantem constante contacto com a população dos rios próximos: Maués, Atuman, Autaz, Urubu e etc. Convém declarar que o factor principal das facilidades commerciaes do interior do Estado do Amazonas é, em grande parte devido aos **judeus** (ANAES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DE 19 DE DEZEMBRO DE 1918, p. 89-90).

A influência econômica dos judeus ainda se fazia notar, na Travessa 15 de Novembro na competência da casa Formosa Amazonense de Ohana Benchay, a qual oferecia redes, ferragens, louças, calçados, perfumes entre outros. Essa influência especializava-se na medida em que se percorria pelo Centro. Outro exemplo, na rua Quintino Bocaiúva, José S. Benesvy, instalara a Casa Harmonia, no ramo de vidraçaria, perfumaria, brins, camisas, chitas, casemiras e artigos importados da Europa. As lojas de David Dray & Filhos e Samoel Amour na rua Quintino Bocaiúva eram exemplos evidente do monopólio comercial dos judeus sefaradita marroquino na praça de Itacoatiara (JORNAL O CONSERVADOR. Jornal político e comercial. de 19 de janeiro de 1913. Itacoatiara –anno II – numero 13. p 03-04).



A presença e ascensão dos judeus marroquinos de Itacoatiara na esfera social e empresarial, ganhou não só aliados como potenciais inimigos. Para Scliar (2006), enquanto muitos desses judeus estabeleceram relações de bom convívio com os seus novos vizinhos, por outro lado, houve ocasiões em que foram alvo de violentas agitações anti-judaicas. Ou seja, ao mesmo tempo em que os judeus buscavam postura e linguagem que pudesse suavizar suas diferenças, sem descaracterização de sua identidade original, a recepção por parte da população local era ambígua. Sem outras interferências que pudessem abalar as relações, tais como: competição política, concorrência comercial, dificuldades materiais, animosidade religiosa, a convivência era cordial (BENCHIMOL, 1999).

Tão logo surgia um daqueles fatores de desequilíbrio, recomeçavam as hostilidades baseadas na emergência de um sentimento, cultivado na mentalidade elitista de comerciantes e cléricos, contra os estrangeiros de um modo geral, e contra judeus em particular e, neste caso estimulado tradicionalmente pela igreja Católica. Assim, esses imigrantes judeus eram confundidos com todos os brancos estrangeiros e não-católicos. Para Grinberg (2005), essa mensagem, alimentada por décadas, mas que, na maior parte do tempo, permaneceu adormecida, aflorou com toda a força no início século XX. Uma onda de anti-semitismo varreu as cidades de Cametá, Baião, Mocajuba, Bacuri, Arequereruba, Mangabeira e Prainha, avançando pelas margens dos rios, onde muitos judeus tiveram suas casas e armazéns completamente destruído. Ficaram conhecidos os episódios do mata-judeu e o massacre de Massauari<sup>56</sup> em Maués (HELLER, 2010).

Tarimbado com discriminações ao longo de sua história, o judeu tentava adaptar-se preservando suas tradições. Este é, de fato, um exercício nada fácil em termos de identidade, isto é, convicto de sua condição de judeu, tem, de alguma forma, de amenizar aquela tensão existente entre si e o outro. E isto deve ter sido caro e doloroso para o imigrante. Veja-se o caso em Itacoatiara, completamente desconhecido, ocorrido no ano de 1903 envolvendo o juiz Augusto Severo Gonçalves Pires, narrado em carta a David José Pérez, pelas irmãs Esther e Mary Pérez Ezagui, tendo como testemunha Abraham Dahan:

O juiz de direito de Itacoatiara Dr. Augusto Severo Gonçalves Pires, pretendia estabelecer seu genro no comércio local. O genro, no entanto, alegava que era muito difícil fazer qualquer tipo de negócio na cidade, porque tudo se encontrava nas mãos dos judeus. Então Dr. Pires convocou amigos e autoridades para urdirem um plano de

---

<sup>56</sup> Com relação ao atentado do Massauari no interior de Maués, acreditamos estar relacionado ao episódio de diversos conflitos existentes no Baixo Amazonas em fins de 1920. Dentre as poucas fontes que restaram, existem duas reportagens no Jornal do Commercio de Manaus, datado de dezembro de 1920 e janeiro de 1921 que destacam os assaltos e pilhagem sobre o estabelecimento de judeus, mas não apresentam mortes que caracterizassem um *massacre* como definido por Heller (2010).

expulsão dos judeus, combinando com todos de usurparem seus bens. O juiz planejou de escrever cartas e enviar telegramas ao governador do Amazonas [Silvério José Nery 1900/1904] dando uma versão particular da situação, sem levar em consideração os apelos dos judeus. Porém, aconteceu que, na mesma noite da trama, o dito juiz deitou-se para nunca mais ver a luz do sol. E todos estiveram ocupando-se com o enterro e não mais se lembraram de perseguir os judeus. Mary relata que o tal juiz deixou três filhas e um filho. [Além disso] pede a David Pérez para não levantar novamente este assunto, porque com a morte do Dr. Pires, ficarão [a população] a nosso favor, e nunca mais falaram sobre este acontecimento (FALBEL, 2005, p. 219 grifo nosso).

Seria obra do acaso, ou, intervenção divina? Dificilmente saberemos. A imprecisão dos fatos e a falta de fontes confiáveis não nos permitem fazer uma avaliação abalizada sobre este episódio, no entanto, tudo indica, que existiu sim, motivação anti-semita pela concorrência comercial. Como líderes do comércio no interior e na cidade de Itacoatiara, obviamente deveria existir algum descontentamento por parte da população e de outros grupos étnicos como portugueses ou sírio-libaneses que disputavam mercados com judeus. Mas, o que precisamos nos atentar é que o preconceito existente contra o comerciante judeu, como aquele indivíduo que chegou como imigrante, se estabeleceu na cidade, e que fazia de tudo pelo lucro fácil, a ponto de “arrancar as unhas” da população local, não pode ser encarado unicamente pelo viés do preconceito étnico-religioso, pois em muitos casos, os judeus eram confundidos com árabes, turcos e sírio-libaneses.

No entanto, a conhecida perseguição aos judeus em Cameté e Parintins, pelo seu desfecho e consequências de maior gravidade, foi divulgado, na época pela imprensa<sup>57</sup>, ficando como um capítulo da história da imigração e presença judaica na Amazônia. Além disso, outras tentativas persecutórias, que não chegaram a se efetivar, acabaram caindo no esquecimento. Porém, os conflitos ocorridos especialmente no Amazonas, ligados muitas das vezes, a contextos de disputas comerciais, políticas e religiosas, ocorreram em meados de 1920 quando o Paraná do Ramos, Lago do Limão e Lago de Urucurituba foram alvos de saques, violência e pilhagens. Entre os presos responsáveis pelo crime divulgados no Jornal do Commercio na matéria de 21 de janeiro de 1921 Ano XVIII, nº 6.020 estavam dois nordestinos: Manoel de Araújo Lima, natural do Ceará e José Pereira dos Santos natural do Piauí.

Este acontecimento, em particular, criou um ambiente de insegurança para os comerciantes que atuavam nesta região, pois, aqueles que tiveram suas casas saqueadas nos municípios de Maués e Barreirinha manifestaram o desejo de exercer seu comércio em Parintins, receosos de novos ataques. Mas, o que a matéria de julho do mesmo ano apresentou

---

<sup>57</sup> Jornal do Commercio, Ano XVIII- nº 6.182, Manáos 13 de Julho de 1921.



foi que a situação não estava resolvida por completo, haja vista que, a insegurança começou a pairar também, em Parintins. Todavia, há um elemento novo no título da matéria: “Negociantes estão receosos de nova incursão de caboclos”. O termo caboclo que destaca o contingente étnico indígena presente na população local, e faz referência àquele que é da terra, passou a ser colocado como possível suspeito. O interessante é que dentre os presos capturados neste episódio nenhum era nativo, mas naquele contexto segundo consta depoimento do sr. Farache ao jornal: “os cabecilhas andam aliciando secretamente os caboclos inexperientes da região do baixo Amazona”, qualquer afirmação descontextualizada gerava animosidades de parte a parte (Jornal do Commercio, 13 de Julho de 1921). Ademais as motivações dos possíveis atentados, neste caso específico, estariam na venda de produtos a preços abusivos, sobre o qual o sr. Farache também se manifesta:

Acrescentou que os negociantes hebraicos não exploram os caboclos daquela zona. As suas mercadorias são vendidas por preços razoáveis, acontecendo que muitos são ludibriados pelos fregueses, que recebendo, às vezes gênero a crédito, não satisfazem as suas dividas (JORNAL DO COMMERCIO, Anno XVIII- nº 6.182, Manáos 13 de Julho, de 1921).

O objetivo do jornal era destacar a situação de insegurança dos judeus e de como era necessário mais uma vez que o poder público atuasse através da polícia. No entanto, estes personagens apresentados ainda que indiretamente pela imprensa mostram como estas relações eram complexas e que também entravam em desgaste. Os caboclos são tidos como “aliciados e equivocados” uma vez que, entre eles e os comerciantes judeus existia a figura do freguês, que intermediava a compra de mercadorias dos judeus, para comercializar com o trabalhador em troca de diária de trabalho e produtos extrativistas. Por fazer parte de cenas da vida ribeirinha, e estarem arraigadas a cultura Amazônica, acontecimentos desta natureza, de cunho sectário ou de disputas políticas/comerciais, acabaram tomando outros rumos, atingindo o campo da literatura ficcional.

A literatura amazonense, expressa essa relação na obra de Paulo Jacob<sup>58</sup> (1990), a qual, revela as nuances destas disputas, ao romancear episódios de vivência, muitas vezes, conflituosas dos judeus na Amazônia com o livro: “Um pedaço de Lua Caía na Mata”. Nesta história, narra a saga da relação familiar entre os entes: Farah, Salomão, Sara, e seus filhos Jacó e Raquel, ambientado na cidade de Parintins. É ficção. Mas calcada na vida real. Salomão luta

---

<sup>58</sup> Descendente de judeus sefarditas transferidos para a Amazônia a partir de 1810, Paulo Herban Maciel Jacob (1923-2003), ou Paulo Jacob, como ficou conhecido, nasceu em Manaus. Seu pai se chamava Hermeto de Sá e Silva Jacob, e sua mãe, Josefa Maciel Jacob (BENCHIMOL, 1999).

para preservar sua tradição judaica, enquanto o meio ambiente trabalha no rumo da assimilação. Esse drama é contado em 46 capítulos, cada um deles com títulos alusivos ao calendário judaico: *Iom Kipur*, *Bar Mitzvá*, *Tishá Beav*, *Halom Tob*. Pode-se a partir da narrativa, traçar uma analogia entre a luta familiar de Salomão, no coração da floresta tropical, e o encontro dos rios Negro e Solimões, cujas águas correm paralelamente, sem misturar-se por quilômetros sem fim (JACOB, 1990). A cultura judaica e a cultura amazônica, ali, têm contato direto e constante, andam lado a lado, tocam-se, reconhecem-se. Por fim, mesclam-se, inevitavelmente.

Para Scliar (2006), a superação a essas adversidades, só foi possível quando os imigrantes judeus souberam ativar em sua moral os pilares de sustentação ética que, provocaram boas relações com a população, e com os poderes locais, conseguindo, com isto, driblar as dificuldades apresentadas em ser estrangeiros, integrando-se os modos de vida, e à cultura de cada cidade onde estabeleciam-se. Neste caso, fizeram valer a política da boa vizinhança, lembrando que a política não está presente apenas nos círculos de poder do estado, mas principalmente, na convivialidade das relações humanas, onde os homens criam formas de por em negociação seus projetos, ideias e ideologias. Neste processo de disputa pela memória e identidade até o silêncio é válido. A história dos judeus foi marcada por inúmeras práticas discriminatórias que não ficaram apenas no âmbito discursivo, mas se materializaram através da violência física.

Mesmo que não se constituíssem num tipo ideal de imigrante em vários lugares do mundo, os judeus na Amazônia foram bem-vindos. Sobretudo pelo trabalho, investimentos e empreendimentos nos lugares onde iam fixando-se com o intuito de prosperar, ganhar dinheiro e ter uma vida melhor que no Marrocos. Em um país com uma visão pouco positiva sobre suas origens históricas, eles passaram a ser vistos como agentes civilizadores, empreendedores, (GRINBERG, LIMONCIC, 2010). Em Itacoatiara, como nas demais cidades da região, não foi diferente. Porém, associado a essa dispersão da imigração, ao mesmo tempo em que se multiplicavam as inovações no espaço urbano, também cresciam as condições para o aumento da riqueza e da espacialização das novidades produzida pela borracha. Como exemplo, citamos em 1901 no governo de Silvério José Nery (1900-1904), ligado ao Partido Republicano Democrático (PRD) a inauguração do telégrafo. O contrato foi celebrado entre o Estado e o empreiteiro Sebastião José Diniz, para a abertura da picada na floresta que tinha como marco inicial o Bairro de Adrianópolis em Manaus. Os cabos seguiam mata a dentro, passavam por

Itacoatiara, estendendo-se até o Paraná do Boto, município de Parintins. Os serviços<sup>59</sup> de operacionalização e manutenção foram concedidos à companhia inglesa *The Amazon Telegraph Company Limited* (LINS, 1965; BRAGA, 1979).

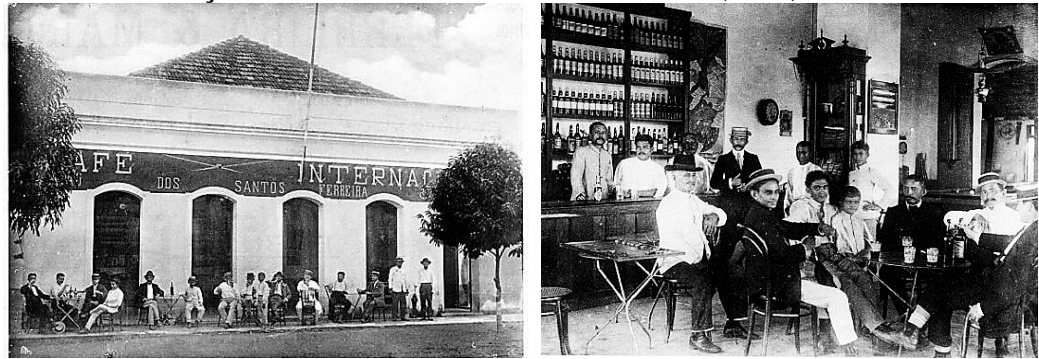
O avanço das transformações no espaço itacoatiarense ganham força a partir do início do século XX. Ao mesmo tempo em que se multiplicavam os meios técnicos no espaço urbano, cresciam as condições para a dispersão dos novos modos de vida. O Café Internacional, de Ferreira & Martins situado na Praça 13 de Maio, assim como, as diversas tavernas, abrigavam o encontro das elites tradicionais e estrangeiros, lugares onde era possível acompanhar as notícias do dia-a-dia entabulando-se conversas, degustando-se petiscos, bebidas e *drinks*, onde se faziam contatos visando a sociabilidade (SILVA, 1998). Evidentemente, conforme avança a discussão na direção da modernidade, será perceptível a aplicabilidade das ideias de Norbert Elias para a compreensão destas elites e sua faina modernizadora, seu apreço pela cortesia, pela demonstração externa de bons modos e sua capacidade de autocontrole. Os meios técnicos que textualizaram a modernidade, em nosso entendimento, não podem ser compreendidos sem a própria cidade na qual se inserem, o palco/vitrine para as mudanças em curso (DAOU, 2014).

A cidade, além de ser o *locus* privilegiado para a execução dos projetos de modernidade, encarna também as aspirações de uma coletividade. No período anterior à década de 1910, foram as casas aviadoras, lojas e companhias estrangeiras que, abrigavam encontros entre a elite tradicional onde se estabelecia a forte herança burguesa e os variados grupos de estrangeiros que crescentemente se fixavam no local em busca de intercâmbios comerciais. No bojo de todo esse processo de intercâmbio entre alguns poucos da terra e o estrangeiro estava a busca pela fuga do estigma de ser índio ou negro. Essa fuga se dava pelo ideário e propaganda dos novos modos de vida que a civilização europeia podia-lhes proporcionar (DAOU, 2014).

---

<sup>59</sup> Posteriormente, seria inaugurado o sistema de radiotelegrafia –telégrafo sem fio- e incrementado os serviços postais a cargo da Repartição Geral dos Correios, raiz da atual EBCT-Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Nesse período a entrega de correspondência era feita por lanchas e navios à vapor (SILVA, 1997).

**Figura 23 - Vista externa e interna do Café Internacional em Itacoatiara, situado na Praça 13 de Maio de Ferreira & Martins (1910)**



Fonte: BITTENCOURT, Antônio Clemente Ribeiro. 1910, p. 339-340.

Segundo Costa (1997), essa ideia de novidade, contudo, de que os ambientes urbanos eram crescentemente permeados pelo entretenimento em suas formas modernas não encontra melhor exemplo do que na cultura do teatro e do cinema. Tanto o teatro que se apresentou como uma prática passível de levar os senhores e as senhoras a vestir-se com as suas melhores roupas para a encenação da vida de elite, quanto o cinema que gradativamente ocupou espaços e se tornou pródigo na ideia de que apresentava a Itacoatiara mais uma dádiva da modernidade, foram inovações que provocaram novos hábitos e comportamentos. Exemplo notório em 1909, é que a companhia Cinematográfica Freire & Comp., que, sempre nas quartas, sábados e domingos exibia filmes nos teatros Virgínia situado na Rua Deodoro e no Cinco de Setembro<sup>60</sup> na rua Eduardo Ribeiro encenavam, dramas de autores locais e nacionais, assim como sediaram sessões cinematográficas, fato confirmado por Francisco Gomes da Silva (1998):

Segundo Cacilda Magalhães Ventosa, havia na cidade diversas pessoas com pendores artísticos. O Dr. **Ambrósio Ezagui** [...] advogado, formado pela faculdade de direito do Rio de Janeiro [...] voltou à sua terra natal para advogar e trabalhar no comércio [...] Luiz Moura, **José Benedito Cohen** (poeta), Palmério Francisco Abreu, [...] eram artistas consagrados. [...] Além das encenações dos filmes nos teatros existia as [...] festas dançantes no Palacete Nicandro, quermesses no Bosque, as corridas de canoa no lago do Jauary, das corridas de cavalo na Avenida 7 de Setembro, do futebol e do jogo de bilhar no Telégrafo, a rapaziada daquele tempo se enturmava no teatro. Alguns rapazes e moças da época: **Augusto Ezagui**, Oscar Onety, **Samuel Stone**, Cristovam Hermida, Nelson de Oliveira, Armando Machado, Armindo e Gregoriano Ausier, Beatriz Onety Fonseca, Elza Oliveira, Nenen Souza, Nenen Aguiar, Iracema Cruz de Vasconcelos, Aristotelina Onety, Lucília Oliveira, Alzira Fonseca, Norma Ferreira, Graphira Barbosa, Mery Tapajós, Júlia Ferreira, Júlia Onety, **Haidée Ezagui**, Dica Roiz, Delourdes Assumpção, Annita Fernandes, Carmen Menezes, Cecília Magalhães, Erundinba Onety [...] José Manuel Antunes Ramos, Cândido Rattes Barros Sobrinho, Jurandir Perreira da Costa, Antonio Vital de Mendonça, Waldir

<sup>60</sup> O músico italiano Guiusepe Sandri deu concerto de violino no Teatro Cinco de Setembro em 1910. O cearense Pedro Aguiar foi o primeiro a instalar uma sala de cinema mudo em Itacoatiara (SILVA, 1998).

Auzier, José Lemos de Abreu, Leozenildo Durval Barreto, Nelson Peixoto, Raimundo Hermida e outros (SILVA, 1998, p. 131-132, grifos nosso)

Como se vê, Itacoatiara esforçava-se para produzir o seu encaixe na “civilização ocidental”, e fáze-o tanto por meio dos seus espaços de entretenimento quanto através das representações que alimentava de si mesma. Neste processo, fica caracterizada a integração do imigrante judeu e não-judeu a modernidade latente, permeada pela cidade aos negócios, às ideias e às novidades. O talento cênico do judeu reforça a adaptabilidade aos novos modos de vivência produzidos pela modernidade. A Aliança Israelita Universal-AIU teve papel fundamental nessa adaptabilidade, pois possibilitou orientação formativa forjando nesse elemento, um caráter laico e multidisciplinar. Apesar dos fatores econômicos servirem de explicação para o fenômeno dessa imigração, esta não pode ser vista de maneira unilateral, uma vez que o papel da imigração tem uma sobreposição entre o estudo do fenômeno migratório em si e o estudo das comunidades imigrantes ou étnicas (SAYAD, 1998).

Não cabe nesse trabalho problematizar essa distinção, visto que nosso objetivo está em por meio da história da imigração identificar os processos pelos quais os imigrantes, individual e coletivamente, fazem circular as malhas de entrelaçamento que visa projetar as redes de trabalho, assistencialismo, sociabilidade, informações e como esses processos são recriados e/ou modificados no novo ambiente amazônico, e em particular na cidade de Itacoatiara. Para Daou (2014), a visibilidade dessa sociabilidade, do ponto de vista dos espaços simbólicos e da novidade que se apresentava, aparecia por exemplo, nos cafés, teatro, cinema e tavernas que abrigavam o encontro das elites tradicionais e estrangeiros, lugares onde se intercambiavam notícias, por meio dos jornais.

**Figura 24 - Jornal Arauto (1909)**



Fonte: *Jornal Arauto: orgão dos interesses locais*. Itacoatiara, n° 131 domingo 04 de abril de 1909.

A vida urbana expressava uma agitação ligada à circulação de passageiros e mercadorias nos jornais, este aspecto assume importância nas notícias sobre chegada de navios, passageiros e mercadorias desembarcadas. É possível identificar todo esse painel social do cotidiano vivenciado pela comunidade marroquina de Itacoatiara, pois ficou registrado nas diversas notas sociais e nos anúncios de jornais locais<sup>61</sup> e nacionais<sup>62</sup>. Esses anúncios cumpriam duas funções prioritárias: primeiro o de proporcionar a leitura de lazer e entretenimento aos seus assinantes e leitores, ao mesmo tempo, mantê-los informados a respeito das atividades desenvolvida pela rede de amigos, familiares, autoridades seculares e religiosas. Na época serviram ao interesse de integração intercomunitária, recuperando a trajetória acerca das experiências vivenciadas nas pequenas vilas e cidades amazônicas, de outro modo, imprimiram a efervescência daquele momento, expressa no recrutamento e mobilização da mão-de-obra, pela expansão da economia de exportação da borracha alcançadas por forte movimento imigratório em direção aos serigais do interior (CUNHA, 1909). Portanto, os jornais, além de um retrato dantesco do período gomífero, serviram de vitrine da vida local, tornando nítido o afluxo de imigrantes e o aparecimento das novidades.

**Figura 25 - Canto das Novidades de Oscar Ramos & Cia., rua da Rampa em Itacoatiara (1910)**



Fonte: BITTENCOURT, Antônio Clemente Ribeiro 1910, p. 331.

<sup>61</sup> Jornais de Itacoatiara: Município (1893-1895); A Epoca (1889-1917); O Cravo (1918); Itacoatiara (1874); KCT (1917); O Conservador (1912-1921); Correio de Serpa (1912-1913); Jornal do Comércio de Itacoatiara (1917) Arauto (1906 a 1911); O Avanço (1907-1908); Paládio (1908-1911); Cá e Lá (1910); A Imprensa (1913); O Chicote (1914); O Chic (1915); Raio X (1915); O Pírolito (1915); Leque (1916); O Sport (1917); O Ateneu Itacoatiarense (1918), (BIBLIOTECA NACIONAL, 2010; SILVA, 2018).

<sup>62</sup> Jornais de outros estados: A Columna, 1916-1917, Idische Volkstzeitung, 1927-1941, e Aonde Vamos? 1943-1979 (Rio de Janeiro); Folha Israelita, (?) -1954 (Manaus); Kol Israel, 1918-1929 (Belém); San Pauler Idische Tzeitung, 1931-1941 (São Paulo), (LIBERMAN, 1989; FALBEL, 2005).

Segundo Oliveira (1994), essas novidades, são temporalidade e espacialidades alheias ao lugar, visto que o poder, a produção e a riqueza são projetados para o mundo, enquanto a experiência, a vivência, a cultura e a história são enraizadas nos lugares. Em decorrência pode-se ter acesso às mais avançadas tecnologias, que são vendidas como sinais de progresso e de crescimento econômico, mas que a maioria da população indígena e negra local não teve acesso a elas. É sintomático observar que a riqueza que avultava nas cidades, era produzida no seringal. Mas no seringal, a vivência era completamente diferente da vida nas cidades. A exploração do trabalho, a alimentação e as condições ecológicas nos seringais contribuíam para uma situação de saúde que beirava o mínimo de subsistência.

Como exemplo dos problemas de subsistência nos seringais, citamos a comissão liderada por Carlos Chagas, em 1912-1913, para avaliar as condições sanitárias nos seringais, que mostrou uma população cronicamente doente, tendo a malária como um duende que consome aos poucos a vida dos indivíduos. Eram poucos os seringais que possuíam um estoque de medicamentos, sendo que o quinino também era colocado no saldo devedor do trabalhador. Uma boa imagem que mostra a ironia desta realidade amazônica pode ser representada nas palavras de Euclides da Cunha (2001), na apresentação do livro de Alberto Rangel, *Inferno Verde*, em que afirma ser o “seringal um inferno florido que as matas opulentas engrinaldam e traiçoeiramente os matizam das cores ilusórias da esperança” (RANGEL, 2001).

Assim, para Cruz (1972), se a extração da goma trouxe riqueza, teve como o seu contraponto a pobreza e a exposição da população distribuída no imenso interior e no subúrbio de cidades a infecções e epidemias. A incidência de doenças tropicais, não era necessariamente oriunda dos trópicos, mas muitas vezes importadas, ampliou-se e ganhou novas formas de manifestação pela própria dinâmica dos seringais. Sem o atendimento médico, os indígenas e caboclos recorriam aos tratamentos populares e outros difundidos pelos patrões e regatões. As medidas de combate à malária não foram unânimes. Os britânicos e americanos tendiam a ver a doença como um problema associado à presença do mosquito; os alemães e franceses concentravam-se no ataque ao parasito por meio do uso de quinina.

Na Amazônia, as medidas foram mais heterodoxas, havendo tanto combate ao mosquito e às larvas como o combate do parasito por meio de medicamentos (CRUZ, 1972). As pessoas que mais sofriam com a malária, segundo Wolferstan Thomas (1909), eram os pobres dos subúrbios das cidades, os trabalhadores dos seringais, cujas condições de vida os colocavam como hospedeiros ideais da doença. As moradias da população pobre e a abundância de lagos naturais e artificiais criavam os focos para a reprodução dos mosquitos, tornando a malária uma enfermidade endêmica na região. No entanto, o cientista relata que havia lugares

livres da doença, aqueles destinados à moradia dos comerciantes estrangeiros (THOMAS, 1909). O saneamento das cidades teve duas ações principais: o controle e o combate da malária e a erradicação da febre amarela. Essas duas doenças afetavam as cidades de modo diferente: a malária estava presente nos subúrbios e arredores da cidade, e a febre amarela se apresentava no centro da cidade, atingindo principalmente os imigrantes estrangeiros (THOMAS,1909).

**Figura 26 - Expedição de Carlos Chagas retratando a moradia do seringueiro (1912)**



Fonte: CRUZ, Oswaldo. 1972, p. 55.

A crise da borracha que vai atingir Itacoatiara era mais ampla, pois era regional. E os sinais aparecem na crise na saúde pública como reflexo à crise econômica. Por volta de 1907, a decadência já se anunciava, porém, a dimensão do problema ainda não era plenamente percebida pela maioria dos envolvidos neste sistema, apesar de, muitos anos antes, estudiosos do assunto terem chamado a atenção para os perigos da centralidade da borracha na economia amazônica, em prejuízo de outras atividades produtivas. Foram os casos de Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888) e de Manuel Antonio Pimenta Bueno (1882). Em relatório publicado em 1864 sobre os rios Tocantins e Anapu, Ferreira Penna apresentou uma pormenorizada análise sobre as plantas cultivadas e coletadas na região, dando informações sobre a história do cultivo, utilidades, classificação botânica, locais de produção, estatísticas entre outras. Sobre a goma elástica, defendeu o aperfeiçoamento tecnológico do método da defumação em razão dos danos que os seringueiros sofriam com a aspiração de fumaça tóxica. Criticou o abandono das roças e das cidades em benefício da indústria malfadada, maldita e infecunda. O final do relatório é um emocionado libelo contra as condições em que os seringueiros viviam, contra sua exploração e contra os efeitos torpes da extração da goma elástica sobre “a riqueza e a civilização do interior” (Penna, 1864, Apêndice, p. 29-40)



Por sua vez, em 1882, Pimenta Bueno também alertou o governo sobre a falta de perspectivas para o futuro da indústria extrativa da borracha. Segundo ele, “esta prosperidade relativa corre o risco de não ser durável” (Bueno, 1882, p. 48). A fragilidade da economia amazônica, para Pimenta Bueno, residia, entre outros fatores, na exploração desregrada das seringueiras, nos altos impostos cobrados pelos governos central e provincial e na falta de incentivo para o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como a agricultura, considerada mais adequada em razão da produção de alimentos e da fixação da população no campo. Mais tarde, em 1910, J. A. Mendes foi mais um destes estudiosos que alertou para a ameaça de decadência do principal produto econômico regional, no entanto, já fazendo referência à concorrência das plantações do Oriente, adverte:

Se há alguém que ainda olhe para a indústria das plantações do Oriente, como para uma coisa pouco digna de consideração, é preciso que esse alguém se lembre que, de acordo com estimativas moderadas, as árvores agora plantadas, numa pequena extensão da pequenina Ceilão, deverão, quando em pleno desenvolvimento, produzir anualmente mais do que a colheita de toda a África (MENDES, 1910, p. 37-38).

Segundo Weinstein (1993), a elite viu inicialmente o colapso de 1914, como uma depressão particularmente grande dos preços, não diversa das que a comunidade comercial já sofrera em 1888-9, 1900-1 e 1906-7. A desconfiança das elites com relação à crise tornou-se um agravante, impossibilitando a tomada de medidas preventivas que poderiam ter evitado o desmoronamento do sistema econômico local ainda quando este dava seus primeiros sinais. Enquanto isso, algumas regiões do Oriente - Malásia, Sumatra, Ceilão, Java etc. - vinham, desde 1876, tornando-se um grande campo experimental da cultura das *heveas*. Durante seu governo no Pará, entre 1909 e 1912, João Coelho foi autor de algumas iniciativas que buscavam significativas mudanças em relação ao trato com a indústria extrativa da borracha na região, principalmente quando no auge de sua crise, momento este em que o produto perdia espaço no mercado internacional para a produção planejada da Ásia. Entre as iniciativas adotadas por Coelho, destaca-se a promulgação das leis de n<sup>o</sup>s 1.179, 1.180 e 1.181, de 17 de maio de 1911, as quais previam um entendimento entre o governo do estado do Pará e “(...) o honrado governador do Amazonas, acordando nas bases de uma ação conjunta de amparo e proteção da borracha” (Coelho, 1911, p. 78-83).

**Figura 27 - Plantação de Seringueiras em Sungai Buaya Estate, Malásia (1912)**



Fonte: Coleção fotográfica de Jacques Huber/Arquivo Guilherme de La Penha/Museu Paraense Emílio Goeldi/MCT, 1912. <http://www.pdf/bgoeldi/v4n3/v4n3a11.pdf>> Acesso em 23 de outubro de 2017>.

Como parte desta associação entre Pará e Amazonas, foi prevista uma expedição ao Oriente em 1912, no intuito de adicionar acuradas pesquisas, observações diretas, estudos apropriados, feitos *in loco*, de modo a possuir a certeza plena, a “absoluta verdade sobre o que constituía o espantinho do nosso futuro econômico” (Coelho, 1912, p. 73). Porém, para realizar esta expedição era necessário comissionar alguém que fosse um competente na matéria. Obedecendo a este critério, o governador do Pará teve a fortuna de achar no sr. dr. Jacques Huber, “o delegado que reunia a incontestável capacidade científica, e notáveis estudos da especialidade” (Coelho, 1912, p. 75). A expedição de Huber em 1912, ocorreu como uma medida emergencial tomada pelos governos do Pará e do Amazonas na tentativa de salvar a economia regional, em um momento em que a necessidade de se conseguir soluções para evitar o avanço da decadência da produção da borracha se fazia fundamental, tornando-se mesmo uma prioridade governamental. Segundo Weinstein (1993):

[...] dada a natureza limitada dos recursos do Governo do Estado, era lógico que os políticos e comerciantes cômicos da ameaça representada pelas plantações asiáticas buscassem uma solução regional, e até mesmo nacional, para o dilema amazônico (WEINSTEIN, 1993, p. 255).

Sem recursos financeiros suficientes, seria pouco provável que os estados do Pará e Amazonas, sozinhos, conseguissem algum avanço no que concerne à execução de soluções para equacionar o problema da borracha. Já o governo federal, despertou tardiamente para a crise no Norte. O plano de defesa elaborado em conjunto com os representantes dos governadores era complexo, demandava tempo e necessitava de recursos para que grande parte

das medidas sugeridas fosse executada<sup>63</sup> fatores estes que, diante da gravidade da crise, tornavam-se uma possibilidade bastante remota. Para as cidades do interior do Amazonas, e Itacoatiara em particular, a crise afetou seriamente suas estruturas econômicas, tendo como consequência, depopulação, emigração e falência. Pode-se notar essas consequências a partir do fracasso financeiro da família mais próspera da cidade: os Ezagui. De modo pormenorizado os atos administrativos-judiciais relativo as execuções da concordata dos Ezagui foram publicados no Jornal Correio de Serpa e no Diário Oficial do Estado do Amazonas (Jornal O Conservador de 17 de agosto de 1913). De acordo com Falbel (2005), ainda como sócio dos Ezagui, Isaac Pérez escreveria carta em 1913, na qual, narra às dificuldades com o comércio extrativista, ao irmão David José Pérez, neste período, residindo na cidade do Rio de Janeiro. Esse assunto em particular Falbel (2005) argumenta:

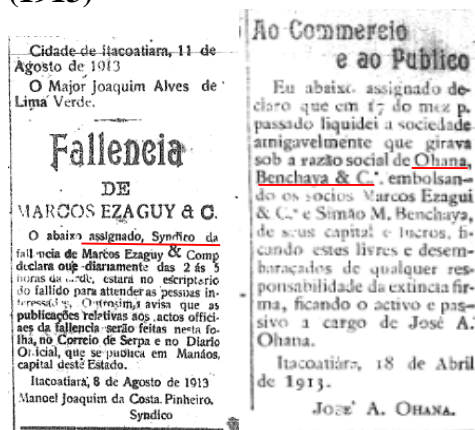
Mas, nesses últimos tempos, a situação da empresa [**Casa Moysés**] foi ficando de mal a pior a ponto de serem forçados a decretar uma **concordata**. Até David Pérez seria instado por **Isaac** a ajudá-los a negociar os débitos com 26 credores do Rio de Janeiro. [...] seguindo as instruções práticas de seu irmão **Isaac** e do cunhado **Marcos Ezagui** no sentido de negociar com os credores do Rio (FALBEL, 2005, p. 64).

De acordo com Falbel (2005), David José Pérez, ao mesmo tempo em que adquiria prestígio como professor, procurou também, atender aos interesses de seus familiares de Itacoatiara, intercedendo sobre as dívidas dos Ezagui junto aos credores do Rio de Janeiro. Esther e seu esposo Marcos Ezagui se mostravam muito gratos pela dedicação demonstrada, não só pelo desembaraço com os credores, mas, sobretudo, com o cuidado a Ambrósio Ezagui, que neste período estudava na faculdade de Direito, o qual fora entregue aos cuidados do tio. A ascensão profissional de David Pérez projeta-o cada vez mais, e em março de 1915, seria nomeado professor no Colégio Pedro II. À medida que se realizava como professor, sua imagem perante a família se tornava mais respeitosa. Porém as dificuldades da borracha se somaram ao conflito da Primeira Guerra Mundial, que se refletiu em todo o mundo e, ainda que certos países fossem menos afetados, o Brasil não deixou de sê-lo. Como já observado, a extração da goma elástica entraria em uma fase difícil e seu preço cairia, levando a crise no comércio em Itacoatiara, a tal ponto de se verificar uma verdadeira avalanche de concordatas e falências.

---

<sup>63</sup> Ver: Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio, Dr. Pedro de Toledo, no anno de 1911 (Toledo, 1911, p. 153- 170).

**Figura 28 - Falência de Marcos Ezagui & Cia., e Ohana Benchaya & Cia. (1913)**



Fonte: Jornal O Conservador de 17 de agosto de 1913. Itacoatiara, anno II, numero 40, p. 02.

Ante o agravamento da crise gomífera, Benchimol (1999), argumenta que, Isaac Pérez, tarimbado com a experiência no comércio local, recorre a compra dos ativos da Marcos Ezagui Cia., tornando-se único proprietário da Casa Moysés e dos demais empreendimentos da família Ezagui. Por essa capacidade em arregimentar apoios e manter-se firme como agente econômico em meio a crise, influenciou bastante na decisão de inúmeros imigrantes de não abandonarem a praça de Itacoatiara. No período de crise, quando os exportadores ingleses, alemães e franceses abandonaram Itacoatiara, coube aos judeus marroquinos substituí-los no comércio, fornecendo à sociedade local a liderança econômica e social necessária para sobreviver nas décadas de depressão. O incentivo pela permanência, se fez sentir ainda mais, ao fortalecer os laços identitários dos demais imigrantes judeus inculcando o conceito pragmático dos preceitos da cultura judaica ao propor em 1920 a construção do Cemitério Israelita de Itacoatiara.

Ademais, a vivência em meio a sociedade local projetou na personalidade de Isaac Pérez novos horizontes fortalecendo ainda mais, os vínculos da comunidade sefaradita marroquina com a elite política local. Com esse intento, assinou em 1918, na qualidade de testemunha<sup>64</sup>, o contrato de construção do Matadouro Público Municipal-MPM, firmado entre o Superintendente Cel. João da Paz Serudo Martins e o construtor Euclides Dias (JORNAL A EPOCHA, 17 de junho, de 1918). Anos mais tarde, consolida de vez sua reputação no comércio, assumindo em 1921 a presidência do Associação Comercial de Itacoatiara-ACI, tendo como vice-presidente Oscar Ramos e Jader Colaço Veras o 2º secretário, os últimos tidos como

<sup>64</sup> As demais testemunhas são: Oficial da Armada Nacional e Deputado Estadual Paulo Emilio Pereira da Silva e o Vice-Cônsul de Portugal José Joaquim Affonso Antunes (Jornal A EPOCHA 17 de junho de 1918).

eminente personalidade da vida econômica/social da cidade (JORNAL O MUNICIPIO, de 25 de setembro de 1921, p. 04).

Portanto, a convivência social, o sucesso comercial, associado ao reconhecimento público, projetaram a imagem de Isaac. A política da boa vizinhança construída pelos judeus em muitos anos, como forma de integração com as populações ribeirinhas da Amazônia, viria apontar para outros caminhos no sentido de alçá-lo à política partidária. A exemplo de alguns judeus que ao longo da história da imigração, ocuparam cargo na política em cidades interioranas como: Salomão Laredo em Aveiro (1884-1887), Isaac Menahem Bendelak em Mojuca (1891-1894), Samuel Aflalo em Santarém (1885), Simão Nahmias em Baião (1890) sendo todos vereadores de municípios do Pará (MOREIRA, 1989). Certamente ante a essa conjuntura política vivenciada desde o século XIX, não é de se estranhar que tal experiência deixaria de influenciar às novas gerações. Evidentemente, tendo sua cultura calcada na memória, o judeu marroquino sempre a ela recorrerá quando da necessidade de autoafirmação.

Para Isaac Pérez, grande conhecedor da história de seu povo que desde o Egito levantou líderes políticos como José e Moisés, não seria indiferente a esse contexto. Esses exemplos acabaram tornando-se incentivo necessário para percorrer o mesmo caminho trilhado pelos patriarcas. Com esse propósito, assume a função de vereador da Intendência Municipal entre 1923-1925. A Culminância dessa trajetória política dar-se-á em 1926, ano em que é nomeado pelo Governador Efigênio de Sales (1926-1930) filiado ao Partido Libertador do Amazonas-PLA, para assumir a Prefeitura de Itacoatiara. Assunto que trataremos no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3 – URBANIZAÇÃO TARDIA NA PERIFERIA DO MUNDO: ITACOATIARA NA DÉCADA DE 1920.**

As ações voltadas para o desenvolvimento do modelo renovado para a cidade de Itacoatiara não se resumem a confecção do Plano Urbanístico. A elaboração de resoluções, leis e editais, os quais compõem uma nova legislação para o espaço urbano, também se constituem em significativas ações do governo municipal para implantar nova ordem urbana. Raquel Rolnik (1997), expõe que a lei funcionava como molde da cidade ideal, capaz de regular a produção do espaço urbano, gerando nele noções de civilidade, diretamente correspondentes ao modo de vida e a micropolítica familiar dos grupos que estiverem mais envolvidos em sua formulação, funcionando como referência cultural. Para entendermos o significado dessas ações articuladas no âmbito político-cultural, devemos analisar o perfil daqueles que geriram Itacoatiara entre as décadas de 1910 e 1920. O que podemos dizer sobre estes homens, membros da elite local, é que eles eram, em sua maioria, importantes comerciantes e proprietários de terras, e que nutriam boas relações com aqueles que dirigiam os destinos do Estado do Amazonas, baseados nos vínculos de amizade e, muitas das vezes, em elo familiar.

Muitos ainda, pertenciam a Guarda Nacional, instituição criada no Império, e que, carregavam ao lado do nome as patentes de major e principalmente a de coronel. Pode-se dizer também, que um bom número da classe política dessa época havia construído a carreira no funcionalismo público, tendo ocupado, antes de chegarem ao poder, importantes cargos em instituições estaduais representadas no espaço municipal. Ao estudá-los, poderemos compreender com maior clareza, as direções tomadas pela intendência, superintendência ou prefeitura<sup>65</sup>. Veremos por exemplo, que as transformações urbanas propostas a partir de 1926, estava aliada aos interesses e confiança do governo estadual depositada na indicação do comerciante Isaac José Pérez, que além da capacidade administrativa que possuía, era muito bem relacionado com os que comandavam o Estado do Amazonas, sobretudo com o governador Efigênio Ferreira de Sales que o nomeou como Superintendente Municipal.

A preponderância de comerciantes na política local pode ser explicada de duas maneiras. Devemos considerar, inicialmente, que a função de intendente era gratuita, de modo que, aquele que desejasse exercê-la deveria ter boa condição financeira, algo normalmente conquistado em Itacoatiara pelo comércio extrativista sempre muito forte na região. Podemos

---

<sup>65</sup> Especificamente Isaac José Pérez assumiu como Superintendente em 15.03.1926. A nomeação foi feita pelo governador Efigênio Ferreira de Sales para cumprir três anos de mandato (1926-1929). Teve seu mandato estendido até 1930, encerrando seu mandato com a nova denominação de prefeito municipal (SILVA, 1997, p. 184-185)..

levar em conta também, que, como homens do comércio, esses personagens da vida política municipal, tinham na cidade, seu principal espaço de atuação, o que despertava neles o interesse de ingressarem na Intendência, instituição que tinha como principais atribuições a regulação das atividades econômicas, como poderemos observar nos inúmeros decretos, leis e resoluções que observaremos adiante. De outro modo, parece não ser absurdo pensar que boa parte dos personagens ligados a Intendência fossem nomes de destaque da Associação Comercial de Itacoatiara-ACI, ou da Maçonaria as quais sempre exerceram espírito corporativo em favor de seus membros, pois, certamente, era em suas salas de reuniões, e conversas informais, que se formulava as resoluções que depois seriam votadas pelo Conselho da Intendência.

Ao apresentarmos esses lugares de sociabilidade frequentados pelos homens que dirigiam a cidade, desejamos mostrar que muitos deles, juntos nas mesmas associações/instituições, deviam ter valores e interesses em comum e podiam partilhar desejos parecidos em relação a cidade que administravam. Essas aproximações e convivência nos espaços de sociabilidade, repercutia como espécie de efeito harmonizador em meio a possíveis dissensões no campo político ou econômico. Não que queiramos dizer que todos os personagens aqui analisados pertençam a um grupo homogêneo e uniforme. É certo que existam significativas distinções entre os sujeitos aqui discutidos, como coronéis, comerciantes ou graduados funcionários públicos.

Mas cremos, pelo que pudemos apresentar, que as semelhanças entre esses atores superam essas diferenças. Mesmo em casos específicos entre situação e oposição, não obstante as divergências, desejos podiam ser compartilhados. Além disso, foi possível perceber que os laços de amizade e compadrio que envolveram aqueles que desejavam a Intendência e depois a Prefeitura e os que comandavam a administração do Estado do Amazonas, foram significativos na hora de se definir a composição das chapas para concorrerem as eleições municipais. Passada a fase eleitoral, a assunção ao cargo e a própria gestão municipal em Itacoatiara, sempre esteve atrelada aos interesses do governado estadual, se acentuando tal dependência sobretudo no período do extrativismo, pois a cidade passou a depender não só do poio financeiro do Estado, como também, dos interesses do capital internacional sobre a região.

### 3.1. A formação do poder municipal local e o contexto nacional.

É consensual entre os estudiosos da Primeira República<sup>66</sup> (1889-1930) a visão de que a vida política nesse período se dava sob o controle de número bastante reduzido de sujeitos sociais. Mesmo trabalhos mais recentes que procuram destacar a maior complexidade do jogo político na primeira fase de nossa história republicana não deixam dúvidas quanto ao caráter oligárquico da política que então se praticava. Cláudia Viscardi (2001), por exemplo, ainda que critique o simplismo da noção de política do café com leite e questione a sua validade explicativa, não deixa de afirmar que a escolha dos presidentes na Primeira República era efetivamente decidida antes das eleições, em negociações e acordos que envolviam, quando muito, algumas poucas dezenas de atores políticos (VISCARDI, 2001). Na mesma linha, Wanderley Guilherme dos Santos (2013), também assinala que no plano da política federal a competição ocorria apenas durante as tratativas para a escolha do candidato presidencial, que envolviam número muito reduzido de pessoas. (SANTOS, 2013).

É consenso também que a natureza oligárquica da vida política de então se estendia ao plano municipal, e essa postura se irradiava a todas as regiões do país. Queiroz (1976), afiança que o grau de urbanização e de integração do município ou região aos circuitos comerciais mais vastos, bem como o seu perfil interferiam na configuração do poder local. Há que se trabalhar com o fato de que nas regiões mais isoladas e de perfil mais acentuadamente rural o poder das chefias locais assumia formas mais diretas e discricionárias, sobressaindo uma

---

<sup>66</sup> A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 foi a segunda constituição do Brasil e primeira no sistema republicano de governo, marcando a transição da monarquia para a república. A elaboração da Constituição Brasileira de 1891 iniciou-se em 1889. Após um ano de negociações, a sua promulgação ocorreu em 24 de fevereiro de 1891. Esta Constituição vigorou durante toda a República Velha e sofreu apenas uma alteração em 1926. Quanto às regras eleitorais, determinou-se que o voto no Brasil continuaria "a descoberto" (não secreto) — a assinatura da cédula pelo eleitor tornou-se obrigatória — e universal. Por "universal" entenda-se o fim do voto censitário, que definia o eleitor por sua renda, pois ainda se mantiveram excluídos do direito ao voto os analfabetos, os religiosos sujeitos à obediência eclesiástica e os mendigos. Além disso, reservou-se ao Congresso Nacional a regulamentação do sistema para as eleições de cargos políticos federais, e às assembleias estaduais a regulamentação para as eleições estaduais e municipais, o que mudaria apenas a partir da Constituição de 1934, com a criação da Justiça Eleitoral. Ficou mantido o voto distrital, com a eleição de três deputados para cada distrito eleitoral do país. Definiu-se, também, a separação entre a igreja e o Estado: as eleições não ocorreriam mais dentro das igrejas, o governo não interferiria mais na escolha de cargos do alto clero, como bispos, diáconos e cardeais, e extinguiu-se a definição de paróquia como unidade administrativa — que antigamente poderia equivaler tanto a um município como também a um distrito, vila, comarca ou mesmo a um bairro (freguesia). Além disso, o País não mais assumiu uma religião oficial, que à essa altura era a Católica, e o monopólio de registros civis passou ao Estado, sendo criados os cartórios para os registros de nascimento, casamento e morte, bem como os cemitérios públicos, onde qualquer pessoa poderia ser sepultada, independentemente de seu credo. O Estado também assumiu, de forma definitiva, as rédeas da educação, instituindo várias escolas públicas de ensino fundamental e intermediário. Essa separação viria a irritar a Igreja, aliada de última hora dos republicanos e que só se reconciliaria com o Governo durante o Estado Novo (Planalto Central do Brasil. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1957, p. 47-58).



liderança absoluta. Quando havia número maior de lideranças, porém, a tendência era de que as lutas se fizessem menos violentas e as negociações e alianças mais frequentes e indispensáveis. (QUEIROZ, 1976). Em suma, há o entendimento da construção do arranjo de poder no ente municipal sob o prisma da dominação e como este atua dentro do sistema ativo e eficaz na composição político partidária local e regional. É este sistema que dará a sustentação necessária as hierarquias superiores, servindo de base para a ascensão, domínio e perenidade aos grupos que se alternam no poder ligados a presidentes na escala federal, governadores de estado e a superintendentes/prefeitos em diferentes cidades e regiões do interior do País, como é o caso região Amazônica.

Ao voltarmos a atenção para Itacoatiara e para a região do Médio Amazonas na época focalizada nesse trabalho, ou seja, a Primeira República (1889-1930), o que se percebe é que não eram comuns ali os caudilhos, os chefes ou os poderosos locais que a literatura ficcional, a crônica política e os estudos acadêmicos identificam com frequência em outras regiões do Brasil no mesmo período.<sup>67</sup> Segundo Joaquim Francisco de Queiroz (1916), é certo que havia em Itacoatiara notabilidades políticas que espalhavam parentes, protegidos e demais agregados pelos cargos públicos e cuja influência e liderança se estendiam por período longo de tempo, e entre esses líderes havia, é claro, aqueles que deixavam herdeiros políticos, mas não necessariamente da mesma linhagem familiar daquela liderança. O conlúio, o apadrinhamento, a perseguição e até por vezes a violência tornaram-se prática necessária em meio as articulações que visavam arregimentar o chamado “voto de cabresto” ou a manutenção do poder municipal sob as “rédeas” de poucos. É notável, por exemplo, a influência e disputa política travada entre o Coronel Joaquim Francisco de Queiroz (1914/1916)<sup>68</sup> e o Coronel Miguel Francisco da Cruz Junior<sup>69</sup> notabilizado no raro: O município de Itacoatiara, os inimigos de seu progresso e sua administração, publicado em Manaus pela Typografia da Livraria Clássica em 1916.

A obra traz diversos artigos jornalísticos de cunho político, deliberações da intendência/superintendência, decisões judiciais, envolvendo alguns personagens da política local, no qual é exposto de modo central, as disputas, animosidades e interesses entre ambos

---

<sup>67</sup> Eul-Soo Pang (1979), por exemplo, em seu estudo sobre o coronelismo na Bahia, refere-se ao domínio familiar dos Pinheiro Cangaçu em Rio das Contas, dos Matos e dos Sá em Lavras Diamantinas, dos Albuquerque e dos França Nunes, no vale do médio São Francisco, bem como dos Pereira na cidade paraibana de Princesa, entre vários outros. (PANG, 1979, p. 24).

<sup>68</sup> O Cel. Joaquim Francisco de Queiroz, foi eleito no dia 1º de dezembro de 1913, pelo Partido Republicano Conservador –PRC, a assumiu a Superintendência Municipal de Itacoatiara entre 1914 a 1916 (QUEIROZ, 1916, p. 09; SILVA, 1970, p. 17).

<sup>69</sup> Foi administrador da Mesa de Rendas, intendente e Comissário Executivo- espécie de superintendente – Presidente do Partido Republicano Conservador –PR (SILVA, 1997).

coronéis – Queiroz e Cruz -, provocado sobretudo pela alternância de poder no bojo das eleições municipais de 1º de dezembro de 1913. Sobre esse aspecto, em particular, precisamos retroagir no tempo a 1880, período em que Coronel Cruz inicia sua trajetória política ligado ao Partido Republicano Conservador-PRC. A “grey” Cruz como é citado por Queiroz, (1916, p. 118), arregimentava desde esse período apoio dos governadores e de políticos influentes em escala estadual. Por esse motivo e devido ao longo exercício a frente do diretório do PRC, Coronel Cruz é indicado para ser intendente em 01.10.1891, no lugar de Álvaro Botelho de França (1893 -1896) sendo mais tarde alçado ao cargo de administrador da Mesa de Rendas (SILVA, 1997, p, 44). A culminância dessa trajetória política dar-se-á quando é novamente convidado pelo Governador Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-1896) do Partido Republicano Democrático – PRD, para assumir a função de Comissário Executivo<sup>70</sup> no curto período entre 13.01.1892 a 02.03.1892, (SILVA, 1998). Com esse currículo político, as articulações de Coronel Cruz no âmbito local tornaram-se de importância vital nas tratativas que visavam os interesses e a perenidade de seu grupo políticos em escala municipal (QUEIROZ, 1916, p. 76-89).

**Figura 29 - Coronel Miguel Francisco da Cruz Junior (s/d)**



Fonte: Acervo da pianista Lindalva Cruz, Rio de Janeiro (s/d).

<sup>70</sup> Assim que assumiu pela primeira vez o governo, Eduardo Gonçalves Ribeiro (1890-1891), outorgou a primeira Constituição amazonense (13.03.1891), a qual manteve, em cada município, o Conselho Municipal ampliando a sua composição de três para sete membros, com funções deliberativas e mandato sem remuneração. Porém, a nova Carta trouxe inovações entre as quais: 1) Criação da figura do Comissário Executivo com a missão de executar as resoluções do Conselho Municipal; 2) Eleição dos intendentes (vereadores) de três em três anos, por meio do sufrágio direto e escrutínio em listas; 3) Escolha em eleição dentro do Conselho Municipal, do cargo de Comissário Executivo com mandato remunerado. O Comissário Executivo veio substituir a figura do presidente do Conselho Municipal e deveria ser eleito pelos intendentes municipais, mas com funções executivas separadas deste. Foram Comissários Executivos em Itacoatiara: Major Raymundo João Carneiro (20.07.1891 a 12.01.1892), Coronel Miguel Francisco da Cruz Junior (13.01.1892 a 02.03.1892), Álvaro Botelho de Castro e França (30.03.1892 a 23.07.1892), (SILVA, 1998, p. 45).

Tudo muda com a vitória de Coronel Queiroz, que mesmo sendo do partido de Cruz tinha personalidade e interesses políticos divergentes. E nesse sentido o apoio do governador Jonathas de Freitas Pedrosa (1913-1917) do Partido Republicano Democrático-PRD foi fundamental para mudança da conjuntura política em Itacoatiara. Bem antes das eleições propriamente dita, ainda na composição de chapas foram apontados pelo presidente do diretório municipal, Coronel Cruz, os seguintes candidatos, a concorrerem para superintendente: Aureliano Fernandes, João da Paz Serudo Martins, Carpinteiro Perez e Araujo Barros, todos rejeitados pelo governador. Pelo grupo divergente liderado pelo Coronel Joaquim de Paula e Dr. João Lopes, foi indicado ao mesmo cargo o Coronel Joaquim Francisco de Queiroz, que foi o escolhido pelo governador para concorrer ao pleito de 1913. Entretanto, isso só foi possível porque Coronel Queiroz representava um segmento social de grande influência na vida política e econômica da região. Coronel Queiroz foi um dos idealizados e fundador do Sindicato Agropecuário Autaense do Município de Itacoatiara-SAMI, sendo seu primeiro presidente o Dr. Octaviano Augusto Soriano de Mello (ESTATUTO DO SYNDICATO AGROPECUÁRIO AUTAENSE, 18 agosto de 1923, p, 10).

De acordo com os registros do Estatuto Sindical (1923, p. 05-12), Coronel Queiroz era proprietário da fazenda Bom Futuro no rio Autaz, portanto representante dos interesses de seringalistas e de pequenos e médios fazendeiros dessa promissora região agropecuária. Sua atuação se fazia por meio da organização jurídica dos pecuaristas, criação de cooperativas, incentivo a agricultura e na busca de melhoramentos genético para a criação de animais, por meio da importação de matrizes. Seu trabalho dentro da diretoria do referido Sindicato, também se dava visando constante assessoramento técnico-agropecuário de grandes fazendeiros de outros estados de federação. A frente desse segmento, procurou aglutinar nomes importantes da política regional para seu rol de amigos como o já citado Dr. Octaviano Soriano Mello (Manaus), o advogado e ex-superintendente em Itacoatiara Coronel João Pereira Barbosa<sup>71</sup>, bem como, os fazendeiros Amâncio Rocha da Costa (Diretor do Partido Republicano de Itacoatiara-PRC), João Pereira Barroncas (região do rio Negro), Júlio Cezar de Carvalho Lobo (Barreirinha), pois o Sindicato Autaense tinha interesse em abranger e arregimentar fazendeiros, seringalistas e latifundiários de diversas cidades, mas sobretudo da grande área geográfica que se estendia entre a embocadura do Rio Negro a região do rio Autaz (ESTATUTO, 1923, p. 05-12).

---

<sup>71</sup> Superintendente Municipal de Itacoatiara entre 1908 a 1910. Também importante fazendeiro no rio Autaz (SILVA; 1997).

De acordo com Leal (2012), essa influência que o fazendeiro exercia sobre o comportamento eleitoral de seus dependentes representava, por si só, fator evidentemente poderoso de deformação da representação política. E tal deformação se agravava pelo fato de serem alguns desses fazendeiros quem, normalmente, organizava e mesmo financiava boa parte do processo eleitoral, assumindo as despesas com transporte, alojamento, alimentação e outras necessidades dos eleitores que saíam das suas casas no meio rural para votar nos distritos e cidades. Vitor Nunes Leal (2012) observa, nesse sentido, ser perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um “ato que lhe é completamente indiferente”. (LEAL, 2012, p.36). De acordo com Munaro (2015), foi essa influência que pesou quando o governador Jonathas Pedrosa precisou escolher entre os nomes que lhe foram apontados. A eleição de Coronel Queiroz rompeu com a oligarquia que pairou sobre Itacoatiara por mais de 20 anos.

**Figura 30 - Coronel Joaquim Francisco de Queiroz (1916)**



Fonte: QUEIROZ, Joaquim Francisco de. 1916, p. 01.

No entanto, a dissensão entre Queiroz e Cruz se transferiu da eleição para superintendente do final de 1913, para o campo da composição dos membros da Intendência Municipal no início da legislatura de 1914. Cruz liderou os oposicionistas representados pelos intendentes: Felipe Joaquim de Souza Neto, Aureliano Fernandes, João Henrique de Souza, João da Paz Serudo Martins e José de Araujo Barros compondo a maioria absoluta dos edis da Intendência. E do outro lado, a situação tinha entre seus componentes: Fortunato Flosculo Vital e Antonio José de Menezes sendo minoria, e, portanto, sem voto suficiente para se contrapor as determinações do Presidente do Conselho Municipal representado na pessoa do Coronel João da Paz Serudo Martins amigo e correligionário de Coronel Cruz. Como já informado, após as eleições de 1913, que substituíram o Superintendente Manoel Joaquim da Costa Pinheiro (1910-

1913), e deram a vitória a Queiroz, seguiram-se as estratégias para “asfixiar” a nova gestão por meio das “cobranças e fiscalizações” dos intendentes investidos de poder, que a propósito, em sua maioria foram indicados pelo próprio Coronel Queiroz, que, passado o pleito, abandona-o tornando-se opositores orientados pelo Presidente da Intendência (QUEIROZ, 1916, p. 67-68-69). Essa disputa já vinha desenvolvendo-se desde o início de 1914, mas ganha força no decorrer desse ano, em vista do ato administrativo levado ao plenário da Intendência Municipal, quando a maioria dos intendentes se posicionaram a favor da promulgação da Lei n. 240, de 30 de setembro de 1914 com o seguinte teor:

Art. 1º - Ficam para todos os efeitos nullas as portarias da Superintendencia Municipal, nºs 73, e 74, de 15 de abril, nºs 82 e 87, de 12 e 21 de maio, todas do corrente ano, nomeando Administrador de limpeza publica, encarregado de iluminação publica e auxiliar do mesmo por não obedecerem a disposições legais.  
 Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.  
 Promulgada pelo Presidente da Intendencia João da Paz Serudo Martins  
 (COLEÇÃO DE LEIS DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL/ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL-APMI ANO DE 1914).

Por meio da Lei 240 de 30 setembro de 1914, a cidade ficaria “provisoriamente” sem os serviços de limpeza e iluminação pública, considerados essenciais para o asseio e segurança da população, haja vista que, as nomeações feitas pelo Superintendente Coronel Queiroz dos servidores para tal serviço, no início de sua gestão, fora anulada pela Intendência. Desrespeitado em prerrogativa do cargo de Superintendente por meio da lei supracitada, que confrontava seus poderes de nomeação de servidores do executivo, Cel. Queiroz adentra o prédio da Intendência para tomar satisfação e cobrar dos edis resposta plausível aos ataques sofridos desde sua assunção ao cargo. Para sua surpresa, quando este ainda estava postado à porta da antessala do plenário, de súbito, é atacado e sofre agressão física empreendida pelo delegado Antonio Guaicurus<sup>72</sup> (QUEIROZ, 1916, p. 109-110). Esse ato de violência em si significava que, embora Cel. Queiroz fosse o Superintendente de fato e de direito, vários cargos públicos cuja indicação passava pela influência estadual na cidade, estavam sob a liderança e o apadrinhamento de Cel. Cruz, que os manobrava em acordo com seu estrito interesse. Ou seja, o governador Jonathas de Freitas Pedrosa, tentava conceder poderes a ambos como forma de mediar essa dissensão imposta por eleição na qual o próprio teve de decidir por um lado (Queiroz) nessa disputa, sem esquecer de dar sustentação política a outro (Cruz). Com a

---

<sup>72</sup> Segundo Silva (1970), anos mais tarde, passado a perplexidade pública desse ato de violência não é de estranhar que Antônio Guaicurus de Souza tenha sido indicado ao cargo de Superintendente Municipal de Itacoatiara pelo governador César Resende do R. Monteiro (1921 a 1924), administrando o município de 1923 a março de 1924.

nomeação do delegado Antonio Guaicurus de Souza, e sua ação truculenta em favor de Cruz, dáva-se um claro recado: de que o poder local estava dividido, e, portanto, ambas lideranças haviam partilhado os cargos do estado no município, como o fora a nomeação do delegado de polícia.

Graham (1997), elucida essa questão referente ao papel desempenhado pela função dos delegados de polícia à época. Estes eram nomeados pelo governador, que quase sempre obedecia a critérios políticos em suas designações. O cargo não era remunerado, mas conferia aos seus titulares grande autoridade sobre a vida dos municípios, já que cabia aos delegados diversas prerrogativas de grande relevância nas relações de poder local, tais como: acusar e reunir provas contra supostos criminosos, ouvir testemunhas, decretar prisão preventiva, estabelecer fianças, apresentar relatório da investigação ao juiz municipal, decretar discricionariamente o recrutamento militar compulsório, além de julgar delitos menores, como as infrações de normas municipais. Cada município possuía um delegado, que era auxiliado por um subdelegado em cada paróquia, vila ou distrito.

Ao escolher lideranças políticas locais para a função, e não burocratas de carreira, o governo estadual “mantinha abertos os canais de comunicação e reconhecia o poder e a importância dos chefes locais”. Esses líderes, por sua vez, utilizavam-se dessas nomeações para ampliar seu universo de poder (GRAHAM, 1997, p. 87-88). Mesmo uma medida importante, como a criação de polícia subordinada ao poder estadual, como a que fora estabelecida na Reforma do Código de Processo Criminal, de 1841 – que reduzia o poder dos juízes de paz e, teoricamente, resultava na diminuição do poder das oligarquias locais – acabou por produzir efeitos consideravelmente distantes disso, já que os delegados, isolados e distantes do centro que o nomeou, se viam obrigados na prática a obedecer à liderança local, quando não eram nomeados por influência dela (GRAHAM, 1997).

Coronel Queiroz, ainda sofreria seguidos ataques da Intendência Municipal de Itacoatiara. E nesse sentido, podemos enumerar leis, decisões e medidas provocadas pela Intendência que sobreporam-se ao poder da Superintendência. Ante a esse desdobramento, citamos a Lei 249 de 14 de outubro de 1914 votada pela maioria do Conselho Municipal, que extinguiu as funções de zelador e coveiro do Cemitério Divino Espírito Santo, ficando o serviço de “enterramento a cargo das famílias dos defuntos” (QUEIROZ, 1916, p. 111). Além disso a disputa política encampada entre Intendência *versus* Superintendência produziu novo capítulo por meio da Lei 250 de 19 de fevereiro de 1915, votada e aprovada pela maioria dos intendentes

pela qual, as tabelas de preços do Mercado Público<sup>73</sup> foram majoradas sem o devido respeito ao contrato vigente licitado, e celebrado entre o administrador Antônio Pereira Tavares Retto e a Superintendente Cel. Queiroz. Esse distrato assim é narrado por Retto (1915):

Por mais respeito e acatamento que me mereçam as resoluções do **Conselho Municipal**, não posso na qualidade de Administrador deste Mercado e bastante procurador do seu contractante e usufrutuário engenheiro Geraldo Rocha, dar execução a referida lei e respectiva tabela, visto ter sido ella decretada com flagrante infração da clausula quarta do respectivo contracto, que assim reza: “O contractante administrará o Mercado e arrecadará a renda, cobrando taxas por tabellas organisadas de acordo com a **Superintendencia** e aprovadas pela **Intendencia**, enquanto não estiver indemnizado do custo da construção”. Como se vê da presente clausula das taxas a cobrar neste Mercado só poderão ser organisadas pelo usufrutuário de acordo com a **Superintendencia**, cabendo apenas a **Intendencia**, a sua aprovação (Cf. Offício do Administrador do Mercado Público Antonio Tavares Retto ao Sr. Coronel Joaquim Francisco de Queiroz Superintendente do Município. Itacoatiara 16 de março de 1915, grafia de época e grifos nosso).

Além desse distrato no serviço público de arrendamento do Mercado Municipal, entre os poderes público, Munaro (2015), confirma que os conflitos se avolumavam entre Cel. Queiroz e Cel. Cruz, passando do campo burocrático para oporem-se publicamente por meio de jornais. Cel. Cruz como era conhecido expunha o “caos do município” nas páginas de *O Conservador*, enquanto Cel. Queiroz tinha também como instrumento político os jornais *Correio de Serpa*<sup>74</sup> e o *Jornal do Commercio de Itacoatiara*, ambos veículos comunicativos que resumizavam variados temas como: crônicas esportivas, notas sociais e anúncios comerciais, mas quando necessário eram utilizados contra possíveis opositores políticos. Exemplo disso foi a longa exposição feita por Cel. Queiroz narrando a chamada “biographia política” de seu opositor Cel. Cruz:

A vida do **Coronel Miguel Francisco da Cruz Junior** do tempo em que o conheço a presente data. Para poder descortinar tão preciosa vida política, convidamos a curiosidade do nosso bom leitor a acompanhar-nos no nosso retrocesso ao passado, ao anno de 1880. Remontando-nos a tão longinqua era, encontramos a sympathica figura do Sr. Dionisio Jose Serudo Martins a empulhar o não leve cajado de chefe do Partido Conservador. Ao lado de Dionisio, vemos como seu auxiliar, quasi que mero secretario político o politicamente biografado (**Cel. Cruz**) que moço ainda podia agir a vontade [...] Em 1889, por accasião da Proclamação da República, foi dissolvido aquelle partido, sendo creado o Federalista e do qual foi o biografado (**Cel. Cruz**) foi chefe até a eleição do Dr. Sylverio Nery, contra o qual empregou **Cruz Junior**,

<sup>73</sup> O contrato fora celebrado em 1909 entre o Superintendente à época Coronel João Pereira Barbosa e o engenheiro civil Geraldo Rocha. O pagamento da obra, calculada para um total de setenta contos de réis (Rs. 70:000\$000), tomava por base a tabela de preços da Intendência da capital, aprovada pela Portaria n. 190, de 30.03.1908, acrescida de 15% (quinze por cento) para transporte de material. A construção foi entregue ao português Antonio Pereira Tavares Retto (Cf. Livro de contratos da Intendência de 1909-APMI; SILVA, 1998).

<sup>74</sup> O *Correio de Serpa* iniciou suas publicações em Itacoatiara no ano de 1911 estendendo-se a 1914. Este periódico chegou a publicar expressivos 93 números (FREIRE, 1990).

embora infrutiferamente, todos os esforços no seu alcance. Nada conseguindo, porém, e vendo que os rapazes (filhos de Cruz) já se achavam em idade de serem aproveitados foi o Sr. Cruz Junior, ante a imperiosa necessidade de collocação para elles (trabalho para os filhos), se chegando suavemente, de manso, com pouco a pouco (apoio politico a Sylverio Nery) [...] a sensata mas por elle invejada orientação politica do Dr. Sylverio Nery. Judas de outrora para elle, Christo de então! [...] e tantas as bajulações que entre ele (**Cel. Cruz**) e o governo do Senador Sylverio, que elle (**Cel. Cruz**) conseguiu empregar os seus dois filhos e aposentar-se em um emprego do qual havia muito tempo se achava afastado por demissão. Nessa ocasião empregou **Cruz** seus filhos e mais parentes nas repartições publicas de Itacoatiara. Ainda neste governo, foram tantas as bajulações e taes as genuflexões e supplicas humildes de **Cruz** que Affonso de Carvalho, talvez para se ver livre de tão importuna gente, lhe entregou pela insignificante quantia de um conto de réis, uma casa com grande terreno e pomar que havia, custado ao Estado trinta contos. [...] O **Sr. Cruz** assim como seus filhos e dependentes sempre viveram dos cofres publicos [...] Cogita presentemente o **Sr. Cruz** da minha renuncia (**Cel. Queiroz**) para que fique senhor e possuidor desta terra (Itacoatiara) muito mais digna de melhor sorte! (QUEIROZ, 1916, p. 14-15-16, reproduzindo nota do Correio de Serpa, grafia de época e grifos nosso).

Em resposta ao enunciado acima referido feito por Cel. Queiroz, o jornal O Conservador, órgão noticioso ligado ao grupo político do Cel. Cruz emite a réplica intitulada: “Rapinagem Municipal”:

Em edição anterior (O Conservador) estigmatizando os erros da nefasta administração municipal entregue em momento de irreflexão politica as mãos calosas de **Joaquim Francisco de Queiroz** dissemos sem atavios de rhetorica, que a penuria municipal lavra assombrosamente. Não adulteramos, não procuramos emprestar côres negras ao quadro desolador que com pezar se nos afigura, esquecemo-nos entretanto de dizer que além do funcionalismo em atrazo dos seus modestos vencimentos, accresce, avoluma-se mesmo o numero d’aqueles que reclamam os salarios por serviços prestados a Intendencia Municipal. Pobres artistas, humildes homens do povo que emprestam a sua actividade nos multiplos serviços a cargo d’esta municipalidade fallida, veem-se assediados das maiores necessidades, pois os seus salarios não são pagos e quando tal acontece apparecem vales para casas commerciaes, onde mercadorias deterioradas e por preços exorbitantes são entregues em pagamento das energias despendidas por esses, cujo suor em abundancia humedeceu o sólo bemdito d’esta particula da nossa Patria. Para contrabalançar o desbaratamento, o emprego pouco licito das rendas municipaes outras fontes de receita são exploradas, porém, de um modo indigno e torpe, verdadeira rapinagem. As caladas da noite, empregados municipaes, creados e thurifrarios deste Superintendente (**Cel. Queiroz**) que nos invadem as propriedades alheias e destas retiram os animaes que refazem as forças perdidas durante o dia, no auxilio que prestam ao homem na lueta pela vida ou mansamente pastam, e os conduzem ao Deposito Municipal, d’onde somente sahem mediante o pagamento de exorbitante multa. Os proprietarios dos animaes assim pilhados, na sua maioria, pobres carreiros, justamente revoltados teem por vezes já invadido o Deposito Municipal e d’elle retirado as suas propriedades, sem que entretanto tal procedimento faça ruborizar o chefe da communa (**Cel. Queiroz**), que sanciona actos que a lei qualifica de crimes, praticados pelos seus subordinados. O Sr. Superintendente (**Cel. Queiroz**) deve abandonar o cargo que tanto deslustra, antes que os elementos naturaes se desencadeiem sobre sua cabeça, ou que este povo tão ludibriado e cançado de suporta-lo, faça justiça por suas proprias mãos (QUEIROZ, 1916, p. 17-18, reproduzindo nota de O Conservador, grafia de época e grifos nosso).



Para Munaro (2015), essas desavenças partidárias sempre foram a tônica da política local, e eram externadas ao público por duas maneiras, a primeira via era por meio da tribuna da Intendência Municipal e a segunda a partir de notas nada lisonjeiras editadas pela imprensa. Sendo assim, a população acompanhava atônita os atritos entre personagens da vida pública que se alternavam no poder nem sempre por meio da lisura eleitoral. Além desses, outros exemplos dessas disputas pelo poder municipal aconteceram. Identificamos um importante embate na densa documentação, travada entre os jornais O Conservador e o Correio de Serpa no contexto político da gestão do Superintendente Manoel Joaquim da Costa Pinheiro (1910-1913). Na condição de jornal de oposição ao “O Conservador” – periódico do grupo político que monopolizava a superintendência em 1913 -, O Correio de Serpa argumentava acerca da malversação de recursos públicos e consequente “caos social” em Itacoatiara. As disputas contínuas com o jornal rival vão fazê-lo criar o epíteto “Conservadoidos”. Quanto ao Superintendente Manoel Joaquim da Costa Pinheiro, o Correio de Serpa sugere que:

[...] revestindo-se da couraça de uma revoltante indiferença pelas cousas públicas, deixando a cidade num deplorável estado de imundície e em desconforto a sua população laboriosa que se vê assoberbada com pesados impostos municipais, conserva-se num estado de inatividade quanto ao desempenho das funções inerentes ao cargo que tão desacertadamente lhe foi confiado [...] deixamos demonstrar que o **Sr. Manoel Joaquim da Costa Pinheiro**, elevado ao cargo de Superintendente deste município pela boa fé dolorosamente ilaqueada do nosso diretor, havia desviado criminosamente dos cofres municipais a não pequena soma de Rs. 15969\$734 (Correio de Serpa, 20 de abril de 1913, p. 01, e 11 de maio de 1913, p. 03, grifo nosso).

A maior parte das críticas à superintendência diziam respeito à falta de esmero na organização da cidade e à utilização irregular de dinheiro público. Falta de iluminação, placas de ruas, coleta de lixo, má administração do mercado público entre outros. O jornal O Conservador vinculado à administração municipal não estaria se pronunciando sobre os desmandos administrativos, mantendo-se firmemente alheio aos problemas locais (Correio de Serpa, 12 de junho de 1913). Ao mesmo tempo, dada a imaturidade da política local em sua relação com a imprensa, restava sempre o risco de empastelamento da redação pelas forças policiais diretamente vinculadas ao Superintendente Municipal. Os riscos de empastelamento se tornaram cada vez mais nítidos com a manipulação da polícia ao bel-prazer da autoridade municipal:

Mas com a orientação dos que se dizem influentes na situação dominante que atravessamos e que em verdade dizemos, não sabemos quem são, o cargo de autoridade policial não passa de um instrumento amoldável à satisfação de baixas

paixões daqueles que manejam tal personalidade, em oscilação entre dedos, como se fosse um delegado e flexível junco ( Correio de Serpa, 01 de maio de 1913, p. 01)

As estratégias discursivas disponíveis para a oposição não eram as mais amplas, já que o grupo que dominava a Superintendência dispunha da ação do delegado e do contingente policial. Exemplo disso, é que por essa época o Superintendente Manoel Joaquim da Costa Pinheiro<sup>75</sup> (1910/1913) dominava as repartições públicas, boa parte da imprensa e dispunha da ação do delegado. No início do último ano de sua gestão, em 13 de março de 1913 foi preso Ozório Alves da Fonseca, político e jornalista, redator do jornal Correio de Serpa. Esse episódio em si pode ser visto como pontual, mas ganhava notoriedade pelo fato de ter atingido uma pessoa com trânsito social e público cativo que debruçava-se lendo as notas e artigos dominicais em o Correio. Além disso, vários outros episódios de constrangimento de redatores, editores e pessoas ligadas a imprensa local pela polícia, sempre tinham destaque em notas de jornais ora situacionistas, ora oposicionista em acordo com a alternância do poder municipal (MUNARO, 2015).

Segundo Silva (1999) podemos dizer então que a culminância desses episódios de violência relacionados a perseguição política com maiores consequências, ocorreu quando da chegada em 1903 do Padre Manoel Florêncio da Costa para assumir a Paróquia. Como personalidade religiosa, formador de opinião e muito carismático, Pe. Florêncio comparecia sempre as festas do interior do município, onde atuava espiritualmente evangelizando os fiéis, e mobilizando politicamente a população carente distribuída pelos sítios, seringais e distritos. Na verdade, essas festas populares intensificaram-se com a presença do Pe. Florêncio e tornaram-se uma mistura de festejo religioso que com o tempo transformaram-se em festa profana, prática que se popularizou:

Enraizado na cidade e no interior, este costume religioso-profano prosperou muito tempo. Realizadas nas casas onde eram tiradas as ladainhas, as tradicionais rezas atraíam grandes levas de populares. Só após a chegada em nossa cidade dos padres canadenses de Scarboro e graças à orientação do Concílio Vaticano II, tais atos foram radicalmente modificados, tendo o falecido bispo dom Jorge Marskell sido o iniciador das comunidades cristãs nos moldes modernos. As festas dançantes no interior do município eram realizadas sobretudo no mês de junho ou nas datas de realização de ‘promessas’. Juntavam-se dez ou doze moradores para a construção das ramadas – casas de danças cobertas de palhas de inajá - de chão batido, cercadas de varas. Instrumentos sonoros mais utilizados na ocasião: violão, cavaquinho, pandeiro,

<sup>75</sup> Ao tempo de sua gestão, o perímetro urbano da cidade de Itacoatiara estendia-se da rua Ministro Waldemar Pedrosa à rua Eduardo Ribeiro. Diariamente, das 18:00hs às 22:00hs a cidade era iluminada por lampiões alimentados a querosene. Na parte suburbana possuía poucas casas, geralmente erguidas de pau-a-pique, cobertas de palha e piso de chão batido, implantadas em terras do patrimônio público, aforadas a seus moradores. As ruas centrais eram limpas, periodicamente pela administração pública, enquanto as suburbanas eram capinadas pelos próprios moradores (CORREIO DE SERPA, 1913; SILVA, 1965; 1970).

violino, maracá e tambor. Às vezes, chegados da cidade, eram usados saxofone e a sanfona. As ladainhas começavam às sete da noite. Após uma hora, geralmente a partir das oito, tinha início o arrasta-pé que se prolongava até o amanhecer do dia seguinte. (SILVA, 1999, p. 147).

Este exemplo citado por Silva (1999), era a descrição fiel da realidade dos costumes em festas interioranas na região de Itacoatiara. Mesmo naquelas festividades onde o padre oficiava a reza do terço e da ladainha, o povo queria ter sua vez de compartilhar, e isso acontecia ao extravasar a alegria e conagração entre os fiéis por meio da musicalidade e do arrasta-pé. No entanto, ainda segundo Silva (1997), sua oposição frente a política local, provocou a ira do grupo liderado pelo Superintendente Cel. João Pereira Barbosa (1908/1910). Num período de instabilidade política no Brasil, Pe. Manoel Florêncio da Costa sofreu duramente as consequências de seu envolvimento partidário. Como já era de costume, sempre que o povo afluía para assistir a missa na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Pe. Florêncio comentava sobre os desmandos da política local, após o término do culto regular. Essa postura chegou ao conhecimento de Cel. Barbosa. Além disso, em diversas reuniões no diretório do Partido Republicano Conservador-PRC, Pe. Florêncio investido no cargo de vice-presidente desta agremiação partidária, criticava duramente o grupo liderado por Cel. Barbosa.

Infenso às críticas da oposição liderado pelo presidente do diretório do PRC Enos Alves de Lobão Veras, o Superintendente Cel. João Pereira Barbosa não aceita o que considerava explícita intromissão político partidária do vice-presidente do mesmo PRC, Pe. Manoel Florêncio da Costa na administração do município, este considerado visceralmente crítico da gestão local (SILVA, 1998). As desavenças entre ambos se avolumaram e, de parte a parte a tensão aumentava na medida em que as notícias em nível federal e estadual chegavam dando conta da consumação dos fatos, que viriam ajudar na manutenção do poder na mão do Cel. Barbosa e seu grupo de apoiadores, sobretudo pela permanência no cargo do governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (1908-1913), da agremiação política do Partido Republicano Democrático-PRD. Seguro no cargo Cel. Barbosa e seu grupo de correligionários planejaram uma forma de fazer pressão frente as atitudes de Pe. Florêncio, que mesmo em situação política desfavorável, não se amedrontava com o *status quo* estabelecido, e continuamente criticava o *modus operandi* da política local, e esse enfrentamento acirrou-se cada vez mais (SILVA, 1998).

**Figura 31 - Superintendente Coronel João Pereira Barbosa (1908-1910)**



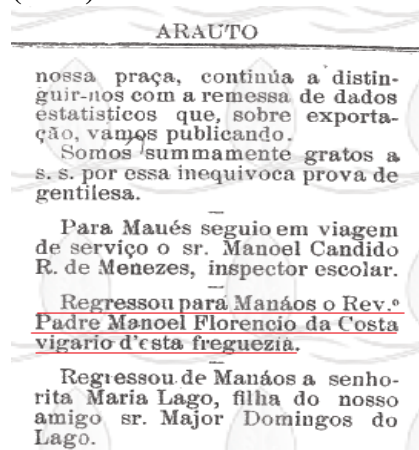
Fonte: O Paládio, nº 15, Itacoatiara, 12 de novembro de 1908, p. 01.

Segundo Silva (1997), sem haver mais diálogo entre ambos, a disputa descampa para o lado pessoal, e culmina na ordem que Cel. Barbosa deu ao delegado local para prender Pe. Florêncio. Ao saber que estava sendo procurado pela polícia este foge com ajuda dos amigos: Jason Williams Stone e do industrial Aquilino Barros, pelos canais que desaguam no lago Canaçary no rumo de Silves e depois segue em definitivo para Manaus onde passa a residir por alguns anos sempre articulado a política da região. Nesste casso, passados algum tempo, em 1910 regressa para Itacoatiara entusiasmado com a ascensão de seu correligionário-mór: senador Jonathas Pedrosa, depois eleito governador no triênio 1913-1917. Nesse período Pe. Florêncio lança-se em campanha pelo 2º distrito eleitoral de Itacoatiara como um dos candidatos a deputado estadual às eleições de 30.10.1912, sendo eleito e manteve-se como vice-presidência do Diretório Municipal do Partido Republicano Conservador-PRC.

Nesta campanha eleitoral constava entre os seus correligionários, membros do PRC em Itacoatiara: presidente Enos Alves de Lobão Veras, vice-presidente Pe. Manoel Florencio da Costa, diretores Coronel Joaquim Francisco de Queiroz, major Antonio de Oliveira, Coronel Domingos da Costa Barriga, Capitão Joaquim Arcos Bacellar, coronel Francisco Leopoldo Mendes, suplentes coronel Amâncio Rocha da Costa, Domingos Theófilo de Carvalho Leal, major João Caetano das Neves Barreto, capitão José Hermida dos Santos, capitão Cesário Satyro de Souza, major Guilherme Williams Stone e José de Salles Lopes, secretário coronel Adolpho Luiz Coelho. Os membros do PRC combatiam a política imperante a nível local, e para tanto utilizando-se das páginas de seu jornal: A Imprensa, com redação e oficinas situadas à travessa da Rampa (Quintino Bocaiúva) em cujo editorial de 08.12.1912 expressava que “Itacoatiara está amargamente torturada pela política dominante”. A propósito desse caso, um detalhe nos chamou atenção no desenrolar da pesquisa, é que, as caixas com documentos relativos

ao exercício do Pe. Florêncio na Paróquia de Itacoatiara desapareceram (ACERVO DA CÚRIA PRELATÍCIA, 1903, 1904; A Imprensa 08.12.1912).

**Figura 32 - Jornal Arauto noticiando a viagem de Pe. Florêncio para Manaus (1907)**



Fonte: Jornal Arauto domingo 26 de maio de 1907, anno I. n. 35, p. 03.

Afora essas e outras exceções não registradas, o padrão dominante em Itacoatiara não é, nem de longe, o de chefes políticos de poder incontestado, nem o de famílias que monopolizam o poder por várias gerações. Tampouco assistimos na região as duradouras e sangrentas lutas entre famílias pelo controle político local e regional, também muito comuns na literatura acadêmica e ficcional sobre o período em outras regiões do País. Não ignoramos, evidentemente, o papel central desempenhado pela violência numa sociedade construída sobre bases escravistas, e que até o início do período focalizado nessa pesquisa ainda convivia com a escravidão institucionalizada. Ademais, como observa Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), mesmo nas relações comunitárias, entre iguais, a violência era com frequência considerada conduta legítima, e o “ajuste violento” era uma das “modalidades tradicionais do agir” (FRANCO, 1997, p. 61). Não foi nosso objetivo aqui, porém, empreender a pesquisa sobre as formas de estruturação do poder na sociedade itacoatiarense em sentido *lato*, o que forçosamente nos remeteria ao papel aí desempenhado pelas diversas modalidades de violência.

O que procuramos ressaltar é que as fontes documentais consultadas não nos autorizam a validar para a região do município de Itacoatiara caracterizações como aquela feita por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), talvez excessivamente referenciada no sertão nordestino, segundo a qual o poder dos chefes locais “se impunha geralmente pela violência, escudado em maltas de cangaceiros ou de capangas”. (QUEIROZ, 1976, p. 120) Tampouco seria apropriada a identificação da elite agrária vale-paraibana com os “lordes da violência

organizada” que comandam exércitos particulares, tal como se refere Eul-Soo Pang ao tratar do interior nordestino (PANG, 1979, p. 27-28). Por outro lado, podemos confirmar por meio dos documentos compulsadas para o período analisado, qual seja, a Primeira República, que não eram comuns em Itacoatiara as cenas de violência, por meio de assassinatos, desaparecimentos misteriosos, torturas, agressão física ou tocaias promovidas em decorrência dos pleitos amazonenses. Evidentemente respeitando-se algumas exceções como as já assinaladas.

Em toda a documentação consultada nessa pesquisa, de forma geral, o ambiente político na cidade e na região parece suficientemente enquadrado por opinião consensual que rejeita e condena o uso da violência. Atitudes truculentas de um grupo são, em geral, denunciadas com alarde pelos adversários, que visam com isso indispor o rival com a opinião pública. E ainda que seja necessário relativizar o papel que essa última pudesse ter como instância decisiva naquele período, seria um equívoco ignorar a sua existência. A importância assumida pela imprensa local desde a década de 1870<sup>76</sup> bem como, a relativa pluralidade das instituições sociais que se formaram na região nessa mesma época, de que falaremos adiante, são evidências disso. Assim, o que percebemos é que os episódios de disputas políticas empreendidos por coronéis e lideranças locais do poder local eram periféricos ao processo da disputa política em si, e foram, em sua grande maioria, imediatamente denunciados por meio da imprensa como fatos inadmissíveis pelo grupo oponente.

Ademais é possível compreender também, que este espraiamento da imprensa, para Itacoatiara e região, caminhou passo a passo com o lento urbanismo que ali foi se desenvolvendo sob a égide da dinamização econômica provocada pela economia de exportação extrativista e pelo forte deslocamento de imigrantes que ela propiciou. Como sustenta Edna Castro (1992), as cidades podem crescer em função de processos diferenciados, mas, em geral, estes são sempre relacionados às atividades produtivas locais ou regionais (CASTRO, 1992). É o que ocorreu em Itacoatiara, onde a conjuntura específica aberta pela expansão da economia gomífera não deixaria de impactar seu urbanismo, dinamizando-o numa escala até então jamais experimentada. Nesse caso, o paradigma do urbanismo moderno francês haussmanniano que passou a ser reproduzido na Amazônia não fora exclusivamente política dos administradores das cidades de Belém e Manaus no período áureo da extração da borracha. Este ocorre mesmo que tardio e pontual em algumas cidades da Amazônia, para atender a interesses do capitalismo global, e ao acolhimento da imigração como observaremos a seguir.

---

<sup>76</sup> O primeiro jornal impresso da cidade foi fundado em 1874, chamava-se Itacoatiara, de curta duração (FREIRE, 1990).

### 3.2 O mito do progresso na definição do espaço urbano.

Apesar da importância de o extrativismo ter sido preponderante para a instauração das transformações locais, cabe-nos também situar outros fatores que, no histórico movimento cumulativo da performance da expansão urbana, também tiveram importância no crescimento econômico local e na expansão da cidade, entre estes: a Proclamação da República, a imigração nordestina e estrangeira, a abertura dos portos, a elevação da vila de Serpa à categoria de cidade. Todos os fatores referidos foram determinantes para a tessitura da feição de modernidade que a cidade de Itacoatiara passa a exibir a partir da década de 1910 acentuando-se nos anos de 1920. Para melhor compreensão de sua importância, pontuamos alguns detalhes dos mesmos de acordo com os estudos de, Lins (1965), Silva (1970), Santos (1980), Derenji (1984), Mesquita (1997), Oliveira (2007).

A Proclamação da República: contribuiu para a consolidação da função política, e as modificações trazidas pelos ideais positivistas beneficiaram a cidade. A autonomia dos Estados brasileiros, possibilitada pela Constituição de 1891 e traduzida pela descentralização administrativa, opôs-se à centralização do regime anterior. Apesar desse contexto, para o Estado do Amazonas, e especificamente Itacoatiara, a descentralização administrativa significou a recorrência aos recursos do Estado e do Município para a efetiva modernização da cidade. Acrescentando-se:

a) A Abertura dos Portos: em 1867 foi decretada a abertura dos rios amazônicos às nações amigas. Contudo, vários esforços foram feitos para estimular a navegação, buscando sair da dependência do porto comercial de Belém. Nesse sentido, a criação da Alfândega<sup>77</sup> de Itacoatiara em 1872 reforçou a política de autonomia que o Amazonas adotara para sair de sua dependência do Pará, pois o impedimento das exportações deveu-se principalmente ao fato de a sede da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas – CNCA - localizar-se em Belém, impedindo a exportação direta.

b) A imigração nordestina: a pouca densidade demográfica da Região e do ambiente local ainda ser considerado longínquo, não a capacitava para atrair trabalhadores. Nesse sentido, algumas medidas foram tomadas pelos diversos governos da época: de início, os trabalhadores indígenas foram introduzidos na atividade extrativa e depois os imigrantes nordestinos que

---

<sup>77</sup> Foi criada pelo Decreto Imperial n. 5.204, de 25.01.1872. Com a política de abertura do Amazonas, a arrecadação alfandegária passou a ser feita em Manaus e Itacoatiara. A criação da alfândega de Itacoatiara facilitou a importação de bens e serviços destinados à construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Situava-se na rua Monsenhor Joaquim Pereira, onde hoje opera a loja da Litiara (SILVA, 1997).

chegaram à Região, fugidos da seca, serviram como mão-de-obra escrava para os “coronéis de barranco”, com o intuito de aumentar a produção de borracha.

c) Elevação à categoria de cidade: por meio da Lei n. 283, de 25.04.1874, a vila ganhou foro de cidade. Tal ato jurídico-administrativo possibilitou maior distinção política e os benefícios advindos desta condição consolidaram e ampliaram o papel urbano de que a cidade se revestiu a partir desse momento. Por exemplo: surgiram os prédios para acomodar as novas repartições; houve aumento de verbas públicas para as melhorias urbanas; criou-se uma infraestrutura que se instituía pela mão da iniciativa privada; além do surgimento dos serviços públicos; tudo isso contribuiu ainda mais para a expansão da cidade que se desenvolvia e se firmava pela importância situacional e política que emergia.

d) E finalmente a administração do prefeito Isaac José Péres: mesmo que essa administração tenha ocorrido em plena decadência da borracha, consideramos que a iniciativa empreendedora pública de Isaac Péres foi o marco significativo no processo de mudanças na cidade de Itacoatiara, que deve ser considerado para o período da crise extrativista. Seu governo caracterizou-se pela iniciativa de se pensar a cidade de forma planejada, o que exigiu muita capacidade política, pois teve de articular com o governo do Estado e a Câmara quanto a liberação das verbas necessárias às transformações urbanas. Com este trabalho, põe-se em relevo sua administração como vital para o crescimento e embelezamento da cidade.

Sendo assim, durante muito tempo, redes carregadas nos ombros de escravos e trabalhadores dividiram espaço com pedestres, nas ruas e ladeiras de Itacoatiara. Aos poucos o advento da borracha propiciava mudanças significativas para o espaço da cidade. Esses meios de transportes foram tornando-se limitados e mesmo “inúteis” para o ritmo acelerado que começava a marcar a vida urbana. Os novos tempos iam deixando para trás a “cidade dos pedestres”, que alargava seus limites para além dos primeiros roçados, chácaras e sítios que deram sentido ao espraiamento da cidade. Mas essa aceleração dos modos de vida que se instituía não foi exclusivo da cidade, ao contrário, ocorreu em toda a Amazônia, pelo dinamismo econômico do sistema capitalista na região, que experimentou um surto de crescimento a partir de 1870 (SANTOS, 1980).

Assim, a “cidade sobre rodas” puxada a tração animal, começou a aparecer quando as atividades econômicas exigiam o aumento de cargas transportadas e maior rapidez de deslocamento, uma vez que grande parte do transporte de carga era realizada em carros de boi<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> Para Monteiro (1984), os condutores das carroças de Itacoatiara são conhecidos como “carreiros” ou “carroceiros” os quais conduzem o veículo em pé, ou ao lado quando vazio. A carroça pode ser puxada por um ou dois bois (uma junta), e a quilometragem percorrida no perímetro citadino varia entre cinco e seis quilômetros por



para carregamentos como: madeira, tijolos, castanha, carvão, borracha, cacau, entre outros. Os menos afortunados, que não possuíam carros de tração animal, puxavam eles próprios as cargas em carrinhos-de-mão ou em caixas de madeiras sobre os ombros ou cabeça, trabalho chamado pela população de “fazer carroto”. Essa transição dos modos de vida caracterizou-se pela quantidade de carroças transitando nas ruas, o que leva a deduzir que era inevitável aquele chiado característico das rodas. Mas o problema para a municipalidade era outro, qual seja, o desleixo no tratamento aos animais e a falta de higiene dos carroceiros em via pública. Essa prática levou a Intendência a editar em seu quadro postura específica para disciplinar a permanência de animais no perímetro urbano, pois resistia um antigo costume entre a população: o de deixar os animais soltos em via pública ou próximos ao dono. A nova postura tinha o seguinte teor: Art. 32 – “É proibido terse gado, cavalo de qualquer espécie amarrado nas ruas, praças e mais lugares públicos, assim como porcos soltos pelas ruas e qualquer animais daninhos sob pena de dez mil reis de multa ou quatro dias de prisão”<sup>79</sup>.

A disposição da Intendência reforça o estigma do mau comportamento atribuído aos carroceiros, sempre associados aos “desclassificados sociais”, tidos pelas autoridades como indisciplinados e sujos em potencial. A Intendência, assim, empenhou-se na realização de legislação vigorosa e detalhada sobre os modos de vida da população, que foi consolidando-se na medida em que as atividades econômicas se diversificavam, sendo, porém, alvo de críticas por parte da população que resistia em deixar cavalos, porcos, cachorros, galinha, picote e outros animais vagando soltos nas ruas da cidade. No entanto, a superintendência reforçava a normatização do espaço citadino, com o intuito de sepultar de vez todas os costumes que a população herdou culturalmente dos indígenas.

Com o tempo a urbe revigora-se, a partir de 1890, com um novo surto de crescimento espacial, atrelado aos investimentos propiciados pela acumulação de capital, cuja via econômica extrativista-exportadora tinha na economia do látex o seu principal sustentáculo. Os aumentos sucessivos da exportação e os elevados preços da goma elástica no mercado internacional, propiciaram ao estado do Amazonas e à cidade de Itacoatiara considerável receita. Estes dividendos contribuíram substancialmente para o momento da crescente arrecadação de impostos capazes de dinamizar a economia regional e bem como, de alavancar investimentos de infraestrutura em alguns arrojados projetos de empreendimentos públicos e

---

dia de trabalho. O salário dos condutores normalmente é contratado antecipadamente ao contratante, e cobra-se de acordo com a distância e o peso da carga. As carroças também serviam para o transporte de famílias para festas, procissões ou deslocamentos para a zona rural.

<sup>79</sup> *Jornal Itacoatiara*, Ano I, n. 01, 1874, p. 4.

privado. A iniciativa empreendedora do estado e de empresas privada foram várias, algumas tiveram êxito, outras nem tanto, um exemplo clássico desse período foi o frustrado projeto de construção da Estrada de Ferro Manaus Itacoatiara-EFMI.

Segundo José Lins (1965), em 1897 surge o projeto idealizado pelo engenheiro civil amazonense Torquato Xavier Monteiro Tapajós<sup>80</sup>. Torquato Tapajós escreveu pouco antes de falecer, um relatório não publicado propondo a construção da ferrovia entre Itacoatiara e a capital do Estado. Coube, portanto, a ele a primeira ideia de ligação terrestre entre as duas importantes cidades do Amazonas. Passados pelo menos 11 anos o projeto desta ferrovia foi apresentado à Assembleia Legislativa do Amazonas pelo governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (1908-1913) do Partido Republicano Democrático-PRD e o contrato aprovado foi firmado entre o Estado e o concessionário em 10 de maio de 1911.

De acordo com o Correio de Serpa (1912), o concessionário desse importante empreendimento foi o engenheiro Jacintho Estelita Jorge, que devido aos vultuosos valores envolvidos na obra, recorreu a empresas internacionais de origem francesa para a formação do capital necessário para sua execução. O percurso no sentido Manaus/Itacoatiara teria o marco zero na Praça Visconde do Rio Branco, local escolhido pela facilidade do embarque e desembarque de pessoas e mercadorias. Desse ponto seguiria pela rua Duque de Caxias até atravessar as quedas d'água de Cachoeirinha e Cachoiera Grande de onde deslocar-se-ia em direção à Colônia Campos Salles, sendo este o lugar para a construção da primeira estação. Da Colônia Campos Salles em diante a linha férrea seguiria pela cabeceira do Tarumã até alcançar a zona do rio Urubú, cuja prioridade nessa região seria a colonização agrícola de 20 km de cada lado da ferrovia, visando o atendimento e a dinamização do setor primário entre as cidades. Sendo assim, a ferrovia não só atenderia a produção e exportação da borracha e demais produtos extrativistas, mas também, ao longo das estações deveria ser implantada colônias agrícolas para acelerar o povoamento da região (CORREIO DE SERPA. 1912 Anno 01, número 03. p. 01).

Ainda segundo o Correio de Serpa (1912), em 1912 iniciaram os estudos topográficos preliminares de reconhecimento por onde a linha férrea deveria passar, e este serviço ficou a cargo do engenheiro Ignácio Moerbeck, por imposição contratual. O relatório

---

<sup>80</sup> Poeta, teatrólogo, engenheiro. Publicou de 1890 a 1891 várias memórias sobre projeto de esgotos nas cidades de Niterói-RJ, de Belém e de São Paulo. Algumas obras do autor: TAPAJÓS, Torquato Xavier Monteiro. Climatologia do vale do Amazonas. Rio de Janeiro [s.n.], 1890; TAPAJÓS, Torquato Xavier Monteiro. Memória justificativa do projeto de estrada de ferro do Amazonas a Venezuela. Rio de Janeiro: [s.n.], 1891; TAPAJÓS, Torquato Xavier Monteiro. Estudos sobre o Amazonas e de Mato Grosso. São Paulo: [s.n.], 1896. Este autor escreveu pelo menos 31 trabalhos que versam sobre obras literárias, engenharia sanitária, estradas de ferro, climatologia, geografia, medicina, imigração entre outros. Nasceu em Manaus em 1853 e morreu no Rio de Janeiro em 1897 (BLAKE, 1883; COUTINHO, 2001).

circunstanciado desse levantamento seria submetido ao executivo estadual contendo em seus anexos memorial descritivo, mapa de situação, bem como, plantas altimetrias, cadernetas de campo, entre outros. No sentido Itacoatiara/Manaus, o percurso tracejado percorreria a área próximo as cabeceiras do lago de Serpa, na direção Oeste passando pelo igarapé do Carará afluente da margem esquerda do rio Urubú até o lugar denominado Pedra Chata, onde o rio teria largura de 155 metros de travessia, ponto ideal para a construção de ponte férrea. Desse lugar em diante a estrada seguiria na direção Noroeste até a Cachoeira de Lindóia local onde fora erguido marco com as iniciais E.F.M.I -Estrada de Ferro Manaus Itacoatiara 26/04/1912. De Lindóia seguiria rumo Oeste internando-se pelo divisor de água entre rio Preto (da Eva) e rio Urubú. Do rio Preto em diante seguiria rumo Noroeste passando pela cabeceira do Puraquequara buscando atingir o lago do Aleixo e dessa área em diante permitindo chegar a cidade de Manaus (CORREIO DE SERPA, 1912, anno 01, numero 23, p. 01). Ainda em solenidade realizada na Praça Visconde do Rio Branco no bairro de Cachoeirinha em 10 de junho de 1912, seria batida a primeira estaca do trilho, cerimônia narrado em ata que segue:

Acta da solenidade do inicio dos estudos definitivos da **Estrada de Ferro de Manaós à Itacoatiara**. - Aos doze dias do mez de junho do anno de mil novecentos e doze, nesta cidade de Manaós, capital do Estado do Amazonas, na praça Visconde do Rio Branco, presentes os excellentissimos senhores coronel Joaquim Sarmento, Dr. Francisco Lopes Braga, diretor de Terras e Obras Publicas, coronel Antonio Guerreiro Antony, presidente do Congresso do Estado, coronel Agnello Bittencourt, diretor da Instrução Publica, representantes da imprensa, e mais pessoas gradas, procedeu-se às 8 horas da manhã, a cravação da primeira estaca (estaca 0), início dos estudos definitivos da Estrada de Ferro de Manaós à Itacoatiara. E para constar lavrou-se a presente acta que vae assignada por todos os presentes. Eu Raymundo Pinheiro, servindo de secretario a escrevi (CORREIO DE SERPA, 22 de junho de 1912, anno 01. Numero 26, p 01)

Esse projeto não só proporia no seu cerne a ligação por via terrestre das duas cidades do Amazonas, como também promoveria a fixação do povoamento nessa região a partir da fundação de colônias agrícolas com possibilidade futura de implantação de novas cidades<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> No plano de integração do Estado do Amazonas, o governador Arthur César Ferreira Reis cogitou levantar no meio da selva dois centros urbanos devidamente planejados que oportunizassem a cobertura do “vazio demográfico” e a ocupação em tarefas produtivas de considerável número de famílias. Na primeira viagem de inspeção que fez às obras de conclusão da estrada Manaus-Itacoatiara, no início de 1965, o chefe do executivo amazonense escolheu, pessoalmente, os locais onde pretendia instalar os núcleos urbanos, entre o Rio Preto da Eva e o rio Urubu. Deliberou, na mesma oportunidade, denominá-los de cidade “Tavares Bastos” e cidade “Visconde de Mauá”, esta nas proximidades do igarapé do Peréua, cerca de cem quilômetros ao Norte de Itacoatiara. A falta de recursos financeiros, frustrou a ideia deixando de ser materializada, embora Arthur César Ferreira Reis houvesse determinado sua inclusão no Plano Bial para Habitação 1965/1966, a cargo da recém-instalada COHAB/Am – Companhia de Habitação do Amazonas, da construção de um pequeno conjunto de casas populares na cidade “Visconde de Mauá”. Durante algum tempo, após a abertura da rodovia Manaus-Itacoatiara, ainda se podiam ver as placas indicativas de ambas as cidades, lembrança de uma frustrada política integracionista. (LINS, 1965; SILVA, 1998, p. 302-303).

entre Manaus e Itacoatiara ao longo da via férrea, sonho só levado a efeito de forma efêmera muitos anos depois na administração de Arthur César Ferreira Reis (1964-1967) ligado a Aliança Renovadora Nacional-ARENA, que construiu a rodovia ligando as duas cidades. No entanto, demais informações sobre o frustrado projeto da ferrovia ainda são precárias. Mas Silva (1997), nos informa que o contrato para a construção da estrada de ferro foi considerado extinto em fevereiro de 1913, provocado principalmente pela inércia governamental nas tratativas para o desembaraço da obra, acrescido da falta de capital financeiro e investidores nacionais e internacionais interessados na exploração da ferrovia que seria construída numa região que entrava em crise econômica para sua principal pauta de exportação: a borracha.

Porém, o aparecimento desse projeto em si denota o avanço do desenvolvimento e o progresso econômico dele decorrente transformou-se em exigência pragmática para facilitar o deslocamento da produção extrativista, impulsionamento do comércio e abastecimento de mercadorias e produção agrícola indispensáveis à população. Embora sendo o projeto frustrado, o objetivo da abertura da via férrea não se restringia ao estabelecimento do mais fácil e rápido meio de comunicação entre a capital do Estado e o município de Itacoatiara. Sua finalidade maior atinge as raízes da economia regional, que constitui a causa preponderante para a política econômica. Significava ainda a grande tentativa do Estado para arrancar, do seu corpo, as malhas que ainda o prendiam à desorganizada produção extrativa apontando para o caminho do desenvolvimento regional, que àquela altura vinha sendo pensado, haja vista, as grandes distâncias entre as cidades (LINS, 1965).

Silva (1997) adverte que a cidade continuou a acolher projetos de desenvolvimento e estruturação urbano, embora o declínio econômico da borracha. As mudanças urbanísticas tiveram início na administração do Cel. João Pereira Barbosa (1908-1910), e do Superintendente Manoel Joaquim da Costa Pinheiro (1910-1913). Em tais administrações e anos seguintes foram projetados na estrutura urbana da cidade as seguintes novidades, melhoramentos e obras: fundação do Tiro de Guerra Brasileiro nº 138<sup>82</sup> (1909), inauguração

---

<sup>82</sup> Sob o título inicial de Tiro de Guerra Brasileiro nº 138, este segmento do Exército brasileiro criado na forma do decreto federal nº 7.350 de 11.03.1909, dedicava-se à instrução militar da juventude Itacoatiarense. Era um centro de formação de reservistas, destinados aos cidadãos em idade de serviço militar que, por qualquer motivo, não incorporavam-se às unidades regulares. Em 01.01.1912, já denominado Sociedade do Tiro nº 138, sua presidência passou a ser exercida por Cassiano Secundo Nunes de Oliveira, designado para cumprir mandato por 12 meses. Sempre que acontecia uma data festiva/comemorativa/cívica, o Tiro de Guerra ao romper do dia postava sua banda de música em frente ao quartel para executar diversas peças musicais. Às 06:00hs da manhã era içada a Bandeira e tocado o Hino Nacional. Em 1918 os serviços de instrução do Tiro nº 138, estavam sob o comando do sargento Caldas e o quartel funcionava à praça 13 maio (praça da Matriz). Em janeiro de 1918, haviam sido convocados os recrutas atiradores: João Soares Cavalcante, João Fonseca Cavalcante, Honorato Frazão, Bernardo Barbosa, Samuel Paschoal, Antonio Medeiros, José Rolim, Francisco Bezerra, Antonio Pereira de Lyra, Antonio Rodrigues de Oliveira, Theotônio Gama, Francisco Rodrigues, Victor Modesto, Raymundo Soares Cavalcante, Maurício

da sociedade dançante Terpsichore Clube (1911), fundação do Colégio das Irmãs Franciscanas (1912), instalação da Mesa de Rendas Alfandegada Estadual (1912), fundação do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1913), fundação a 1ª Igreja Batista (1913), circulação do primeiro automóvel<sup>83</sup> (1913), inauguração do Mercado Municipal (1913), inauguração do Matadouro Municipal (1920).

**Figura 33 – Ford T ou *Lizzie* do comerciante A. P. Adegas (1920)**



Fonte: Acervo Frank Queiroz Chaves. Itacoatiara (1920).

Apesar desses acontecimentos a população continuou a observar políticas públicas frustradas pela crise econômica ou inabilidade de seus administradores. Outro exemplo foi a Lei municipal nº 152 de 08 de março de 1911, atrelada a Lei estadual nº 684 de 30 de setembro de 1911, pela qual a Intendência abriu concorrência pública para o fornecimento de energia elétrica e bombeamento de água. No decurso do contrato o vencedor do certame ficaria sujeito as seguintes obrigações: a) iniciar os trabalhos no prazo de 18 meses a partir da data do contrato que seria lavrado e concluído no prazo de 02 anos; b) estipulação no mesmo contrato do preço da tarifa de água e luz, quer pública ou particular, sujeitando-se a respectiva tabela a decisão do

---

Peres Oran, Ulysses Hermida d'Oliveira e Hermenegildo de Serpa. Em 1932 o sargento Felix Valois Coelho (1898-1958) foi instrutor do Tiro de Guerra nº 138, este foi o pai de Felix Valois Coelho Junior, advogado, professor, deputado estadual e ex-vice prefeito de Manaus (D.O.U de 26.10.1909 e 02.02.1912; A Epoca de 06.01.1918 e 11.02.1918; O Cravo de 20..10.1918 e 27.10.1918; SILVA, 1998).

<sup>83</sup> O referido automóvel da marca *ford T* ou *Lizzie* pertenceu ao comerciante A. P. Adegas, cuja a casa (Adegas & Cia.) comercial situava-se à praça Marechal Deodoro no bairro da Colônia (cf. Correio de Serpa 08.06.1913; Silva, 1965).

Conselho Municipal; c) reverter para o município todas as benfeitorias que houvesse feito, depois de concluído o prazo de concessão. Além disso, o contratante teria direito as seguintes vantagens: a) isenção de qualquer imposto municipal; b) o terreno de que necessitar para construção da casa de máquinas seria doado pela municipalidade (SILVA, 1997).

O contrato de concessão vigeria por 40 anos, e as propostas devidamente fechadas e acompanhadas das respectivas plantas, seriam entregues até 10 de janeiro do ano seguinte, 1912. Em decorrência, em 12.12.1912, foi celebrado contrato com o engenheiro Leônidas Benício de Mello para fazer a instalação e fornecimento de luz elétrica (corrente contínua) e de água potável a cidade, pelo sistema mais apropriado, empregando-se para isso, no caso de energia, lâmpadas incandescentes de filamento metálico com força iluminativa de cinquenta velas para as ruas e praças e de vinte e cinco velas para os edifícios particulares, pela importância de vinte e quatro contos mensais. Segundo Silva (1998), esse contrato nunca seria efetivado, e sendo assim, a inviabilização da exploração de luz e do fornecimento de água potável, significou na prática a continuidade da iluminação pública a lampião abastecido por querosene e a lata d'água na cabeça, retirado das cacimbas, situação social tão comum, mas que pelas mudanças trazidas pela modernidade, destoava das inúmeras promessas de melhoria urbana, necessária para o aumento da qualidade de vida da população, que se acostumou a observar nos discursos eleitoreiros dos políticos tradicionais apoiados por grupos locais com influência política a nível de estado (COLECAO DE LEIS DA INTENDECIA MUNICIPAL, 1912; SILVA, 1998, p. 119).

**Figura 34 - Poste de iluminação pública a lampião na rua Quintino Bocaiuva (1910)**



Fonte: Acervo Galeria de Artes Terezinha Peixoto. Itacoatiara (1910)

Embora o revés típico da administração pública, algumas dessas transformações no espaço urbano efetivaram-se. Em 1911, a lei nº 161 de 13 de dezembro de 1911 normatizou as

tarifas e impostos que seriam cobrados de moradores imponente inclusive o tipo de material de construção que deveria ser usado quando os proprietários construíssem suas habitações. Entre tais imposições havia a de não erguer casas com parede ou cobertura de palha no perímetro do Centro. O não atendimento ao preceito legal, seria punido com a interdição do imóvel, que posteriormente poderia ser derrubado e o proprietário multado. Em nome do interesse público as moradias consideradas anti-higiênicas, as barracas de palha e habitações precárias, não poderiam permanecer no Centro. Nessas normatizações estavam instalados os interesses da elite em remodelar, higienizar e controlar a cidade. Os pobres foram os mais atingidos uma vez que a condição de pobreza em que viviam obrigava-os a construir barracas de palha. As medidas previstas em lei procuravam restringir e expulsar do espaço habitacional das elites, as construções indesejadas, feias e que comprometesse a saúde, dificultando assim a população de baixa renda de ter casa naquele perímetro.

E para consolidar de vez a segregação da pobreza anos mais tarde, na administração do superintendente João da Paz Serudo Martins (1916-1919) seria definido o perímetro urbano da cidade por meio da lei nº 298 de 23.10.1917, que no artigo 5º circunscrevia a área urbana e a divisava da suburbana com o seguinte teor: a área urbana iniciava no litoral do rio Amazonas à rua Eduardo Ribeiro (Norte/Sul) e da rua Oriental do Juary à avenida 15 de novembro (Leste/Oeste), e a região suburbana, da rua Eduardo Ribeiro à rua Urucará, (Norte/Sul) e da rua Ocidental a fazenda Stone (Leste), e da 15 de Novembro à Colônia (Oeste). Podemos dizer com base na lei acima referida, que até aquele momento a cidade contava em sua configuração urbana com os bairros do Centro e Aracy ou Iracy, cuja expansão se deu por meio dos roçados, sítios e chácaras que se espraiavam entre a avenida Conselheiro Ruy Barbosa (avenida Parque) e a 07 de Setembro na direção Sul aproximando-se do Igarapé do Ventura (Poranga). Nesse período a Colônia e o Juary não eram considerados bairros, caracterizavam-se como periferia e não faziam parte da cidade (Diário Oficial do Estado do Amazonas-DOE, 25.jan.1918).

Esta distinção espacial se fazia necessária para que tanto o governo municipal quanto o estadual, investissem recursos públicos em obras de melhoramento urbano visando a modernização dos espaços formalmente constituídos da cidade, e os acolhimentos desses investimentos sinalizaram com a necessidade de adequação do espaço urbano aos novos tempos. A cidade de Itacoatiara, como diversas outras regiões da Amazônia vividamente articuladas pela economia de mercado mundial em expansão, não ficou alheia as “novidades” do mundo moderno, que chegavam não apenas pela imprensa favorecida pelo telégrafo e pelos cabos submarinos, como também pelas mercadorias e trabalhadores imigrantes que chegavam ao seu porto. Nesse momento, a sociedade local, ou pelo menos suas elites, iniciaram a

identificação própria vista como representação da *Belle Époque*, enaltecendo a cidade de forma ufanista e objetivando suas sincronias com o que era avaliado como moderno e civilizado em eixos de Manaus, Belém e exterior (SILVA, 1997).

**Figura 35 - Casa de Antônio de Araújo Costa no Centro, considerada padrão de época (1917)**



Fonte: COSTA FILHO, Antônio de Araújo, 2008. p. 01.

**Figura 36 – Casas de madeira e palha na rua Sacará (periferia 1927)**



Fonte: Acervo Francisco Gomes da Silva. Itacoatiara (1927).

Para Oliveira (2007), como algumas cidades do período da *Belle Époque* amazônica, Itacoatiara passou a ser o centro comercial exportador-importador. Logo se tornou imperativo embelezar a cidade, adaptá-la às exigências econômicas e sociais da época e torná-la atraente àqueles que a frequentavam a negócios ou aspirassem nela se estabelecer definitivamente. O grupo social e político que passou a gerir a cidade era constituído por segmentos ligados a exportação extrativista ou que de certa forma dependia desse capital para a manutenção e expansão da economia. Foi na primeira década do século XX que o fausto da



economia extrativista chegou ao seu apogeu. Nesse ínterim Itacoatiara passou por um remodelamento urbanístico e social. Foi também nesse momento que as contradições sociais no espaço da cidade se afluaram, tornando-se perceptíveis as tensões no desenrolar do processo histórico da cidade. O caráter cosmopolita à produção e ao consumo foi imposto a Itacoatiara não só por implementações das elites locais, mas também por influência externas. Ambas, elites estrangeiras vinculadas à cidade e elites locais que aplicavam filtragens sobre aquelas tentaram reproduzir na cidade seus padrões de relacionamento social, de consumo, hábitos, tendo o poder público papel destacado no processo de remodelamento urbano.

Sendo assim, ao poder público coube a iniciativa de modernizar, embelezar e adaptar Itacoatiara às exigências econômicas e sociais desse período, pois essa exigência tornou-se um dos principais objetivos para a maior parte dos administradores locais. Era necessário que a cidade se apresentasse moderna, limpa e atraente para aqueles que a visitavam a negócios ou pretendiam estabelecer-se definitivamente. Doravante, a política seria implementar as transformações defendendo a dominação e os interesses do grupo de indivíduos que iria administrá-la. Este grupo seria constituído pelos extrativistas, aviadores, fazendeiros e comerciantes<sup>84</sup> praticamente todos de algum modo ligados ao negócio do extrativismo e, por conseguinte, com estreito vínculo com o poder público local e estadual, cujas relações estavam muito além da esfera política, quando interesses econômicos se entrelaçavam com a liberação de verbas municipais e estaduais e ou com concessões de serviços públicos para arrendatários do círculo de amizades próximo às autoridades locais.

---

<sup>84</sup> Os principais comerciantes do município a partir de 1884 são: Joaquim Pinto de França, Joaquim José de Figueiredo, Francisco de Magalhães, D. José Hermida, D. Maria Angélica Nunes, José Joaquim Affonso Antunes, Abreu & Amaral, Pedro Pereira da Costa Fonseca, José Pascoal Onety, Manuel Ferreira Frota de Meneses, Antônio José Serudo Martins Filho, Antônio Francisco de Figueiredo, Miguel Pinto de França, Fernandes de Souza, Antônio Gonçalves de Carvalho, Joaquim da Costa Arcos & Filho, Joaquim Pereira Barroncas, Ângelo Nunes Evangelista, José Alves Maquiné, Damaso José Serudo Martins & Filho, Raymundo Ferreira da Cruz e João Raymundo Rodrigues (ALMANACH ADMINISTRATIVO, HISTORICO, ESTATISTICO E MERCANTIL DA PROVINCIA DO AMAZONAS, 1884, p. 74)

**Figura 37 - Nomes da alta sociedade<sup>85</sup> Itacoatiarense (1926)**



Fonte: Revista da Associação Comercial do Amazonas-ACA. Anno XVII (2ª fase). Manáos 18 de agosto de 1926, p. 02.

É para esses grupos que se colocam como centro de interesse das transformações urbanas que se criam as condições de investimentos que propiciam as obras, serviços e melhoramentos urbanos em benefício do acolhimento da crescente demanda das exportações de produtos extrativistas. Assim, a cidade, antes espaço comum, modifica-se, estratifica-se segundo a nova configuração: a de classe. A modernidade retrataria o novo estilo de vida e as transformações no espaço transcenderiam à alma. Com os ares da modernidade, a cidade não só substitui a madeira pelo ferro, a palha pela telha, o barro pela alvenaria, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições. Essa transformação urbana é tratada por Cassiano Secundo Nunes de Oliveira (1912), em artigo intitulado “defendendo minha obra” editado no jornal *Correio de Serpa* de 05 de maio de 1912, no qual elenca os desafios que teve de superar para que a cidade se apresentasse digna do momento de progresso

<sup>85</sup> No alto da direita para esquerda, Cel. Alipio Mininéa (01), administrador da Mesa de Rendas do Estado em Itacoatiara, Eclides de Figueiredo Dias (02), diretor do Matadouro Municipal, Capitão Emygdio Bento Alves (03), delegado de polícia. Ao centro Ambrosio Ezaguy (04), sócio da firma Isaac Perez & Cia, e juiz de direito da Comarca. Abaixo, da direita para a esquerda Dr. Gaspar Guimarães Maia promotor público (05), Oscar Ramos (06), comerciante abastado do município e Ozório Alves da Fonseca (07), jornalista e presidente do Botafogo *Foot- Ball Club* local).

pela qual passava. E ainda defende seu trabalho como mentor e executor dos projetos de engenharia que possibilitaram o arruamento, calçamento e alinhamento de casas.

Cita que o trabalho de aprumar a simetria do traçado urbano iniciou no governo do Cel. João Pereira Barbosa (1908-1910), e o espraiamento citadino teve o acréscimo neste período de 22 novas ruas com tamanhos variando de 20 a 30 metros de largura, cujo o aumento totalizou para a sede municipal o quantitativo de 23.875 m<sup>2</sup> de área urbana. Neste texto, informa que traçou o planejamento para a expansão futura da cidade, o qual fora aprovado pelo superintendente municipal, sendo encaminhado a planta situacional com os respectivos relatórios de campo ao governo do Estado como podemos aferir na citação do ofício nº 87 de 10 de junho de 1910 que segue:

Numero 87. Estado do Amazonas. Manáos 2ª secção. Secretaria do Governo, em 10 de junho de 1910. Sr. Superintendente Municipal de Itacoatiara. S. exc. o sr. Coronel Governador do Estado, manda accusar o recebimento do vosso officio de 07 do corrente mez em que trouxeste ao seu conhecimento a medida tomada por essa superintendencia de fazer arruar uma grande parte da area do patrimonio municipal, serviço esse executado pelo agrimensor **Cassiano Secundo**. Manda o mesmo Exm. Sr. felicitar-vos por tão feliz iniciativa, que muito concorrerá para o embellesamento dessa cidade e agradecer a remessa da planta e relatorios respectivos. Saúdo-vos. Francisco Publio R. Bittencourt (CORREIO DE SERPA. 05 maio de 1912, anno 1, numero 12, p. 02, grafia de época).

Cassiano Secundo Nunes de Oliveira (1912), segue criticando que o tráfego de carroças na lida cotidiana de ir e vir não obedecia aos limites impostos pelos marcos de alinhamento de ruas, terrenos e casas afixados em cada canto, os quais repetidamente vão sendo virado, quebrado, arrancado, desaprumando e desalinhando o traçado de ruas e avenidas, portanto um desrespeito ao trabalho feito para o ordenamento das propriedades públicas e privadas. Segundo o missivista, com este trabalho de delimitação e alinhamento de ruas, incentivava-se os proprietários para a regularização cartorial dos imóveis, acabando com as dissensões e atritos tão comuns entre vizinhos. Outro tema levantado por Nunes de Oliveira (1912), aconteceu em decorrência, da descaracterização e não preservação do Bosque Madeira-Mamoré, situado entre a avenida 07 de Setembro/Amazonas, e ruas Saracá/Maués, completamente destruído pelo fogo dos roçados ateados como de costume na região. Aponta ainda no referido artigo que o desaparecimento do Bosque afetaria frontalmente a conservação de mananciais para o abastecimento de água potável para a população, além de atingir diretamente a qualidade da temperatura no Centro da cidade que segundo este teria fama de quente (CORREIO DE SERPA, 05 de maio 1912, Anno 01, numero 12 p. 02). E conclui em

tom de desabafo os desmandos com o planejamento no crescimento da cidade, que embora em franco avanço, ainda ocorria de forma desordenada:

Pois bem, a autoridade municipal ordenou-me a atender os interessados. Eu procurei executar intrazigentemente a Lei, harmonisar tudo. Consegui mesmo soffrear as ambições descabidas, as impertinecias. Fiz accordos, deixando como sello definitivos marcos nas divisas, plantas e memoriaes das locações e verificações procedidas, tudo approved pela autoridade competente. Que vemos hoje? Levantam se novas questões de terra porque nem a sancção da autoridade foi digna de respeito, nem da minha competencia profissional mereceu credito, basta uma nova zanga de um vizinho incoherente para uma nova verificação (fiscalização), basta um simples fiscal que não sabe o quanto vale um trabalho profissional para arrancar os marcos (alinhamento de rua), e coloca-los em outra parte que bem entenda! Nada mais insensato e perigoso para a boa marcha de uma administração nada mais cruel para o socego do lar, nada mais criminoso para a estabilidade das disposições geraes! Em toda a historia da humanidade duas coisas principaes tem levantado mais alto o clamor publico que derribam thronos, as instituições, os governos: o peso desmedido dos impostos e o desrespeito a propriedade. Esta é a base da família que é por sua vez os aliceeces da sociedade. Itacoatiara, 03 de maio de 1912. **Cassiano Secundo Nunes de Oliveira** (CORREIO DE SERPA. Anno 01, numero 19, 05 de maio de 1912, p. 02 grafia de época e grifo nosso)

Com discurso impregnado pelo pensamento positivista em voga à época, Cassiano Secundo Nunes de Oliveira (1912) revela as transformações pelas quais o espaço urbano aos poucos vai sendo remodelado, embora nem sempre obedecendo as posturas e normatizações legais. Em virtude dessas medidas remodeladoras o novo modelo urbanístico foi transformando o Centro. Por exemplo as novas ruas e avenidas de 20 e 30 metros de largura respectivamente, retas e perpendiculares, rigorosamente simétricas formaram um verdadeiro tabuleiro de xadrez. Logo, a estrutura urbana de uma cidade considerada antiquada, de linhas tradicionais, de ruas estreitas e desalinhadas, com animais vagando sem rumo certo, de habitações insalubres, desprovida de calçamento, de rede de esgoto, de abastecimento de água e iluminação elétrica, passa a ser projetada pelas administrações para o modelo de cidade moderna. Havia assim, um projeto da elite local de modernização da urbe, ou melhor, do Centro e seu entorno, na tentativa de mostrar o progresso que a cidade desfrutava tanto para sua população, imigrantes ou para os que chegavam à negócios ou em passagem pelo lugar. Para que isso acontecesse era necessária rigorosa normatização que indicasse em seus termos como a cidade deveria mostrar-se para todos. Como exemplo citamos a Lei 166 de 13 de dezembro de 1911 a qual regulava as edificações urbanas:

Pedro Pereira da Fonseca, presidente do Conselho Municipal de Itacoatiara.

Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º No perímetro urbano da cidade são so permitidas reedificações, salvo cumprindo-se as disposições das leis nº 128 de 07 de março de 1908 e 153 de 08 de março do corrente anno.

Art. 2º Os prédios destinados a estabelecimentos comerciais deverão ter o solo revertido de mosaico e ter um pe direito de 6 metros de altura, contados da linha do nível do solo ate o do forro.

Art. 3º Os porões de que trata a Lei nº 153 de 08 de março do corrente anno, não poderão ter sahida para a via publica excepto os que tiverem altura superior superior a 2,80 metros.

Art. 4º Os passeios deverão ter uma largura de 2,50 metros quando edificados nas praças e avenidas. Os que forem construídos nas ruas e travessas medirão 1.50 m.

Art 5º O assoalho deve ser feito com o typo de emenda “ macho e femea” de modo que as tabuas não deixem interticios.

Art. 6º Fica prohibida a edificação de casas cobertas de zinco no perímetro arruado da cidade.

Art. 7º Os prédios edificados dentro dos terreno ficam sujeitos as obrigações da presente e das referidas leis nº 128 de 07 de março de 1908 e 163 de 08 de março do corrente anno exceptuadas construções especiaes.

Art, 8º Aos infratores dos artigos acima sera aplicada a multa de 100\$000, além de ficarem os mesmos obrigados a demolir a obra feita em desacordo com as presentes disposições.

Art, 9º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, as autoridades e pessoas as quaes o conhecimento e a execução da referida lei pertencer, que a cumpra e a façam cumprir fielmente.

S. S. do Conselho Municipal de Itacoatiara, 13 de dezembro de 1911.

Pedro Pereira da Costa Fonseca

Foi publicada.

Secretaria do Conselho Municipal de Itacoatiara, 13 de dezembro de 1911.

O Secretario.

Ozorio Alves da Fonseca

(COLEÇÃO DE LEIS DA INTENDENCIA MUNICIPAL, 1911, p. 23).

Em acordo com a legislação urbana, também se pretendia manter a feição harmonizadora entre as residências, proibindo a edificação de prédios sem previa apresentação de licença do alvará. Sendo assim concedia o prazo de 12 meses para que os proprietários fizessem os devidos melhoramentos para construção e remodelamento das edificações. Nesta batalha contra a feiura, destacava-se o papel do engenheiro e ou agrimensor municipal e seus fiscais, que tinha o dever de denunciar aos poderes constituídos os prédios que estavam fora das normas (OLIVEIRA, 2007). Um dos principais recursos adotados pela administração, foi a reelaboração do Código de Posturas Municipal. O conteúdo didático desses documentos, assim como o seu caráter normativo, pode ser interpretado como uma cartilha dos costumes da cidade, cuja função era orientar o processo civilizador. A concepção de instrumento capaz de guiar a construção da imagem de cidade, ordenando os espaços e o comportamento de seus usuários, remete diretamente ao estudo de Nobert Elias sobre os manuais de etiquetas como reguladores do comportamento das cortes na Europa (ELIAS, 1994, p. 54).

O poder público por meio do Código de Posturas (1908), aplicava medidas punitivas para quem descuidasse do asseio. Multas, prisões, fechamento de habitações e

estabelecimentos comerciais, eram penalidades impostas para quem não cumprisse as posturas. Os terrenos e quintais imundos podiam tornar-se potencial foco transmissor de doenças. Nesse caso, o poder público estabelecia prazo de trinta dias para que os proprietários limpassem seus terrenos. Os que não cuidassem da limpeza ficariam sujeitos a multa de 50\$000 contos de réis. Ao mesmo tempo em que se procurava demolir aquilo que era inapropriado de existir na área do Centro, aplicavam-se novas exigências arquitetônicas para a construção de prédios modernos. Segundo Jussara Derenji (1984), ao analisar as reformas em Belém, essas regras eliminariam do meio urbano os temidos cortiços e casebres e barracas, pois ao proibir materiais como palha e barro, investiria contra casas térreas, predominantemente nas construções coloniais e obrigava-se a reformar todas as fechadas ao impor normatizações bem específicas a todos a adequar-se à legislação em vigor (DERENJI, 1984).

Apesar de a cidade ter sofrido maiores alterações a partir dos anos de 1908-1913 em diante, em 1915 ainda conservava muito da antiga vila observada pelos viajantes e aventureiros do século XIX, como Henry Walter Bates, Robert Avé-Lallemant ou Louis Agassiz, que por aqui aportaram nas décadas de 1850 e 1860, os quais observaram esse processo de transformação no "rosto" da cidade, imiscuído num projeto de modernização alicerçado em estratégias de exclusão social da pobreza urbana. A cidade ficava circunscrita ao Norte pelo rio Amazonas, a Oeste pelos estreitos caminhos de acesso a Colônia, a Leste pelo lago do Juary, e ao Sul pelas matas e igarapés que ainda resistiam, mas que, aos poucos, iam sendo alterados pelos roçados, sítios e chácaras que acompanhavam a expansão da franja urbana. Os primeiros bairros, portanto, estavam compreendidos nesta área e separados por igarapés, sendo ligados por rudimentares pontes de madeira e constituídos por ruas, becos e caminhos. A cidade comportava quatro núcleos populacionais: o Centro, Iracy, a Colônia e o Juary, até 1920. A distribuição da população, formada por indígenas, portugueses, negros em número reduzido, imigrantes nacionais e estrangeiros espalhava-se por esse recorte espacial que representa a gênese da cidade.

A maior parte da população residia no Centro, onde se concentravam também as principais atividades econômicas e a administração pública, as quais contribuíram para a dinamização dessa área e seu entorno. Entretanto, a economia extrativista propicia à Itacoatiara o alargamento<sup>86</sup> do espaço e a redefinição de sua organização. Pela cidade transitam toneladas

---

<sup>86</sup> Tendo por base o ano 1890 a 1910, temos a construção da antiga residência do juiz Felipe Honorato da Cunha Meninéa (rua Desembargador Mininéa), casa comercial Ezagui & Irmão (rua Quintino Bocaiúva), casa comercial Moysés & Cia. (rua Saldanha Marinho), casa comercial Anglo, conjunto de casas residenciais (rua Saldanha Marinho). Em 1900/1903, sobrado dos Olímpio, prédio comercial Aquilino Barros (rua Quintino Bocaiúva), antiga residência do espanhol Aquilino Barros (avenida 7 de Setembro), prédio comercial Óscar Ramos (rua Quintino

de borracha, cacau, castanha, para a exportação, vindas dos mais distantes seringais, especialmente do Madeira e região, onde também circulavam os mais diferentes tipos de mercadorias e pessoas. E para o acolhimento das transformações urbanas a cidade deve-se apresentar digna da nova função de centro urbano exportador e importador ligado ao comércio internacional. A ideia de projetar a imagem de cidade que se modernizava era a medida que exigia certa pressa e redundou na expropriação de antigos hábitos sociais e na imposição de outros, segundo os padrões vindos de fora.

Segundo Oliveira (2007), a forma de arruamento harmônico e uso do espaço é imposta pelos planos de embelezamento da cidade, na qual o tecido urbano passa a configurar um novo desenho de cidade, contando com novos grupos sociais em suas mais diferentes relações, situações e conflitos. É no decorrer desse processo que Itacoatiara passa a vivenciar a ampliação e remodelação de seu espaço, assim como o aumento de sua população. Como característica, constitui-se como polo de atração de pessoas das mais diversas nacionalidades: ingleses, alemães, portugueses, espanhóis, judeus, árabes, italianos, franceses que se deslocam para a cidade, bem como migrantes de outras regiões do País. É importante esclarecer que a chegada desses contingentes de imigrantes nacionais e estrangeiros foi fator decisivo para a ampliação das atividades no comércio, transportes, meios de comunicação, serviços públicos e atividades inerentes aos serviços urbanos (SANTOS, 1980, p. 87), isso sem contar com os serviços de trabalhadores que abasteciam a cidade com carvão, peixe, frutas e legumes, carne e vísceras de caça, garapa, ou com novos produtos que surgiam pela exigência e imposição de novos costumes: gelo, sorvete, pão, etc., que abasteciam a cidade.

Acompanhando o processo de transformação cidadina, os investimentos vão-se diversificando novas casas comerciais, disponibilizando no mercado os mais diferentes produtos, alguns provenientes da Europa e que atendiam à demanda de uma camada da população representada pelas famílias dos seringalistas, dos comerciantes e de destacados funcionários públicos. Contudo, segundo Mesquita (1997) para que essa modernidade se efetivasse, foi importante a iniciativa governamental em promover as reformas na administração pública nesse período. Para isso, visando fazer funcionar de forma harmoniosa os vários setores da administração pública, assegurando os interesses do Estado e garantindo os direitos políticos e privados dos cidadãos, foram criadas, a partir de 1892, várias repartições,

---

Bocaiúva), prédio da antiga Fábrica de Guaraná, casa comercial de Hilário Antunes, conjunto de residências das famílias de judeus (ruas Adamastor de Figueiredo e Cassiano Secundo), palacete de Manoel Nicandro Martins (avenida 15 de Novembro com a rua Nossa Senhora do Rosário), prédio da antiga Delegacia de Polícia (ruas Álvaro França e Floriano Peixoto) (IPHAN, 2012).

de acordo com a Mensagem do governador Gregório Thaumaturgo de Azevedo, (1891-1892) do Partido Republicano Federal-PRF, publicada em 1891. Entre as repartições, estavam a Diretoria das Obras Públicas, Terras e Estatísticas, que seria responsável pelos serviços de melhoramentos materiais em todo o Estado do Amazonas; a Diretoria dos Negócios do Estado, Justiça e Legislação e da Instrução Pública e Particular; a Diretoria da Agricultura, Comércio e Indústria, Artes e Manufaturas, Imigração e Colonização; e a Diretoria da Polícia e Segurança e Assistência Pública.

O papel dessas repartições era consolidar a constituição das políticas urbanas que deveriam expressar e representar a nova ordem vigente, no sentido de dotar as cidades do interior do Estado dos melhoramentos imprescindíveis para acomodar as transformações urbanas. As obras de melhoramentos passaram a ser discutidas e realizadas pelos poderes públicos, havendo também a intervenção de setores privados que, por meio da concessão do Estado, ou do município, foram responsáveis pela implantação e manutenção de vários serviços, dentre os quais se destacam: iluminação, Mercado Público, Matadouro Municipal, telégrafo e remoção de lixo e abastecimento de água. Por sua vez, no que se refere à cidade de Itacoatiara, de acordo com Silva (1998), as discussões entre o poder público e a iniciativa privada acerca de adaptar a cidade às novas exigências de modernidade já ocorriam havia algum tempo dentro das atribuições do Conselho Municipal. Estando a questão da modernização, organização e embelezamento da cidade diretamente ligada à necessidade de higienização, o serviço de abastecimento da cidade impunha-se como indicador de grande valor em projetos de aparelhamento urbano.

Porém, a ação do poder municipal nas áreas de abastecimento, como Mercado e Matadouro, não passa apenas pela questão da saúde da população, mas denota toda a ação especulativa, na medida em que a maior fonte de receita do município é constituída pelos recolhimentos de impostos feitos no Mercado e Matadouro. A partir de 1909, para a administração do superintendente Cel. João Pereira Barbosa (1908-1910), o problema do abastecimento está diretamente ligado à necessidade de construção definitiva do Mercado Municipal, já que as antigas instalações<sup>87</sup> não mais correspondiam ao fim a que foram destinadas, prejudicando, desta forma, o atendimento à crescente população. O Mercado Municipal (Mercadão) teve as suas obras iniciadas em 1909 e concluídas em 23 de maio de

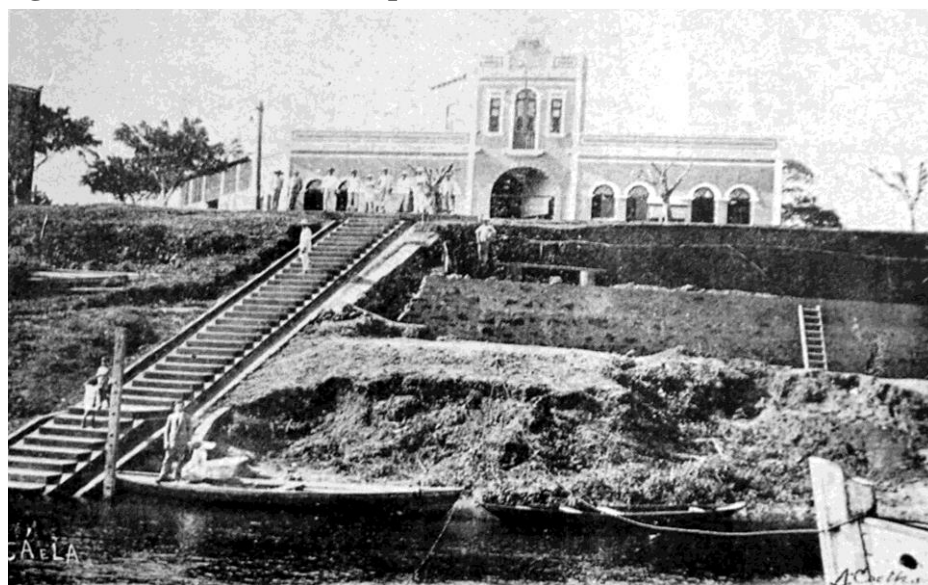
---

<sup>87</sup> Anterior à construção do Mercado, existia um grande barracão de madeira na praça 13 de Maio, atual Praça da Matriz, para onde a população recorria quando da compra de carnes, peixes ou víveres das mais diversas espécies (Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Itacoatiara pelo Superintendente João Pereira Barbosa, em 15 de dezembro de 1909).



1913 na administração do Superintendente Manoel Joaquim da Costa Pinheiro (1910-1913). Veio substituir o anterior, existente na Praça 13 de Maio (praça da Matriz), sendo construído quando a população da cidade era pouco densa. Assim, satisfazia todas as condições de higiene, inclusive havendo inspeção regular para manutenção do padrão mínimo de salubridade.

**Figura 38 - Mercado Municipal de Itacoatiara (1928)**



Fonte: PÉREZ, Isaac José. 1928, p. 18.

O Mercado Municipal de Itacoatiara-MMI, foi construído estrategicamente em local de destaque, voltado para o rio Amazonas, no quarteirão entre as ruas 15 de novembro e Fileto Pires. De acordo com Frank Queiroz Chaves (2014), tinha arquitetura neoclássica, e obedecia às regras das construções modernas para a época, sendo a cobertura feita com telhas do tipo *marselhesa* que foram fixadas sobre estruturas metálicas importada, e a sua área total compreendia 875 m<sup>2</sup> com compartimento central destinado a talhos e aparadores, numa superfície de 336 m<sup>2</sup>. Possuía 16 salas internas e o sistema de ventilação e iluminação funcionava com grandes janelas ornamentadas em vidro e imensas portas dispostas para os quatro lados de acesso ao prédio. Apresentava ainda, o segundo pavimento de curta dimensão, que ficava localizado sobre o portal da entrada, dando continuidade a fachada frontal, local onde funcionava a administração.

Todo o edifício era aparelhado higienicamente, e abrigava internamente um conjunto de outros pequenos empreendimentos comerciais, que complementavam as necessidades básicas da população a época. Os seus frequentadores encontravam no mercado: carnes, peixes, galinha, quelônio, ovo, doce, garapa, pão, mixira, essências medicinais, óleos

de andiroba e copaíba e ainda tinha espaço para atualizar as conversas e tomar café, mungunzá, tacacá entre outras iguarias. A edificação assim satisfazia as necessidades da população, que de certo modo, incorporava-o ao seu modo de vida. O construtor da obra foi Antônio Tavares Retto<sup>88</sup> que projetou amplos passeios que serviam para garantir a melhor circulação de consumidores e mercadorias. As peças metálicas existentes na estrutura do mercado é o ponto relevante, pois reflete a modernidade empregada nesta construção. Esse tipo de material, presente nas obras monumentais das cidades, era fruto dos avanços da ciência e da técnica, cada vez mais utilizados na engenharia civil. Embora fazendo análise dos novos materiais empregados nas construções em grandes cidades, Sandra Pessavento (1997), observa:

O ferro foi invadindo a técnica de construção no século XIX, presente nas estações ferroviárias, **nos mercados**, nas usinas (...) Misturando a força com a leveza, a resistência com a transparência, a arquitetura do ferro sem dúvida marcava a separação de duas épocas. Ela se associava aos novos tempos da indústria, do vapor, da eletricidade, do capitalismo triunfante (PESSAVENTO, 1997, p. 179).

Embasado nesta perspectiva, faz-se postular que é dos espaços de sociabilidade e de encontro que se desempenha a vitalidade urbana, uma noção tão cara aos espaços públicos das cidades na contemporaneidade. Este aspecto singular dos lugares de mercado favorece a vitalidade e a diversidade socioeconômica de seus respectivos ambientes urbanos envolventes, podendo configurá-los como potenciais representantes simbólicos a época para a cidade de Itacoatiara.

Por sua vez, para Silva (1998), o Matadouro Público Municipal-MPM iniciou sua construção 1918 na administração do Superintendente João da Paz Serudo Martins (1916-1919) tendo sido inaugurado em 1.º de fevereiro de 1920 na gestão do superintendente Francisco Olímpio de Oliveira (1919-1922), cuja solenidade de inauguração contou com a presença de expressivas figuras do mundo político e social, tanto da cidade como da capital do Estado, inclusive com a presença do representante do governador Pedro de Alcântara Bacellar (1917-1921), e encerrou-se à noite com a realização de um concerto musical. O construtor e, mais tarde, seu arrendatário-concessionário foi Euclides de Figueiredo Dias, e localiza-se na periferia da cidade, próximo à área de várzea que deságua no igarapé do Ventura, sua posição distava muito do Centro cidade. Prédio de construção simples, mas elegante e cheio de detalhes:

---

<sup>88</sup> Antonio Retto foi construtor civil, e veio de Portugal para trabalhar nas obras do Teatro Amazonas. Depois do fim da obra, estabeleceu-se em Itacoatiara, e a partir desse momento, foi responsável por diversas obras de grande porte. Isso deixa evidente o compartilhamento das técnicas construtivas e mão de obra especializada entre as cidades de Itacoatiara e Manaus no início do século XX (CHAVES, 2014).

paredes trabalhadas em adobe, pedra, cimento e cal; vigamento superior, suporte de cobertura de ferro, importado de Liverpool; telha utilizada na cobertura, tipo marseilha; pavimento de mosaicos alvinegros produzidos na Colônia Agroindustrial Itacoatiara.

**Figura 39 - Matadouro Municipal de Itacoatiara (1927)**



Fonte: PÉREZ, Isaac José. 1927, p. 28.

Silva (1998) afiança que desde sua inauguração em 1920 o Matadouro Público de Itacoatiara passou à direção de Euclides de Figueiredo Dias. Este originário do estado de Pernambuco, respondia também pela empresa L. Dias & Irmãos, que daí em diante estabeleceu parceria comercial com a Associação de Marchantes de Itacoatiara-AMI. L. Dias & Irmãos pertencia ao mesmo grupo da Empresa Cinematográfica Theodoro Dias & Cia., a qual, nessa mesma época, instalara um cinematógrafo no Teatro Cinco de Setembro que desde 1914 funcionava no Centro da cidade oferecendo entretenimento a população que podia pagar para assistir filmes. A concessão do Matadouro Municipal a L. Dias & Irmãos ainda duraria 20 anos. Quatro anos após a inauguração do Matadouro, chega em 1924 a Itacoatiara o cientista francês Émile Brumpt, professor catedrático de parasitologia da Faculdade de Medicina de Paris e membro honorário da Sociedade Americana de Parasitologia. Veio para a Amazônia em pesquisa sobre a investigação da malária, leishmaniose e doença de Chagas. O sábio francês visitou protocolarmente o Matadouro Municipal, sendo acompanhado pelo cientista, naquele momento residente em Itacoatiara, Manoel Nunes Pereira<sup>89</sup> (1891-1985).

<sup>89</sup> Manuel Nunes Pereira era maranhense, nasceu em São Luís do Maranhão em 26 de junho de 1893 e faleceu no Rio de Janeiro em 26 de fevereiro de 1985. Veio cedo para o Amazonas e foi um dos fundadores da Academia Amazonense de Letras-AAL. Dedicou sua vida produtiva de intelectual, antropólogo, etnólogo e biólogo à região Amazônica, a qual vivenciou por mais de quarenta anos, a partir do ano de 1918. Representava bem o homem brasileiro: branco, preto e índio. Ele mesmo dizia ter “os cabelos do português, as feições do índio e o tom de pele mulato herdado de sua mãe”. Seu enorme repertório engraçadíssimo de episódios e de anotações de raro valor científico, usadas em seus trabalhos, decorreram de longos períodos de convivência com os indígenas,

Segundo Silva (1998), Manoel Nunes Pereira era comissionado pelo Ministério da Agricultura desde 1918, e nesse período começou a viajar como profissional pelo interior da Amazônia. Em uma de suas viagens pelo Amajari e Autazes, veio a conhecer Francisco Olympio de Oliveira. Este, assim que assumiu como superintendente em Itacoatiara no ano de 1920, nomeou-o para servir como inspetor veterinário do Município. Graças à sua interferência, Olympio promulgou a Lei nº 334, de 24 de março de 1920, criando o Serviço Municipal de Estatística da Indústria Pecuária-SMEIP para regulamentar as atividades do campo, estabelecer os direitos e deveres dos criadores e facilitar o trabalho do inspetor veterinário dando poderes para o andamento das fiscalizações periódicas às fazendas da região. As atividades do setor ganharam eficiência e se distinguiam pela organização. Os serviços de coleta e venda dos produtos pecuários, oriundos das fazendas no entorno da cidade, especialmente a produção de leite e a carne. O abate de gado no Matadouro e a distribuição de carne aos consumidores tinham o acompanhamento do SMEIP que regularmente vistoriava suas instalações, e entre as demais exigências impostas ao poder público pela SMEIP foram a compra da caldeira a vapor e os tachos de cobre utilizados para escaldar miúdos do gado abatido que foram adquiridos no exterior.

Embora o esforço do poder público para adequar-se as normas vigentes, podemos confirmar que o Matadouro Municipal foi erguido às margens do Igarapé do Ventura (Poranga)<sup>90</sup> justamente para que os dejetos fossem direcionados para esse curso d'água, que servia de depósito de carcaças de animais mortos e para onde eram direcionados o esgoto, tornando-se rapidamente parte da área, ambiente fétido, cujas águas em pouco tempo tornaram-se inapropriadas ao consumo humano, à pescaria e um dos principais entretenimentos da população: o banho de rio. A exploração do serviço de abastecimento da cidade, em se tratando do Mercado Municipal e do Matadouro Público, foi desenvolvida pela ação de arrendatários. Esta ação foi bastante ampla, uma vez que, os arrendatários tornaram-se os executores das obras de construção ou reforma que o poder público municipal não se sentia capaz de executar. Por meio dos contratos de arrendamento do Mercado e Matadouro, podemos avaliar quanto o poder do capital particular interferiu no processo de organização, modernização, higienização e controle do espaço público de Itacoatiara.

---

alimentando-se e procedendo como um deles. Escreveu inúmeras obras sendo intelectual conhecido no Brasil e exterior (PORTO, 1993).

<sup>90</sup> De acordo com o artigo 5.º da Lei n. 298, de 23.10.1917, a área urbana estava compreendida começando do rio Amazonas à rua Eduardo Ribeiro e da rua Ocidental do Juary à avenida 15 de Novembro, e a suburbana, da rua Eduardo Ribeiro à rua Urucará, ao Norte; da rua Ocidental do Juary, a Leste; e todo o bairro da Colônia, a partir da avenida 15 de Novembro, a Oeste. Portanto, o igarapé do Ventura e toda a área alagada da Poranga situavam-se na zona suburbana até o ano de 1920 (cf. DIÁRIO OFICIAL de 25.jan.1918).

A política de arrendamento desenvolvida pela municipalidade, em relação aos serviços de abastecimento, trouxe alguns problemas para a população pobre da cidade, não só aos consumidores, como também aos trabalhadores que exerciam atividades diretamente ligadas ao abastecimento do Mercado e Matadouro. Exemplo disso foram o aumento das taxas de aluguéis de pequenas bancas e o aumento do preço de gêneros alimentícios de primeira necessidade, medidas tomadas pelos arrendatários como forma de auferir seus lucros, o que prejudicou diretamente a camada mais pobre da população. Podem-se avaliar as consequências dessas medidas pelas manifestações de descontentamento expressas nas reclamações e queixas contidas nos jornais<sup>91</sup> da época, principalmente pela elevação da taxa de impostos para a colocação de produtos no Mercado, repercutindo, desta forma, para o desabastecimento de carnes, legumes e especialmente peixes, produtos imprescindíveis na alimentação da população local.

Isso mostra que a população de baixa renda não participou com vantagens dos lucros alcançados pela modernização da cidade, pois a riqueza concentrou-se na mão de poucos. Portanto, para a compreensão do significado da modernização do espaço urbano da cidade de Itacoatiara, é preciso não isolá-la do contexto maior, e nesse caso do processo de expansão do capitalismo, no qual a Amazônia se inseria como região periférica, fornecedora de matéria-prima. Porém, para compreender detalhadamente os principais aspectos desta modernidade se faz necessário observarmos o planejamento urbano desenvolvido na gestão do prefeito Isaac Jose Perez, o qual analisaremos a seguir.

### **3.3 O Plano de modernização de Isaac José Péres**

Os diferentes grupos de imigrantes judeus que desembarcaram na Amazônia a partir de 1810, trouxeram visões do mundo que se inscreviam em diferentes matizes, como ideias socialistas, liberais, anarquistas, nacionalistas, sionistas e assimilacionistas, entre outras. Voltados para o judaísmo, esses grupos possuíam divergências ideológicas e culturais, inscrevendo seus projetos coletivo ou individual em diferentes concepções políticas. Assim, classificá-los como sistemas ideológicos<sup>92</sup> e/ou movimentos políticos não significa deixar de lado seu viés cultural, pois não podemos compreender esse engajamento apenas como ideologia

---

<sup>91</sup> Correio de Serpa, Itacoatiara, 1.º de janeiro de 1922, Ano I, n. 01.

<sup>92</sup> Considera-se aqui ideologia como proposta e visões do mundo formadas por um conjunto de ideias. “Os sistemas ideológicos não se inventam, existem difusos, aflorando na consciência dos homens”, são elaborados “na memória dos homens, intrinsecamente, através de uma lenta evolução, imperceptível, mas cujos efeitos se descobrem de longe em longe, efeitos que no conjunto se deslocam e que podemos reconstruir” (DUBY, 1994, p. 80).

ou forma de política, precisamos considerá-los também como fenômeno cultural. Bartel (2012), cita que um importante exemplo do movimento político judeu no Brasil, foi o projeto sionista que desde 1901 foi liderado por judeus radicados no norte do país, especialmente: Belém, Manaus, Itacoatiara e Manicoré<sup>93</sup>.

De Manicoré no rio Madeira um grupo sionista formado por judeus sefarditas, por intermédio de Moyses Cohen, correspondeu-se com Max Nordau e também fundou uma sociedade sionista denominada *Ohabe Sion*. Em 1902 informava a Max Nordau sobre a arrecadação de dinheiro para doação ao Fundo Nacional Sionista. Na *Central Archives Zionist* de Jerusalém em Israel encontra-se uma correspondência, datada de 03 de abril de 1901. Da Agremiação Sionista *Ohabe Sion*, de Manicoré, a missiva é dirigida a Organização Sionista Mundial (MILIGRAM, 1994, p. 623, FALBEL, 2005, p. 44). Desse movimento pioneiro ocorrido na Amazônia despontou como principal nome: David José Pérez.

De acordo com os estudos de Liberman (1989), Falbel (2005) e Bartel (2012), podemos afirmar seguramente que o advogado David José Pérez, foi durante muitos anos, o elo intelectual e espiritual entre os judeus do Norte e do Centro-Sul do Brasil. Este nasceu em 1º de março de 1883 na cidade de Breves-PA, e faleceu no Rio de Janeiro no ano de 1970. Era filho de Joseph Perez e Da. Cotta Mhaudy Perez, ambos imigrantes marroquinos. Casou-se com Da. Clementina do Monte Moreira, de tradicional família alagoana, e teve um filho, Abner Perez. cursou o fundamental em Itacoatiara e Gurupá-PA, e depois da morte de sua mãe, em 1893, acompanhou o pai, que voltou para o Tanger no Marrocos, onde veio cursar o ensino médio na *Alliance Israelite Universelle*, instituição escolar de origem francesa. Após o segundo casamento do pai no Marrocos, David Pérez retorna a Amazônia (FALBEL 2005).

Segundo Malveira (1983), iniciou sua vida profissional em Breves-PA trabalhando no comércio local, mas suas aspirações mais amplas fizeram-no migrar para o Rio de Janeiro à época capital federal, onde empregou-se durante algum tempo numa papelaria. No Rio de Janeiro em 1916 formou-se em direito, tendo a vida ligada ao magistério, jornalismo e literatura. Como professor, lecionou em diversos colégios e universidades, seguindo carreira no Colégio D. Pedro II e na antiga Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, ministrando as mais variadas disciplinas, entre as quais: Latim, Francês, Espanhol, Inglês, Grego, Português, Sociologia, Filosofia, História, Geografia, Direito e Literatura. Concorreu a cátedra de latim com a tese ‘Influencias do Hebraico no Latim’ e a cátedra de Espanhol com a tese ‘Leis de Formação da Língua Castelhana’ ambas no Colégio

---

<sup>93</sup> Miligram informa a organização de uma pequena comunidade judaica na cidade de Manicoré que se correspondia com alguns nomes do Sionismo internacional como Max Nordau (MILIGRAM, 1994, p. 663).

D. Pedro II, merecendo altos elogios de Raymundo de Moraes, membro titular da *Societé Americanistre* de Paris. Dentro da comunidade judaica foi membro ativo da Sinagoga União Israelita *Shell Guemilut Hassadim* do Rio de Janeiro.

**Figura 40 - David José Pérez: Professor do Colégio D. Pedro II (1949)**



Fonte: FALBEL, Nachman. 2005, p. 40.

Segundo Liberman (1989), na sua trajetória como líder do movimento sionista viajava pelo país difundindo as ideias em reuniões e proferindo palestras nas mais diversas instituições. Porém Perez não poupou críticas aos judeus do Brasil e diz que tomou a posição de aqui lutar em favor do Sionismo a fim de:

[...] despertar o indiferentismo pecaminoso em que vive o judaísmo brasileiro, vivendo egoisticamente encerrado nos estreitos limites dos seus interesses pessoais [...] (o imperativo para ele passou a ser então) fazer entender os judeus do Brasil de que só uma solução existia para mudar o destino adverso do povo judeu (a criação do Estado Nacional Israelense) (A COLUMNNA, n 04, ano I, 07-04-1916, p. 45).

Liberman (1989) finaliza dizendo que Davi Pérez lutou toda a sua vida tentando mostrar a importância da integração entre os judeus como fator de proteção contra toda forma de discriminação de que porventura fossem alvos. Citando a publicação, num jornal de língua estrangeira cujo nome omite, contendo nota que ridiculariza os israelenses, declarava que fatos como esse ocorreriam frequentemente entre “gente de todas as raças e seitas e, segundo ele, poderiam ser evitados se estivesse a comunidade organizada para sua própria defesa” (LIBERMAN, 1989). Lamentava as consequências da guerra, mas sempre acreditou no seu trabalho pela reconstrução da nação judaica. Seu sonho de ver a criação do Estado Judeu veio a efetivar-se oficialmente em 14 de maio de 1948. A criação de Israel baseou-se numa resolução aprovada um ano antes na Organização das Nações Unidas (ONU) e que previa a divisão do então território da Palestina em dois estados: um árabe e um judeu. Para que esse acontecimento

ocorresse atuou decisivamente o diplomata brasileiro Osvaldo Aranha<sup>94</sup>, que presidiu a Assembleia Geral, e foi um dos principais artífices na articulação política junto aos países que aderiram a tal resolução, especialmente Estados Unidos e Rússia (BARTEL, 2012).

A peculiar postura laica de David Pérez, deve-se a sua abrangente formação universal por intermédio do estudo da história judaica e sua identificação com o nacionalismo contemporâneo representado pelo movimento Sionista. Tal ideologia não era largamente difundida na África do Norte, se podemos generalizar, ou mesmo no Marrocos, ainda que o sionismo e o nacionalismo tenham penetrado e se organizado em associações que atraíam parte da nova geração que frequentavam as escolas da Aliança Israelita Universal. A atmosfera comum reinante em uma família marroquina era a do judaísmo tradicional voltado ao culto sinagoga e aos costumes religiosos, e podemos crer que David Pérez a tenha vivenciado desde a infância, enquanto esteve junto aos seus pais e familiares. As memórias dos imigrantes marroquinos na Amazônia apontam para o modelo de comportamento regido pela tradição religiosa que se manifesta nos hábitos do cotidiano, abrangendo todo o ciclo da vida, as festividades e o mundo das crenças (BENCHIMOL, 1999). Malveira (1983), salienta que, ao abandonar a célula familiar na Amazônia e transferir-se para o Rio de Janeiro para completar seus estudos, e logo após ingressar na faculdade de direito da antiga Universidade do Brasil, Davi Pérez pôde entrar em contato com a vida universitária carioca, naquele tempo o centro da vida política e cultural do país.

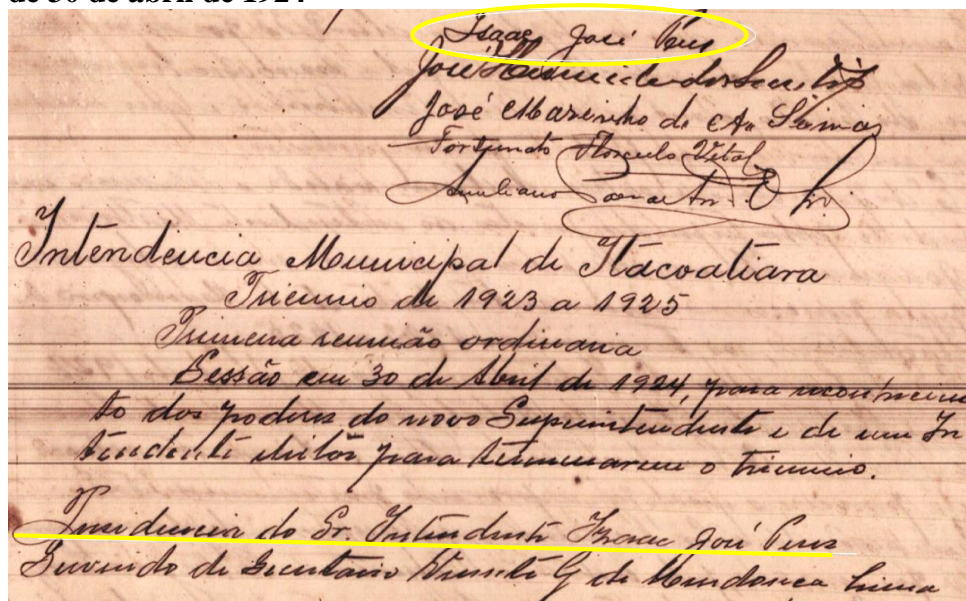
E não é só isso, a vocação política da família Pérez também incentivaria seu irmão mais velho Isaac José Pérez que ficara em Itacoatiara, e que também teria papel destacado como político nesta cidade. A carreira política de Isaac Pérez inicia em 1921 com a assunção ao posto de Presidente da Associação Comercial de Itacoatiara-ACI, entidade de classe aglutinadora dos interesses do comercial local. Depois em 1923 foi eleito como intendente para o triênio 1923-1925 como atesta a ata da sessão de 30 de abril de 1924 a qual traz a informação de que neste mesmo ano de 1924 assumia a Presidência da Intendência Municipal de Itacoatiara.

---

<sup>94</sup> Entre 1918 e 1926, Eliezer Levy, atuou como advogado no escritório de Francisco Jucá Filho, Procurador Geral da República e de Álvaro Adolfo da Silveira, deputado estadual e chefe do partido Conservador do Pará. Sua amizade com os colegas de trabalho teria futuramente importância decisiva na posição brasileira durante a votação na ONU para a criação do Estado de Israel. Ao filiar-se ao PSD, conseguiu eleger o amigo e advogado Álvaro Adolfo da Silveira, senador da República por este partido. Este foi assessor político de Osvaldo Aranha na ONU, no momento em que foi votada a criação do Estado de Israel. Osvaldo Aranha que presidiu a sessão, sabia muito sobre a realidade da Palestina, porque o assessor era um especialista no assunto, herança das conversas com Eliezer Levy no velho escritório da rua 13 de maio em Belém, onde chegara a discutir temas sobre a criação de Israel. Álvaro Adolfo, como coordenador na histórica votação da ONU, convenceu Aranha a adiar a votação enquanto convencia três (03) votos contrários a criação do Estado de Israel (FALBEL, 2008).



**Figura 41 - Ata da Intendência Municipal de Itacoatiara redigida na Sessão de 30 de abril de 1924**



Fonte: Arquivo Público Municipal de Itacoatiara-APMI. Caixa número 14, ano 1924.

Esse cargo seria de suma importância para sua visibilidade política, pelo fato de que a nova função seria fortalecida pelo acúmulo de poder dado as Intendências de todo país por força do Decreto Federal nº 50-A, de 07 de dezembro 1889, que concedia as Intendências a prerrogativa de “ordenar e fazer executar todas as obras do município, e prover sobretudo quanto diz respeito a polícia administrativa e economia do município”. Além disso, dava a Intendência o poder de legislar, sem a necessidade de aprovação das leis por parte da Assembleia Estadual, como antes fazia as Câmaras no regime Imperial. O Decreto nº 50-A, ampliava ainda mais o poder da Intendência pois ela detinha a prerrogativa de julgar as contravenções das posturas municipais. Em princípio parecia não ser conveniente a acumulação de funções administrativas, jurídicas e legislativas concedida a Intendência. Porém, analisando o conjunto dos artigos do Decreto acima referido, sobretudo os Arts. 3º, 4º, 5º percebemos que o Conselho da Intendência presidido por Isaac José Pérez detinha em suas mãos a conjuntura dos três poderes.

Segundo Santos (2012), com a formação dos Conselhos Municipais da Intendência, o povo era esquecido e tudo passava a ser feito pelo governo estadual que excluindo os legítimos representantes municipais, dava-lhes por sucessores agentes de sua confiança exclusiva sem um mínimo de apoio aos desejos dos cidadãos. No entanto, o governo do estado reservava-se ao direito de restringir, ampliar ou suprimir quaisquer das atribuições confiadas ao Conselho da Intendência. Além disso cabia ao chefe do executivo estadual dissolver a qualquer momento,

com o argumento de zelar pelo bem público do município, o dito Conselho. Portanto todas as atividades, obras, benfeitorias realizadas pela municipalidade não seria alheia a autoridade do governo do Estado. Ou seja, se por um lado ampliava-se as atribuições da Intendência de outro o Conselho Municipal não faria nada sem a anuência do governador.

Silva (1997), afiança que no período de Isaac Pérez, o perfil profissional da edilidade que formava a Intendência de Itacoatiara, era constituído principalmente por comerciantes, funcionários públicos e militares da Guarda Nacional. A trajetória política de Isaac José Pérez demonstra, a princípio, que seu poder foi construído no contexto da conjuntura local. Como comerciante interessava-se pelos destinos da cidade, pois este conhecia bem as necessidades da população, bem como, a realidade social, desde sua incursão, ainda jovem, pelos distritos, da região do rio Autaz como regatão. Portanto conheceu antes de adentrar ao mundo político aquilo que para maioria das autoridades locais era de quase completo desconhecimento.

Além disso, do ponto de vista da sua aceitabilidade social por parte da elite local como observa Lima (2012), à medida que os números relacionados à produção e à comercialização extrativista cresciam, destaca-se, nesse período, a necessidade de agregar pessoas gabaritadas para determinadas funções, como, por exemplo, para a ocupação de cargos públicos, pois havia, decerto, a necessidade de mão de obra qualificada e, na sua ausência, havia a ascensão de profissionais de fora do Estado do Amazonas, que eram necessários para dar suporte a tal engrenagem. Passado o primeiro momento da implantação da República, as funções públicas foram, em grande parte, desfrutadas pelos grupos que açambarcavam uma gama de partidários que ora se uniam, ora se digladiavam na arena política. As idas e vindas desses grupos ocorreram durante toda a Primeira República entre várias facções, especialmente entre os Nery e os Sá Peixoto contra os Bittencourt, na primeira década do século 20; a facção Antony contra a Pedrosa, na segunda década; e Bacellar e Rego Monteiro contra Nery e Antony, a partir da década de 1920. Não obstante, isso implica relacionar o porquê de, na República Velha, as principais facções e seus partidários serem identificados como pedrosistas, nerystas, sapeixotistas, pennistas, guerristas, bittencouristas, monteiristas, entre outros (LIMA, 2012, p. 53).

Ainda para Lima (2012), no Estado do Amazonas, o Partido Republicano contava com Efigênio Ferreira de Sales, Leopoldo Tavares da Cunha Melo, Antonio de Souza, Alcides Bahia, João Huscar de Figueiredo, Franklin Washington de Araújo Lima, Caio de Campos Valadares, Linhares de Albuquerque, Lobato Farias, Silvério José Nery, Turiano Meira, Leopoldo Peres, Raimundo Moraes, Aristides Rocha, José Francisco de Araújo Lima,

Waldemar Pedrosa, Antônio Palhano e José Victor que estavam direta ou indiretamente ligados ao partido e ao governo do Estado. O governador era Dorval Pires Porto, fruto de uma aliança que se iniciou em 12 de março de 1925, na gestão do interventor Alfredo Sá, que coligou as facções Nery, Guerreiro Antony, Dorval Porto, Efigênio Salles e Monteiro de Souza, determinando assim, o novo quadro político composto por novas e velhas oligarquias a partir de 1925. Depois da interventoria de Alfredo Sá, em 1925, o grupo Rego Monteiro não mais voltou ao poder; contudo, os grupos de Efigênio Sales, Silvério Nery e Dorval Porto se realocaram, não oferecendo saída administrativa para a crise iniciada com o fim do interesse estrangeiro pelo cultivo do látex na região.

Foi em meio a essa conjuntura política que aparece a figura de Isaac José Pérez. Primeiro a frente da Intendência no triênio 1923-1925, momento em que cresceu como figura pública ao lado dos intendentess: Fortunato Flosculo Vital, Jose Marinho de Lima, Aureliano Fernandes e Jose Hermida. O mandato de Isaac Perez a frente da Intendência duraria até sua nomeação pelo governador Efigênio Ferreira de Salles (1926-1930) em 1926 para assumir a Superintendência Municipal. Desse período em diante podemos confirmar que o prosseguimento das políticas de estruturação urbana, higienização, arborização e embelezamento ganham impulso. Encarnando o ideal de progresso e prosperidade, mesmo em plena decadência da produção extrativista, e aproveitando a anuência do governo do Estado, Isaac José Péres deu início ao ambicioso projeto de transformação da cidade. Completou obras de administrações anteriores e ainda implementou pacote de medidas e projetos para equipar e embelezar o espaço citadino, contribuindo para a regularidade do desenho da planta de situação urbana (PEREZ, 1926).

**Figura 42 - Gabinete Isaac José Pérez (1928)**



Fonte: PÉREZ, 1928, p. 18.

Deste modo, entre as primeiras mudanças foi a readequação do Código de Postura Municipal o último instituído por meio da Lei 298, de 23.10.1918 que dava prioridade principalmente às regras sobre os alinhamentos das edificações e atuava, sobretudo, nos aspectos externos das construções, sendo rígidos no que se referia às normas sobre as fachadas que davam para a rua. Neles não havia nada que normatizasse o desenho interno das construções a não ser o pé-direito, que refletia suas dimensões na fachada. No mais, dentro das casas e quintais, cada proprietário tinha total liberdade na construção. Além disso, a falta de normas também sobre as condições higiênicas decorria em inúmeros problemas urbanos, muitos deles causados pelo hábito de se jogar lixo na rua (A EPOCHA, 1918).

No entanto, tais medidas para combater essas posturas anti-higiênicas de transformação urbana empreendidas por Isaac Pérez, tornaram-se a marca definitiva dessa administração, sendo destaque a partir de seus Relatórios<sup>95</sup>: iluminação pública elétrica, aquisição de prédios para acomodar repartições públicas, alargamento e prolongamento da avenida Conselheiro Ruy Barbosa (atual avenida Parque), arborização e colocação de placas de sinalização nas demais ruas, reorganização da simetria da cidade, construção da nova rampa da rua Quintino Bocaiúva, aquisição do posto de Profilaxia Rural, construção da Capela Cemitério Espírito Santo, reconstrução da Ponte do Jauary, construção da escadaria do Mercado Público, compra do carro fúnebre, entre outros melhoramentos de menor expressividade, mas que atestam a emergência de modernidade que se construía (PÉREZ, 1928, 1929). A transformação da aldeia em cidade que se modernizava representa a destruição de todo e qualquer vestígio que lembre Itacoatiara como a antiga vila de Serpa. No entanto, para que isso fosse possível, a cidade deveria passar pelo processo de transformação que exigia o ordenamento do espaço urbano, o disciplinamento de seu uso, o emprego de instrumentos de controle que regulassem a nova vida cidadina, passando pelo sepultamento de saberes indígenas e a imposição de novos.

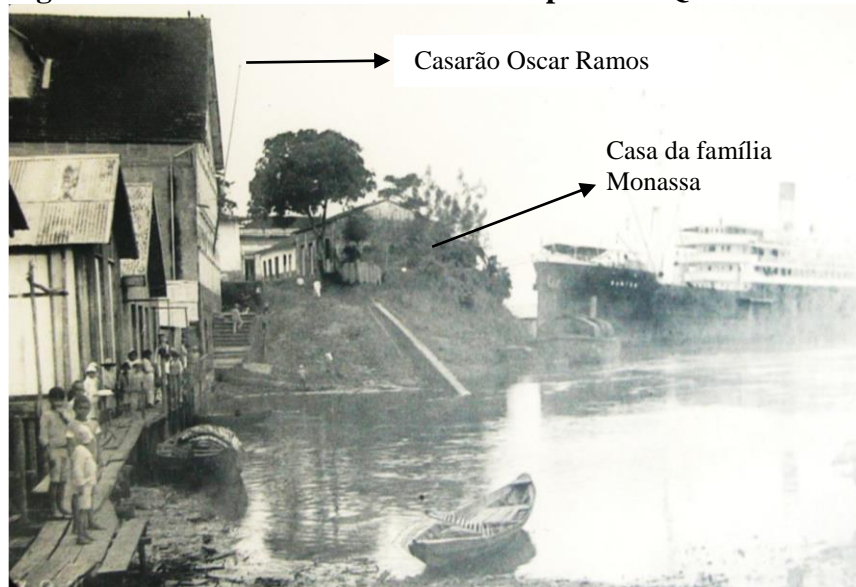
O processo de mudanças foi rápido no período de Isaac José Péres, graças à maior atenção recebida pelo governo estadual, a experiência administrativa ligada ao comércio e a habilidade política com que teve de lidar para a liberação de verbas junto à Intendência Municipal. A lógica dessa administração é a de que as pessoas, ao fazerem seus investimentos, preferem fazê-lo em ruas bem pavimentadas e sinalizadas, com abundância de iluminação, onde houvesse legislação compatível ao acolhimento desses investimentos, de forma que o lucro auferido desses empreendimentos seria qualificado como altamente positivo, e não demoraria a dar retorno. Ao buscar-se a imagem da cidade de acordo com as obras públicas do período

---

<sup>95</sup> O Superintendente Isaac Jose Perez publicou 05 relatórios, contendo fotografia de obras e anexos com prestação de contas encaminhadas a Intendência, um para cada ano de mandato (PEREZ, 1927).

Isaac Pérez, constata-se que este demonstrava preocupações quanto ao planejamento urbano, especialmente quando sugeriu e implementou medidas estruturais para ordenar o crescimento da área urbana, evitando a manutenção dos traços orgânicos que marcavam o traçado original da cidade. Antes dessa administração, o bairro do Centro, era composto por poucas ruas, em geral curtas e irregulares. A topografia da cidade era bastante acidentada com colinas tabuliformes e ladeiras com média e pequena declividade. As casas erguiam-se sem muita regularidade sobre essas colinas ou espalhavam-se nos limites desenhados pela sinuosidade dos igarapés, aningais e lagos que serpenteavam pela cidade e determinavam sua extensão.

**Figura 43 – Declividade da rua da Rampa atual Quintino Bocaiuva (1910)**



Fonte: Acervo Galeria de Artes Terezinha Peixoto. Itacoatiara (1910).

Segundo Oliveira (2007), um dos objetivos centrais dessas mudanças foi a instalação dos serviços públicos e as obras de melhoramentos urbanos, para atender a padrão de modernidade, que implicava uma série de intervenções. As obras públicas ganhavam maior importância no processo de modernização e, muitas vezes, exigiram o redimensionamento do espaço urbano. Substituíam-se o antigo traçado provinciano, definido por tímidas linhas curvas e irregulares, por um desenho de concepção e aparência racional, marcado por linhas retas e traçado com regularidade. A realização de grande parte das obras do período Isaac Pérez era requisitada como necessidade essencial, para estabelecer o novo padrão de civilização que se pretendia adotar. Dentre as obras necessárias, destacam-se, o nivelamento de aterros, o alargamento de ruas, o calçamento de vias, a instalação de serviços de iluminação pública, a aquisição de prédios particulares para acomodar as repartições, construções de pontes, ajardinamento e emplacamento de praças e ruas (PÉREZ, 1929, p. 5-16). A transformação

urbana em Itacoatiara provocou drástica mudança na visualidade da cidade, mas não eliminou algumas referências, como o próprio traçado do Centro, Iracy as estruturas da Colônia e do Jauary, assim como de suas construções. Apesar da reformulação do espaço, resistiam alguns elementos de outros tempos da cidade, muito embora esses elementos fossem ressignificados e ganhassem novo sentimento dentro da modernidade que se apresentava. Dentre as referências de outras épocas, pode-se apontar também a persistência de algumas edificações, como os prédios da Matriz, Matadouro, Mercado Municipal, Superintendência, Intendência, inúmeras construções particulares e comerciais, as estruturas das fábricas e casas da Colônia, as moradias que causaram a tímida expansão do Jauary.

Porém o poder público procurava projetar para o tecido urbano de Itacoatiara a imagem de cidade que estava modernizando-se, com características européia, que correspondessem aos interesses das elites e autoridades itacoatiarenses. Nesse caso, ela deveria ser limpa, saneada e constituída por população de hábitos e costumes de cidade moderna, acompanhando os modos de vida dos grandes centros como Manaus, Belém, que seriam bons exemplos a serem seguidos. Para a realização de tal política urbana que deveria embelezar, sanear e policiar, Isaac Pérez iniciou a proposta de modernização do perímetro urbano do Centro. Para Silva (1998), desses melhoramentos podemos dizer que o fornecimento de energia elétrica causou impacto significativo para o Centro da cidade, região prontamente beneficiada que não dependeu mais do deficiente serviço de iluminação à lampiões.

A Superintendência Municipal na tentativa de garantir um sistema eficiente de iluminação elétrica adquiriu uma Usina Elétrica com recursos do governo do Estado. Em 29 de fevereiro de 1929 o governador Efigênio Ferreira de Sales e numerosa comitiva composta pelos senadores Aristides Rocha e Silverio Nery, os deputados federais Dorval Porto e Jorge de Moraes, prefeito de Manaus Araújo Lima, os desembargadores Sá Peixoto e Raul da Matta, do Diretor Geral da Instrução Pública professor Agnello Bitencourt, entre muitos outros, inauguraram as instalações da primeira Usina Elétrica de Itacoatiara (cf. DIÁRIO OFICIAL DO AMAZONAS DE 06-jan-1928).

Silva (1998) revela que a comitiva governamental saiu de Manaus, a bordo do vapor fluvial Inca, da *Amazon River* no dia 23.02.1928, às 17 horas seguindo para o Madeira. No Madeira visitou Borba, e de lá seguiu para Parintins onde realizou inaugurações, na região do rio Amazonas. De Parintins seguiu para Urucará e daí aportou em Silves onde foi recebido com grande solenidade. Finalmente, às 08 horas do dia 29.02.1928 a comitiva desembarcou em Itacoatiara. O início da cerimônia de acolhida do governador ocorreu no salão nobre do Paço Municipal, lugar onde funcionava a sede da Intendência. Dando início aos pronunciamentos foi



concedida a palavra ao presidente da Intendência, Antônio de Araújo Costa, sendo seguido pelo intendente Cassiano Secundo Nunes de Oliveira, que em suas palavras agradeceram a figura do chefe do Executivo Estadual, que se pronunciou no sentido de agradecer aquela excepcional prova de consideração do egrégio Conselho Municipal de Itacoatiara, que se reunira extraordinariamente para lhe prestar tão cativante atenção e inaugurar seu retrato. Do prédio da Intendência seguiram pela cidade inaugurando obras como a Ponte Stone, melhoramentos no Matadouro, inauguração da Capela do Cemitério Divino Espírito Santo, entre outras. Finalmente chegaram a Usina Elétrica, cuja construção esteve a cargo do engenheiro Deodoro Freire, que após discursar convidou o governador Efigênio de Sales a mover a alavanca da máquina geradora de energia (cf. DIARIO OFICIAL DO AMAZONAS de 23. mar.1928).

**Figura 44 – Primeira Usina Elétrica de Itacoatiara (1928)**



Fonte: PÉREZ, Isaac Jose. 1928, p. 09.

De acordo com o relatório de Pérez (1929), um ano após a inauguração a Usina trabalharia precariamente com constantes apagões, desabastecendo a população, sendo recorrente o reuso de lâmpões nas ruas e casas e comércio do Centro. Na reunião ordinária da Intendência Municipal realizada no dia de 15 de abril de 1929, Isaac Pérez informava que:

Causas diversas, no entanto, todas ellas independentes de minha vontade teem contribuído para um serio desequilíbrio em nossas finanças, com a sua origem no serviço da iluminação, pois, constantes e repetidos desarranjos teem reclamado prompto concerto e nelles teem ido respeitáveis sommas, que havia destinado a outros fins. Ainda ultimamente, vindo a luz, pouco a pouco, perdendo a sua claridade de outrora resolvi sem olhar a despeza extra que se me preparava, reforçar os fios conductores de energia com outros mais grossos do que os primeiros, a ver se assim cessaria a anormalidade. Nesse *desideratum* encomendei directamente da fabrica produtora 1500 metros de fio numero zero (0). Entrementes outros desarranjos se vinham registrando como, por vezes sucessivas, nas paredes da caldeira, as quaes foram reformadas com material adequado mandado vir expressamente para esse fim.

(sobre a chaminé da Usina) Dessa forma, alterou-se a chaminé para mais quatro metros e oitenta centímetros (4.85) de maneira que a tiragem se desse mais facilmente, revestindo-se totalmente a caldeira fazendo-se-lhe ainda concertos internos estendendo-se os fios aplicando-os como alimentadores dos já existentes, levantaram-se novos postes executaram-se concertos na machina geradora, pintou-se a frente da Usina e terminaram-se outros trabalhos de pequena monta [...] Cabe-me agora scientificar-vos que somente no primeiro trimestre deste anno (1929), foram dispendidos Rs. 13:768\$500 (PÉREZ, 1929, p. 11, grafia de época).

Como se pode deparar a construção e a aquisição de equipamentos para serem utilizados na Usina não seguiu as especificações técnicas para uma cidade do porte de Itacoatiara. Além disso, a fixação de postes e o serviço de rede e fiação elétrica só atendia precariamente o Centro até as 20 horas, sendo o fornecimento interrompido, retornando no dia seguinte. Nesse período o Jauary e a Colônia localizados na franja de expansão urbana não eram atendidos pela Usina, e a população residente nesses espaços e na periferia ainda utilizariam os lampiões e lamparinas por muitos anos (SILVA, 1998). Além da inoperância do sistema elétrico, muitos dos serviços dependentes de energia elétrica como o telégrafo, atendimento de repartições públicas e o comércio sofreriam com apagões e constantes desabastecimentos sendo alvo de críticas promovidas pela população. Ficou evidente o fato de que, o fornecimento de energia elétrica beneficiaria de modo prioritário a elite local, como: comerciantes, altos funcionários públicos, autoridades políticas, o clero, abastados imigrantes todos residentes do Centro. A maioria da população pobre da periferia não participou dos benefícios advindos com o fornecimento de energia elétrica, pois este tipo de serviço era pago, e como tal os menos favorecidos e trabalhadores não tiveram acesso a ele.

Por outro lado, as obras de intervenção urbana seguiram transformando a paisagem urbana, em acordo com o jornal Correio de Serpa (1912), os melhoramentos de ruas adquiriram força no governo do Superintendente Isaac Pérez. A abertura de novas ruas, alargamento, identificação e emplacamento dos logradouros públicos, impôs-se como forma de demonstrar a modernidade que se instituíra com vistas a beneficiar a trafegabilidade de charretes, carroças e transeuntes. Uma das primeiras obras de arruamento, que foi prevista no plano de remodelação desta administração, consta o traçado para o aterramento e pavimentação da rua da Rampa, atual Quintino Bocaiuva. Esta via fora projetada para o atendimento dos serviços de embarque e desembarque do porto da cidade. Havia muito tempo que a população ao acessar essa área reclamava da aglomeração de pessoas, mercadorias, carroças e equipamentos de embarque de cargas, que tumultuavam espaço com as embarcações, sendo tipificada de “rua do lamaçal” (CORREIO DE SERPA, Anno 01, número 38, de 15. set. 1912, p.02).



Havia pressão popular pela remodelação da orla da cidade, além disso, a classe de comerciantes se organizava em torno da Associação Comercial de Itacoatiara-ACI, no sentido de pleitear melhorias urbanas na área do porto, sobretudo para o atendimento, desembaraço, e manuseio de cargas conduzidas pelas empresas de navegação: *Amazon River*, *Loyd Brasileiro e Booth Line* que transportavam mercadorias para o abastecimento do comércio local. Em nota de 15 de janeiro de 1929 Isaac Pérez informava a Intendência Municipal o termo de contrato da licitação para aterramento e pavimentação da rua Quintino Bocaiuva, além da remodelação da orla da cidade, com a construção do murro de arrimo, e reforma da escadaria do Mercado Municipal:

Aos quinze dias do mez de janeiro de mil novecentos e vinte e nove, nesta cidade de Itacoatiara, Estado do Amazonas, na Secretaria da Prefeitura Municipal, onde se achava o senhor Isaac Jose Perez, Prefeito Municipal, commigo, Vicente Geraldo de Mendonca Lima, secretario e as testemunhas no fim deste firmadas, compareceu o cidadão Antonio Pereira Tavares Retto, portuguez, constructor civil, domiciliado nesta cidade e declarou que vinha assignar o presente contracto com a Prefeitura Municipal, em virtude de haver sido aceita a sua proposta de dez do corrente mez, de conformidade com o edital publicado pela Secretaria Municipal, de concurrencia publica e com previa autorisação do poder competente, para a confirmação, alias para a conclusão definitiva de todos os serviços necessários **a Rampa (Quintino Bocaiuva)**, escadas e paredões do porto principal da cidade, ficando por este, acordado entre o referido constructor e o senhor Prefeito Municipal as seguintes obrigações:

PRIMEIRA:.....Antonio Pereira Tavares Retto, executara as obras constantes do referido edital pela importância de vinte e oito contos de reis (28:000\$000) assim discriminadas.

- a) Uma calha de alvenaria e cimento para condução das aguas que sahem do aqueducto que atravessa a rua **Quintino Bocaiuva** com um prolongamento sobre a margem do rio, de nove metros, pela importância de dois contos de reis (2.000\$000).
- b) Dois gigantes de alvenaria e cimento para reforço do patamar da rampa de desembarque pela importância de dois contos de reis (2.000\$000).
- c) Uma escada de alvenaria e cimento que, principiando nos pés dos dois gigantes venha terminar na rua **Quintino Bocaiuva** apoiando-se pelo lado leste pelo patamar da mesma rampa, escada que terá dezesseis (16) degraus de 3,00 x 0,50, pela importância de quatro contos de reis (4.000\$000)
- d) Um paredão nivelado com quarenta e cinco (45) metros de comprimento, tendo os alicerces 0,70 x 0,70, faceado na sua maior altura com 3,00 metros (três metros) e a parte menos grossa com 0,50, o qual partindo do patamar da **Rampa** seguira paralelo ao rio, amparando o barranco e paredão da rampa primitiva, pela importância de sete contos de reis (7.000\$000).
- e) Concerto da escada Municipal, restaurando os lances cahidos pela erosão das terras em que estava assente, pela importância de um conto de reis (1.000\$000).

SEGUNDA:.....[...]

TERCEIRA:.....[...]

QUARTA:.....[...]

QUINTA:.....[...]

SEXTA: ...O pagamento de todas as obras constantes deste contracto sera feito de accordo com o desenvolvimento e execução dos trabalhos, a juízo da Prefeitura, que exercera sobre elles accentuada fiscalização. E para garantia de tudo quanto nelle ficou estipulado, lavrou-se o presente contracto, que se vae

assignado pelo Sr. Isaac Jose Perez, Prefeito Municipal, o contractante Antonio Pereira Tavares Retto, constructor, e pelas testemunhas adiante firmadas. Eu, Vicente Geraldo de Mendonca Lima, secretario da Prefeitura, o escrevi. Itacoatiara, 15 de janeiro de 1929.

(aa) \_\_\_\_\_ Isaac Jose Perez  
 Antonio Pereira Tavares Retto  
 Armino Gregoriano Ausier  
 Jose Paschoal Onety

(cf. Relatório apresentado em sessão de 19 de abril de 1929 ao Conselho Municipal de Itacoatiara pelo prefeito Isaac José Peres, anexo. 08, grafia de época).

De acordo com a mensagem encaminhada ao Conselho Municipal em 1929, as obras de contenção da orla do porto, bem como, o aterro da rua Quintino Bocaiuva estaria na ordem do dia, visto que, a cidade deveria apresentar digna da valorização que a política local desejava empreender. Os aterros e desaterros para a construção do calçamento de 150 metros e construção da linha de bueiros da rua Quintino Bocaiuva na importância de onze contos de réis (Rs.11:000\$000), era a demonstração de que o problema antigo de acesso dos carroceiros e a população ao porto estava sendo resolvido. A execução desse pacote de obras, na prática, significou um tratamento diferenciado para aqueles que dependiam da reestruturação do porto sobretudo para o atendimento do comércio e das grandes empresas de navegação.

A população ribeirinha que utilizava toda orla da cidade como porto, foi privada de utilizá-lo. Pois com a reforma do perímetro de entorno da orla fluvial, todos foram obrigados a embarcar ou desembarcar mercadorias e pessoas transportadas por canoas no novo porto. Esse procedimento, frustrou o usufruto coletivo do mesmo de forma equitativa, ou seja, dava-se prioridade ao atendimento dos navios das grandes empresas nacionais e internacionais. Em decorrência dessas dificuldades, o escoamento da produção primária do interior do município, transportada por canoas foi prejudicada, por conta de constantes alagamentos produzido pelo forte banzeiro característico dessa área agravado pelo tráfego de grandes embarcações (O CONSERVADOR, 1920).

**Figura 45- Aterro com carroças da rua Quintino Bocaiuva (1929)**

**Figura 46 - *The waterfront of Itacoatiara, an Amazon river town, Brazil, (1930)***



Fonte: PEREZ, Isaac Jose. 1929, p 15. Keystone View Company Manufactures Cards. New York-N.Y: Publishers, nº 37642, 1930.

Outro ponto de destaque na transformação urbana de Itacoatiara no período foi o projeto de arborização e ajardinamento. Nesse particular Sonia Maria Bessa da Silva (1995), argumenta que, dentro do projeto de remodelação urbana das cidades da Amazônia, o embelezamento das praças e jardins públicos, constituía-se outro fator importante no processo de aformoseamento da cidade. A preocupação em arborizar e ajardinar esses espaços públicos não estava ligado apenas a questão estética de cidade renovada, mas a ideia de criar segundo a administração pública, espaços saudáveis. Era o modelo progressista presente nas transformações na paisagem urbana de Itacoatiara com duas características principais. A primeira ligada a existência de grandes áreas verdes consagradas ao lazer, a jardinagem, que satisfaziam aos olhos e indicavam hábitos saudáveis para a população, de outra, e a especialização das atividades humanas, sobretudo valorização das habitações, do espaço do trabalho, da ressignificação da cultura e do lazer. Para a consolidação do projeto de estruturação urbana de Itacoatiara, apareceriam, portanto, a construção de grandes bulevares. As grandes avenidas eram símbolos dos grandes centros. Construções exigidas para Belém ou Manaus por exemplo, pelo progresso e pelo desenvolvimento industrial, com o intuito de facilitar o deslocamento e escoamento da produção, impulsionar o comércio para garantir o abastecimento de viveres e demais produtos indispensáveis a população.

Francisco Gomes da Silva (1998), sustenta que essa preocupação com a circulação, embelezamento e saúde fez com que a administração Isaac Pérez idealizasse o prolongamento da Avenida Conselheiro Ruy Barbosa. Ela teria seu prolongamento projetado, logo de início, para dois quarteirões estendendo-se da rua Adamastor de Figueiredo até a rua Eduardo Ribeiro, ligando o Centro ao bairro do Iracy. Não se tratava de abertura de uma nova avenida, mas de utilizar a antiga avenida da Liberdade já existente desde 1870, e iniciar trabalho de desapropriação de casas de alguns particulares com o intuito de proporcionar o alargamento

necessário para estruturar a principal avenida da cidade. Ainda de acordo com o memorial descritivo, foi construído o calçamento central com posteamento e iluminação elétrica e que anexo a obra nas laterais seria posteriormente erguido projeto paisagístico com o plantio de benjamizeiros, e trabalho de sementeira de ajardinamento ao longo da via expressa, com o intuito de promover sombreamento, saúde e bem-estar aos habitantes e moradores do Centro. Esta avenida teve seu projeto influenciado por atributos paisagísticos na arquitetura modernista, claramente inspirando-se no modelo urbanístico da *Garden-City* – Cidade Jardim<sup>96</sup> (HOWARD, 1996).

De acordo com Hall (2013), esse modelo urbanístico foi concebido nas ideias de planejadores urbanos e teóricos influentes do período da Revolução Industrial inglesa destacando-se Ebenezer Howard (1850-1928). A concepção howardiana apresentou-se adequada ao plano de construção do espaço utópico. Longe da grande cidade e de seus problemas, como poluição, presença de cortiços e especulação imobiliária, Howard propunha cidades de pequena e controlada dimensão no interior da Inglaterra, com solo urbano pertencente a uma cooperativa – negando a propriedade privada –, habitadas por pessoas vindas da capital ou de outras cidades que apresentavam os mesmos problemas e dificuldades causadas pela urbanização (HALL, 2013).

A aspiração de ideias howardiana para Oliveira (2007) significava que a avenida Conselheiro Ruy Barbosa exerceria o papel da linha-corredor de crescimento da cidade, no sentido Norte -Sul, e não que apenas fornecesse o traçado sobre o qual irão se alinhar os elementos edificados, mas, principalmente, de ordenar o tecido urbano em suas laterais, de regular os crescimentos secundários e os adensamentos, em resumo, de prover a estrutura à cidade. Na evolução urbana da cidade, tal papel é muitas vezes desempenhado pelo centro inicial, ainda que, com o processo de crescimento, outros polos possam vir a se organizar em contraponto. Além disso, o polo de crescimento está marcado no tecido como lugar singular, local de concentração que indica a acumulação histórica, o valor comercial e a carga simbólica. O traçado das vias, sua convergência - em pé-de-pato, estrela, sistema radial-o fracionamento da malha, e a concentração de monumentos fornecem indícios de como será o tipo de

---

<sup>96</sup> A cidade jardim é um modelo de cidade concebido por Ebenezer Howard através do livro *Tomorrow a Peaceful Path to Real Reform* (1898), mais tarde revisado e editado como *Garden Cities of Tomorrow* em 1902. Essa teoria consiste em uma comunidade autônoma cercada por um cinturão verde num meio-termo entre campo e cidade, a ideia era aproveitar as vantagens do campo eliminando as desvantagens da grande cidade. A visão utópica de Howard foi uma tentativa de resolver os problemas de insalubridade, pobreza e poluição nas cidades por meio de desenho de novas cidades que tivessem uma estreita relação com o campo. Ele apostava nesse casamento cidade-campo como forma de assegurar uma combinação perfeita com todas as vantagens de uma vida urbana cheia de oportunidades e entretenimento juntamente com a beleza e os prazeres do campo (HOWARD, 1996, p. 116)..

crescimento da cidade. A profusão de grandes avenidas nas pequenas cidades da Amazônia estava em sintonia com a cultura burguesa, isto é, na ilusão do poder público em apropriar-se do modelo estrutural urbano originário nos grandes centros como Londres e Paris, e que foi replicado em cidades como Manaus e Belém, cidades que serviram de inspiração para as pequenas cidades do Amazonas.

Em relatório apresentado na sessão do Conselho Municipal da Intendência de Itacoatiara datado em 19 de abril de 1927 Isaac José Pérez informa aos intendentes, sobre o processo licitatório lançado para a reconstrução e prolongamento da avenida Conselheiro Ruy Barbosa, certame vencido pelo construtor Antônio Pereira Tavares Retto, como visto na citação que segue:

Publiquei editais chamando concorrentes para construção de um passeio de alvenaria, ao centro dessa linda avenida (Ruy Barbosa atual avenida Parque). Das diversas propostas apresentadas, preferi a do Sr. **Antonio Pereira Tavares Retto**, pelas vantagens que ofereceu sobre as outras. Segundo a sua proposta, o passeio será de 3 (três) metros de largura, abrangendo a extensão de dois quarteirões, compreendidos pela Praça 13 de Maio à rua Eduardo Ribeiro (cf. Relatório apresentado em sessão de 19 de abril de 1927 ao Conselho Municipal de Itacoatiara pelo prefeito Isaac José Perez, P. 11, grafia de época).

**Figura 47 – Canteiro central da avenida Conselheiro Ruy Barbosa (1928)**



Fonte: FOOTAGE FARM. Home Movies. (1928).

A execução do prolongamento da Conselheiro Ruy Barbosa deixou importantes impressões no traçado do espaço da cidade, porque reorganizou o projeto antigo, dando nova orientação simétrica, a Itacoatiara. Antes dessa obra, a comparação com a planta urbana de Itacoatiara (figura 47) sugere que o desenho da malha urbana fosse marcado por algumas

tradições que regem o crescimento da cidade. Deduz-se que a orientação inicial Leste-Oeste, feita pelo sentido do rio Amazonas, foi fundamental para a definição da tendência preferencial no desenho da cidade. Seguindo o mesmo sentido do rio, as ruas Valdemar Pedrosa, Visconde do Rio Branco, Saldanha Marinho, Desembargador Mininéia, Monsenhor Joaquim Pereira, Quintino Bocaiúva e Adamastor de Figueiredo se impuseram como principal eixo da cidade durante longa parte de seu crescimento.

Essa orientação determinou que a disposição das ruas que foram surgindo fosse traçada no sentido Leste-Oeste, definindo a tradição no traçado da cidade. Entretanto, ainda que se possa observar no mapa (figura 48), a indicação da área de expansão demarcada regularmente, sugerindo a projeção do plano de crescimento em direção ao Norte, nota-se, entretanto, que nada fora implementado. Até a emergência do projeto de Pérez, o crescimento da cidade mantinha-se restrito em torno das ruas Adamastor de Figueiredo e Eduardo Ribeiro e, para que houvesse a expansão Norte-Sul, foi preciso que o novo projeto indicasse o reordenamento da direção de crescimento previsto com o prolongamento, alargamento e embelezamento da avenida Conselheiro Ruy Barbosa, que ligou a periferia da cidade ao espaço privilegiado Centro.

**Figura 48 – Planta urbana de Itacoatiara com as principais ruas e avenidas (1930)**



Fonte: Adaptado de MELLO, Otaviano Augusto Soriano de. 1986, p. 36.

No Centro, espaço privilegiado e regulamentado como área urbana, deveriam ser erguidos palacetes, prédios, residências em alvenaria e cobertas de telha, servido de calçamento,

dos jardins públicos cuidadosamente ornados e dos prédios públicos e particulares de maior importância arquitetônica. Essas melhorias trariam no seu bojo as taxações de serviços públicos, como: a despesa com a iluminação elétrica privada no valor de quatorze contos de réis (Rs. 14:000\$000), taxa de calçamento que em 1928 perfazia dez contos de réis (Rs. 10:000\$000), alvará de licença comercial, imposto predial variando de 2,5 a 10% de taxaço, imposto sobre terrenos baldios um conto e trezentos réis (1:300\$000), multas por infrações do Código de Posturas, multas de aferições de balanças, pesos e medidas, laudêmios por transferências de terrenos, entre outros (PÉREZ, 1929, p. 06). Evidentemente todas essas melhorias urbanas trariam custos adicionais, repassados à população na forma de taxações diversas. E não era apenas o desejo de alterar a paisagem urbana com construções, calçamentos das ruas, iluminação ou eficiência dos serviços públicos, desejava-se alterar os hábitos da população.

De acordo com as determinações do Relatório de Isaac Pérez (1928) o poder público municipal passou a ter entre as suas atribuições e deveres, estabelecer normas e condutas sociais, para promover a harmonia do espaço urbano. A preocupação da administração municipal passou a ser focada no Centro, pois dentro desse perímetro eram encontrados vadios, bêbados e andarilhos, que perturbavam a vida da população. Com o intuito de preservar a ordem pública, em 10 de julho de 1929 foi liberada pelo governador Efigênio de Sales a verba para a recuperação da Cadeia Pública, localizada na Praça Deodoro (Praça da Polícia) no montante de dez contos e cento e oitenta e cinco réis (Rs. 10:185\$000), com essa medida prevenia-se problemas de ordem pública e forjava-se o modelo de cidadão obediente, trabalhador, produtivo e saudável.

Exteriorizar esses valores garantiria à população entrar na civilização e ter direito a ser reconhecido como civilizada, paralelamente aos discursos e falas em defesa da higiene e da saúde pública principalmente no que se refere à limpeza e ao asseio nos estabelecimentos comerciais, moradias e espaços públicos. Forjava-se a idealização de bom comportamento para com a população menos qualificada socialmente, com o propósito de impor novos costumes para pessoas que não estavam habituadas a essas normatizações. Ou seja, doravante a população seria regida pelo Código de Posturas para diversas práticas e relações de estrito convívio social, ou em situações de trabalho que exigissem o uso do espaço público como o tráfego de carroças nas ruas e avenidas que deveriam ser reguladas por tais posturas.



**Figura 49 – Fila de carroças no porto (1930)**



**Fonte:** Acervo Frank Queiroz Chaves. Itacoatiara (1930).

Como se nota, as medidas elaboradas pela administração municipal e autoridades públicas, surgiram exclusivamente pela necessidade de preservação e defesa da ordem pública urbana. Uma cidade que busca estar em sintonia com o progresso como experimentava a capital Manaus, não poderia deixar que questões menores de ordem pública atrapalhasse o modelo modernizador que estava sendo implantado. Tudo que ameaçasse essa idealização de uma cidade civilizada, passa a ser motivo de preocupação por parte dos setores dominantes que não mediram esforços para promoverem ações de vigilância controle e punição sobre os costumes, hábitos e lazer dos segmentos populares. A construção da Itacoatiara moderna implicava representações imaginárias sobre os seus cidadãos. Assim e que a imagem do cidadão trabalhador, educado, bem vestido e produtivo deveria sobrepor-se a imagem do indivíduo ocioso, embriagado e desordeiro. Este universo que de transformações se operava em Itacoatiara, encontrou significado no sonho e na imaginação da *Belle Époque*, caracterizado por separação entre espaços nobres do Centro com a arborização de ruas e praças, higienização nas condutas, em detrimento da periferia desassistida dos serviços públicos, onde imperava habitações insalubres, buscava-se com essas transformações do tipo de cidade e do homem ideal (HOLANDA, 1987).

Além das obras de embelezamento, a Superintendência preocupava-se com a limpeza, higiene e saúde da população. A cidade moderna deveria estar limpa e saudável. Afinal doenças contagiosas, a exemplo da varíola, poderiam espalhar-se rapidamente pelos espaços insalubres, afetando a todos indistintamente. Portanto, era necessário cuidar da cidade, mas também, combater, fiscalizar e impor normas higiênicas e de profilaxia para as moradias, estabelecimentos comerciais e população em geral. O poder público por meio do Código de Posturas de 1926, aplicava medidas punitivas para quem descuidasse do asseio. Multas, prisões, fechamento e derrubada de habitações, era penalidades impostas para quem não cumprisse as



posturas municipais. Os terrenos e quintais baldios, podiam tornar-se potencial foco transmissor de doença. Nesse caso, a Superintendência estabelecia prazo de trinta dias para que os proprietários limpassem seus terrenos, os que não cuidassem da limpeza ficariam sujeitos a multa de cinquenta contos de réis (Rs. 50:000\$000). Em 1929 Isaac Pérez informava a Intendência as despesas com a saúde do município e a contratação de um médico para o atendimento domiciliar:

O coeficiente de nossa população [...] e atendendo a situação relativamente progressista destes últimos annos, de nossa sociedade e de nosso povo, há muito que reclamavam a permanência de um medico entre nos. Varias tentativas iniciei nesse sentido, sem que tivesse a ventura de ver qualquer dellas consumada. Ultimamente, porem, com o distincto e competente clinico **Dr. Collier**, tive oportunidade de conversar a respeito, fazendo-lhe uma proposta que estivesse dentro de nossas possibilidades. Para satisfação de todos nos, S. S. acquiesceu ao meu pedido, aqui se encontrando residindo a serviço de sua profissão. [...] Para com S. S. esta Prefeitura assumiu o compromisso do pagamento mensal de Rs. 500\$000, obrigando-se elle a visita de doentes pobres, sem ônus para estes. Para essa resolução solicito o vosso apoio e a abertura do credito necessário para ocorrer ao referido pagamento (PÉREZ, 1929, p. 09-10).

Como se percebe, medidas de melhorias na saúde foram tomadas pelo governo municipal para garantir a saúde da população. Essa prevenção de acordo com Souza (2013), era o método higienista para lidar com doenças<sup>97</sup> contagiosas como a varíola. Tiveram como alvo prioritário os pobres, principalmente por serem os frequentadores dos botequins, moradores de cortiços superpovoados e pelo comportamento descivilizados. Numa sociedade onde a ordem era trabalhar para conduzir a cidade ao almejado progresso, isto é, garantir o processo de produção e o enriquecimento dos setores dominantes, eram necessárias as mínimas condições de higiene. Doença contagiosa poderia contaminar rapidamente a população, assim, as doenças ameaçavam o progresso e a prosperidade. Portanto, para garantir a saúde da população era preciso intervir diretamente nos espaços destinados a moradia e na renovação dos costumes das pessoas. A limpeza e o asseio, representava manter o corpo limpo, através do banho, deixando a casa devidamente oxigenada e abandonar os costumes de desregramento da saúde. Em 1929 Isaac Pérez informava na Revista da Associação Comercial do Amazonas-ACA, o estado sanitário do município de Itacoatiara, sob a responsabilidade do Posto de Profilaxia Rural Álvaro Ozorio, cuja dedicação a causa da saúde pública do município, era de justiça reconhecer (ACA, 1927, p. 08).

---

<sup>97</sup> Em 1927, verdadeira tragédia se abateria sobre a família de Isaac Pérez, causando comoção em toda comunidade judaica do Amazonas. O filho Leon Isaac Perez estudante no Rio de Janeiro viajou de férias para o Amazonas. Adoeceu em Belém na viagem para Itacoatiara, onde agravou-se o quadro clinico, vindo a falecer em Manaus. Sua sepultura inaugurou o Cemitério Israelita de Manaus (ACA, 1927, p. FALBEL, 2005, p. 123).

**Figura 50 – Posto de Profilaxia Rural Álvaro Ozorio (1929)**



Fonte: PÉREZ, Isaac Jose. 1929, p. 09.

De acordo com Silva (1998), o Posto de Profilaxia Rural foi criado em 1923 sendo instalado no prédio construído pelo português Antônio Pereira Tavares Retto em 1912. O imóvel foi comprado posteriormente da família Vasconcellos em 1928, pelo Superintendente Isaac José Pérez, para sediar a administração da Prefeitura Municipal, pois na época, a administração local alugava o prédio do industrial Aquilino Barros, todavia, a mudança nunca se consolidou. Portanto no referido imóvel funcionou por longo período o Posto Álvaro Ozório que mantinha em seus serviços a Enfermaria Lafayette de Freitas<sup>98</sup> prestando atendimento ambulatorial e de primeiros socorros a toda população. Segundo Neves (2008), o Posto de Profilaxia Rural de Itacoatiara, fora criado no âmbito do Diretoria Geral de Saúde Pública-DGSP<sup>99</sup>, vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior. Os serviços sanitários da DGSP eram divididos em duas inspetorias denominadas Inspeção Terrestre e Inspeção Marítima, cujos raios de ação abrangiam, respectivamente, a Capital Federal e os portos do país. Os governadores dos estados poderiam solicitar a intervenção da DGSP desde que para casos emergenciais. Gilberto Hochman (2006), explica que a adesão dos estados para formação do Departamento Nacional de Saúde Pública estava relacionado à diminuição de custos com a saúde nos respectivos estados. Segundo ele, a adesão dos estados partia da expectativa de que

<sup>98</sup> Enfermaria denominada em homenagem ao médico sanitarista Diretor dos Serviços de Saneamento e Profilaxia Rural do antigo território do Acre (Schweickardt, 2011)

<sup>99</sup> Numa tentativa de organizar os serviços de saúde pública, foi criada, em 1896, a Diretoria Geral de Saúde Pública -DGSP, só regulamentada no ano de 1897 (HOCHMAN, 2006).

os custos em saúde cobertos pela União fossem maiores do que os custos de responsabilidade da ação dos estados, ou que os benefícios esperados fossem superiores a esses custos despendidos no combate as epidemias.

De acordo com Neves (2008), em resposta aos inúmeros casos de doenças contagiosas como a gripe espanhola, o governo do Amazonas na Administração de Pedro Alcântara Barcellar<sup>100</sup> (1917-1921), criou a Diretoria Serviço Sanitário, cujo responsável era o Dr. João Coelho de Miranda Leão. A ação de socorro da Diretoria junto com as intendências municipais no interior foi também a criação de postos de atendimento nos municípios de Itacoatiara, Humaitá, Parintins e Porto Velho. A Diretoria do Serviço Sanitário contou com apoio do Exército, da Força Policial, da Associação Comercial, da Universidade de Manaus, da Cruz Vermelha Brasileira, das Sociedades Operárias e Beneficentes e de particulares.

Segundo Schweickardt (2011), o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural iniciou os seus trabalhos no Amazonas a partir de dezembro de 1921, sendo convidado para chefiar o Serviço o médico Samuel Uchoa, que permaneceu no cargo até 1927. O médico e deputado federal Figueiredo Rodrigues mediu as negociações com o governo federal para que o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural atuasse no Estado do Amazonas. O Governador César Resende do Rego Monteiro (1921-1924) através da lei n. 1.083 de 03 de agosto de 1921 faz o contrato com o Departamento Nacional de Saúde Pública pelo período de três anos e com possibilidades de renovação, como de fato aconteceu em dezembro de 1923.

O Decreto n. 1.426 de 29 de dezembro de 1921 extinguiu o Serviço Sanitário do Estado para “não haver conflito com o Saneamento Rural”. O Serviço Sanitário do Estado foi reativado em 1926 e teve como diretor o médico Samuel Uchôa, acumulando, portanto, a direção das duas instituições. O acordo entre os Estados e a União buscava não ferir a autonomia das regiões, porém o Serviço de Saneamento também primava pela autonomia, tanto que no momento da rebelião de 1924 em Manaus, Uchôa fez questão de dizer que os trabalhos continuaram sem serem afetados pelo “movimento revolucionário”. Pelo contrário deu toda a assistência médica à expedição militar comandada pelo general Mena Barreto e depois se colocou á disposição do interventor federal Alfredo Sá (1924-1926), (Uchoa, 1924b, p. 30).

Ainda em acordo com Schweickardt (2011), os postos itinerantes tinham a sua base em municípios importantes em termos populacionais e por sua localização estratégica. A intenção era atingir todo o Estado, portanto, deveria haver algum tipo de serviço em cada das bacias e calhas de rios. Os postos homenageavam, em sua maioria, nomes de médicos regionais

---

<sup>100</sup> Mensagem lida perante a Assembléia legislativa na abertura da primeira sessão ordinária da décima legislatura, pelo Exmo. Sr. Dr. Alcântara Bacellar, governador do Estado, a 10 de julho de 1919. p.22.

e nacionais, ou até personalidades locais e nacionais como: “Miguel Pereira” em Manaus (Bairro de Educandos), atendia as suas cercanias; “Gaspar Vianna” em Manacapuru; “Álvaro Osório” em Itacoatiara; “Carneiro de Mendonça” em Urucurituba; “Urbano Santos” em Lábrea; “Benjamin Constant” em Tonantins (alto Solimões); “Leitão da Cunha” em Humaitá (rio Madeira). Segundo Uchoa (1922b):

Os postos itinerantes foram inspirados, na experiência dos carros-posto em Minas Gerais que paravam estação em estação para distribuir medicamentos no combate ao paludismo. A diferença de Minas para o **Amazonas** é que lá os carros-postos param nas cidades e estações, onde aguardam a chegada dos doentes, e continuam viagem”; enquanto que aqui o enfermeiro deve visitar barraca por barraca [...]: Os postos itinerantes confirmaram, hoje, as minhas previsões e, sem exceção, espalham benefícios pelo território em que agem, desde **Itacoatiara** a Tabatinga, com derivantes para os rios Branco e Negro, Purus e Javary, sem contar os afluentes e confluente, lagos e igarapés” (cf. UCHOA, Samuel. Um ano de Campanha. Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Amazonas. Belém: A semana, 1922b, p. 17 grifos nosso).

Ao planejar as viagens de inspeção sanitária no interior amazonense os médicos sanitaristas tinham que levar em consideração os regimes das águas, caso contrário poderia ocasionar em certas regiões o bloqueio no acesso da população ao barco, nos prolongados verões de julho e agosto, trancam a passagem as lanchas e aos navios certos calados, pela oposição abrupta das cachoeiras e penúria indomável das correntezas, abrem o seu labirinto nas invernadas. Segundo Samuel Uchôa (1922b), as viagens realizadas pelos postos itinerantes não eram tão fáceis por causa das condições das embarcações e do próprio regime de trabalho, que chegava a impor o atendimento de mais de cem pessoas num mesmo dia. As viagens feitas em embarcações de pequeno calado, motores, em canoas, despidas de conforto e com demoradas noites ao relento, ou dormidas em barracas expostas exigem homens acostumados ao meio, às intempéries e vicissitudes que ele originava. Apesar de toda dificuldade, em 1923, cinco postos itinerantes foram inaugurados:

**Quadro 03 – Postos Itinerantes do Estado do Amazonas (1923)**

<b>Postos Itinerantes</b>	<b>Abrangência Geográfica</b>
Álvaro de Osório	Itacoatiara
Benjamin Constant	Alto Solimões – interiores de São Paulo de Olivença e Benjamin Constant
Carneiro de Mendonça	Urucurituba
Rio Branco	Parintins
Urbano Santos	Lábrea e região do Purus

Fonte: Adaptado de: UCHOA, Samuel. 1924a, p. 47.

No mesmo relatório de Uchoa (1924b), consta que os serviços disponibilizados pelo Posto de Profilaxia Rural de Itacoatiara consistiam em campanhas sanitárias de vacinação, distribuição de medicamentos, exames laboratoriais, distribuição de cartilhas e panfletos sobre a profilaxia de combate ao impaludismo, lepra, tuberculose, sífilis, verminoses, e sobre os tipos de medicamentos a serem utilizados para cada doença, como a utilização do quinino. Mesmo com a propaganda positiva da medicação ainda pairavam dúvidas da população sobre a eficácia do remédio, dizendo sempre que “droga de botica, quando não mata, estica”. Além dos folhetos e cartazes, havia também as conferências e os cursos realizados no interior dos grupos escolares.

Porém, as conferências eram especificamente dirigidas a pessoas com nível de escolaridade maior. Nos cursos ensinados nos grupos escolares, eram dadas instruções sobre as noções rudimentares das doenças do Amazonas e as regras principais de higiene defensiva. Todos os funcionários que serviam às Campanhas Sanitárias eram convidados a ser propagandistas, ou seja, eram militantes da saúde. Mas, para o médico sanitarista, o verdadeiro garoto propaganda era justamente aquela pessoa que conseguia se tratar através das Campanhas Sanitárias de Profilaxia Rural-CSPR, e espalhar a sua experiência para as pessoas que ainda resistiam a procurar os postos de saúde, pela tradição na persistência em adotar a medicina xamânica da curandeiria como pratica recorrente aos casos de doenças das mais variadas espécies que se possa conhecer.

Por fim, Uchoa (1924b), salienta que a vida no Amazonas era muito precária e alguns problemas de endemias rurais permeavam o interior do estado como em Itacoatiara. E acusava os gestores públicos pela indiferença com a estrutura das cidades dizendo que onde “há pântanos dentro do perímetro urbano, formidáveis viveiros de anofelinas que estão desafiando sem motivo plausível a indiferença a quem cabe esgotá-los”. Esse foi o mote que a administração de Isaac Péres seguiu para promover as transformações urbanas por meio de inúmeras obras espalhadas sobretudo pelo Centro da cidade. Para Marques (1995), as ruas estreitas e de casario aglomerado da cidade de então eram vistas pelos sanitaristas da época como focos de doenças e campos férteis para a propagação de epidemias. Na visão de segmentos da medicina, que atribuía a origem de algumas enfermidades à emanção de miasmas de matéria em putrefação, as ruelas tortuosas e escuras impediam a penetração dos raios solares e a aeração das casas e das áreas públicas. Urgia sanear o meio, dessecando pântanos, afastando cemitérios, organizando e limpando o espaço urbano das aglomerações e da estagnação dos fluxos do ar, da água e dos homens (Marques, 1995, p. 56). É preciso ressaltar

que a composição do traçado das ruas e do casario antigo abrigava e aproximava vivências, experiências, tensões e espaços que marcavam o ritmo e a pulsação dos itacoarenses de então.

A intervenção de Isaac Pérez (1929), sobre a cidade localiza-se no centro da preocupação de transformar os aspectos naturais da cidade, dessecando pântanos como o Jauary, controlando as habitações ditas insalubres, trabalho de coleta de lixo, alargamento avenidas como a Conselheiro Ruy Barbosa e ruas como a Quintino Bocaiuva, para que o vento conseguisse eliminar os miasmas mefíticos e purificar o ar. Portanto cabia a administração municipal, esquadrihar a cidade, indicando o caminho do controle não só das epidemias como também, da produção da cidade higienizada e ordenada, introduzindo de formas sutis o exercício do poder regulatório da população, características da sociedade moderna.

No caso específico de Itacoatiara, a importância da ação higienizadora crescia enormemente. Tratava-se de cidade portuária, estratégica para a economia agroexportadora da região do Médio Amazonas, núcleo de gestão administrativa da região, porta de entrada do Estado, centro político, ideológico e simbólico da região. É importante que se diga que ao longo de todo o período aqui analisado, qual seja, final do século XIX e início do século XX, se constituiu poderoso setor de acumulação capitalista na cidade de Itacoatiara. A presença dos interesses associados a esse setor especifica o que foi dito até aqui sobre a estratégia de normatização e aburguesamento da cidade. Apenas a articulação dessa lógica, nos permite compreender a natureza das intervenções estatais urbanas durante o período, e principalmente as transformações nos modelos de gestão dos serviços públicos.

Nesse sentido Oliveira (2007), aponta que o setor de acumulação capitalista urbana, organizou-se a partir da atividade do comércio de produtos extrativistas, que no período de Isaac Pérez estava em franco declínio. Na verdade, ocorria no período a quase total superposição entre os produtores do espaço urbano e os ocupantes dos cargos públicos responsáveis por eles. O principal espaço de articulação desses grandes interesses era a Maçonaria e a Associação Comercial de Itacoatiara –ACI, associada a outra grande articuladora dos interesses da classe comercial em escala estadual, qual seja, a Associação Comercial do Amazonas –ACA. Podemos encontrar na ACI nomes dos mais ilustres membros da alta sociedade itacaotiarense como o próprio Isaac José Pérez como, já demonstrado, que a presidiu em 1921. Este mostrou-se fiel aos interesses da reprodução física da cidade e principalmente como responsável pelo processo de modernização burguesa. Esta modernização recebera loas na revista da Associação Comercial do Amazonas de 1927 momento em que homenageava a administração de Isaac Pérez e sua longa militância política desde as primeiras investidas na cidade de Cameté –PA assim referindo:

**Itacoatiara** ressurgiu-se movimentou-se engrandeceu-se com a orientação do seu actual administrador que, em pouco mais de um anno tem feito e conseguido o que nunca fizeram nem conseguiram todas as outras administrações que lhe antecederam. Umas por lhes ter sido negado o auxilio das próprias rendas municipaes, outras pela falta de competência e critério dos administradores. Alem das suas qualidades excellentes de administrador, demonstradas não so nas elevadas funções publicas que desempenha como na direção no seu estabelecimento comercial, o mais importante naquela cidade, **Isaac Perez** e também um perfeito cavalheiro possuidor de fina e cultivada intelligencia, captivada e seduzindo pelas suas fidalgas maneiras. Politico de larga tradição pertenceu a **corrente Laurista** que tantas luctas sustentou na politica paraense e foi, em **Cametá**, um dos valiosos elementos dessa cruzada especial republicana (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS-ACA. anno XVIII, Manaus, 30 de abril 1927, numero 144, p. 40 grifos nosso).

Como se pode perceber na citação supracitada, Isaac Pérez era adepto da corrente de Lauro Nina Sodré e Silva<sup>101</sup> importante figura do cenário político paraense que influenciou militâncias políticas tanto na capital Belém como por todo o interior paraense. O contato de Isaac Pérez com as ideias da corrente Laurista ocorre ainda na cidade de Cametá. Segundo Freire (1997), Sodré foi protagonista e formou sua identidade imerso em lutas no campo político brasileiro das primeiras décadas republicanas. Em 1896, ao deixar o governo paraense, Sodré publicou o opúsculo “Crenças e opiniões”. Seus principais objetivos ao publicar aquela obra foram reafirmar sua profissão de fé na doutrina positivista e no liberalismo econômico, além de responder às críticas da oposição paraense que o acusava de ateu e de tentar impor a tirania republicana. Fixados os termos da sua filiação à corrente científico-filosófica do positivismo, Sodré diz-se homem de governo e de ação que busca na filosofia positiva não ortodoxa como nova maneira de pensar o Brasil e como regra de conduta. Mas que procura nunca perder o critério seguro da relatividade que se traduz, na prática, na política do oportunismo toda vez que teve de influir para a adoção de novas leis e para as reformas das instituições políticas.

Segundo Coelho (2006), nestas poucas caracterizações já se pode verificar alguns elementos fundamentais das formulações da teoria política de Sodré. Primeiramente mostra-se um positivista aberto ao jogo político. Procura equilibrar-se entre a defesa da doutrina de Comte e o nítido predomínio do liberalismo nas instituições republicanas brasileiras. Ele não acatou a doutrina de Comte no seu todo, mas dela pinçou alguns elementos que foram empregados no ataque àquilo que considerava como representantes dos estágios não evoluídos da humanidade

---

<sup>101</sup> Nasceu no Pará no ano de 1858. Tanto seus avós como seu pai eram militares. Coursou a Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro e tomou-se um discípulo dileto do professor e republicano Benjamin Constant. Foi um dos divulgadores das ideias republicanas em seu estado natal (criou o Centro Republicano Paraense). Em 1890, iniciou sua trajetória como político, elegendo-se deputado constituinte federal pelo Pará. No ano seguinte, foi eleito presidente do Pará dando origem a uma importante corrente política naquele Estado (FREIRE, 1997).

- a monarquia, a igreja, o catolicismo como religião oficial do Estado, o padroado, a escravidão, enfim, todas as instituições ligadas de alguma forma ao sistema monárquico. Defendeu o sufrágio e a tolerância política e religiosa. Seu senso de oportunidade foi a senha para a sua permanência como força política importante naquele quadro de instabilidade da segunda metade do governo Prudente de Moraes. Sodré no exercício do poder atuou de forma pragmática, mas muitas das suas articulações políticas, não aconteceram exatamente dentro do campo da racionalidade democrática. Uma delas foi a formação das oligarquias, que caracterizaram a República Velha. Algumas das práticas oligárquicas se expressaram por meio do voto de cabresto, dos currais eleitorais, e do conlúio político praticado nas intendências do interior paraense, prática caracterizadora da atuação do coronelismo na Amazônia.

Ao aspirar as ideias da ciência de como governar de Lauro Sodré, Isaac Pérez personifica e acredita na força do progresso e nas leis naturais da sua dinâmica, defendendo a evolução moral e espiritual da humanidade. Esta posição foi calcada em um tipo de conhecimento imbricado entre a teologia judaica e o laicismo da Escola Israelita Universal que forjou em seu caráter explicação científica do mundo, posição assumida que acabou por prendê-lo a uma religiosidade laica (FALBEL, 2005). Mesmo durante a polêmica envolvendo questões de antissemitismo com a igreja católica personificada no Padre Joaquim Maria Pereira<sup>102</sup>, que o tipificava de modo pejorativo como o “prefeito judeu”, este não se abateu com tais investidas.

Segundo Coelho (2008), as ideias em voga naquele momento impostas pelo catolicismo impuseram a Pe. Pereira uma série de encíclicas lançadas pelo papado contra o que a igreja considerava serem tendências perigosas dentro da religião e da sociedade civil – liberalismo, protestantismo, maçonaria, racionalismo, socialismo, entre outras. Para a Igreja Católica, esses elementos eram os causadores de tantos males deploráveis e absolutamente opostos a religião católica e a sua doutrina na forma como se manifestava naquele início de

---

<sup>102</sup> O Padre Joaquim Maria Pereira (1878-1958), era português de nascimento e veio para o Brasil exilado pelo apoio ao monarquismo naqueles pais. Chegou na então capital federal Rio de Janeiro e em seguida transferiu-se para Manaus, onde trabalhou por pouco tempo, e como estivesse vaga a Paróquia de Itacoatiara, face ao desligamento do vigário Manoel Florêncio da Costa, foi designado para nela trabalhar, sob o pretexto de que o faria até a nomeação de um novo vigário, porém ficou em Itacoatiara por toda a vida. O responsável pela nomeação do Pe Pereira foi o bispo dom Frederico Benício de Souza Costa (1875-1948), que o encarregou também pelas paróquias de Silves e Uruará. A chegada do Pe. Pereira a Itacoatiara deu-se num clima altamente festivo. Recebido no porto por uma grande multidão, sob os acordes musicais da banda 5 de Setembro de propriedade de Alfredo Stone, além disso, foi saudado pelo juiz municipal Emilio Pinheiro (SILVA, 2018, p. 133-134). Antônio de Araújo Costa Filho (2008), narra a tragédia que se abateu logo depois sobre Pe. Pereira. Segundo Filho (2008), Pe. Pereira adoeceu em Itacoatiara e submeteu-se a uma intervenção cirúrgica oftalmológica no Rio de Janeiro pela qual ficou completamente cego. Quando retornou para Itacoatiara vindo da capital federal seu trajeto do porto a residência da família Peixoto foi percorrido na charrete ou carro de luxo do senhor Alípio Teixeira. Apesar de cego, nunca deixou de exercer as suas obrigações sacerdotais. Em qualquer cerimônia religiosa, fazia sentir a sua figura castíssima. Nas procissões, era muitas vezes visto, sob o palio, levando o Santíssimo. Apesar das dificuldades físicas, exerceu sua função sacerdotal até a morte (FILHO, 2008, p. 20; LOPES, 1956, p. 83).



século XX. O efeito prático dos ataques da igreja Católica a administração Isaac Pérez, foi a viagem do prefeito para Manaus com o propósito de denunciar Pe. Pereira ao Bispo da Capital. Parece que o resultado desse encontro foi positivo, uma vez que, o vigário de Itacoatiara silenciou de vez e não mais se manifestou sobre o “prefeito judeu” (FALBEL, 2005, p. 120).

Afora questões como essa de ordem sectária ou manifestações típicas de oposição político partidário, Isaac Pérez seguia até o final do ano de 1930 com o projeto de modernização de Itacoatiara. O seu plano de embelezamento para a cidade apresenta alguns aspectos que remetem diretamente para as reformas de Antônio Lemos, em Belém e Eduardo Gonçalves Ribeiro, em Manaus. Evidencia-se essa aproximação do projeto urbanístico da cidade com as duas capitais da Amazônia, pela forma que a cidade passou a ter, ou seja, uma atitude racional perante o traçado urbano, priorizando o desenho regular e mais amplo em substituição ao traçado original tímido que caracterizava o Centro Antigo. A principal evidência desta prática se mostra por meio do traçado tipo “tabuleiro de xadrez”, definido pelas linhas retas das ruas e avenidas que se cruzam formando quadras retangulares. Esse projeto reformador consolidou-se com a criação de amplos espaços públicos arborizados, ajardinados e embelezados, assim como a abertura e prolongamento de largas avenidas demarcando os grandes eixos da cidade e seus recortes espaciais mais nobres e valorizados para o lazer, a circulação e o comércio.

**Figura 51 - Plano de expansão urbana do bairro Centro para Colônia, Jauary e Iracy**



Fonte: Desenho de Jorge P. Santos. Itacoatiara (2006).

Para nos determos na análise do traçado urbano projetado por Isaac Pérez de ampliação da cidade é importante levar em conta o meio natural no qual ela estava inserida. Assim, os limites geográficos da cidade a Leste estenderam-se aproximadamente até as margens do Lago Jauary. Sendo assim, o limite para Oeste era circunscrito a área de várzea que drena em direção ao Centenário (Figura 48). Na região Sul, a malha urbana estendia-se até a região

de solo quaternário que drena para do Igarapé do Ventura (Poranga). Portanto, devido a esses elementos de contenção, a cidade teve expansão mais extensa e mais densa no sentido norte/sul, onde as ruas longitudinais norte/sul foram eleitas como principais e as ruas transversais do sentido leste/oeste foram consideradas secundárias. Com a investigação feita na planta em relação à malha urbana da cidade, pode-se dizer que a cidade apresentou inicialmente o crescimento contínuo (hipodâmico) e posteriormente passou a apresentar o crescimento descontínuo, fragmentado. Esse novo tipo de crescimento é perceptível ao analisar o mapa de evolução urbana de Itacoatiara de 1930 (Figura 48). Através desse mapa é possível concluir também que o início da expansão da cidade ocorreu através de linhas de crescimento, estas guiadas por estradas preexistentes, ao longo das quais se deu aos poucos a aglomeração populacional.

A regularidade, quando presente na ideia do urbanismo de Isaac Pérez, deveria ser considerada como método de levar à prática intenções precisas, mas não um objetivo em si. A partir disso, percebe-se também que o diálogo com o ambiente natural demandou o traçado por vezes irregular em parte dessa proposta de expansão. Assim, embora o projeto tenha mantido a regularidade, a simetria e a rigidez no Centro da cidade, importante elemento da composição da malha urbana, onde a finalidade, o caráter e a importância cobravam certo formalismo e monumentalidade, nota-se que há diferença entre o desenho urbano da periferia com a zona central da cidade.

A importância dada ao meio natural também é observada no projeto quando se avalia a intenção dele em inserir a forma pitoresca na malha da cidade, assim como de adequar novos elementos urbanos às características locais. Assim, também levava em conta o meio natural ao apresentar procedimentos metodológicos em relação a esse tema no tratamento do espaço. Em seu projeto urbano é destacada a adequação do traçado à topografia, pois os traçados propostos por esta administração acompanham o caimento natural das águas, como na forma retilínea da 15 de Novembro e Quintino Bocaiuva, até próximo ao Paço Municipal e o arruamento acompanhando a declividade da rua Quintino Bocaiuva no trecho que passa em frente ao casarão de Oscar Ramos (fig. 49).

As análises dos eixos estruturadores no plano traçado por Pérez, assim como a organização das vias principais e a sua circulação são muito importantes, pois segundo Unwin (1901), o desenho viário atribui ao plano personalidade própria. Na observação das áreas de expansão do plano para Itacoatiara é perceptível a existência de hierarquia entre as vias principais como: as avenidas Conselheiro Ruy Barbosa, 07 de Setembro, 15 de Novembro e Manaus e as secundárias: Luzardo Ferreira de Melo, Eduardo Ribeiro, Nossa Senhora do

Rosário pois elas podem ser facilmente diferenciadas pela largura, além disso nota-se que os eixos estruturadores da cidade conectam as diferentes zonas da malha urbana ao Centro. Alencar (1995), que conviveu por alguns anos em Itacoatiara narra no livro *Lembranças de Itacoatiara*, alguns aspectos da configuração do Centro para década de 1930:

Deixe que o leve em mais um passeio pela bucolica **Itacoatiara** dos anos trinta [...] quando por lá aportou a família **Alencar**. A primeira casa onde moramos, na esquina de seu Hilário Antunes, na rua Rui Barbosa com a rua Deodoro, hoje Adarnastor Figueiredo, passou mais tarde a ser o **Hotel Municipal** [...] Nessa mesma rua moravam, além do Seu Hilário, dona Laura, sua esposa e suas duas filhas [...] Um pouco mais adiante, no rumo da praça (13 de maio), ficavam de um lado a casa do Jason Hermida com sua **Capitania dos Portos**, logo adiante, no lado oposto, os fundos da casa do Alexandre Antunes, mais tarde prefeito da cidade e de quem eu ouvia papai dizer ser um verdadeiro *gentleman*, embora ainda não soubesse direito o que isso queria dizer. Na mesma direção dávamos a seguir nos fundos da **Padaria Bijoux**, dos portugueses Magalhaes e Brandao. [...] Chegando a praça de Nossa Senhora do Rosário (13 de maio), tínhamos a **Mesa de Rendas** numa esquina, o Café do "Seu" Natal e o **Cartório** do "Seu" Vicentinho [...] Nessa praça, além da igreja e do velho **Grupo Escolar de madeira (Escola Coronel Cruz)**, havia o Gentil Miranda, onde posteriormente o Jose Monassa construiria sua nova residência e a Prefeitura o novo Grupo Escolar Coronel Cruz. Logo adiante, o prédio ainda hoje bonito do Aquilino Barros, com a **Farmácia** do seu Jader Veras e o do Chico Athayde em baixo e o **Clube Amazonas** no andar superior [...] Descendo a rua passávamos pela padaria Bijoux, a **Tabacaria** do seu Fares Simão - local onde nos fins da tarde papai, padre Pereira e doutor Marcilio jogavam gamão com o velho tabaqueiro; a padaria do Carlos Teixeira; a taberna do Nelson Peixoto, onde a Haydé, entre uma reza e outra dava uma de vendedora; a **Sapataria** do Jose Simões [...] na esquina contrária; a casa do Alexandre Antunes; a **Farmácia** do Armindo com a Ninoca sempre elegante de gerente; a casa de comércio e moradia do Jose Manassa e, em frente, o comércio do Antônio Coelho (mais tarde o cinema e o comércio do Adolfo Olímpio). Nas duas esquinas opostas ficavam - pelo lado do rio a pracinha onde Dorn Paulo (Bispo) muito mais tarde mandaria colocar o relógio vindo do Canadá. Isto no local onde anteriormente tinha sido a casa do Jorge e Dona Joana, pais do Dibo, do Jorge, da Teje, fundadores do **cinema Cinco Unidos** (ALENCAR, Ruy. *Lembranças de Itacoatiara*. Manaus (S.E.) 1995. p. 05-06 grifos nosso).

Alencar (1995), aponta que a execução das mudanças projetadas para o Centro, demonstravam não só o crescente desenvolvimento econômico como urbano. Entretanto, na ampliação da cidade manteve-se o traçado, racional, reticulado, com predomínio da quadrícula sobre os retângulos. As estradas que ligavam a cidade de Itacoatiara, às estruturas da antiga Colônias e ao Jauary, formaram a rede suburbana de vias e pequenos caminhos no meio da mata. Ao longo do tempo, essa rede de vias, que abastecia a cidade de alimentos e matérias-primas, auxiliou a definir os vetores de expansão do espaço urbano. No início do século XX, esses eixos de crescimento já estavam formados e cabia aos proprietários o parcelamento de suas terras para melhor aproveitar a demanda gerada pelo crescimento populacional. As novas ruas eram mais largas e o lugar designado da praça era o ponto destacado do projeto urbano,

demarcando simbolicamente o Centro da cidade. A influência de Camillo Sitte<sup>103</sup> e Ebenezer Howard neste aspecto é evidente. Em meio a tantas mudanças e inovações no urbanismo naquele contexto no mundo, motivadas pela efervescência intelectual da época, começaram a surgir de todos os lados, publicações em formato de livros e revistas. Exponentes como Sitte e Howard, publicaram seus princípios em livros que passaram a ser marcos na história da construção das cidades, provocaram reações que alavancaram movimentos como a “Teoria da cidade-jardim” e seus desdobramentos projetuais (SOUZA, 2010).

Segundo OTTONI (1997), impressionado com a desordem, as doenças e a crescente criminalidade da metrópole, Howard defendeu a criação de cidades-jardim na periferia londrina, tornando-se um dos defensores mais influentes da dispersão urbana do século XIX. Essa influência foi traduzida, em 1898, momento em que Howard publica a obra “*Tomorrow: A Peaceful Path to Real Reform* – Amanhã: um caminho pacífico para uma reforma real” reeditada em 1902 com o título: “*Garden Cities of Tomorrow* – Cidades Jardim do amanhã” onde apresenta os caminhos para a solução do inexorável crescimento de Londres e suas periferias. Ademais, Choay (1992), acrescenta que para o pensamento de Howard, tanto a cidade, quanto o campo, podiam ser considerados como imãs que atraíam a população para si. O propósito do seu livro consistia em mostrar a direção para a construção do imã cidade-campo, o imã que uniria essas duas possibilidades em uma única. Portanto, a ideia de cidade-jardim nasceu da intenção de agregar as vantagens da vida ativa da cidade com a beleza e outras qualidades da vida do campo. A nova cidade seria construída com baixas densidades e com casas isoladas no meio do espaço verde. Com isso, era esperado que o nível da saúde e bem-estar dos trabalhadores fosse elevado. O conceito cidade-jardim não ficou restrito somente ao campo do planejamento de cidades novas sendo utilizado também para a reforma ou revitalização de áreas centrais de grandes e de centros de pequenas cidades (CHOAY, 1992).

---

<sup>103</sup> A referência à Sitte é mencionada e aparece na inserção da forma pitoresca, assim como na adequação dos novos elementos urbanos às características locais das cidades. Fazia parte da formação e do interesse profissional de Sitte a preocupação com a arte, com a beleza e com os princípios estéticos das cidades. Além disso, ele entendia a cidade como um corpo, um organismo em crescimento, uma obra de arte (ANDRADE, 1992). É válido lembrar que Sitte foi um marco nas teorias urbanísticas do final do século XIX. Muito prestigiado por urbanistas como Parker, Unwin e também por Saturnino, ele foi um dos primeiros a se preocupar com a preservação das cidades históricas, assim como questionar o traçado ortogonal e as destruições promovidas pelas grandes obras urbanas. Adotando também essa postura, Saturnino buscava intervir o mínimo possível no traçado urbano existente. Suas intervenções se constituíam basicamente em aberturas de vielas sanitárias, utilização de avenida canal ao longo dos cursos d’água, implantação de espaços públicos e a valorização de visuais pitorescas (OLIVEIRA e SOUZA, 2015).

**Figura 52 – Trabalho de paisagismo e arborização da Praça 13 de maio 1928 (Praça da Matriz).**



Fonte: Acervo do historiador Frank Queiroz Chaves. Itacoatiara, 1928.

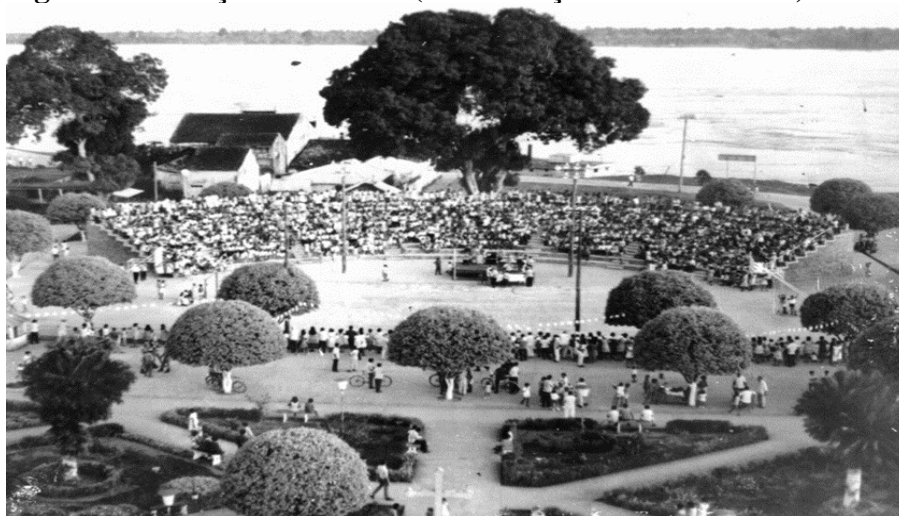
A aproximação de Isaac Pérez com as ideias de Howard se traduz nas mudanças urbanas em Itacoatiara, sobretudo do Centro, que antes era de moradia, e que então passou a assumir também o papel de práticas comerciais, como complementação das suas funções. Assim, o Centro tornou-se também lugar de trabalho, recreação, comércio, circulação e convívio. No que se refere à morfologia urbana, o aspecto original de Howard se constituiu na grande importância simbólica dada aos espaços verdes. Sua teoria serviu de referência e repercutiu em várias experiências do urbanismo no mundo ao longo do século XX. A ressonância da cidade-jardim chegou a vários urbanistas por todo o mundo que projetaram diversos exemplares.

De acordo com Wolf (2001), dois fatos possibilitaram os profissionais brasileiros tomarem conhecimento dos conceitos howardianos. O primeiro se deu em 1915, quando a *Companhia City* contratou os arquitetos ingleses Raymond Unwin e Richard Barry Parker para elaborarem o projeto do bairro Jardim América na capital paulista. O segundo está relacionado à vinda do urbanista francês Donald Alfred Agache ao Rio de Janeiro, em 1927. Através de suas palestras e de alguns meios de comunicação impresso, foram expostos os conceitos elaborados por Howard para diversos profissionais, acarretando a proliferação deste ideal em vários estados do país (WOLF, 2001).

A reformulação de leis como o Código de Posturas alterado por meio da Lei 439, de 20.10.1926 propiciaram a implantação de projetos no plano urbano e trouxeram contribuições do urbanismo que estava em alta no exterior. Essa ressonância ao espaço verde pode ser demonstrada no trabalho de arborização e ajardinamento da Praça 13 de Maio que possibilitou como elemento fixo da paisagem ser circundada pelas instituições públicas e privadas tais como: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Grupo Escolar Coronel Cruz, Sagrado

Coração de Jesus, Paço Municipal, diversas lojas comerciais e casa particulares. A harmonia entre os espaços públicos e privados foi dada pela ambientação pitoresca das vias largas e pela composição arbórea, implantada tanto nas vias como nos recuos dos lotes. Podemos dizer então que a Praça 13 de Maio se constituiu ao longo do tempo como polo de crescimento da aglomeração urbana a partir da qual dar-se-á a expansão que foi projetada a partir do bulevar Conselheiro Ruy Barbosa, via expressa que funcionou como adequação ao conceito de “Cidade Jardim”.

**Figura 53 - Praça 13 de Maio (atual Praça da Matriz 1950)**



Fonte: Acervo Jurandir Pereira da Costa. Itacoatiara, 1950.

**Figura 54 – Fotografia aérea de Itacoatiara (1950)**



Fonte: Acervo Frank Queiroz Chaves. Itacoatiara, 1950.

Segundo Trevisan (2014), a aplicação dos conceitos de cidade jardim ocorreu de forma mais intensa entre as décadas de 1910 e 1930, fomentadas por ações de agentes de capital privado que buscavam, com base nesse tipo urbanístico, garantir lucratividade. Mesmo tendo

adentrando por um viés capitalista, este ideário conquistou adeptos e se proliferou pelas cidades de outros estados, introduzindo novo conceito de habitar a cidade brasileira do século XX, sendo assim, o modelo cidade-jardim assumiu diversos papéis no urbanismo brasileiro.

O modelo cidade-jardim se insere no rol dos pensamentos utópicos, o qual devemos considerar que se trata de esquema, e não o modelo pronto para reprodução, o que nos indica que o ideário merece atenção como referência de utopia de cidade como nos levou a refletir Mario de Andrade (1976), caracterizando Itacoatiara como cidade mítica quase invisível, como aquela Veneza revelada por Marco Polo através da geografia imaginativa criada por Ítalo Calvino (1972). Em viagem pelo rio Amazonas, Mario de Andrade (1976), antes, ao ultrapassar a cidade de Óbidos – segundo revelou em seu diário – Itacoatiara apareceria em sonho, e não existia no mapa, mas encenava parodicamente a cidade da floresta, nesse pensamento onírico misturava elementos da cidade medieval com a simbologia da biodiversidade amazônica:

3 de junho madrugada cheia. Pelas duas horas portaremos em **Itacoatiara**, primeira cidade do Estado do Amazonas. Vista em sonhos. É a mais linda cidade do mundo, só vendo. Tem setecentos palácios triangulares feitos com um granito muito macio e felpudo, com uma porta só de mármore vermelho. As ruas são todas líquidas, e o modo de condução habitual é o peixe -boi e, pras mulheres, o boto. Enxerguei logo um bando de moças lindíssimas, de encarnado, montadas em botos que as conduziam rapidamente para os palácios, onde elas me convidavam pra entrar em salas frias, com redes de ouro e prata pra descansar ondulado. [...] Depois íamos visitar os monumentos públicos [...] As ruas não se chamavam com nome de ninguém, não. Tinha a rua do Meu Bem, a rua das Malvadas, a rua Rainha do Café, a rua das Meninas, a rua do Perfil Duro<sup>104</sup>, a rua do Carnaval, a rua Contra o Apostolado da Oração. E todas as moças lindíssimas deixavam facilmente eu cortar os cabelos delas. Eu cortava que mais cortava, era um mar de cabelos, delicioso mas um bocado quente. Foi quando me acordaram. Que eu desculpasse mas tinha uma pessoa que precisava falar comigo. Três horas. Ouvi bulha maior que a de costume, enquanto botavam um pouco de água fria em mim. Percebi luzes pelo telhado da cabina, ah! era **Itacoatiara**. E era o capitão delegado regional do lugar que, como representante do Governador do Estado do Amazonas, e ainda do prefeito de Itacoatiara (**Isaac Pérez**) vinha apresentar a dona Olivia e comitiva as boas vindas no Estado (ANDRADE, 1976 p. 81).

Segundo José Tavares Correia de Lira (2005), a cena fantástica, ao lado de sua componente utópica, revela a oscilação satírica entre o modelo oriental da cidade invisível, com seus palácios revestidos de granito e mármore, e a diversidade local, exemplificada na rede, as ruas cobertas de água de nomes bem nortistas em alusão ao amor, ao pecado e às companheiras

---

<sup>104</sup> Alusão à mulher amada, Maria, que inspirou a Mário de Andrade os poemas de lirismo amoroso de "Tempo de Maria", em Remate de Males, aquela " . . .em cujo perfil duro jaz perdida / A independência do meu reino de homem." O "perfil duro" está também na Uiara que atrai Macunaíma quando de sua volta para o Uraricoera (ANDRADE, Mario. O turista aprendiz. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 1976 p. 81).



de viagem. A paródia onírica ressoava e amplificava o disparate da cidade européia com a extravagante arquitetura de estilo em plena floresta. Este urbanismo surrealista de Mário de Andrade levava ao extremo as impressões paradisíacas de suas Veneza e Cáiros amazônicos. Experiências de cidades que ao serem “desgeograficadas” macunaimicamente criam novas geografias, mapas legendários, livres de contingências regionais, embrulhados de propósito, mas também livres das convenções e dos modelos de exportação, capazes de criar na pátria expatriada um itinerário fantástico, espécie de utopia geográfica, que corrige o grande isolamento em que os brasileiros vivem, subtraindo-o pelo elo fraterno da vizinhança (LIRA, 2005, p. 143-210).

Depois dessa revelação do imaginário fantástico, Mario de Andrade (1976), desembarca em Itacoatiara na manhã do dia 02 de setembro de 1927, sendo recebido na ausência do prefeito Isaac Pérez, pelos vereadores Armindo Magalhães Ausier, Cassiano Secundo Nunes de Oliveira, Antônio Soares Pereira, Hiram Fonseca, Osório Alves da Fonseca, e o vigário-geral Pe. Pereira. Neste dia Isaac Pérez encontrava-se em Manaus para tratamento médico, além disso, matinha articulação política com o governo do Estado no sentido de liberar novos recursos para dar continuidade as melhorias e mudanças urbanas em Itacoatiara (SILVA, 1998). Muito embora as transformações e a modernidade que se instituía no espaço não atendessem a todos de forma equitativa, ainda assim, essas transformações seriam enaltecidas pelo governo, evidentemente havia o efeito político das obras sobre o imaginário coletivo, e por isso deveria dar-se notoriedade aos feitos dessa administração. Em Mensagem apresentada pelo governador Efigênio de Salles e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da 13ª legislatura em 14 de julho de 1928, consta o registro das melhorias urbanas bem como, das obras visitadas e inauguradas com o apoio financeiro do governo do Estado, destacando-se iluminação pública, reforma da Ponte Stone, prolongamento da avenida Conselheiro Ruy Barbosa, entre outras:

Por último aporrei a **Itacoatiara**. Correndo a cidade, tive ensejo de apreciar, de visu, os grandes melhoramentos ahi introduzidos nos dous últimos annos da administração municipal. Inaugurei pessoalmente a **luz electra**, mandada installar pelo governo do Estado, conforme já vos informei no capitulo próprio, o caes e as **escadarias do porto** e a **capela do Cemitério**, dous exescellentes serviços do actual prefeito, visitei a **Ponte Stone**, casa commerciaes, residências particulares, etc., recebendo de tudo a mais agradável impressão. Verifiquei com prazer que Itacoatiara atravessa actualmente um período de sensível **progresso** sob as vistas esclarecidas do sr. **Isaac Perez**, laborioso prefeito municipal. E, si grande tem sido o amparo que lhe vem prestando o governo do Estado, com a manutenção em dia de todas as contas do município e com a absoluta pontualidade na entrega das arrecadações, não lhes regateando, pois, elementos indispensáveis a actividade que desenvolve, grande também tem sido a dedicação, com que o digno administrador sabe servir a sua terra, dotando-a de **obras** de utilidade (Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado do Amazonas Efigenio de Salles



a Assembleia Legislativa e lida na abertura da 3ª Sessão Ordinária da 13ª legislatura, em 14 de julho de 1928, p. 161-162 grifos nosso).

As obras reformuladoras construíram certa centralidade que foi reforçada a partir da administração Pérez, por meio da reestruturação do código de postura promulgado pela Lei 439, de 20.10.1926 que possibilitou a melhoria da qualidade das construções. Segundo Oliveira (2007), ao impor a ventilação de todos os compartimentos e o incentivo à insolação, as “casas de porta e janela” foram impossibilitadas de serem construídas. O pensamento positivista não só influenciou os códigos de postura como também na formação dos profissionais e técnicos. O destaque nesse período em Itacoatiara será dado as figuras do agrimensor Cassiano Secundo Nunes de Oliveira e o construtor civil Antônio Pereira Tavares Retto.

Ambos realizaram as mais importantes obras urbanísticas e construções que mudaram a feição urbana da cidade. Nas primeiras décadas do século XX a cidade se estruturava com novos equipamentos, e a vinda de técnicos foi muito relevante na construção da modernidade que se instituía. A disseminação dos conhecimentos de agrimensura e engenharia para Itacoatiara, está no fato de alguns técnicos que trabalharam na reforma urbana de Manaus no período de Eduardo Ribeiro, transferirem-se para esta cidade, quando do término do mandato de Ribeiro como governador. O aproveitamento desse pessoal em construções e obras viárias, centrava-se na ideia de que o desenvolvimento das cidades envolvia a solução das questões de saneamento e salubridade que era um dos assuntos tratados pelas municipalidades influenciadas pelo pensamento urbanístico de Francisco Rodrigues Saturnino de Brito<sup>105</sup> em voga a época (MIRANDA, 2013).

Andrade (2004), salienta que, assoladas por epidemias, como cólera, febre amarela, febre tifoide e peste bubônica, muitas cidades brasileiras, no início do século XX, sofreram reformas que privilegiaram o sanitarismo, a circulação viária e o embelezamento. Entretanto, foi a partir da publicação da obra de Saturnino – *“Notes sur le Tracé Sanitaire des Villes – Notas sobre rotas da cidade em Saúde”* em 1916, foi que houve maior difusão desses princípios entre os profissionais que realizavam planos de saneamento ou de melhoramentos urbanos.

Nesse contexto, cujas transformações urbanas foram marcadas principalmente pela elaboração de projetos de saneamento, embelezamento e melhoramentos, os princípios urbanísticos do Saturnino foram muito significativos, o que pode ser deduzido pela grande

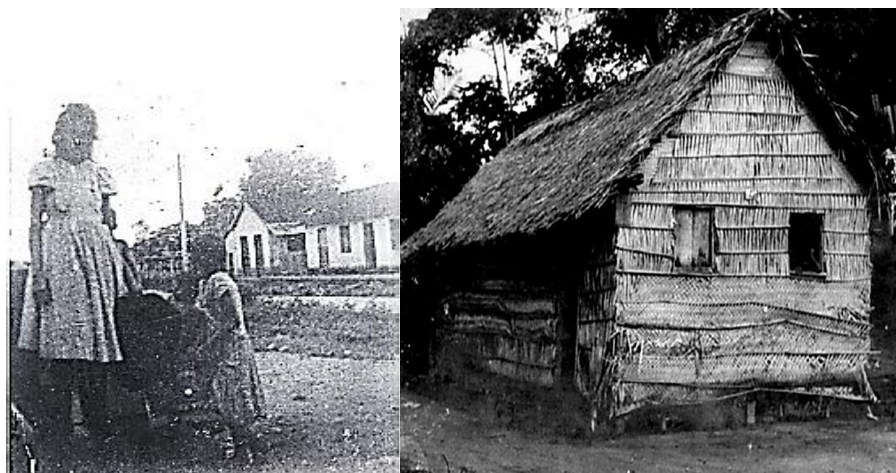
---

<sup>105</sup> O urbanismo sanitarista brasileiro resume-se quase totalmente na obra do engenheiro Francisco Rodrigues Saturnino de Brito. Nascido em Campos dos Goitacazes, no Rio de Janeiro, Saturnino (1864-1929) desenvolveu sua formação técnica como engenheiro civil a partir de 1887, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, adquirindo embasamento teórico e capacitação para atuar em diversos campos de sua área. Entre 1887 e 1895 obteve aperfeiçoamento em medição topográfica e na familiarização de questões urbanas (MENDONÇA et al., 2009).

ressonância dos seus projetos em inúmeras cidades. O pensamento sanitarista influenciou a administração em Itacoatiara na medida em que a cidade crescia e o perímetro urbano se reajustava as novas demandas da economia extrativista. Porém, essas mudanças não ocorreram de modo uniforme, vale ressaltar, que as ruas da periferia não respeitavam as regras das ordenanças municipais e eram traçadas em desconexão com as pré-existentes. Não tinham o mínimo de pavimentação nem usufruíam da rede de serviços públicos como a iluminação, portanto, tinham condições de higiene e salubridade pouco satisfatórias.

Em geral, o sistema utilizado era o de autoconstrução da habitação pelos compradores de terreno distribuídos nas matas e capoeiras que circundavam a cidade. Além disso, a expansão desordenada da cidade para as imediações da Colônia do Jauary e arrabaldes estava ocorrendo ao longo dos estreitos caminhos que cortavam a floresta, formando aglomerações de precárias habitações, com ruas de pouca largura, traçadas sem se constituírem como elementos harmônicos do plano geral. Assim, nota-se que havia uma evidente segregação socioespacial entre o Centro planejado e moderno em detrimento a periferia desassistida sem o mínimo de infraestrutura.

**Figura 55 - Coleta de água na bica do bairro da Colônia (1940)**  
**Figura 56 - Casa de palha na periferia de Itacoatiara (1930)**



Fonte: Acervo Frank Queiroz Chaves: Patrimônio cultural do Município de Itacoatiara (2014).

Porém, a construção do imaginário coletivo por parte do governo do Estado de exaltação as obras do período Pérez foram possíveis devido ao projeto dos republicanos amazonenses que pretendiam transformar a região de Itacoatiara num celeiro da produção extrativista, para sustentar a decadente economia, recebendo para isso investimentos consideráveis como por exemplo as diversas obras viárias que o Estado promoveu para a modernização da cidade. Esses investimentos fizeram que surgisse de imediato a preocupação

das elites locais na elaboração do projeto urbanístico para o Centro da cidade. Os trabalhos regeneradores eram feitos para proporcionar nova feição urbana digna do papel que esta cidade representara doravante. Em suma, pode-se deduzir que, a representação dos grandes centros ditos civilizados, principalmente Paris, plasmou de forma acentuada a sociedade amazônica desse período. Em outras palavras, a representação dos hábitos e costumes europeus estava cada vez mais encenada no cotidiano urbano de Itacoatiara, naquele início de século XX. Portanto, era o cenário urbano tomado por senhores e senhoras que buscavam desfrutar os espaços das praças, das ruas, dos cinemas, dos clubes, das agremiações, dos bailes, assemelhando-se com os rituais da civilização do mundo da burguesia. Assim, adotar o comportamento e uso da cultura urbana européia era estar em sintonia com as pulsações aceleradas de uma época de transformações ditadas pela ideologia do progresso e civilização. Portanto, o Projeto de Embelezamento da cidade de Itacoatiara foi implementado e regido pelo prefeito Isaac José Péres, mas não podemos ignorar o fato de que, por trás de suas ideias e ações, havia o apoio da estrutura do Estado, ou mesmo que, essa estrutura estava submetida às exigências do mercado internacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado teve como objetivo principal identificar o papel da modernização urbana que cumpriu Itacoatiara como cidade polo no contexto territorial do Médio Amazonas no início do século XX, a partir do movimento imigratório judeu do Marrocos que trouxe centenas de famílias para a Amazônia. A análise está centrada nos desdobramentos políticos que alçaram a gestão pública do município o prefeito Isaac José Pérez. Desse modo, buscou-se: a) sistematizar um aparato teórico-metodológico que permitisse qualificar (identificar) e quantificar (classificar) as famílias judias da diáspora marroquina que estabeleceram-se em Itacoatiara ; b) compreender o papel que algumas dessas famílias tiveram tanto no contexto do desenvolvimento local, como também na articulação geopolítica do sionismo nacional e internacional; c) identificar componente da teoria urbanística atuante na modernização de Itacoatiara; e, por fim, d) compreender o papel da rede intercomunitária judaica para a modernidade da cidade.

Desse modo, concordamos que as teorias urbanas são importantes e devem ser estudadas e analisadas pelo valor propositivo que tiveram ao longo da história como instrumento de configuração da cidade em prol da melhoria da qualidade de vida. No início do século XX, os conceitos inovadores da teoria da cidade-jardim, como instrumento de política urbana no controle do desenvolvimento físico-espacial e como organizador do espaço ao tentar unir características do campo e da cidade e melhorar a qualidade de moradia das pessoas, refletiram-se em diversos planos urbanos de vários países. Em Itacoatiara, como em outras cidades do Amazonas, devido ao rápido crescimento espacial foram necessárias transformações no seu tecido urbano. Se as primeiras concepções urbanísticas adotavam o traçado ortogonal como elemento estruturante da cidade, as novas ideias urbanas que surgiram na Europa durante o século XIX e XX, em resposta aos problemas gerados pela Revolução Industrial, chegaram até o Brasil trazendo novos traçados que geraram novas configurações no espaço urbano.

Do ponto de vista qualitativo, foi também necessário compor o conjunto de atributos a partir da contribuição de vários autores que serviram de referência tanto para estabelecer a base conceitual como para definir as premissas metodológicas visando analisar a estruturação da modernidade urbana da cidade de Itacoatiara bem como, a imigração judaica para a Amazônia. Desse modo, a partir dos autores acima mencionados, conclui-se que a rede intercomunitária judaica articulou e projetou a partir de lideranças locais a modernidade e a

reestruturação urbana implantada em Itacoatiara cidade do Médio Amazonas, acrescentando-se:

- a) Ao fato de Itacoatiara ser espaço de mediação econômica entre pequenas cidades e os grandes centros, servindo de base de deslocamento para outras cidades dentro de sua região. Os fluxos de capitais estaduais, nacionais e internacionais tiveram como elemento estruturador a situação geográfica favorável. Essa variável, possibilitou a construção de fatores como facilidade de logística para o acolhimento de novidades, inovações, bem como, o atendimento da própria população, assim como da população circunvizinha. Portanto um porto muito ativo está na base do seu desenvolvimento, posição que a cidade ocupa desde a colonização. E neste particular, consolidou-se como cidade portuária tendo como exemplo a chegada de algumas inovações que se dava primeiro em Itacoatiara para depois estabelecerem-se em demais cidades da região, dentre as quais podemos destacar: cafés, biblioteca, escolas privadas, posto de saúde, entre muitas outras. Foi a primeira cidade do interior do Amazonas a ter Alfândega (1872), jornal (1874), telégrafo (1896), cinema (1909), automóvel e teatro (1913) primeira igreja protestante (1913) dentre outras novidades de menor amplitude, mas que atestam o período de efervescência modernizadora que se instituiu a cidade.
- b) Ao fato da imigração a partir do contato com as inovações no exterior projetar no imaginário coletivo, as melhorias que a modernidade poderia possibilitar na melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, cujas transformações urbanas foram marcadas principalmente pela elaboração de projetos de saneamento, embelezamento e melhoramentos, os princípios urbanísticos horwadianos foram muito significativos, o que pode ser deduzido pela grande ressonância dos seus projetos em inúmeras cidades. Isso se deu, principalmente, através do intenso intercâmbio entre imigrantes europeus que conviveram em seus respectivos países e acompanharam *in loco* não só as novidades emergidas com a sociedade capitalista bem como, as obras de urbanismo nessa época. Presente no processo de modernização da cidade de Itacoatiara, o estrangeiro, em especial o europeu, atuou como referencial de urbanidade numa sociedade ávida por “europeização”.
- c) Ao fato de o fenômeno coronelismo ser fundamental para a profissionalização política da elite itacoatiarense, onde os interesses se adaptavam aos ditames do

jogo político local e estadual, que passavam também por processo de transformação, onde ganha força a figura do coronel. Assim, apesar de representar as transformações e modernização necessárias ao aparelhamento burocrático e urbano durante este período, o processo de profissionalização do coronelismo local, passa por uma espécie de depuração onde sua prática política personalista deve estar em consonância com os interesses da elite política regional, interesses do governo do estado e do poder central. Esse processo garantiu a permanência das elites locais como protagonistas garantindo seus interesses em detrimento da grande maioria da população alijada e segregada e distante do espaço privilegiado do Centro. O engajamento político de Isaac Pérez garantiu laureamento que ultrapassou as fronteiras da cidade projetando-o como elemento político ligado ao governador Efigênio de Sales que chancelou sua nomeação.

d) A busca de civilizar a cidade e pô-la no caminho do progresso significava para os que geriam a Itacoatiara do início do século XX, alterar suas formas físicas de maneira a romper com o passado colonial, ainda presente naquele contexto, na forma de ruas estreitas e enviesadas, ou em caminhos tortuosos que adentravam a mata. Mas como observamos ao longo deste trabalho, significava mais do isso, quando as novas posturas reformavam costumes, hábitos considerados arcaicos típicos da cultura rural. Essas transformações tiveram como principal articulador o prefeito Isaac José Pérez que construiu a imagem de cidade modernizada criada em meio as transformações socioeconômicas daquele início século do XX, inserida numa realidade de intensas contradições. Isaac Pérez, a partir do ocultamento da questão social, levanta desafios sociais não resolvidos e modifica o padrão de segregação socioespacial estabelecido em Itacoatiara. Desse modo, é instaurado novo padrão de segregação na cidade, visto como ‘’moderno’’, uma vez que, define de forma objetiva prestigiar os espaços para onde deverão se dirigir a população, qual seja, o Centro, em detrimento com a desassistida periferia. Ao longo dos anos, sobretudo na segunda metade da década de 1920 o Estado interviu de forma estratégica no espaço urbano de Itacoatiara e ditou as regras, não só do espaço físico, mas através dos códigos de postura que agravou uma cultura urbana marcada pela desigualdade social. Esse padrão de intervenção foi tornado projeto e potencializado no governo Pérez, fato de marcar a história da urbe pela espetacularização do mito da cidade moderna bem como, pela intensa repressão do

direito a cidade pelos mais pobres, resultando no agravamento da segregação socioespacial.

Finalmente cabe resgatar até que ponto a cultura judaica teve papel importante na conformação da espacialidade das primeiras décadas do século XX na cidade de Itacoatiara. Sem dúvida a administração Isaac Pérez teve relevância na estruturação urbana e as leituras feitas e os documentos consultados permitem afirmar que isso tem a ver com a cultura judaica. É pertinente afirmar que se trata da ação de um administrador com sólida formação e com conhecimento de projetos urbanísticos os mais relevantes, que aproveitou a conjuntura do período de sua administração para desenvolver uma série de inovações urbanas na forma de benfeitorias públicas, do arruamento das amplas áreas verdes e do traçado das ruas que respeitava a topografia da área. Aspirou o modelo urbanístico em voga que incorporou o conceito do teórico judeu britânico Ebenezer Howard e se fez presente de forma pragmática entre 1926 a 1930 período em que esteve a frente da Prefeitura.

Porém, uma dúvida se faz necessário ser esclarecida: Como Isaac Pérez tomou conhecimento desta corrente do urbanismo europeu que se difundiu pela Amazônia? Sustentamos que está relacionada com sua carreira como empresário ligado ao comércio extrativista, pelo qual esteve em diversas viagens entre Manaus, Belém e Rio de Janeiro. Essa atividade comercial lhe possibilitou ver *in loco* as reformas e transformações urbanas adotadas pelo poder público destas respectivas cidades que buscaram inspiração grosso modo no modelo howardiano. Além disso, outra resposta, está relacionada a rede de contatos nacional e internacional da qual fazia parte ligada a comunidade judaica. A troca de informações entre seus pares possibilitou ter acesso as novidades, técnicas e estudos que naquele momento irradiava-se do continente europeu para o mundo.

Exemplos evidentes dessa malha e suas conexões interligando a rede intercomunitária foram: a) os diversos jornais locais e extra-locais como: A Columna, (Rio de Janeiro) Kol Israel (Belém), Folha Israelita do Amazonas (Manaus), dentre outros, b) a formação intelectual forjada na rede de escolas da AIU no Marrocos que possibilitou a emergência de lideranças com atuação em diferentes campos como na política, literatura e economia da região, c) dos inúmeros contatos e pessoas de referência intra e extra familiares que atuaram na mobilização, acolhida e encaminhamento aos postos de trabalho no extrativismo, caso explícito podemos confirmar foi a transferência de Isaac Pérez de Cameté para o rio Autaz, provocada pelo relacionamento familiar entre os Pérez e os Ezagui d) o assistencialismo da Sociedade Exercício de Caridade de Israel de Itacoatiara- *Hebra Guemiluth*

*Hassadim -SECIGH*, que visava manter apoio material, moral e espiritual entre os membros comunidade, e) no papel de fortalecimento cultural e identitário de instituições como a pequena sinagoga que funcionava na casa de Estér Ezagui, que mesmo localizada numa pequena cidade do Amazonas, e portanto distante dos grandes centros do país, articulou o nome de Ambrósio M. Ezagui para participar do 1º Congresso Sionista do Brasil sediado no Rio de Janeiro em 1917, demonstrando o protagonismo da comunidade judaica de Itacoatiara.

Por fim, é possível que os elementos estruturantes da teoria cidade jardim possa ter sido aspirada para Itacoatiara por meio das conexões desta rede. Ao analisar os relatórios de Isaac José Pérez nota-se que a influência da ideia original do conceito cidade-jardim de Ebenezer Howard foi apropriada, mesmo que isso tenha se dado de forma não intencional adaptando-se às especificidades da cultura e da geografia local, sendo pertinente pensar como “A kipá e o cocar” articulada à rede intercomunitária judaica na região contribuíram para a estruturação urbana da pequena Itacoatiara no coração da Amazônia.



## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **A peste e o plano: o urbanismo sanitarista do Eng.º Francisco Saturnino de Brito**. 1992. 282f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

AGUIAR, Lileane Praia Portela de. **Belle Époque: dois atos, dois palcos**. Manaus, 2003. XXX f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociedade e Cultura) Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas.

ALENCAR, Ruy. **Lembranças de Itacoatiara**. Manaus: (S.e), 1995 (texto inédito).

ADAMS, C., MURRIETA, R., NEVES, W. (Orgs) **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

ANDRADE, Mario. **O turista aprendiz**. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 1976.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Verso, 1991.

ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. **Mário Ypiranga & Samuel Isaac Benchimol- duas águas do paraíso amazônico**. Manaus: Editora Rocha LTDA, 2000.

ARCE, Belizário, **Amazônia: contribuição das famílias imigrantes para a construção regional**. Manaus: PanAmazonia, 2018.

ASHERI, Michael. **O judaísmo vivo: as tradições e as leis dos judeus praticantes**. 2. ed. revisada. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

ARENDT, Hannah. 1973. **The origins of totalitarianism: part II – Imperialism**. Nova Iorque: H. Brace, 1973.

ARENDT, Hannah. **Rahel Varnhagen: the life of a jewess**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

AZEVEDO, João Lúcio de. **História de Antonio Vieira**. São Paulo, v. I-II: Alameda Casa Editorial, 2008

AZEVEDO, J. Eustáquio de. **Literatura Paraense**. Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré: Belém, 1943.

AZULAY, F. **Torá**. Rio de Janeiro: Gráfica luna, 1980.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: ROMANO, Ruggiero. Enciclopédia Einaudi. (Ed Portuguesa), Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985. Vol. 5.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969.

BARTEL, Carlos Eduardo. **O movimento sionista e a formação da comunidade judaica brasileira (1901-1956)**. 2012. 300 f- Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2012.

BARON, Salo W. **História e historiografia do povo judeu**. Tradução Renato Mezan. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BARBOSA, Waldir de Albuquerque. **O regatão e suas relações de comunicação na Amazônia**. 1980. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação USP/ECA), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

BARBOSA, Pinto. **Almanaque do Pará, comercial, industrial e administrativo. 1889**. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira-HDB. [www.hdb.gov.br](http://www.hdb.gov.br) Acesso em 07. 05.2018.

BARTH, Fredrich. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: Unesp, 1998.

BERMAN, Marshall. **Tudo que solido se desmancha no ar**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

BENÉVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Editora Presença, 1987.

BENCHIMOL, Samuel. **Manãos do Amazonas: memória empresarial**. Manaus: Edua, 1994a.

BENCHIMOL, Samuel. **Judeus no ciclo da borracha**. Manaus: [s. ed.], 1994b.

BENCHIMOL, Samuel. **Eretz-Amazônia – Os judeus na Amazônia**. Manaus: Valer, 1998.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Formação Social e Cultural**. Manaus: Editora Valer, 1999.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. Manaus: EDUA, 2010.

BENTES, Abraham Ramiro. **A primeira comunidade israelita brasileira: tradições, genealogia, pré-história.** Rio de Janeiro: Bloch, 1989.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna.** São Paulo. Perspectiva, 1983.

BERMEGUY, Amélia. **Imagens da Ilusão: Judeus Marroquinos em busca de uma terra sem males. Pará 1870-1910.** São Paulo: PUC, 1998.

BERREDO, Bernardo Perreira de. **Anais históricos do Estado do Maranhão.** Rio de Janeiro, 1989.

BETTENDORFF, João Felipe (Pe). **Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão.** 2. Ed. Belém: Grafi-Centro, 1990.

BIRNBAUM, Eliahu. **Sefer Torá Centenário.** Belém: Amazônia Judaica-AJ, 2017.

BITTENCOURT, Agnelo. **Corografia do Estado do Amazonas.** Manaus: [s.n.] 1985 (Coleção Hiléia Amazônica).

BUENO, Manoel Antônio Pimenta. Industria extractiva. A borracha. In: PEDROSA, João José. **Falla com que o Exm<sup>o</sup> Snr. Dr. João José Pedrosa abriu a 1<sup>a</sup> sessão da 23<sup>a</sup> Legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 23 de abril de 1882.** Pará: Typ. de Francisco da Costa Junior, 1882. p. 46-62.

BLAY, Eva Alterman. Os judeus na Amazônia. In: **Identidades judaicas no Brasil contemporâneo.** In: SORJ, Bila. Org. Rio de Janeiro: Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

BLECH, Benjamin. **O mais completo guia sobre o judaísmo.** São Paulo: Sêfer, 2004.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. 7 v.

BORGER, Hans. Na rota dos sefaradim. In: **Uma História do povo judeu: de Canaã à Espanha.** 4. ed. São Paulo: Sêfer, 1999. v. 1.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRAGA, Robério. **Itacoatiara.** Manaus: ICOTI, 1979.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os nomes sociais: dos tipos de pessoas: a identidade. In: **Identidade e etnia: Construção da pessoa e resistência cultural.** Campinas, 1985.

BRAUDEL, Fernand. **Os Jogos das Trocas: Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**, tomo 2. Tradução Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa: Cosmos, 1985.

BRITO, Roberta Kelly Lima de. **Vapores de Mauá: A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1852-1871)**. 2018. 183 f. Dissertação ( Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2007.

BRUMER, Anita. **Identidade em mudança**. Federação Israelita do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1994.

CALVINO, Italo. **Cidades Invisíveis** (Título original: *Le citta invisibili*). Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Biblioteca Folha, 1972.

CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Mouros, franceses e judeus**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBRA, Jurandir (Orgs). **Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas/SP: Papirus, 2000.

CARO, Isaac. **Identidades judias contemporâneas em América Latina**. Atenea, n. 497, p. 79-93, 2008. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/atenea/n497/art06.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

CASTRO, E. M. R. . **A Questão Urbana na Amazônia**. Estudo e Problemas Amazônicos: Revista de História Social e Econômica e Temas Especiais, UFPA, v. 2, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não fio**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CARVALHO, Alfredo de. **Genese e Progressos da Imprensa Periódica no Brasil**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CORREIA, Roberto Lobato. **A Periodização da rede urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, n. 3, v. 4, p. 39-68, jul./set., 1987.

COSTA, Selda V. **Eldorado das ilusões: Cinema e Sociedade. Manaus: 1897-1935**. Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

COSTA FILHO, Antônio de Araújo. **Memórias Esparsas: flagrantes da vida real**. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceara- EdUECE, 2008.

COUTINHO, João Martins da Silva. **Relatório sobre alguns lugares da Província do Amazonas especialmente do rio Madeira**. Manaus: Codeama/IGHA, 1986.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. **Enciclopédia de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v.

CHAVES, Frank Queiroz. **Patrimônio Cultural e Histórico de Itacoatiara (1903-2012)**. 2014. 221 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA). Universidade Federal do Amazonas-UFAM, 2014.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. Rio de Janeiro: Livraria Classica, 1909.

CUNHA, Euclides da. Primeira Parte. À Margem da História. In: PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). **Obra Completa de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2009b [1909]. v. I, p. 131-203.

CRUZ, Oswaldo. Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas. In: CRUZ, Oswaldo; CHAGAS, Carlos; PEIXOTO, Afrânio. **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: Philippe Daou, 1972.

COELHO, João. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antonio Luiz Coelho, Governador do Estado**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911.

COELHO, João, **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1912 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antonio Luiz Coelho, Governador do Estado**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1912.

COELHO, Alan Watrin. **A ciência de governar: positivismo, evolucionismo e a natureza em Lauro Sodré**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Para, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

COHEN, José Benedito, José Benedito. **A Sulamita**. Ediouro: Rio de Janeiro, 1959. ;

COHEN, José Benedito, José Benedito. **Um poeta esquecido**. Imprensa: Rio de Janeiro: 1997.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo. Perspectiva, 1992.

DA MATTA, Roberto. 1979. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar Editor.

DA MATTA, Roberto. 1991. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: UNB, 2001.

DECRETO N. 07, DE 25 DE JANEIRO DE 2012. **Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Paisagístico**. Itacoatiara. Prefeitura Municipal de Itacoatiara:PMI, 2012.

DECRETO N. 132, DE 25 DE JUNHO DE 2012. **Cria o Regimento Interno do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itacoatiara**. Itacoatiara: PMI, 2012.

DERENJI, Jussara da Silveira. **Arquitetura Nortista: a presença italiana no início do século XX**. Manaus: SEC, 1998.

DIEHL, Astor Antônio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DEUTSCHER, Isaac. **O judeu não-judeu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. (Descobrimos o Brasil). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DAOU, Ana Maria. **A belle Époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zarar Editores, 2004

DAOU, Ana Maria. **A Cidade, o Teatro e o 'paiz das seringueiras'**. Práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. Rio de Janeiro: rio Book's, 2014.

DINES, Alberto. **O baú do Abravanel: uma crônica de sete séculos até Silvio Santos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

EDWARDS, Willians H. **Voyage up the River Amazon including a residence at Pará**. D. Appleton & Company, New York MDCCCXLVII (1847).

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FALBEL, Nachman. **Estudos sobre a comunidade judaica do Brasil**. São Paulo: Federação Israelita do Estado de São Paulo, 1984.

FALBEL, Nachman. Davi José Perez: **uma biografia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALBEL, Nachman. **Os judeus no Brasil, estudos e notas**. São Paulo: Edusp, 2008.

FARIA E SOUZA, João Baptista de. **A Imprensa no Amazonas, 1851-1908**. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. – 5. ed. – São Paulo: Globo, 2012.

FILHO, Antônio de Araújo Costa. **Memórias Esparsas: flagrantes da vida real**. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceara –EdUECE, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)**. Catálogo de jornais. Manaus: Editora Calderaro, 1990.

FREIRE, Américo. **Entre a insurreição e a institucionalização Lauro Sodré e a República carioca**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil Fundação Getúlio Vargas-FGV-CPDOC, 1997.

GALINKIN, Ana Lúcia. **Maioridade da menina judia: o retorno de Lilith**. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Ana\\_Lucia\\_Galinkin\\_24\\_A.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Ana_Lucia_Galinkin_24_A.pdf)>. Acesso em: 10/02/ 2018.

GALINKIN, Ana Lúcia. Interações: **Cultura e Comunidade**, n. 4, v. 3, 2008, p. 87-97. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313027311006>>. Acesso em: 08/01 2018.

GEIGER, Pedro Pinchas. **O povo judeu e o espaço**. Revista Território, ano III, n. 05, jul/dez. UFRJ, 1998.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora URRJ, 1997.

GREILSAMMER, Ilan. **Le sionisme**. Paris: Press Universitaires de France/PUF, 2005.

GRINBERG, Keila (org.). **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRINBERG, Keila. Flávio Limoncic. **Judeus Carioca**. Rio de Janeiro: Cidade Viva Editora, 2010.

GUINSBURG, Jaco. **O judeu e a modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

GUIZELIN, Gilberto da Silva. **Comércio de almas e Política Externa - O diretriz Atlântico – Africana da diplomacia imperial brasileira 1822-1856**. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina – Eduel, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, Universidade de São Paulo, março de 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 eds. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG: Brasília Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã: Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HELLER, Reginaldo Jonas. **Judeus do Eldorado: reinventando uma identidade em plena Amazônia: a imigração dos judeus marroquinos e do norte da África para o Brasil (Pará e Amazonas) durante o século XIX**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

HERZL, Theodor. **O Estado Judeu**. Tradução de David José Pérez. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento: as bases da política de saúde Pública no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 19 eds. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987 (Coleção Documentos Brasileiros).



HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de amanhã**. Tradução: Marco Aurélio Lagonego. Introdução: Dácio Araújo Benedito Otoni. São Paulo: Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana, Hucitec, 1996.

HUBER, Jacques. **Relatório sobre o estado actual da cultura da hevea brasiliensis nos principais paizes de produção do Oriente**. Belém: Imprensa Official do Estado, 1912.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL. **Inventário do Patrimônio Histórico de Itacoatiara**. Manaus: IPHAN, 2012.

ISRAEL, Moysés Benarrós. **A força motriz: uma vida dedicada ao Amazonas**. Manaus: Valer, 2004.

JACOB. Paulo. **Um pedaço de lua caía na mata**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1990.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JOBIM, Anísio. **Itacoatiara: estudo social, político, geográfico e descritivo**. Manaus: ACA, 1948.

JUNQUEIRA, Mary A. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38: p.334-349, Jul/Dez 2007.

LAREDO, Abraham I. **Les noms des juifs du Maroc**. Consejo Superior de Investigaciones Cientificas do Instituto B. Arias Montano: Madri, 1978.

LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)**. 2007. 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

LEIBOVICI, Sarah. La emigración a América de los sefardies de Marruecos. In: BRAVO, M. A. Buz (coord.) **Diáspora Sefardi**. Edit. Mapfre. Madrid. 1992.

LESSER, Jeffrey. **Bem-vindo aos indesejáveis: a dupla imagem de judeus no Brasil nos anos 30**. Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre, Vol. 19, n. 1, jul. 1993.

LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a Questão Judaica**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LIBERMAN, Maria. **Judeus na Amazônia Brasileira séculos XIX e XX**. Departamento de História. São Paulo: USP, 1989. (Tese de doutorado).

LIMA, Heitor Ferreira. **Industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1976.

LIMA, D. M. **A construção histórica do termo caboclo - sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico**. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

LIMA, Elissandra Lopes Chaves. **Dimensões da Republica das Letras no Amazonas: a intelectualidade Gymnasiana em Manaus (1900-1930)**. 2012. 202 f. Dissertação (Mestrado em Historia). Universidade Federal do Amazonas-UFAM, 2012.

LINS, José. **Estrada Manaus–Itacoatiara**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1965.

LIRA, Jose Tavares de. **Naufração e galanteio: viagem, cultura em Mario de Andrade e Gilberto Freire**. Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil. XXVII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu-Minas Gerais: Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS, Vol. 20 nº. 57, fevereiro/2005.

LOPES, Jose Stenio. **Rio do esquecimento**. Fortaleza: CLA, 1956.

LOPES, André Luís Borges. **“Sanear, prever e embelezar”: o engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitaria e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929)**. 2013. 224f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **A grande crise (1908-1916)**. Manaus: T. Loureiro & Cia., 1989.

LOUREIRO, Antônio Jose Souto. **Tempos de esperança (1917-1945)**. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1994.

LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os negros americanos**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

MALVEIRA, Antônio Antunes. **Achegas para uma biografia do prof. David Jose Perez**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Colégio Pedro II, 1983.

MARQUES, Eduardo César. **Da higiene à construção da cidade: o estado e o saneamento no Rio de Janeiro**. Revista: História, Ciências, Saúde Manguinhos, v. 2, n. 2, p. 51-67, jul.-out. 1995.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2005.

MÉLÈZE, Joseph. **Père ou Mère? Aux origines de la matrilinearité juive**. Clio. Avril 2003. Disponível em: <[http://www.clio.fr/BIBLIOTHEQUE/pere\\_ou\\_mere\\_\\_aux\\_origines\\_de\\_la\\_matrilinearite\\_juve.asp](http://www.clio.fr/BIBLIOTHEQUE/pere_ou_mere__aux_origines_de_la_matrilinearite_juve.asp)>. Acesso em: jan. 2018.

MILIGRAM, Avraham. **O proto-sionismo no Brasil, no início do século XX**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro-IHGB, 1994.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910**. Manaus: Edua, 1997.

MIRAGAYA, João K. **Os judeus e o judaísmo – Parte II**. 2013. Disponível em: <<http://www.conexaoisrael.org/os-judeus-e-o-judaismo-em-israel-parte-ii/2013-05-04/joao#lightbox/0/>>. Acesso em: jan. 2018.

MIRANDA, Adriana Eckert. **Planos e projetos de expansão urbana – Industriais e operários em Porto Alegre (1935-1961)**. 2013. 373f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MELLO, Otaviano Augusto Soriano de. **Topônimos amazonenses; nomes das cidades amazonenses, sua origem e significação**. 2. ed. Manaus: Imprensa Oficial, 1986.

MENDES, J. A. **Extracção e Futuro da Borracha no Valle do Amazonas**. Pará: L. Silva, 1910.

MENDONÇA, Eneida... [et al.]. **Cidade prospectiva: o projeto de Saturnino de Brito para Vitória**. São Paulo. EDUFES, Annablume, 2009.

MIRANDA, Adriana Eckert. **Planos e projetos de expansão urbana – Industriais e operários em Porto Alegre (1935-1961)**. 2013. 373f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-UFRGS.

MORAES, Raymundo. **Aluvião**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

MORAES, Raymundo. **Na planície amazônica**. 7 ed. Brasília-Senado Federal, Conselho Editorial, 2000 (Coleção Brasil 500 anos).

MOREIRA, Eidorfe. **Presença hebraica no Pará**. Belém: Falangola, 1972.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **O regatão**. Manaus: Sérgio Cardos & Cia. Ltda, 1967.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Carros e carroças de bois**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1984.

MORIN, Edgar. **O mundo moderno e a questão judaica**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução Neil R. da Silva. Martins Fontes: São Paulo, 2004.

MUNARO, Francisco Luís. **Imprensa periférica no Amazonas: Os jornais de Itacoatiara e a formação de elites locais**. Trabalho publicado no Eixo 05 - Cidades das letras: saberes e memórias. GECA-UFPA 2015.

NEVES. Agres Roberta Oliveira das. **Campanha de Saneamento e Profilaxia Rural no Amazonas (1920-1923)**. (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Letras- ICHL. (UFAM), Manaus, 2008.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas: um estado ribeirinho**. Manaus: Edua, 1999.

NOGUEIRA, Dina Paula Santos. **Identidade e Tradição: um estudo sobre as mulheres da comunidade judaica de Manaus**. Manaus: UFAM, 2015. (Dissertação de Mestrado)

NORDAU Maxa. **Max Nordau: a biography**. New York: The Haddon Craftsmen, Inc, 1943.

NOVINSKY, Anita Waingort. O legado do judaísmo à civilização brasileira. In: LEWIN, Helena. **Identidade e Cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

NICOLAU, Jairo Marconi. Notas sobre as eleições de 2002 e o sistema partidário brasileiro. In: NICOLAU, Jairo *et. alli*. **Eleições e partidos** (cadernos Adenauer), n. 01. Rio de Janeiro – RJ: Konrad Adenauer, 2003.

OLIVEIRA, Viana. **Instituições Políticas Brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 1987.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação humana. In: SALATI, E. et al. **Amazônia: desenvolvimento, integração, ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII ao XX)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, vol. 4, n. 1, p. 65-115. jul., 1988.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **As cidades amazônicas: ilusão da busca**. Boletim Amazonense de Geografia. Manaus: AGB, n. 2, 1995.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Repensando o estudo das pequenas cidades amazônicas**. Revista da Universidade do Amazonas. Série Ciências Humanas, v. 4, n. 1-2, p. 155-172, janeiro/dezembro de 1995.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus, a produção do urbano na periferia: transformações e permanências**. Amazônia em cadernos (4). Manaus: Edua, 1998, p. 231-256. 206.

OLIVEIRA, José Aldemir de. GUIDOTTI, Pe. Humberto (org.). **A igreja arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: Edua, 2000.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2001.

OLIVEIRA, José Aldemir de. VALLE, Artemísia de Souza. **A cidade de Manaus: análise da produção do espaço urbano a partir dos igarapés**. Manaus: Edua, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de. As espacialidades pretéritas da Manaus da Belle Époque: geografias e histórias do urbano na Amazônia. In: IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana. 2005, Manaus. **Territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Edua, 2005, 201p.

OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. **Urbanização no Médio Amazonas: a importância de Itacoatiara/AM como cidade intermediária**. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

OLIVEIRA, Daniel Tochetto de; SOUZA, Célia Ferraz de. **O urbanismo de Saturnino de Brito e suas ressonâncias**. XVI ENANPUR – Espaço, planejamento & insurgências. Belo Horizonte, 2015.

OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. Brasília: Ebrasa, 1971.

OTTONI, Dácio Araújo Benedicto. **Cidades Jardins – A busca do equilíbrio social e ambiental 1898-1998**. 3ª Bienal Internacional de Arquitetura. Fundação Bienal de São Paulo. São Paulo. 1997.

PARK, Robert. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. (org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia (Org). **As muitas faces da história**. Nove entrevistas. São Paulo: UNESP, 2000.

PLANE, Auguste. **Atravers L'Amérique Equatoriale L Amazonie**. Paris: Librairie Plom, 1903.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. **O Tocantins e o Anapu**. Relatório do Secretário da Província. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1864.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. **Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna**. vols. 1 e 2. Belém- Conselho Estadual de Cultura, 1973 (Coleção Cultura Paraense Inácio Moura).

PÉREZ, David José. **O Direito penal na legislação hebreia**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1958.

PÉREZ, David José. **Livro de Orações**. Rio de Janeiro: Biblos, 1967.

PÉREZ, David José. **Judaísmo e universalismo**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Sabedoria, 1968.

PÉREZ, Isaac José. **Relatório apresentado à Intendência Municipal de Itacoatiara**. Manós: Typ. Cá e Lá, 1926.

PÉREZ, Isaac José. **Relatório apresentado à Intendência Municipal de Itacoatiara**. Manaós: Typ. Cá e Lá, 1927.

PÉREZ, Isaac José. **Relatório apresentado à Intendência Municipal de Itacoatiara**. Manaós: Typ. Cá e Lá, 1928.

PÉREZ, Isaac José. **Relatório apresentado à Intendência Municipal de Itacoatiara**. Manaós: Typ. Cá e Lá, 1929.

PÉREZ, Isaac José. **Relatório apresentado à Intendência Municipal de Itacoatiara**. Manaós: Typ. Cá e Lá, 1930.

PENTEADO COELHO, M. **Urbanismo e utopia: Aproximações**. São Paulo, Revista Espaço e Debates, ano IX, nº 27, NERU, 1989.

PENNINGTON, David. **Manaus e Liverpool : uma ponte marítima centenária - anos finais do Império/meados do século XX** . Manaus: EDUA, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX**. HUCITEC: São Paulo, 1997.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Imprensa e sociedade nos confins da Amazônia (1880-1920)**. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. vol.18, número 01, abril. Maringá: Universidade Federal de Maringá, 2014.

PINSKY, Jaime. **Origens do nacionalismo judaico**. São Paulo: Ática, 199.

PINTO, Surama Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do rio de Janeiro, 1998.

PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal**. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

POLIAKOV, Léon. **De Maomé aos marranos: história do anti-semitismo II**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos (Memória). v. 2, n. 3, Rio de Janeiro: 1989.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade: seguimento de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PORTO, Arlindo Augusto dos Santos. **Nunes Pereira: O Cavaleiro de todas as madrugadas do Universo**. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1993.

QUEIROZ, Joaquim Francisco de. **O município de Itacoatiara: Os inimigos do seu progresso e sua administração**. Manaós: Livraria Clássica 1916.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RANGEL, Alberto. **Inferno verde**. Rio de Janeiro: Typographia Mineira, 1914.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. 5. ed. Manaus: Editora Valer, 2001.

RATTNER, Henrique. **Nos caminhos da diáspora: uma introdução ao estudo demográfico dos judeus**. São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos Judaicos, 1972.

RATTNER, Henrique. **Tradição e mudança**. São Paulo: Ática, 1977.

REIS, Francisco Paraibuna dos. **Planta do meio território pertencente à Companhia de Navegação do Amazonas na Vila de Serpa**. 1 mapa ms.: aquarelado; 31,5 x 58 cm, escala de 500 braças. Biblioteca Pública Nacional-BN. Belém, PA : [s.n.], 1864. >[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=34654](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=34654). Acesso em 22/02/2019.

REIS, Arthur Cézár Ferreira. **História do Amazonas**. 2 ed. Manaus: Itatiaia, 1989.

REIS, Arthur Cézár Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. São Paulo: Editora Nacional, 1960.

REIS, Arthur Cézár Ferreira. **Manáos e outras vilas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Edua, 1999.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 2000.

RÉMOND, René. (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. **“E Deus visitou seu povo”: história do povo de Deus em Itacoatiara**. Manaus: Edua, 2003.

RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. **Uma Colônia chamada Itacoatiara**. Manaus: Valer, 2012.

ROCHA, Renato. **Itacoatiara**. Coleção de monografias, n. 166. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia e Estatística. Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

ROCQUE, Carlos. **Antologia da Cultura Amazônica**. v. I, poesias. Amazônia Edições Culturais: Belém, 1940.

RODRIGUES, Aaron. **Judeus e Muçulmanos: Imagens de Sefarditas e Judeus Orientais nos Tempos Modernos**. Washington: University of Washington Press, 2003.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.



ROZENCHAN, Nancy. **Literatura hebraica: vertentes do século XX**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

SALGADO, Elias. **História e memória: judeus e industrialização no Amazonas**. Rio de Janeiro: Amazônia Judaica, 2015.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo- EDUSP, 1998.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. **Natal, outra cidade: o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929)**. 2012. 211 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRGN, 2012.

SANTOS, Paulo Perreira. **Formação de cidades do Brasil colonial**. Rio de Janeiro :UFRJ 2008.

SANTOS, João Henrique dos. **Alguns registros sobre a presença judaica no folclore e no imaginário popular brasileiro e na fixação no léxico**. Boletim Informativo AHJB, n.26, ano VI, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “O sistema oligárquico representativo da Primeira República”. In: **Dados**. Rio de Janeiro, v.56, n.1, 2013, pp. 9-37.

SARTRE, Jean Paul. 1960. **Reflexões sobre o racismo**. São Paulo: DIFEL, 1960.

SARTRE, Jean Paul. **A questão judaica**. São Paulo: Ática, 1995.

SARGES, Maria de Nazaré. **Riquezas Produzidas na Belle Epoque**. Belém: Paka Tatu, 2000.

SCHLESINGER, Michel. **Curso de introdução ao judaísmo**. São Paulo: Congregação Israelita Paulista, 2007.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. **Território e Saúde Pública: O Saneamento Rural no Amazonas, 1921-1930**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SILVA, Lauro Nina Sodré e. **Crenças e opiniões**. Belem: Typ. do Diario Oficial, 1896.

SILVA, Sonia Maria Bessa de. **Bragança, a cidade e o seu cotidiano**. Belém: UFPA, 1995.

SILVA, Francisco Gomes da. **Itacoatiara: roteiro de uma cidade**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1965.

SILVA, Francisco Gomes da. **Itacoatiara: administrações municipais**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1970.

SILVA, Francisco Gomes da. **Cronografia de Itacoatiara**. Manaus: Papyros, 1997.

SILVA, Francisco Gomes da. **Cronografia de Itacoatiara**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1998.

SILVA, Francisco Gomes da. **A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara (1759-1999)**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1999.

SILVA, Francisco Gomes da. **Presença do Poder Judiciário no Município de Itacoatiara**. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas. Edições Governo do estado do Amazonas, 2004.

SILVA, Francisco Gomes da. **Câmara Municipal de Itacoatiara**. (sinopse histórica). Itacoatiara: CMI, 2010,

SILVA, Francisco Gomes da. **Fundação de Itacoatiara. Primeiro volume da trilogia Itacoatiara 330 anos**. Manaus: Editora Cultural da Amazônia, 2013.

SILVA, Francisco Gomes da. **Fundação de Itacoatiara**. Primeiro volume da trilogia Itacoatiara 330 anos (2º edição ampliada). Manaus: Governo da Estado do Amazonas-SEC, 2017.

SILVA, Francisco Gomes da. **Cronologia Eclesiástica de Itacoatiara**. Manaus: Gráfica Ziló, 2018.

SITTE, Camillo. **A construção de cidades segundo princípios artísticos**. São Paulo. Ática, 1992.

SCHORSKE, C. E. **A cidade segundo o pensamento europeu de Voltaire a Spengler**. São Paulo: Revista Espaço Debate, ano IX, nº 27, 1989.

SCHOR, Tatiana e MARINHO, Thiago Pimentel. **Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas - Brasil: as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n.56,p. 229-258, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56>.

SCLIAR, Moacyr. **A condição judaica**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

SCLIAR, Moacyr. **Judaísmo. Dispersão e Unidade.** São Paulo: Ática, 1994.

SCLIAR, Moacyr. SOUZA, Márcio. **Entre Moisés e Macunaíma: os judeus que descobriram o Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Das Ressonâncias da Urbanística Germânica na Circulação de Saberes, na Porto Alegre do início do Séc. XX.** SHCU – Seminário da História da Cidade e do Urbanismo. 2010. Vol.11 N°1. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1279/1253>> Acesso em: 14 nov. 2015.

SORJ, Bernardo. Sociabilidade brasileira e identidade judaica. In: SORJ, Bila (org.). **Identidades judaicas no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Imago, 1997.

SPÍNDOLA, Henriqueta Barbosa. **Itacoatiara – seus bairros, sua história, sua vida.** Itacoatiara: Silvano, 2002.

SCHEINBEIN, Cássia. **Os sefarditas de Belém do Pará: história e língua.** São Paulo: Revista de Estudos Românicos, ISSN 2238-3824 (eletrônica) 2009.

TAVIN, José Alberto Rodrigues da Silva. **Negociação de identidades – o jogo dos afetos.** Lisboa: Open Edition Books, 2016.

TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida. **O urbanismo português – séculos XIII-XVIII – Portugal – Brasil.** Lisboa: Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Manuel. C. **Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira.** In: Revista urbanismo de origem portuguesa N. S. Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitetura, abril 2001. Disponível em << <http://urban.iscte.pt/revista/numero1/artigos.html>>> Acesso: 04/07/2018.

TODOROV, Tzetan. **A conquista da América.** São Paulo: Edição Zero, 2013.

THOMAS, Wolferstan. **The sanitary conditions and diseases prevailing in Manaus, North Brazil, 1905-1909, with plan of Manaus and chart.** Fifteenth Expedition of the Liverpool School of Tropical Medicine. Expedition to the Amazonas, 1909.

TOLEDO, Pedro. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio, Dr. Pedro de Toledo, no anno de 1911.** Rio de Janeiro: Officinas da Diretoria Geral de Estatística, 1911.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas Amazônicas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas. **Arquitetura do poder: memória de Gilberto Mestrinho**. Manaus: Edua, 2009.

TREVISAN, Ricardo. **Introdução do ideário cidade-jardim no Brasil**. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda (org.). *Arquitetura, Estética e Cidade – Questões da Modernidade*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília: Editorada UnB, 2014.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WAGLEY, Charles Walter. **Uma Comunidade Amazônica: estudos do homem dos trópicos**. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1993.

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre. Livraria do Arquiteto, 2004.

WIZNITZER, Arnold. **Os judeus no Brasil colonial**, São Paulo, Edusp/Pioneira, 1960.

WOLFF, Egon & WOLFF, Frida. **Os judeus no Brasil Imperial**. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos/USP, 1975.

WOLFF, Egon & WOLFF, Frida. **Depoimentos**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

WOLFF, Egon & WOLFF, Frida. **Fatos históricos e mitos da história dos judeus no Brasil: ensaios, conferências e artigos**. Rio de Janeiro: Xenon Editora, 1997.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura**. São Paulo: EDUSP: FAESP, Imprensa Oficial, 2001.

UCHOA, Samuel. **Três meses de atividade. Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Amazonas**. Manaus: Imprensa Pública, 1922a.

UCHOA, Samuel. **Um ano de Campanha. Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Amazonas**. Belém: A semana, 1922b.

UCHOA, Samuel. **A Profilaxia Rural: postos itinerantes**. Diário Oficial. Manaus: Imprensa Oficial, 1922c.

UCHOA, Samuel. **Dois anos de Saneamento. Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Amazonas**. Manaus: Livraria Clássica, 1924a.

UCHOA, Samuel. **Um triênio de Labor. Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Amazonas**. Manaus: Lino Aguiar, 1924b.

UNWIN, Raymond.; PARKER, B. **The art of building a home: a collection of lecture na ilustracion**. New York: Longmans, Gree & Co., 1901.

UNWIN, Raymond. **Town planing in practive: na introduction to the art designing cities na suburbs**. London: Fisher & Unwin, 1920.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia. **Almanak do Amazonas para 1884**. Manaus, vol. semestral, n. 6, p. 17-61, jul., 1982.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC, 2001.

VELTMAN, Henrique. **Os hebraicos da Amazônia**. Macapá: Comitê Israelita do Amapá-CIA, 1995.

VIANNA, Arthur. **A Santa Casa da Misericórdia Paraense: notícia histórica 1650 – 1902**. Belém: SECULT, 1992.

VIDAL, Laurent. **Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZAFRANI, Haim. **Los judios del occidente musulmán – Andaluz y Magreb**. Madrid, Mapfre, 1994.

## **DOCUMENTOS PRIMÁRIOS:**

ACERRVO ALEKSANDER ALLEN NINA PALITOT, Porto Velho, (s/d).

ACERVO FRANK QUEIROZ CHAVES, (acervo formado por 47 caixas) Fundos Pessoais – Academia Itacoatiarense de Letras-AIL. Itacoatiara.

ACERVO GALERIA DE ARTES TEREZINHA PEIXOTO DE OLIVEIRA (acervo formado por 12 caixas) Fundos Pessoais – Academia Itacoatiarense de Letras – AIL. Itacoatiara.

ACERVO DA PIANISTA LINDALVA CRUZ, Rio de Janeiro (s/d).

ACERVO CÚRIA PRELATÍCIA DE ITACOATIARA. Caixas documentais referente aos anos de exercício do Padre Manoel Florêncio da Costa. Prelazia de Itacoatiara: ACPI, 1903, 1904, 1905. Itacoatiara: Cúria Prelatícia, 1905.

ACERVO CÚRIA PRELATÍCIA DE ITACOATIARA. Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Serpa. Paróquia do Alto Amazonas Bispado do Grão-Pará. Pe. Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque. Livro de Batismo n. 04, folha 17-v número de ordem 124, do ano de 1857 (batismo de Africano Livre). Itacoatiara: Cúria Prelatícia, 1857.

CARTAO POSTAL. Keystone View Company Manufactures Cards. New York-N.Y: Publishers, nº 37642, 1930.

## **PERIÓDICOS, LEIS E PUBLICAÇÕES CONSULTADAS**

ALMANACH ADMINISTRATIVO, HISTORICO, ESTATISTICO E MERCANTIL. **Provincia do Amazonas**. Manaus: Typ. do Amazonas de Jose Carneiro dos Santos, 1884.

ATAS DA INTENDÊNCIA E SUPERINTENDÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL ITACOATIARA-APMI, caixa 17, pastas referentes aos anos de 04/03/1874; 05/06/1874; 11/06/1874; 11/12/1874.1909 e 1924.

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:  
<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>.

Senado Federal: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao>.

RELATÓRIOS MINISTERIAIS E PROVINCIAIS.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. 1841- 1860. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. 1860 – 1872. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. 1856. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/ministerial/justica>.

RELATÓRIOS, FALAS E EXPOSIÇÕES DA PROVÍNCIA DO PARÁ. 1850-1875. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>.

COLEÇÃO DE LEIS. PROVÍNCIA DO AMAZONAS. TOMO XXII, parte primeira, p. 13-14, 1874.

COLECAO DE LEIS DA INTENDENCIA MUNICIPAL caixa 23, pasta 15, 1914.

DIARIO OFICIAL DA UNIAO –DOU, de 1909.

ESTATUTO DO SYNDICATO AGRO-PECUÁRIO AUTAENSE MUNICÍPIO DE ITACOATIARA, Manaós: Typografia Cá e Lá, 1924.

A COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO DO AMAZONAS (1852-1894): COLETÂNEA DE LEIS, DECRETOS E NORMAS AFINS.

LEI Nº 586, DE 6 DE SETEMBRO DE 1850: MANDA REGER NO EXERCÍCIO DE 1851 A 1852 A LEI DE ORÇAMENTO Nº. 555, DE 15 DE JUNHO DO CORRENTE ANO.

DECRETO Nº 1.037, DE 30 DE AGOSTO DE 1852: CONCEDE A IRINEUEVANGELISTA DE SOUZA PRIVILÉGIO EXCLUSIVO POR TRINTA ANOS PARANAVEGAÇÃO A VAPOR NO RIO AMAZONAS.

DECRETO Nº 1.055, DE 20 DE OUTUBRO DE 1852: APROVA OS ESTATUTOS DA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO DO AMAZONAS.

DECRETO Nº 1.410 DE 8 DE JULHO DE 1854: CONCEDE À COMPANHIA DENAVEGAÇÃO E COMÉRCIO DO AMAZONAS TERRENOS DEVOLUTOS À MARGEM DO RIO NEGRO PARA O ESTABELECIMENTO DA PRIMEIRA DAS SESSENTA COLÔNIAS, QUE A DITA COMPANHIA É OBRIGADA A FUNDAR NAS IMEDIAÇÕES DO RIO AMAZONAS.

DECRETO Nº 4.735, DE 7 DE JUNHO DE 1871: AUTORIZA A COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO DO AMAZONAS A TRANSFERIR OS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATO APROVADO PELO DECRETO Nº 1988 DE 10 DE OUTUBRO DE 1857 A UMA COMPANHIA ESTRANGEIRA.

DECRETO Nº 5575, DE 21 DE MARÇO DE 1874: CONCEDE À COMPANHIA FLUVIAL DO ALTO AMAZONAS AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERIR À *AMAZON STEAM NAVIGATION COMPANY LIMITED* TODOS OS SEUS DIREITOS E FAVORES CONCEDIDOS POR LEI, BEM ASSIM OS RESPECTIVOS ENCARGOS.

DECRETO Nº 1769, DE 10 DE AGOSTO DE 1894: DECLARA CADUCA A CONCESSÃO DE TERRAS DEVOLUTAS DE QUE TRATAM AS CLÁUSULAS 10ª E 15ª DOS CONTRATOS APROVADOS PELOS DECRETOS N. 4.735 DE 7 DE JUNHO DE 1871 E N. 6.826 A DE 29 DE DEZEMBRO DE 1877.

## JORNAIS

JORNAL ARAUTO. Órgão dos interesses locais. Itacoatiara, 04 de abril de 1909. Anno III. nº 131.

JORNAL DO COMMERCIÓ DE ITACOATIARA, Anno XVIII- nº 6.182, Manáos 13 de Julho de 1921.

JORNAL O CONSERVADOR. Jornal político e comercial. de 19 de janeiro de 1913. Itacoatiara –anno II – numero 13.

JORNAL CORREIO DE SERPA. Ano I n. 01, 01 janeiro de 1912.

JORNAL A COLUMNNA. Editado pelo professor Dr. David José Pérez e Álvaro de Castilho.

Rio de Janeiro, em 1916. Ano I, nº 1 de 14-01-1916	nº 07 de 07-07-1916
2 de 04-02- 1916	08 de 04-08-1916
3 de 03-03-1916	09 de 01-09-1916
4 de 07-04-1916	10 de 28-09-1916
5 de 05-05-1916	11 de 03-11-1916
6 de 02-06-1916	12 de 01-12-1916



JORNAL EPOCHA. Orgam do Partido Republicano Amazonense de Itacoatiara. Anno I, n. 03, Itacoatiara 10 de junho de 1917.

JORNAL A IMPRENSA. Anno I, Manaus 27 de setembro, 1912

FOLHA ISRAELITA. Órgão da coletividade israelita brasileira no Amazonas. Ano I, n. 01, Manaus, janeiro de 1949.

JORNAL ITACOATIARA.. Semanário independente, noticioso e de propaganda. Redatores: Misael Guerreiro e Isaac Jose Perez, Anno I, n. 21 de dezembro 1874 (Coleção IGHA).

JORNAL O MUNICIPIO. Orgão dos interesses locais. Itacoatiara de 25 de setembro de 1893. Anno I, nº 10.

JORNAL KOL ISRAEL. Editado pelo Major Eliezer Levy. Belém do Pará, em 1918.

Ano I, nº 1 de 08-12-1918	Ano II, nº 12 de 08-12-1919
2 de 01-01-1919	13 de 01-01-1920
3 de 01-02-1919	14 de 16-02-1920
4 de 03-03-1919	15 de 04-03-1920
5 de 01-04-1919	16 de 03-06-1920
6 de 01-05-1919	17 de ? – 08-1920
7 de 01-06-1919	18 de ? – 11-1920
8 de 01-07-1919	Ano III, nº 19 de 08-12-1920
9 de 01-08-1919	20 de 20-01-1921
10 de 25-08-1919	Ano VI, nº 22 de 17-12-1923
11 de 02-11-1919	23 de 25-03-1924
	24 de 21-05-1924

JORNAL PALADIO. Orgão do Club Recreativo Itacoatiarense. Anno I, n. 16, Itacoatiara, 24 de dezembro de 1908.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS-ACA. anno XVIII, Manaus, 30 de abril 1927, 20 março de 1927.

RELATORIO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL DE ITACOATIARA PELO SUPERINTENDENTE JOAO PEREIRA BARBOSA (1909).

PLANALTO CENTRAL DO BRASIL. COLEÇÃO DOCUMENTOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1957, p. 47-58.

## HOMEPAGES

ARQUIVO HISTÓRICO JUDAICO DE PERNAMBUCO. Disponível em: <[http://www.arquivojudaico.org.br/arquivo\\_judaico.php](http://www.arquivojudaico.org.br/arquivo_judaico.php)> Acesso em: 13 de maio 2016.

ARQUIVO MAARAVI: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG – Volume 1, n. 3 – outubro, 2008. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/nej/maaravi/entrevistawolff-kabalah.html>> Acesso em: 11 de junho 2018.

ARQUIVO VIRTUAL – ARQSH.OAH Holocausto e Antissemitismo. Disponível em: <<http://www.arqshoah.com.br/>> Acesso em: 03 de maio 2016.

CENTRAL ARCHIVES ZIONIST. Disponível em: <<http://www.zionistarchives.org.il/ZA/SiteE/pTikSeek.aspx?Page=23&Seek=P>> Acesso em: 25 de junho 2015.

CENTRO ISRAELITA DO PARÁ. Disponível em: <<http://www.centroisraelitadopara.com.br>> Acesso em: 10 de maio 2017.

CENTRO ISRAELITA DO PARANÁ. Histórico do CIP. Disponível em: <<http://www.kehila.com.br/entidades/cip/historico.htm>> Acesso em: 04 de fevereiro 2018.

CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.conib.org.br/sobre-a-conib.ASP>> Acesso em: 14 de janeiro 2016.

INSTITUTO CULTURAL JUDAICO MARC CHAGALL. Disponível em: <<http://www.cesup.ufrgs.br/marcchagall/home.html>> Acesso em: 17 de agosto 2019.

INSTITUTO HISTÓRICO ISRAELITA MINEIRO. Disponível em: <[http://www.fisemg.com.br/default.php?cont\\_id=11](http://www.fisemg.com.br/default.php?cont_id=11)> Acesso em: 13 de maio 2016.

ESCOLA ISRAELITA BRASILEIRO SALOMÃO GUELMANN. Disponível em: <[http://www.eibs.com.br/escola\\_historia.asp](http://www.eibs.com.br/escola_historia.asp)> Acesso em: 20 de julho 2017.

ESTUDOS JUDAICOS. Blog da Professora Cláudia Andréa Prata Ferreira Disponível em: <<http://www.estudosjudaicos.blogspot.com>> Acesso em: 03 de fevereiro 2016.

INSTITUTO CULTURAL JUDAICO BRASILEIRO BERNARDO SCHULMAN. Disponível em: <<http://www.icjbs.com.br>> Acesso em: 10 de maio 2018.

HISTÓRIA DA ARI. Ari on-line. Disponível em: <<http://www.arirj.com.br/index.php/historia>> Acesso em: 04 de fevereiro 2018.

HISTÓRIA DA ESCOLA. Centro Israelita do Paraná. Disponível em: <<http://www.kehila.com.br/entidades/eibsg/escola.htm>> Acesso em: 20 de junho 2019.

MEMORIAL JUDAICO DE VASSOURAS. Disponível em: <<http://www.memorialjudaico.org.br/home.htm>> Acesso em: 12 de junho 2018.

MUSEU JUDAICO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.museujudaico.org.br/>> Acesso em: 02 de fevereiro 2018.

MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. Disponível em: <<http://www.museumaconicoparanaense.com/>> Acesso em: 25 de junho 2018.

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS JUDAICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.niej.org.br/>> Acesso em: 17 de agosto 2018.

NÚCLEO DE ESTUDOS JUDAICOS DA UFMG. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/nej/modules/content/>> Acesso em: 13 de maio 2017.

## FILMES

FOOTAGEFARM. **Home Movies: Brazil Amazon; Cities: Belem; Itacoatiara; Manaus 221796-01.** 2015. (15m18s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JOeSI77skHk&t=369s>>. Acesso em: 02 out. 2015.

## ANEXOS

**Cemitério Israelita de Itacoatiara**



FONTE: Fotografia de Claudemilson N. Santos de Oliveira, 2004

**Sefêr Torá doada pela comunidade judaica de Itacoatiara para a Sinagoga de Manaus**



FONTE: SALGADO, Elias. **História e memória: judeus e industrialização no Amazonas**. Rio de Janeiro: Amazônia Judaica, 2015.

**Casa de Esther Ezagui local da antiga Sinagoga domiciliar.**



FONTE: Fotografia de Daniele Miranda Batista, 2019

**Casa da família Benchaya no bairro da Colônia**



FONTE: Fotografia de Daniele Miranda Batista, 2019



Ata de Fundação do Comitê Israelita do Amazonas - CIAM, em reunião na casa de Isaac José Pérez (Manaus, 15 de junho de 1929).

Acta da primeira reunião de fundação do Comitê Israelita do Amazonas.

Aos sete dias do mês de Junho de 1929, (14 de Junho de 1929 em um número) pelas 20 horas, na residência do Sr Isaac José Pérez, o Sr Henrique Martins nº 86, nesta cidade, presente elerado número de israelitas, foi pelo Sr Raphael Benaim, exposto o elerado motivo da presente reunião, o qual é o da fundação do primeiro Comitê Israelita do Amazonas, sociedade destinada a preencher uma grande lacuna, a qual ha muito existe, contando para esse fim benemerente, com a vontade e apoio incondicional de todos os israelitas residentes neste Estado, no momento e em que a nossa raça está sendo destacada em todo o mundo como na realidade deveria ser, tendo ainda em vista, o Ras Judaico, emittido na Galutina, depois da Grande Guerra, pelo Governo Britânico, com a approvaçã das demais nações. Emprito isto, lembrou o Sr Benaim que devia se acclamar da uma Directora Provisoria, apim de se instalado definitivamente o Comitê Israelita do Amazonas, e discutidos e approvados os seus estatutos. Com a palavra o Sr Jacob S Benzaquen, lembrou o nome do Sr Benaim para presidente da Directora Provisoria, sendo esta ideia applaudida, com grande satisfação, pela seguinte assistência que immediatamente acclama o nome do Sr Raphael Benaim para presidente da Directora Provisoria do Comitê Israelita do Amazonas.

FONTE: Acervo de Anne Gimol Benzecry Benchimol.